

TRABALHOS COMPLETOS DO
VIII ENCONTRO REGIONAL RIO DE JANEIRO DA ABRAPSO

VIII Encontro Regional Rio de Janeiro da ABRAPSO
**O psicólogo social na cidade: ações territoriais,
lutas políticas e subjetividade**

5, 6 e 7 de novembro de 2014



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

Apoio:



Rio de Janeiro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Carrijo
Carolini Cassia Cunha
Francisco Teixeira Portugal
Marcela Montalvão Teti
Mariana Alves Gonçalves
Rômulo Ballestê Marques dos Santos

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carolini Cassia Cunha
Francisco Teixeira Portugal
Marcela Montalvão Teti
Mariana Alves Gonçalves
Rômulo Ballestê Marques dos Santos

PARECERISTAS

Carina Furlaneto Frazatto
Carolini Cassia Cunha
Filipe Degani-Carneiro
Hildeberto Martins
Juliana Biazze Feitosa
Julio Rocha
Marcela Abreu
Marcela Montalvão Teti
Maria Claudia Novaes
Maria Glaucia Calvazara
Mariana Fiore
Marina Maria Beltrame
Pedro Muñoz
Rafael Castro
Renata Cristina Marques Bolonheis Ramos
Renato Sampaio
Rhayane Lourenço da Silva
Rita Vieira
Roberto Souza
Sabrina Dal Ongaro Savegnago
Sérgio Domingues
Talitha Coelho

ABRAPSO 2014-2015

www.abrapso.org.br

DIRETORIA NACIONAL

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguiar Callegare
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves
Primeira Tesoureira: Déborah Christina Antunes
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia
Suplente: Carlos Eduardo Ramos

REGIONAL RIO DE JANEIRO

Vice-presidente: Francisco Teixeira Portugal
Secretário: Hebe Signorini Gonçalves

NÚCLEOS DA REGIONAL RIO DE JANEIRO

Núcleo Baixada

Coordenador: Nilton Sousa da Silva
Tesoureiro: Ronald Clay dos Santos Ericeira

Núcleo Carioca

Coordenador: Mariana Alves Gonçalves
Secretário: Marcela Teti
Tesoureiro: Carmelita de Souza dos Santos Motta

Núcleo Rio de Janeiro

Coordenadora: Adriana Carrijo
Tesoureira: Marilena Jamur

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
PROGRAMAÇÃO.....	5
TRABALHOS COMPLETOS.....	6
A AÇÃO DOS PÉS NA TRANSFORMAÇÃO ENGAJADA DO BAIRRO DA LIBERDADE	6
A CLÍNICA HUMANIZADA NO CAMPO DA SAÚDE COMO INTERVENÇÃO SOCIAL EM UM TERRITÓRIO URBANO	12
A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE INTERNAÇÃO: O QUE ELA TEM A DIZER?	21
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POLUIÇÃO AMBIENTAL	26
A VELHICE NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO. ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	36
ABORDAGEM SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	45
COMUNICAÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DA COMUNIDADE	52
CRIANÇA COMO SER DE DIREITOS: IMPLICAÇÕES PARA O LAÇO SOCIAL	61
DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA E COLONIALIDADE DO PODER: A PRÁTICA DA MEDICINA AYURVÉDICA	
FRENTE A HEGEMONIA DA BIOMEDICINA	67
ECOVILAS E CIDADES EM TRANSIÇÃO: CRIANDO.....	73
ENTRELAÇANDO NARRATIVAS E <i>TRADUÇÕES</i> NO <i>COLETIVO-LUGAR</i> RUA DO LAVRADIO	97
JARDIM SOSSEGO - DO LIXO AO LUXO NA VILA SOSSEGO	86
MANIFESTAÇÕES POPULARES E MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA	108
NARRATIVAS URBANAS E PÓS-MODERNIDADE	118
OLHARES SOBRE A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO RIO DE JANEIRO	126
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: RASTROS E PISTAS PARA UMA	
CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS	137
PADRÕES DE CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE A POPULAÇÃO DE RUA.....	144
PRÁTICAS MEDITATIVAS, POLÍTICAS DA COGNIÇÃO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA VIDA URBANA	
CONTEMPORÂNEA: PODE O SILÊNCIO SER UM ATO REVOLUCIONÁRIO?	154
AGENTES PÚBLICOS NA GESTÃO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DOS ESTRANHOS.....	165
TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO E MOVIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO: DAS SOMBRAS DA RUA AO MUNDO	
CIBERNÉTICOS.....	172

Apresentação

Encerramos mais uma edição do nosso evento com a publicação dos trabalhos completos. Desta forma, além da apresentação dos trabalhos e dos debates engendrados facilitamos o acesso aos escritos mais elaborados a fim de facilitar encontros futuros.

Pela oitava vez, nos reunimos no Rio de Janeiro para discutir uma Psicologia Social que esteja atenta às questões urbanas e cotidianas enfrentadas pela população. Priorizando sempre o caráter acolhedor e a constituição de um fórum de reflexão e de troca de experiências, vários professores e profissionais encontram na ABRAPSO ambiente para pensar novos modos de fazer psicologia. Esses espaços de resistência e de problematização se renovam e se fortalecem a cada encontro. Nosso principal objetivo continua o de sempre: produzir boas articulações entre os presentes. Que novas redes tenham sido criadas!

Esta última edição do evento trouxe alegria a quem acompanha a construção da ABRAPSO no Rio de Janeiro. Contamos com uma participação mais ampla e, comparado aos anos anteriores, percebe-se um notório crescimento, não apenas de público, mas do evento, indicando o fortalecimento da própria Associação. Quase todas as regiões do país (sudeste, sul, centro-oeste e nordeste) estiveram presentes com mais de 200 inscritos e 72 trabalhos apresentados em onze sessões coordenadas. Ao todo, realizamos três dias de atividades, com mesas redondas e depoimentos viscerais de quem testemunha o desafio de viver nas cidades no contemporâneo. Nota-se a urgência de situar a Psicologia Social diante desse campo tão múltiplo, interdisciplinar, propício a práticas e análises de perspectivas mais políticas e críticas. E, a exemplo do que vimos desenvolver-se durante o VIII Encontro Regional, que nos empenhamos cada vez mais em investigações que coloquem como problemas: as transformações e arbítrios nas favelas, a militarização das comunidades, a gentrificação e remoções para atender às exigências de megaventos internacionais; ou mesmo que tomemos por objeto os deslocamentos históricos porque passaram as famílias, os discursos a respeito do menor infrator, as instituições responsáveis pelo acolhimento dos indivíduos às margens da ordem social. Convite este que se justifica quando pensamos em uma psicologia mais engajada seja na construção de focos de resistências, política, artística e cultural, na produção de novos olhares sobre a cidade, novos percursos pelos bairros e diferentes modos de subjetivação.

Dessa forma, afirmamos que foram nove meses de trabalho para o que evento pudesse se realizar e, ao final, podemos dizer que estamos muito satisfeitos com o resultado. Encerramos nosso período de trabalho felicitando o público e agradecendo sua presença. Desejamos que a ABRAPSO esteja no cotidiano de todos nós nos próximos anos, fortalecendo práticas que problematizem as transformações em curso em várias localidades do país e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

Saudações Abrapsianas!

Comissão organizadora do VIII Encontro da Regional Rio de Janeiro da ABRAPSO.

<http://encontro2014rjabrapso.wordpress.com>

VIII ENCONTRO REGIONAL RIO DE JANEIRO DA ABRAPSO

O PSICÓLOGO SOCIAL NA CIDADE: AÇÕES TERRITORIAIS, LUTAS POLÍTICAS E SUBJETIVIDADE

LOCAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

AV. PASTEUR, 250, PAVILHÃO NILTON CAMPOS, 2º ANDAR.

PROGRAMAÇÃO

Dia 5/11

9h00 às 13h00 – Credenciamento.

10h00 – Mesa de abertura.

11h00 às 13h00 – Apresentação de trabalhos.

14h00 às 16h00 – Mesa Redonda:

Lutas políticas, questões urbanas e participação popular.

- Francilene Cardoso (UFRJ)
- Inalva Mendes (Vila Autódromo)
- Gizele Martins (Jornal O Cidadão, Maré)
- Coordenação: Mariana Alves Gonçalves

Dia 06 / 11

9h00 às 13h00 – Apresentação de trabalhos.

14h às 16h00 – Mesa redonda:

A formação da cidade e suas relações com a Psicologia.

- Aluísio Ferreira de Lima (UFC | ABRAPSO)

- Letícia de Luna Freire (PPGA/UFF | LeMetro IFCS/UFRJ)
- Isabel Cristina da Costa Cardoso (FSS/UERJ)
- Coordenação: Marcela Montalvão Teti

17h – Reunião dos membros e núcleos da Regional Rio de Janeiro da ABRAPSO.

Dia 07 / 11

9h00 às 13h00 – Apresentação de trabalhos.

14h00 às 16h00 – Mesa redonda:

Intervenções sociais em territórios urbanos e transformação social.

- Bernardo Svartman (USP)
- Candida Dantas (UFRN)
- Fernando Lacerda (UFG)
- Coordenação: Carolini Cassia Cunha

18h30 – Encerramento.

TRABALHOS COMPLETOS

A AÇÃO DOS PÉS NA TRANSFORMAÇÃO ENGAJADA DO BAIRRO DA LIBERDADE

Danilo Sergio Ide
Doutor em Psicologia Social
Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
daniloide@usp.br

Arley Andriolo
Professor Associado
Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
arley@usp.br

Resumo: Em estudo realizado com sete moradores do bairro da Liberdade empreendemos um método baseado em passeios livres, nos quais eram apontados lugares de interesse no bairro. Fomos apresentados a uma diversidade de restaurantes locais, classificados por nacionalidade, tipo de comida, preço, sabor e clientela. Tais marcas foram, a princípio, entendidas pela topologia de Lewin como campos de atração e repulsão, determinantes na locomoção dos moradores. Avançando nas análises, com a contribuição de Berleant, notamos uma relação de reciprocidade na ação do morador sobre o ambiente: seu corpo tanto se conforma à ação do ambiente, como o ambiente se conforma a ação de seu corpo. No bairro da Liberdade, identificamos que esse tipo de transformação engajada se deu lentamente pela ação dos pés, fato que nos permitiu concluir, na companhia de Ingold, a respeito dos traços deixados pelos movimentos corporais no solo, sobre o qual se estabelece um processo social compartilhado.

Palavras-chave: psicologia social; engajamento; corpo; ambiente.

Abstract: In a study performed with seven dwellers of the Liberdade Neighborhood we employed a method based on free walks, in which were pointed out places of interest around the neighborhood. We were introduced to a variety of local restaurants, rated by nationality, type of food, price, taste and customers. These labels were at first understood based on Lewin's Topology as a field of attraction and repulsion, determining the locomotion of residents. Advancing in the analysis, with the contribution of Berleant, we noticed a mutual relationship in the action of dweller over the environment: his body either conforms to environmental action, as the environment conforms to his bodily action. In Liberdade Neighborhood, we found that this kind of engaged transformation happened slowly by the action of the feet, a fact that allowed us to conclude, in the company of Ingold, about the traces left by bodily movements on the ground, over which a shared social process take place.

Keywords: social psychology; engagement; body; environment.

Entrando no bairro da Liberdade

Entre os anos de 2010 e 2014, fizemos um estudo com moradores da Liberdade, bairro paulistano marcado por forte atratividade turística. Um dos fatores que atrai a visitação ao bairro está relacionado à alta concentração de estabelecimentos orientais, seja especializados na culinária japonesa e chinesa, seja voltados ao comércio de produtos importados do Japão, China e Coreia do Sul. Outro fator atrativo se relaciona à presença de diversas intervenções paisagísticas que adotam temas orientais, especialmente japoneses e chineses, na decoração das calçadas, fachadas de estabelecimentos, jardins e postes de iluminação locais. Tal configuração turística também atraiu a nossa atenção, mas o foco de nosso estudo, longe de se dirigir à figura do turista, voltou-se à dos moradores do bairro, a

fim de investigar como seria morar numa espécie de bairro cartão-postal.

Para escolha dos participantes de nossa pesquisa, inicialmente nos detivemos nas colônias orientais e optamos por trabalhar apenas com moradores japoneses, chineses e coreanos natos, acreditando que dessa forma encontraríamos uma maior familiaridade dos participantes para com temas tradicionais do Japão, China e Coréia, respectivamente. Nesse caso, também nos parecia importante que a pessoa tivesse iniciado a alfabetização e vivido por algum tempo em seu país de origem, razão pela qual optamos por moradores orientais cuja imigração para o Brasil tivesse se dado a partir dos dez anos, teoricamente a idade em que se atinge a metade do ensino fundamental. Outro fator determinante na escolha dos moradores foi o conhecimento básico da língua portuguesa ou eventualmente do inglês, uma vez que não possuíamos domínio das línguas japonesa, chinesa e coreana.

Para encontrar os moradores orientais do bairro da Liberdade, recorremos às indicações de membros de associações culturais, centros sociais, igrejas, associações de províncias, igrejas e jornais sediados no bairro e ligados às comunidades japonesa, chinesa e coreana, entre as quais destacamos: Associação Cultural e Assistencial da Liberdade, Aliança Cultural Brasil Japão, Rádio Taissô, Bunka, Centro Social Chinês de São Paulo, Centro Cultural de Taipei, Associação Chinesa do Brasil, Igreja Evangélica Holiness da Liberdade, Igreja Presbiteriana Yonhap de São Paulo, Igreja Presbiteriana Coreana Han In, Primeira Igreja Presbiteriana de Formosa em São Paulo, Aomori Kenjinkai do Brasil, Gunma Kenjinkai do Brasil, Shizuoka Kenjinkai do Brasil, Jornal Chinês para a América do Sul e Jornal Chinês Americana.

Mais raras eram as indicações de funcionários de imobiliárias, livrarias, bancas de jornal, mercearias e restaurantes localizados no bairro, pois muitas vezes não sabiam informar ao certo o endereço de seus clientes ou, quando tinham essa informação, preferiam manter a discrição e sequer se dispunham a intermediar o contato com os clientes, temendo que tal iniciativa pudesse comprometer a relação comercial estabelecida até

então.

No decorrer da pesquisa enfrentamos dificuldades na busca por moradores japoneses e chineses do bairro da Liberdade. Quando encontrados, os principais fatores limitantes para a participação na pesquisa eram a barreira da língua, a disponibilidade de tempo e, eventualmente, no caso dos mais idosos, problemas de saúde.

Muito mais difícil foi a tarefa de encontrar moradores coreanos remanescentes na Liberdade. Recorremos inclusive a instituições coreanas situadas fora do bairro, como o Colégio Polilogos, Associação Brasileira dos Coreanos, Igreja Presbiteriana Seul Coreana, Igreja do Evangelho Pleno Coreana e Igreja Presbiteriana Coreana Betesda. De acordo com as informações obtidas nesses lugares seria mais fácil encontrar coreanos no bairro vizinho da Aclimação. E quanto à ideia de que o Bom Retiro concentra os coreanos, isso merece ser repensado. Trata-se de uma concentração mais comercial do que residencial. Cruzando a linha do trem, encontramos coreanos estabelecidos no bairro vizinho de Campos Elíseos. Seguindo mais um pouco, após cruzarmos o Minhocão, temos os coreanos que alcançaram o bairro de Higienópolis, seguindo curiosamente os passos antes trilhados pela comunidade judaica.

Esses contratemplos evidenciaram a necessidade de uma revisão na escolha de nossos participantes. Então, ao invés de concentrarmos esforços na busca por moradores orientais, decidimos considerar também moradores nascidos no Brasil, independente de suas ascendências. Como já havíamos percorrido diversas agremiações orientais, decidimos visitar outras instituições sediadas no bairro da Liberdade, tais como a Casa de Portugal, Igreja Nossa Senhora do Líbano, Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo e Capela dos Aflitos. Nesses lugares não obtivemos nenhum contato. De acordo com informações obtidas na secretaria dessas instituições, os seus frequentadores provêm de outros bairros da cidade. Se havia uma relação entre esses lugares e os moradores locais, isso concerniu ao período inicial de suas fundações, não diz mais respeito ao tempo atual.

Essa primeira rodada de visitas nos desencorajou a procurar outras instituições, como a

Legia Itálica, Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e Igreja Metodista. Como alternativa, pedimos então auxílio para alguns moradores que já haviam participado da pesquisa para que buscassem novos contatos em seus prédios, porém não obtivemos sucesso com essa iniciativa. Por fim, recorreremos à distribuição de cartas-convite em alguns prédios residenciais e em duas vilas situadas no bairro. Distribuímos cerca de quatrocentas cartas. Apenas dois moradores nos procuraram.

Para o desenvolvimento da pesquisa, conseguimos a participação de sete moradores (uma brasileira, três japoneses e três chineses) e com eles fizemos passeios livres pelo bairro, sem nenhum roteiro pré-estabelecido, nos quais cada um apontou os seus lugares de atração no bairro da Liberdade. Acreditávamos que as marcas visuais na decoração local representassem atributos importantes na visão dos moradores. Entretanto elas foram as marcas menos apontadas por nossos participantes, que nos apresentaram uma diversidade de restaurantes locais, classificados pela nacionalidade dos donos do estabelecimento, o tipo de comida servida, o preço da refeição, o sabor dos pratos e o movimento da clientela.

Esses achados iniciais já permitiram uma primeira organização dos resultados de nossa pesquisa a partir da criação de esquemas ilustrativos dos temas fundamentais que organizam o espaço particular de nossos moradores no interior do bairro da Liberdade. Nossa fonte para a confecção desses esquemas foi extraída da obra de Kurt Lewin, em especial, de um texto que trata da vida conjugal para apresentar os elementos variados que compõem o espaço social de um marido estadunidense da década de 1940: trabalho, filhos, esposa, clube, até a prática de golfe (Lewin, 1970, p. 110 e p. 116).

Aqui apresentamos apenas cinco desses esquemas ilustrativos. Para dois dos moradores participantes de nossa pesquisa, os temas fundamentais que lhe eram relevantes cobriam outras classificações, que receberam análise mais detida em Ide (2014).

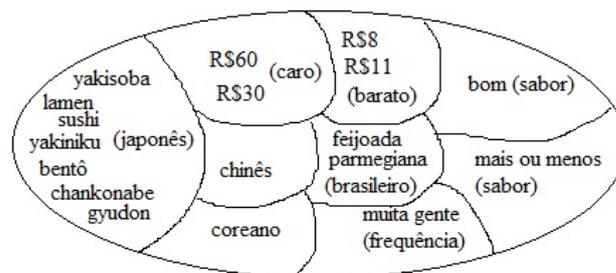


Figura 1 – Esquema ilustrativo dos temas destacados durante o passeio com Tadeu¹



Figura 2 – Esquema ilustrativo dos temas destacados durante o passeio com Bruno

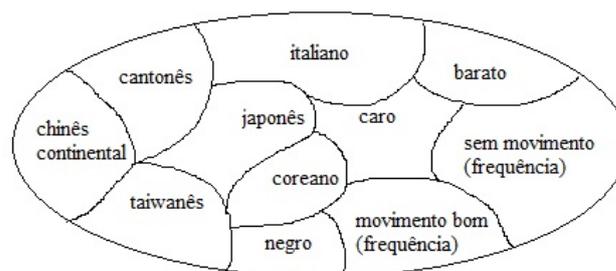


Figura 3 – Esquema ilustrativo dos temas destacados durante o passeio com Maria



Figura 4 – Esquema ilustrativo dos temas destacados durante o passeio com Lina

¹ Os nomes dos moradores são fictícios



Figura 5 – Esquema ilustrativo dos temas destacados durante o passeio com Diana

A ecologia psicológica e a psicologia topológica de Kurt Lewin

As recorrentes menções aos restaurantes nos encaminharam então para a compreensão dos hábitos alimentares de nossos moradores e aqui não podemos deixar de lembrar o estudo de “ecologia psicológica” desenvolvido por Kurt Lewin (1965) para a compreensão de hábitos alimentares de comunidades americanas. Mas, para abordar os achados de nossa pesquisa, ao invés de nos valermos da “teoria do canal” e da “psicologia do porteiro” apresentados pelo autor nesse texto, encontramos outro referencial em sua obra que embasa a sua proposta ecológica de descrição da relação entre homem e o ambiente. Trata-se do conceito de espaço de vida, que compreende a totalidade dos fatos determinantes do comportamento de um indivíduo em dado momento. Lewin encontrou na topologia uma forma de representação gráfica do espaço de vida, apresentado como um conjunto dividido em diferentes regiões, sendo que uma delas delimita o ponto em que se situa o indivíduo em dado momento e as outras são definidas por campos de atração e repulsão da locomoção do indivíduo. Há ainda barreiras que atuam como forças de restrição à locomoção de uma região para outra.

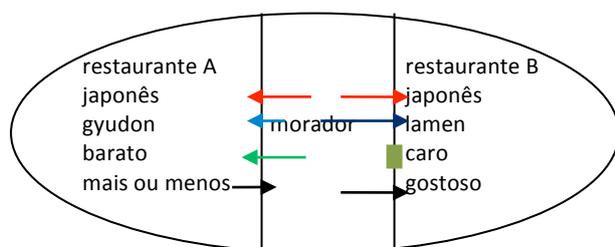


Figura 6 – Morador dividido entre duas opções de restaurante.

Na figura 6, temos um exemplo da escolha de um morador em relação a dois restaurantes.

Atributos como japonês, gyudon, lamen, barato, caro, mais ou menos, gostoso atuam na atração, repulsão ou mesmo restrição. Para o morador, os restaurantes japoneses são mais atrativos. Como ambos são japoneses, atraem igualmente o morador. Já o tipo de comida é diferente. O restaurante A serve gyudon, que lhe agrada o paladar, representando, portanto, uma força de atração, mas que apresenta uma intensidade bem menor se comparada à exercida pelo lamen, seu prato favorito, servido no restaurante B. Considerando o valor da refeição, o primeiro pratica preços mais baixos, o que funciona para sua atração. Já o segundo, por ser caro, impõe uma restrição ao morador. Em relação ao gosto, o sabor da comida servida no restaurante A não é muito bom, o que repele um pouco a sua escolha. Atrativo mesmo se torna a comida gostosa do restaurante B. É esse campo de forças que deveremos então considerar para determinar a locomoção do morador, do ponto em que se encontra para a região do restaurante A ou B. A psicologia topológica² de Kurt Lewin se tornou uma referência menor, se comparada a suas contribuições em dinâmica de grupo. Mas, em nosso caso, ela nos permitiu compreender a interação entre indivíduo e ambiente, em especial, de que modo os moradores se ligavam aos estabelecimentos locais e o que determinava a qualidade dessa ligação. Entretanto há uma limitação conceitual, pois o espaço de vida, embora referencie elementos tomados do ambiente exterior, concerne a domínios cuja existência não é objetiva, mas interior. Lewin estabelece que o espaço de vida se refere a fatos cuja realidade é psicológica. Por exemplo, se um morador, extremamente conservador em relação ao preparo de sushi e sashimi, ignora completamente que a cozinha do restaurante japonês que frequenta é comandada por um chef brasileiro, esse fato não deve entrar na representação de seu espaço de vida, já que não possui uma existência psicológica para o indivíduo e, portanto, não vigora dentro do cam-

² Uma exposição sintética de conceitos fundamentais da psicologia topológica apresentada no contexto de estudos sobre a relação entre indivíduo e o ambiente é dada por Kurt Lewin no terceiro capítulo do livro *Teoria dinâmica da personalidade* (Lewin, 1975, pp. 71-115).

po de forças em atuação em dado momento. Se a psicologia não se apropriou muito das contribuições topológicas de Lewin, no campo da estética, o filósofo estadunidense Arnold Berleant (2005) foi quem as retomou. É certo que o autor também reconheça a limitação oferecida por tal ecologia psicológica, marcada por uma concepção psicologizante da relação entre indivíduo e ambiente, mas, embora a topologia se arrisque a compor um ambiente demasiado psicológico, Berleant retoma o conceito de *Aufforderungscharakter*, com qual é possível estabelecer uma nuance na ecologia psicológica de Kurt Lewin, ao identificar um dado exterior na composição do espaço de vida e propor a influência externa do ambiente sobre o homem. O *Aufforderungscharakter* concerne ao “caráter convidativo” (ou valência, como prevaleceu na tradução) do ambiente, ou seja, ele convida o homem a agir, favorecendo ou restringindo seu horizonte de ações. Em nosso estudo, observamos que os restaurantes atraíam ou repeliam os moradores de acordo com algumas características mencionadas anteriormente: o tipo e o sabor da comida servida, o preço praticado, a nacionalidade de seus donos e o movimento da clientela. E mais do que simplesmente orientar as escolhas de restaurantes, essas características convidavam, convocavam, engajavam os moradores em suas perambulações pelo bairro, já que ir ao restaurante A ou B significava seguir caminhos bem diversos pelas ruas do bairro.

O engajamento corporal e a ação dos pés

Outra referência mantida por Berleant é a fenomenologia de Merleau-Ponty. Pautado pela noção de corporeidade, o autor destaca também uma relação de reciprocidade: se o ambiente nos engaja para comportamentos, nossa ação engajada devolve uma transformação ao ambiente (o corpo se conforma à ação do ambiente; o ambiente se conforma a ação do corpo).

Assim, toda ação sobre o espaço não é um ato desinteressado, mas uma atuação política no ambiente. A adoção desse sentido leva o autor a propor uma compreensão estética e ambiental baseada no conceito de engajamento, uma forma de “envolvimento que transcende os limites usuais de subjetivo e objetivo, en-

corajando a mutualidade da participação na situação estética, a qual reúne ambos, objeto e percebido, dentro de um domínio unificado”. (Berleant, 1992, p. 156)

No bairro da Liberdade, identificamos que esse tipo de transformação engajada se deu lentamente pela ação dos pés. Passo a passo, comunidades pisaram e repisaram o solo do bairro. Pegadas viraram trilhas, que, por sua vez, formaram caminhos. Com o tempo, na beira do caminho, surgiu um comércio, um alojamento, outro comércio, outro alojamento. A cada novo estabelecimento, as feições da paisagem se transformaram a ponto de ser possível reconhecer nelas os traços da própria comunidade. Hoje, por exemplo, reconhecemos uma identidade oriental no bairro da Liberdade. A decoração oriental que a caracteriza se apresenta como o produto das pegadas das grandes correntes imigratórias de japoneses e chineses que afluíram para o bairro ao longo do século XX. Mas, como já observara Saito (2008), ainda é possível depreender pegadas mais antigas a partir de algumas marcas residuais no bairro. Temos a Capela dos Aflitos e a Igreja dos Enforcados, que são vestígios dos antigos fluxos do tempo da escravidão; a Lega Itálica e a Casa de Portugal, que testemunham um movimento posterior ligado à imigração italiana e portuguesa.

Essa leitura baseada em vestígios de tempos passados nos conduziu às contribuições do arqueólogo britânico Christopher Tilley (1994). No segundo capítulo de sua fenomenologia da paisagem, o autor apresenta casos de povos tão distintos como os aborígenes australianos, os Mistassini Cree de Quebec, os Koyukon do Alaska, os Foi e os Kaluli de Papua Nova Guiné, mas que se assemelham no modo como se relacionam com as respectivas paisagens locais. Num plano mais imediato, elas são tratadas enquanto solo para suas atividades diárias de subsistência e, num plano mais remoto, enquanto vestígio de tempos ancestrais. No entendimento desses povos, uma formação do terreno encerra tanto a metamorfose do próprio ancestral (ou de algum objeto deixado por ele), como o rastro de sua passagem pela terra. Nesse caso, há uma correspondência entre o desenho da paisagem e os movimentos dos antepassados durante tempos mitológicos. Para os abo-

rígidos australianos, por exemplo, os meandros traçados por um rio foram produzidos pelos movimentos da serpente ancestral. A depressão de um charco guarda a marca do lugar em que o ancestral se sentou.

Embora o trabalho do autor nos remeta ao tempo longo da arqueologia, podemos pensar num intervalo bem mais curto e retornar ao bairro da Liberdade. Há pouco apresentamos os vestígios de diferentes grupos cujos movimentos, curiosamente ligados às grandes rotas de imigração para formar a mão-de-obra brasileira, transformaram as feições locais. Mas não apreendemos apenas esses traçados de trabalhadores imigrados da África, Europa e Ásia. Encontramos também afluxos religiosos no bairro da Liberdade, cujos movimentos se traduziram na construção de diversas igrejas sediadas na região. Por exemplo, a construção da Igreja dos Enforcados responde a mobilização de fiéis que mantiveram a tradição de acender velas ao soldado Chaguinhas, transformado em personagem icônico ao sobreviver por três tentativas de enforcamento no antigo Largo da Força (atual Praça da Liberdade). Como as cordas da forca se romperam por três vezes, a multidão presente no largo pediu por clemência ao soldado. O clamor popular não foi atendido e então uma quarta e última tentativa foi cumprida, desta vez levando a execução a termo. Esse episódio singular suscitou o culto popular ao soldado Chaguinhas. É em sua homenagem que se ergueu a tradição de acender velas no local e ainda hoje se verifica o aumento na visita da Igreja dos Enforcados às segundas-feiras para o cumprimento dessa tradição. Dado o grande número de faculdades instaladas no bairro, verifica-se também grande afluxo de estudantes universitários, cujo reflexo na paisagem local é a presença constante de copiadoras e bares nos arredores das faculdades. As primeiras mantêm pastas com textos e apostilas indicados pelos docentes na bibliografia dos diversos cursos universitários e os segundos oferecem a refeição rápida necessária para os estudantes antes das aulas ou sustentam os ligeiros hábitos recreativos estudantis depois das aulas, especialmente no período noturno. Na Rua Taguá, por exemplo, o entorno dos bares concentra grupos de estudantes não apenas nas

calçadas, o que requer atenção dos motoristas, já que as rodas festivas chegam a ocupar parte da via.

O antropólogo britânico Tim Ingold identifica em movimentos semelhantes a esses que descrevemos não apenas o traço por eles deixado na paisagem local, mas também um processo social, compartilhado por meio do chão. A socialização não se daria então apenas pelas palavras trocadas entre a comunidade, mas também por movimentos do corpo, compartilhados e situados sobre um mesmo solo. Tim Ingold expressa esse tipo de laço terreno de uma coletividade por meio do termo “solo do social” (ground of the social). O solo reúne o social. Sobre ele, refazemos os passos de nossos predecessores e, ao fazê-lo, nossas vidas se vinculam.

Podemos inclusive trazer essa ideia para o bairro da Liberdade. Embora calçadas não ofereçam uma superfície adequada para impressão e apreensão de pegadas, isso não significa que os pés de imigrantes japoneses não deixaram marcas no solo da Liberdade. Tanto deixaram rastros, como eles puderam ser seguidos por outros imigrantes. Um passo atrás de outro, uma pegada sobre outra, assim seguidamente até trilhas se abrirem, conformando o caminho de uma comunidade que passou a se socializar não apenas pelas conversas, mas também pelos movimentos compartilhados sobre um mesmo solo.

Nesse sentido, um circuito formado num parque, um ciclo mantido repetidamente num bairro, uma circulação aberta numa praça são movimentos que refletem modos de intervenção social tão engajados quanto protestos, propostas e manifestações políticas. Isso, longe de significar uma oposição entre movimentos corporais e discursos, indica o quanto ambos se apresentam de modo indissociável e devem ser entendidos em conjunto. Para exemplificá-lo, podemos recorrer ao famoso exemplo da Avenida Paulista em São Paulo, que representa tanto o ponto de partida como o de chegada de grupos que desejam divulgar suas reivindicações. Para que o discurso circule pela cidade, é preciso que muitos pés percorram o chão da avenida e de outras vias públicas, o que deixa traços para serem seguidos por novos grupos. O engajamento então não é apenas discursivo,

repassado de boca em boca, mas também corporal, efetuado pela simples ação dos pés sobre o solo.

Referências

- Berleant, A. (1992). *The aesthetics of environment*. Philadelphia: Temple University Press.
- Berleant, A. (2005). *A phenomenological aesthetics of the environment*. Em A. Berleant. *Aesthetics and environment: variations on a theme* (pp. 3-16). Aldershot, UK: Ashgate.
- Ide, D. S. (2014). *Perambulações no bairro da Liberdade: passeios ao vivo e em vídeo com moradores locais*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ingold, T. (2010). *Footprints through the weather-world: walking, breathing, knowing*. Em *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16(s1), S121-S139.
- Lewin, K. (1965). *Ecologia Psicológica*. Em D. Cartwright (Org.). *Teoria de Campo em Ciência Social* (pp.193-212). São Paulo: Livraria

- Pioneira Editora. (Trabalho original publicado em 1951).
- Lewin, K. (1970). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1948).
- Lewin, K. (1975). *Forças ambientais no comportamento e desenvolvimento infantis*. Em D. K. Adams, & K. E. Zener (Orgs.). *Teoria dinâmica da personalidade* (pp. 71-115). São Paulo: Cultrix (Trabalho original publicado em 1935).
- Saito, C. N. I. (2008). *O espaço residual no bairro da Liberdade como linguagem e comunicação*. Em *ABEJ Papers*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Japoneses.
- Tilley, C. (1994). *A phenomenology of landscape*. Oxford: Berg Publishers.
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: SESC/Studio Nobel. (Trabalho original publicado em 1990).

A CLÍNICA HUMANIZADA NO CAMPO DA SAÚDE COMO INTERVENÇÃO SOCIAL EM UM TERRITÓRIO URBANO

Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva
Doutor em Enfermagem pela
UFRJ/Doutorando em Psicologia social pela
UERJ/PPGPS
Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Cuidado na Saúde
Universidade Federal Fluminense, Brasil
roserosauff@gmail.com

Denize Cristina de Oliveira
PhD, Professor Titular, Faculdade de Enfermagem
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil.
dcouerj@gmail.com

Eliane Ramos Pereira
PhD, Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Ciências do

Cuidado na Saúde
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Elianeramos.uff@gmail.com

Marcos Andrade Silva
Mestre em enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Doutorando do Programa de Pós-graduação e Ciências do Cuidado na Saúde
Universidade Federal Fluminense, Brasil
m.andradesilva01@gmail.com

Resumo: Trata-se de um recorte de tese de doutorado que objetivou em psicologia social que objetivou identificar o movimento dialético que aparece nos discursos dos profissionais acerca das dificuldades e facilidades no exercício da humanização no hospital para que houvesse uma clínica humanizada como intervenção social em um território urbano chamado hospital geral. Como metodologia optou-se pela hermenêutica do discurso do sujeito à luz do referencial adotado de Denise Jodelet, teórica das Representações Sociais, em relação ao seu conceito de experiência e também pelas concepções de Morin. Os sujeitos escolhidos para a entrevista foram profissionais do campo da saúde de um hospi-

tal geral em Niterói. Conclui-se que a clínica humanizada no campo da saúde pode constituir-se como intervenção social em um território chamado hospital geral na medida em que se apresenta como possibilidade de transformação social, espaço de lutas e comparecimento ao exercício da cidadania instituinte e libertária.

Palavras-chave: Humanização; Saúde; Representações Sociais

Abstract: This is a doctoral thesis in social psychology that aimed to know the symbolic construction professionals in the health field about the humane care in health and in identifying the speeches difficulties and facilities so that there was a humanized clinical and social intervention in an urban area called general hospital. The methodology we chose the hermeneutics of the subject of discourse in the light of the framework adopted by Denise Jodelet theoretical Social Representation in relation to his concept of experience and also by conceptions of Morin. The subjects chosen for interview were professionals in the health field in a general hospital in Niteroi. We conclude that humanized clinic in the health field may be constituted as social intervention in a territory called general hospital in that it presents itself as a possibility for social transformation, space fights and attendance to the exercise of instituting and libertarian citizenship.

Keywords : Humanization ; Health; Social Representations

Introdução

O cuidado é um elemento intrínseco ao exercício no campo da saúde, possibilitando a construção da identidade do profissional do campo da saúde uma vez que é um ser que cuida do outro. O grande desafio em nosso cotidiano é cuidar do outro, de forma que se respeite todas as dimensões que envolvem o cuidar humanizado. Além disso, implementar o cuidar humanizado é fundamental para que assim nossa assistência seja de qualidade e articulada aos saberes técnicos, científicos, sociais e ético-morais. a humanização pode ser entendida como um processo que confirma no homem traços essenciais, como “o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa

disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, a percepção da complexidade do mundo e dos seres” (Candido, 2004. p.180).

Da mesma forma, atualmente há evidente necessidade de se humanizar a saúde, pois dela depende também o sucesso dos tratamentos e dos relacionamentos que se travam nos cenários assistenciais nos diversos níveis. No Brasil, a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (HumanizaSUS) instituída pelo Ministério da Saúde em 2003, objetiva efetivar os princípios do SUS. Ela reconhece que estados, municípios e serviços de saúde estão implantando práticas de humanização nas ações de atenção e gestão com bons resultados, o que contribui para a legitimação do SUS como política pública. Neste sentido, trata-se de considerar que:

Envolver-se com a produção do cuidado em saúde nos lança irremediavelmente no campo da complexidade das relações, entre os sujeitos trabalhadores, gestores e usuários dos serviços de saúde, onde a opção excludente por um dos polos não se sustenta para a efetiva alteração dos modelos de atenção e gestão em saúde (Heckert, Neves, 2007, p. 145).

Outrossim, cabe destacar que a proposta de humanização da atenção à saúde surge no cenário das políticas públicas como uma oportunidade de propor, discutir e empreender um processo de mudança na cultura de atendimento vigente em toda a rede do SUS, quebrando as fronteiras impostas historicamente. Trata-se antes de tudo de falar em uma atitude que se chama por assim dizer transdisciplinar:

[...] entendemos que não se trata de apontar modelos político-pedagógicos ideais, abstratos e dissociados do cotidiano dos processos de trabalho, mas principalmente indicar modos de fazer a formação (princípios e métodos) que se construam num ethos da integralidade e da indissociabilidade entre cuidar, gerir e formar. Outrossim, requer entender a formação como "atitude" transdisciplinar, ou seja, em sua potência de produzir aberturas a novas sensibilidades, "dizibilidades" e visibilidades que expressam a multivetorialização nos quais estão envolvidas as práticas concretas de cuidado e gestão em saúde (Heckert, Neves, 2007, p. 148).

A humanização é de suma relevância na medida em que se assenta nos valores de autonomia e protagonismo dos sujeitos, de coresponsabilidade entre eles, de solidariedade dos vínculos estabelecidos, dos direitos dos usuários e da participação coletiva no processo de gestão (Ministério da saúde, 2006).

A humanização precisa ser engendrada, sobretudo no DNA da formação, naquele lugar epistemológico e arqueológico por excelência que oportuniza a possibilidade do “espanto” no sentido mais grego que se possa dar a esta palavra:

A formação se dá como intervenções formadoras, isto é, todo o processo de formação é desde sempre situado, contingenciado pelas condições e meios do processo de trabalho, condições e meios do trabalhador de viver no trabalho. Formar, portanto, equivale a intervir na situação sempre coletiva do trabalho. Uma proposta de formação que não leve em conta as especificidades dos saberes e configurações locais em seu entrecruzamento estará fadada ao insucesso, pois nada transformará. Formação é assim, transformação (Barros, Benevides, 2007, p. 78).

Torna-se relevante na medida em que se faz necessário compreender a prática efetivada e seus determinantes para que se possa melhorá-la a fim de prestar um atendimento digno à pessoa que é usuária dos serviços de saúde e isso requer também protagonismo não só do usuário, mas também do trabalhador.

A questão da humanização traz para cada um campo de reflexões no âmbito ético, estético, político e antropológico e epistemológico na medida em que na área da saúde a revisão dos textos científico aponta para a exuberância de um certo tecnicismo, falta de comunicação, fraco compromisso com o bom resultado do trabalho realizado, pouca compaixão e sensibilidade para com o sofrimento do outro, deslizos éticos associados ou não ao esgotamento do profissional da saúde, e a falta de eficiência em gerir e organizar os processos de trabalho têm efeitos devastadores sobre as pessoas (Sá, 2005; Araújo e col., 2003; Ayres, 2004).

Considerando que as práticas de humanização estão relacionadas com a dinâmica que circula no campo representacional dos profissionais

de saúde em suas interações com o outro, e imersos ambos no contexto do cotidiano do cuidado em saúde, o estudo foi instigado a partir da questão que norteou a investigação: Que movimento dialético aparece no discurso dos profissionais acerca das dificuldades e facilidades que consideram no exercício da humanização no hospital? Neste sentido, o trabalho objetiva identificar o movimento dialético que aparece nos discursos dos profissionais acerca das dificuldades e facilidades no exercício da humanização no hospital para que houvesse uma clínica humanizada como intervenção social em um território urbano chamado hospital, que em certa medida constitui-se como a ressonância de um centro de poder.

Com efeito, tratando-se da construção simbólica em representações sociais, é importante dizer que:

A tarefa da representação nos campos sociais está relacionada à construção de visões de mundo, com o estabelecimento de sistemas de conhecimento cotidiano que não apenas buscam propor um referencial para guiar a comunicação, a coordenação da ação e a interpretação daquilo que está em questão, mas também expressam de forma efetiva os projetos e identidades dos atores e as inter-relações que eles constroem (JOVCHELOVITCH, 2006, p. 35-36).

Mediante tal perspectiva, cabe aqui dizer que toda representação é uma construção epistemológica e psicossocial e que, portanto, admite uma dimensão simbólica, mas está imbricada na experiência, “está ligada ao esforço de pessoas e comunidades para representar a si mesmos, mesmo quando existe intenção ativa de retirar e controlar a dimensão subjetiva da representação, como no caso da ciência”. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 175)

Método

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, com embasamento teórico no campo das representações sociais. Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada para coleta de dados, mediante roteiro com perguntas abertas. O cenário de pesquisa foi um hospital universitário no Brasil localizado no estado do Rio de Janeiro no município de Niterói, instituição pública esta conveniada com o SUS, e que mantém articulações com a

proposta de humanização.

Os sujeitos da pesquisa foram vinte e quatro profissionais do campo da saúde. Os critérios de inclusão são profissionais de nível superior que atuavam nos setores de Doenças Infecciosas e Parasitárias, Clínica Médica e Cirúrgica e com tempo de atuação no hospital superior a seis meses, considerando tempo suficiente para o conhecimento de normas, rotinas e políticas institucionais. Foram excluídos os profissionais que possuem uma experiência profissional inferior a um ano e possuir tempo de casa inferior a 6 meses no referido hospital, assim como aqueles que estiverem “remanejados” no setor que a pesquisa estiver sendo realizada, não guardando relação com a proposta.

Os profissionais foram convidados a participarem da pesquisa, sem interferir na dinâmica das atividades no trabalho e as entrevistas ocorreram no próprio setor, após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados por um questionário de caracterização dos sujeitos com perguntas abertas e fechadas e também por uma entrevista com perguntas abertas. Os dados foram colhidos, realizada a agregação simbólica das unidades de registro, seguindo-se da agregação das unidades de significação e finalmente foi realizada a hermenêutica do discurso do sujeito à luz do referencial adotado de Denise Jodelet, teórica das Representações Sociais, em relação ao seu conceito de experiência e de Morin. A pesquisa pautou-se pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do referido Hospital sob o número do parecer 208.069.

Resultados

Foram entrevistados vinte e quatro profissionais, sendo 17 enfermeiros (71%); três médicos (12.5%); três assistentes sociais (12.5%) e um fisioterapeuta (4%). Diante dos dados coletados nas entrevistas, da análise e de categorização, elaborou-se unidades de significação e assim foi realizada a hermenêutica do discurso do sujeito originando três matrizes. A primeira foi intitulada como “facilidades relacionadas ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao sujeito trabalhador”, a segunda como “facilidades relacionadas ao sujeito

profissional e dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho” e a terceira “Facilidades e dificuldades relacionadas à política”.

Discussão

Facilidades relacionadas ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao sujeito trabalhador

Os profissionais da saúde expressaram as facilidades e as dificuldades vivenciadas para o exercício da humanização da assistência. Essa expressão mostra a densidade desta problemática no seio da humanização em saúde. Mostra também a composição, a configuração dialética que se movimenta o tema aqui proposto. Neste sentido, ao ser indagado sobre as dificuldades e facilidades do profissional assevera que:

Dificuldades-Sistematização da assistência não direcionada para as necessidades humanas de cada cliente. Facilidades: Número adequado de profissionais, digo, de profissionais envolvidos na assistência. (E1)

A questão da relação sujeito/pessoa e do sujeito trabalhador opera de forma conjunta. Diz respeito ao mundo da experiência deste trabalhador em saúde, tem relação com a construção simbólica que está em marcha no modo dele ser e perceber sua realidade. Daí a sua complexidade: “Tudo é complexo: a realidade física, a lógica, a vida, o ser humano, a sociedade, a biosfera, a era planetária...” (Morin, 2000, p. 133). Assim, o profissional declara que:

Dificuldades: Rotina diária e diminuição do número de profissionais dificultam essa assistência humanizada. Facilidades: O contrário disso. (E2)

Com efeito, há de se considerar que as facilidades e as dificuldades são complexas e dialéticas na medida em que impõem desafios para estes profissionais, o cuidar e mais ainda, o cuidar humanizado exige o transpor de muitas limitações, seja de ordem pessoal, institucional, estrutural, material. O profissional compreende que existem:

Dificuldades quando a gerência visa humanização e facilidades quanto a número de funcionários. (E4)

Neste sentido, trata-se de compreender que a facilidade e a dificuldade diante de um mesmo

fenômeno mostra o seu próprio modo de ser bipolarizado: “o ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas” (Morin, 2000, p. 58). Assim, o profissional observa que:

Dificuldades: a maior é o desconhecimento da própria proposta de humanização paralela à falta de investimento do SUS. Facilidades: o contrário. (E5)

Mediante tal consideração, crê-se poder dizer que os profissionais veem facilidades relacionadas ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao sujeito trabalhador. Essa questão também encontra a sua raiz naquilo que aprendemos como pensador em termos de nossa herança educacional e curricular no campo da saúde pelo modelo biomédico:

Porque nossa educação nos ensinou a separar e a isolar as coisas. Separamos objetos de seus contextos, separamos a realidade em disciplinas compartimentalizadas umas das outras” (Morin, 1997, p. 15).

Assim, é preciso compreender que todo este processo de humanização, de dificuldades e de facilidades também expressa o âmbito das relações, o humano em cada coisa que fazemos afetarmos com o nosso fazer. É preciso então refletir mais intensamente sobre esta proposição:

Dificuldades: Carga de trabalho, estrutura, recursos materiais e humanos características intrínsecas de cada profissional. Facilidades: Promoção constante da temática junto da equipe. Promoção de uma gestão humanizada de pessoas. (E6)

Nesse sentido, podemos pensar na articulação entre experiência e representações sociais (JODELET, 2005). Ao articular representações sociais e experiência, Jodelet (2005) mostra que devem ser levados em conta os fatores das representações compartilhadas por um grupo, que estão numa relação de imbricação para construir o sentido da experiência vivida. Como observa a autora,

[...] construída no seio de situações concretas com as quais o sujeito se depara, a noção de experiência constitui um enriquecimento ou um alargamento da relação com o mundo. Podemos perceber, em geral, duas dimensões: uma dimensão de conhecimento e uma dimensão que é da ordem do experimentado, da implicação psicológica do sujeito (JODELET, 2005, p.26).

Jodelet assevera que a experiência é relacionada à dimensão do vivido, articulando a noção de experiência vivida como “o modo através do qual as pessoas sentem uma situação, em seu foro íntimo, e o modo como elas elaboram, através de um trabalho psíquico e cognitivo, as ressonâncias positivas ou negativas dessa situação e as relações e ações que elas desenvolveram naquela situação” (JODELET, 2005, p. 29). Com efeito, o “vivido” imbrica-se ao sujeito que “experimenta e sente de maneira emocional” (JODELET, 2005, p.31). Nesta medida, “o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em uma teoria, de uma omnisciência” (Morin, 1990, p. 9). Com efeito, a própria situação que traz a dificuldade e a facilidade oferece a dinâmica de uma complexidade da situação dada:

Dificuldades: Número de profissionais o suficiente para prestar a assistência. Facilidades: Quando a instituição e os profissionais estão voltados para prestar uma assistência humanizada e quando a política da instituição é voltada para a humanização da assistência. (E9)

A questão que se coloca é que as dificuldades e facilidades dizem respeito ao humano e ao sujeito trabalhador que está envolvido em várias categorias profissionais de saúde. Apesar da polissemia que este dado possa trazer, trata-se, pois, de considerar que o eixo da experiência e da construção simbólica constitui seus pilares. Há na humanização uma espécie de hologramática: o princípio hologramático que coloca “em evidência esse aparente paradoxo de certos sistemas nos quais não somente a parte está no todo mas o todo está na parte” (Morin, 2000, p. 204). Assim, o profissional percebe que:

Dificuldades: Modo de cuidar ainda fundamentado no modelo cartesiano de atenção; relações interpessoais entre os membros da equipe de saúde, normas e rotinas estabelecidas pelos serviços de saúde. Facilidades: boa vontade da maioria das equipes, sentimento do dever cumprido em relação à aceitação da humanização, se colocar no lugar do paciente e ver que o próprio funcionário pode estar no lugar do paciente. (E10)

Assim, mister se faz compreender que a questão das facilidades relacionadas ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao

sujeito trabalhador dizem respeito a uma perspectiva multi e interdisciplinar. Diante disto é preciso para Morin:

Ligar o homem racional (*sapiens*) ao homem louco (*demens*), o homem produtor, o homem técnico, o homem construtor, o homem ansioso, o homem gozador, o homem extático, o homem cantante e dançante, o homem instável, o homem subjetivo, o homem imaginário, o homem mitológico, o homem crítico, o homem destruidor, o homem consciente, o homem inconsciente, o homem mágico, o homem racional num rosto de faces múltiplas em que o *hominída* se transforma definitivamente em homem. (Morin, 1979, p. 151)

A questão da facilidade relacionada ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao sujeito trabalhador nos faz pensar que é importante para a humanização a valorização dos aportes culturais e subjetivos:

O profissional está descrente de qualquer nova proposta, por isso acaba dificultando o bom relacionamento com o paciente. Políticas de incentivos, plano de carreira, melhores condições das unidades. Primeiro deveria ocorrer a humanização com os profissionais para depois realizar com o funcionário. Facilidades: a melhor integração entre os sistemas municipais, estaduais e federais de saúde que ocorre hoje em dia. A valorização do paciente, muitas políticas criadas. A sociedade mais bem informada de seus direitos. (E13)

Diante disto, infere-se que mediante esta problemática é preciso pensar que dentro deste contexto “existe ao mesmo tempo unidade e dualidade entre *Homo faber*, *Homo ludens*, *Homo sapiens* e *Homo demens*. E, no ser humano, o desenvolvimento do conhecimento racional-empírico-técnico jamais anulou o conhecimento simbólico, mítico, mágico ou poético” (Morin, 2000, p. 59).

O profissional em questão é este sujeito que é ao mesmo tempo *Homo faber*, *Homo ludens*, *Homo sapiens* e *Homo demens* e que detecta em sua experiência no campo da saúde facilidades e dificuldades no que tange à humanização. Essa proposta ética e estética de reestruturação no campo da saúde que é a humanização tem a ver com a facilidade e com a dificuldade de operar o seu próprio projeto de ser:

Dificuldades: Déficit de recursos humanos. Fal-

ta de interesse profissional. Dificuldade de envolvimento. Facilidades Grupos de discussão sobre humanização- Equipe unida, integrada. Grupos de discussão sobre humanização.(E19)

Nesta medida, cabe ressaltar que a questão da dificuldade e da facilidade dá pistas em termos de humanização acerca da complexidade que envolve a questão do cuidado e também da humanização no serviço de saúde e estes profissionais narram estas facilidades e dificuldades através das suas experiências na interseção entre determinantes sociais e fatores biológicos no confronto com a vida e com a morte:

Dificuldades: dificuldade em algum tipo de material. Ex. uso de hemoderivados (plaquetas). Facilidades: Equipe médica estar sempre comprometida em dar atenção médica e emocional, comportamento da equipe em prol da humanização é evidente.(E20)

Nesta perspectiva Jodelet (2005, p.31) entende que a “experiência” é construída no seio de situações concretas do mundo na medida em que são situações que o sujeito se depara em sua vivência hodierna e possui uma dimensão de conhecimento e uma dimensão que é da ordem do vivido e o sujeito “experimenta e sente de maneira emocional”. Falar de humanização no campo da saúde, de facilidades e dificuldades impõe a cada um de nós necessariamente a pensar a noção de homem e Morin (1998, p. 130) diz que “a noção de homem não é uma noção simples: é uma noção complexa”, isto porque o homem é um ser complexo:

Dificuldades: Falta de profissionais. Carga horária abusiva. Profissionais institucionalizados. Grande quantidade de pacientes. Estrutura física da instituição. Facilidades: Aquelas inerentes ao ser humano. (E23)

Quando examinamos a questão da humanização vemos que ainda nos falta muito conhecer: “ciência das coisas do espírito, das entidades mitológicas e dos sistemas de ideias concebidos na sua organização e no seu modo de ser específico” (Morin, 1998, p. 30) e assim pensarmos um outro modelo de cuidado que não seja aquele que precise de uma política para que se pense a humanização.

É preciso pensar estratégias de gestão em humanização que supere os modelos episte-

mológicos centrados na clínica vertical; na pouca interação do trabalhador com o cliente-família-comunidade e que leve em conta as facilidades relacionadas ao sujeito/pessoa e dificuldades relacionadas ao sujeito trabalhador como pauta de lutas e reivindicações da classe trabalhadora, pois esse é o grande desafio das estruturas plurais que assume como tarefa o abandono das concepções substancialistas e da perspectiva "hilemorfista" da individuação ao nível institucional ao pensar já não mais o instituído, mas o instituinte.

Facilidades relacionadas ao sujeito profissional e dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho: desafios para a antropológica

Os profissionais alegam também que as facilidades estariam relacionadas ao sujeito profissional e dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho, assim considera-se oportuno levar em conta a seguinte fala que também lembra o componente ético nas relações de trabalho:

Dificuldades: falta de compromisso dos profissionais, falta de organização, equipe reduzida. Facilidades, o oposto. (E3)

Assim, cabe ressaltar que não se trata de uma questão de ordem ou desordem, pois seria provocar um reducionismo a esta questão, mas ao contrário, vê-la sob a égide de uma antropológica. Assim, Morin (1998, p. 196) que diz ser "impossível, tanto no domínio do conhecimento do mundo natural como no conhecimento do mundo histórico ou social, reduzir nossa visão quer à ordem, quer à desordem". Dentro desta perspectiva o profissional diz que:

Dificuldades: Equipe dicotomizada; temos os técnicos e os auxiliares, sensibilizá-los a determinadas condutas é difícil devido ao seu conhecimento limitado; é vista como maneira de caridade; temos formação científica; tratar o paciente com respeito, ética moral, sabendo quais são os cuidados que têm que prestar ao cliente, visando a preservação da segurança do paciente e acolher ele para a melhora do seu estado. Treinamento imediato com a equipe de enfermagem em serviço. Facilidades: Compreender e saber sua posição dentro da sua profissão, dentro da equipe multiprofissional, as pessoas vão entender e respeitar por isso. (E7)

Torna-se imperioso dizer que o mundo do trabalho é atravessado por diversas questões e

elas refletem o quanto a saúde possui interfaces no campo da antropologia filosófica; na epistemologia e no campo ético, da vida da práxis na medida em que a humanização se capilariza em todas essas dimensões. O profissional diz que:

Dificuldades: falta de profissionais no setor devido à remanejamento para outro setor. Facilidades: a quantidade de pacientes possibilita prestar um atendimento de qualidade. (E8)

Assim, observa-se como Jodelet, que a representação social, "... é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (Jodelet, 2001, p. 22).

Dificuldades: estresse, cansaço (devido às más condições de trabalho, dupla jornada) e resistência de alguns profissionais em relação a esse processo. Facilidades: por ser o profissional que passa a maior tempo com o paciente, acaba facilitando a relação entre eles. (E11)

Com efeito, trata-se de uma visão de mundo e como tal, contribui para a identidade social (Abric, 1998; Jodelet, 2001) do sujeito em relação ao seu modo de ver a questão das facilidades e dificuldades.

Dificuldades: excesso de demanda, procura exagerada de ofertas técnicas e tecnológicas, a busca voraz de lucros ou ainda falta de condições técnicas, capacitação, gerência e de espírito de acolhimento. Facilidades: dar lugar à palavra do usuário e também do profissional de saúde. (E12)

Trata-se, portanto, de averiguar em que medida "da mesma forma que [se] necessita de afetividade, a realidade precisa do imaginário para ganhar consistência" (Morin, 2002, p. 132). O profissional atrela o exagero de tecnologia e a falta de condições técnicas com a falta de espírito de acolhimento às dificuldades sofridas na práxis. Trata-se, portanto, de averiguar em que medida o problema político é recolocado a partir da perspectiva do trabalhador e não apenas da instituição e do instituído.

É preciso pensar a práxis e o desafio da humanização fora de qualquer modelo mimético. Com efeito, há de se considerar aqui as modalidades de temporalização e de espacialização que hodiernamente configuram novas

direções para a compreensão das facilidades relacionadas ao sujeito profissional e dificuldades relacionadas ao mundo do trabalho das sociedades. São questões que atravessam a experiência do sujeito trabalhador e que já não se pode mais dizer que são imperceptíveis (anorgânicos), indiscerníveis (assignificantes) e impessoais (assubjetivos).

Observa-se na fala dos profissionais a marca da experiência atrelada a todo um modo de perceber, elaborar e expressar a vivência das facilidades e dificuldades. São como que “cicatrices da maturidade”, cicatrizes que a experiência traz adquiridas na práxis, uma espécie de marca simbólica que carregam no DNA social, de suas representações. Esse símbolo é capaz de influir como também ser influenciado por novas experiências.

Facilidades e dificuldades relacionadas à política como dialética da existência

A questão da polis é a questão da política por excelência. A Política Nacional de Humanização não fugiu desse escopo. Há nela toda uma diretriz de integralidade que engendra e tecem as relações com os usuários, gestores e trabalhadores do campo da saúde. Neste sentido, as falas transparecem também que as dificuldades e facilidades dizem respeito também ao campo da polis, enquanto campo da cidade, da negociação, das trocas:

Dificuldades: dificuldade de romper com a estrutura cristalizada de normas institucionais que distanciam o usuário como sujeito do seu tratamento. Romper com o saber “soberano” da saúde. Ex. ausência de rotina, de diálogo com a família, processo de trabalho fragmentado; limitação do acesso do acompanhante no turno da manhã; ausência de diálogo multiprofissional (não há round multiprofissional). Facilidades-Desafio constante: propiciar através do diálogo com profissionais do setor, a participação dos residentes e estagiários que estimulam a reflexão cotidiana e pensar novos modos para atender as necessidades reais em saúde, com participação do usuário. (E21)

Trata-se, pois de considerar que representações são sociais porque o mundo é partilhado entre as diversas pessoas (Jodelet, 2001) e não só as facilidades, mas também seus desafios, dificuldades, pois fazem parte da dialética da existência, do seu manejo e de sua estética. As sociedades contemporâneas

são caracterizadas por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações, desenvolvimento da ciência, pluralidade e mobilidades sociais” (Jodelet, 2001, p. 22) e isso faz com que o profissional seja desafiado a lidar com a cristalização da norma, a questão do saber hegemônico, mas também é incitado a pensar modos para atender às demandas hodiernas cada vez mais desafiadoras que precisam descongelar certas definições que vão sendo produzidas, inclusive pelo conhecimento e pela compreensão.

Dificuldades: Dentre as dificuldades observadas, destacamos: centralização da gestão em saúde- processos rápidos e múltiplos de privatização, por meio da atuação de organizações sociais e fundações. Convivência de múltiplas formas de contratação entre os profissionais da mesma unidade. Facilidades- Dentre as facilidades destacamos: Empenho dos profissionais na defesa da saúde pública. (E22)

As representações, afirma Jodelet, “são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens” (Jodelet, 2001, p. 17). Neste sentido observa-se as mensagens que estes profissionais emitem a respeito das dificuldades vivenciadas no cotidiano de seu ofício relacionadas a diversas questões que os afligem desde múltiplas contratações até a crítica da defesa da saúde pública. Com efeito, asseveraram também que em termos de dificuldades que passam pela questão da:

Falta de profissionais capacitados, acolhimento. Facilidades. Ouvir a palavra do usuário e do profissional, com atenção, dando espaço para que todos possam expor o que necessitam. (E24)

A fala anterior sugere que as representações estão na base do senso comum, nos processos de comunicação e interação cotidianos, quando então imitam os quadros de referência para a ação (Jodelet, 2001).

Neste sentido a questão que se coloca diz respeito à questão não apenas da política, mas da sociedade na medida em que: “não só os indivíduos estão na sociedade, mas a sociedade também está nos indivíduos, incutindo-lhes, desde o nascimento deles, a sua cultura” (Morin, 2002, p. 51-52), assim, as dificuldades abordadas por estes profissionais dizem respeito ao mundo da política do Estado e também à sociedade que ela origina.

Vale lembrar um texto de Moscovici (2011, p. 540) que ele menciona que: "... permanecemos tão distantes quanto outrora da perspectiva de um trabalho não alienado e de uma sociedade transparente, que pertença às classes das quais ela é a obra permanente." Isso nos faz compreender que o próprio processo de politização é um itinerário marcado por lutas, pelo enfrentamento de dificuldades e por uma tensão na medida em que todas estas questões dizem respeito à própria dialética da existência.

A sociedade e os indivíduos vivem uma relação de imbricação que não há como desassociar tal elo, pois isto as faz cumprir um papel sócio-histórico e político que diz respeito ao próprio nascedouro e movimento da PNH. É preciso pensar na proposta deste paradigma ético-estético que a PNH nos coloca e assim também poder acolher as singularidades dos sujeitos que operacionalizam a Política ora implementando, ora questionando. Dessa maneira, vale pontuar que:

Sujeitos engajados em práticas locais, quando mobilizados, são capazes de, coletivamente, transformar realidades transformando-se a si próprios neste mesmo processo. Trata-se, então, de investir, a partir desta concepção de humano, na produção de outras formas de interação entre os sujeitos que constituem os sistemas de saúde, deles usufruem e neles se transformam. (Benevides, Passos, 2005, p.390)

Conclusão

Conclui-se que a clínica humanizada no campo da saúde pode constituir-se como intervenção social em um território urbano chamado hospital geral na medida em que se apresenta como possibilidade de transformação social, espaço de lutas e comparecimento ao exercício da cidadania instituinte e libertária.

Assim, mister se faz que este território também seja percebido como uma estética capaz de ofertar um trabalho humano que ofereça escuta, acolhimento, conforto, mas também, ações territoriais, lutas políticas e o exercício da subjetividade, que se preciso, seja capaz de mudar os processos de subjetivação em prol da humanização da assistência.

É preciso, portanto, levar em conta neste território de lutas o sujeito, a intersubjetividade

e as práticas de saúde e pensar as dificuldades e facilidades no quesito humanização da assistência o cuidado como categoria reconstrutiva.

Com efeito, é preciso ter a coragem de mudar processos de subjetivação em prol da humanização da assistência a partir do não cegamento dos seus paradoxos, agenciamentos tecno-semiológicos e da própria possibilidade de produção de subjetividades.

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & Oliveira D. C. (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB
- Araújo, T. M., Aquino, E., Menezes G., Santos C.O., & Aguiar L. (2003) Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadoras de enfermagem. *Revista de Saúde Pública*, 37 (4), 424-433
- Ayres, J. R. (2004) Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 8 (14), 73-91
- Barros, M.E.B., & Benevides, R. A potência formativa do trabalho em saúde. In Pinheiro, R., Mattos, R.A., & Barros, M.E.B. (Org.). *Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas*. (pp. 75-84) Rio de Janeiro, RJ: Cepesc
- Benevides, R., & Passos, E. (2005) Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 9 (17), 389-406
- Candido, A. (2004). O direito à literatura. In: *Vários Escritos*. (pp.169-191). Rio de Janeiro, RJ: Duas cidades
- Ministério da Saúde (2006). *Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. (3a.ed). Brasília, DF: Ministério da Saúde
- Moscovici, S. (2011). *A Invenção da Sociedade – Sociologia e Psicologia*. (M. Ferreira, Trad.). Petrópolis: Vozes (Coleção Psicologia Social).
- Heckert, A.L.C., & Neves, C.A.B.N. (2007). Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo. In Pinheiro, R., Mattos, R.A., & Barros, M.E.B (Org.). *Trabalho em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas* (pp. 145-160). Rio de Janeiro, RJ:

Cepesc.
Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro, RJ: UERJ
Morin, E. (1979). *O enigma do homem: para uma nova antropologia*. (2a. ed). Rio de Janeiro: Zahar Editores
Morin, E. (1990). *Introdução ao pensamento complexo*. (2a. Ed). Lisboa: Portugal: Instituto Piaget
Morin, E. (1997). *O Homem e a Morte*. In Castro, G. (Org.), *Ensaio de Complexidade* (pp. 15-24). Porto Alegre, RS: Sulina
Morin, E. (1998). *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
Morin, E. [19-]. *O Problema Epistemológico da*

Complexidade. (2a. Ed) Lisboa: Portugal: Publicações Europa-América
Morin, E., & Le Moigne, J. (2000). *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo, SP: Cortez
Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo, SP: Cortez
Petrópolis., Morin, E. (2002). *O método V: a humanidade da humanidade*. Porto Alegre, RS: Sulina
Sá, M. C. (2005) *Em busca de uma porta de saída: os destinos da solidariedade, da cooperação e do cuidado com a vida na porta de entrada de um hospital de emergência*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE INTERNAÇÃO: O QUE ELA TEM A DIZER?

Ericka Patrícia Santos Feitosa
Mestranda
Universidade Federal de Alagoas
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
ericka.to@hotmail.com

Nadja Maria Vieira
Prof. Doutora
Universidade Federal de Alagoas
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
nadja_vieira@hotmail.com

Resumo: Esse projeto realizará investigação acerca das experiências psicológicas de crianças que estão internadas. A importância dessa investigação reside na necessidade de adequação de espaços hospitalares para atendimento ao público infantil. Defende-se que esses espaços devem promover saúde, incentivando a criatividade, além de favorecer minimização do impacto causado pela internação. Essa proposta se fundamenta em pressupostos da abordagem sócio-histórica na Psicologia. O alinhamento entre essa abordagem e os objetivos revelam-se na medida que a abordagem sócio-histórica aponta a origem social dos processos psicológicos destacando o desenvolvimento da linguagem. Participarão oito crianças de seis a dez anos divididas em

dois grupos: quatro que estiverem internadas há no máximo uma semana e quatro há pelo menos um mês. Como procedimento de coleta será solicitado aos participantes produzirem autorretratos em ambientes frequentados durante internação. Esses autorretratos serão fomentos para a narrativa de crianças que serão constituídas a partir de explicações sobre como foram produzidos.

Palavras-chave: Internação hospitalar; significações; autorretrato;

Abstract: This project will perform research about the psychological experiences of children who are hospitalized. The importance of this research is based on the need for adequate hospital care spaces for children. Here it is argued that these spaces should promote health by encouraging creativity and promoting the minimization of the impact of hospitalization. This proposal is based on assumptions of socio-historical approach in Psychology. The alignment between this approach and objectives reveals itself as the socio-historical approach explains the social origin of the psychological processes emphasizing language development. Will participate eight children aged six to ten years divided into two groups: four who are hospitalized at most a week and four for at least a month. As collection procedure participants Will be asked to produce self-portraits in environments frequented during hospitalization. These self-portraits will be encouragements to the narrative of children who will be constituted from explanations of

how they were produced.

Keywords: Hospitalization; meanings; self-portrait.

Introdução

O tema abordado nessa discussão será a adequação de espaços hospitalares para crianças. Discuti-se aqui a necessidade de adequação desses espaços para suprir as demandas do público infantil.

A justificativa para realização dessa discussão é chamar atenção para o impacto dos espaços hospitalares os quais devem ser pensados e estruturados de forma a propiciar o acolhimento e o desenvolvimento de crianças que venham a ser internadas nessas instalações. A relevância desse estudo está na medida em que se observa a necessidade de construção desses espaços apropriados para a promoção de saúde e que possua características adequadas ao atendimento eficiente das demandas do público infantil. Defende-se aqui que os sentimentos de tristeza e estranhamento causados pela internação podem ser minimizados quando se proporciona um ambiente onde não se experimente apenas o sofrimento e a dor, mas que também exista um forte apelo à curiosidade, à criatividade, à descontração e à cognição; um momento rico em conteúdos a serem significados e ressignificados (Carvalho, 2006).

Carvalho (2006) e Gomes (2010) destacam que o adoecimento na criança pode gerar ansiedade e essa ansiedade tende a aumentar se for necessário permanecer internada. De acordo com elas a doença e a hospitalização compõem os primeiros conflitos que as crianças precisam enfrentar com ainda poucos mecanismos de enfrentamento para solucionar eventos que geram estresse. Para Carvalho (2006) a possibilidade para que a criança expresse, compartilhe e decodifique os sentimentos negativos de forma verbal ou não verbal, pode diminuir o impacto psicológico devido à internação.

Para construir informações sobre como estruturar e organizar esses espaços de forma apropriada para o acolhimento eficiente de crianças propõe-se então aqui uma investigação sobre como as crianças que estão internadas em um hospital significam esses espaços. Pois se acredita que ninguém melhor que

elas para sinalizar os aspectos que as fazem bem e que faltam nos hospitais.

A discussão apresentada aqui sobre esses espaços foi realizada no campo na psicologia. O objeto do estudo foi definido como um enfoque nas significações de crianças. A definição desse objeto no campo da psicologia pressupõe a afiliação teórica dessa discussão com a abordagem sócio-histórica da psicologia, onde se considera que a base para o funcionamento psicológico são os processos de significações. Sobre a relação entre funcionamento psicológico e o processo de significação Vigotski (2010) declarou:

Encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. (...) é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. Vigotski (2010, p. 398).

Para Bruner (1997) o enfoque nos processos de significações traduz um estudo adequado do funcionamento psicológico humano uma vez que os sistemas simbólicos que os indivíduos usam para construir significados estão arraigados na cultura e na linguagem. Em outras palavras, segundo Bruner, os processos produtores e utilizadores dos significados conectam o homem à cultura. Nesse pensamento, uma abordagem adequada para os processos psicológicos pressupõe a análise da produção de significados na linguagem. Bruner acrescenta ainda que na forma narrativa de linguagem, uma tendência inata dos seres humanos, se configura uma plataforma perfeita que favorece aos processos de negociação de significados no tempo. Isto é, ele argumentou que é o impulso para construir narrativas que determina a ordem (temporal) de prioridade dos eventos significados. Em resumo, de acordo com Bruner as narrativas são eventos através dos quais os seres humanos organizam suas experiências psicológicas, sendo a possibilidade de ordenação dos significados no tempo, o artifício fundamental para essa organização.

Neste estudo os significados também serão analisados a partir de sua organização nas narrativas de crianças. Isto é, os dados serão narrativas. Para incentivar o engajamento das crianças na narratividade planeja-se o uso do

recurso do desenho infantil. Vários autores discutem em diferentes perspectivas o potencial do desenho infantil em pesquisas. Vigotski (2010) observou que os desenhos infantis são atividades de produção de significados e sentidos, onde a criança utiliza significados e símbolos ao invés dos objetos. O autorretrato, uma forma mais específica do desenho, será utilizado nesta pesquisa por seu potencial para dar mais visibilidade aos aspectos emocionais (Pasian, 1999). A expectativa com o uso do autorretrato neste estudo é a mobilização de percepções e sentimentos das crianças sobre si mesmo e sob o impacto das condições disponibilizadas no hospital.

Justifica-se então a opção pelo aparato conceptual da Psicologia Sócio-Histórica para este estudo na medida em que ele possibilita uma análise da experiência psicológica das crianças, sem alienar os aspectos socioculturais. Além disso, assegurando-se um alinhamento ainda mais profundo deste estudo com esse aparato conceptual, define-se a análise de narrativa como o principal procedimento de interpretação. A expectativa com esse procedimento é a construção de duas dimensões de informações sobre as significações a serem analisadas: uma, se dirige para esclarecimentos sobre o funcionamento narrativo do psiquismo humano; outra se dirige para definição de aspectos relevantes á preparação de espaços e cenários em hospitais para o atendimento eficiente de crianças.

Objetivos e metas

Objetivo geral

Investigar significações de crianças acerca de espaços por elas frequentados no hospital durante período de internação.

Objetivos específicos

- Discutir a relação entre processos psicológicos e processos de significação;
- Discutir a adequação de espaços dentro de hospitais voltados para o público infantil;
- Explorar a metodologia de autorretrato em contextos de estudo envolvendo crianças;
- Caracterizar a atividade lúdica como item integrante do atendimento para crianças em situação de internação hospitalar.

Metodologia e estratégia de ação

Propõe-se aqui um estudo de múltiplos casos, não experimental, na medida em que não busca uma relação de causalidade entre aspectos interpretados a partir dos dados.

Participantes

Para o estudo, serão selecionadas oito crianças entre seis e dez anos de idade. As oito crianças serão divididas em dois grupos: a) quatro que estão no máximo há uma semana internadas e b) quatro que permanecem internadas há, no mínimo, um mês. A variação dessas condições é para possibilitar um enriquecimento na configuração dos dados. A hipótese é que o tempo de internação mais prolongado leve a uma maior clareza na caracterização do impacto negativo das condições precárias de organização dos espaços no hospital em que se desenvolverá esta pesquisa.

As crianças serão selecionadas para o estudo depois de serem realizadas visitas ao hospital e entrevistas com os técnicos de enfermagem para verificar as possibilidades de participação na pesquisa. Como critério de exclusão específica-se as crianças que possuem retardo mental, impossibilidade de deslocamento pelo hospital, alguma questão em membro superior que impossibilite a realização do autorretrato e algum fator de impecça que a criança realize a narrativa.

Local de realização da pesquisa

O estudo será realizado no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes / HUPAA- UFAL. Hospital que promove ações nas áreas de ensino, pesquisa e assistência, sendo de referência tanto para comunidade atendida pelo SUS em Maceió, como para as cidades do interior do Estado.

Material e equipamento

Serão utilizados nessa pesquisa materiais para confecção do autorretrato, tais como cartolina, lápis preto, borracha, lápis de cor e hidrocor. Os equipamentos necessários serão gravadores que vão ser utilizados para registrar as narrativas das crianças após a realização de cada autorretrato.

Procedimentos de coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados cumpri-

rão as seguintes etapas:

- i. Visitas ao hospital para entrevistar técnicos de enfermagem. O objetivo dessa entrevista é a sondagem de informações sobre as crianças, tais como idade, período de internação, assim como aspectos de sua enfermidade, para verificar sua possibilidade de participar ou não do estudo. O objetivo dessa entrevista será também obter a liberação da criança para o estudo, caso seja atestado que ela tem possibilidade de participar da pesquisa.
- ii. Depois de definidas e liberadas as crianças pelo setor de enfermagem, serão realizadas entrevistas com pais ou responsáveis pelas crianças. Nessa ocasião será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Essa apresentação será detalhada sendo considerado de grande importância o total esclarecimento do estudo, no que diz respeito aos objetivos, procedimentos e, sobretudo, o caráter voluntário da participação da criança, inclusive sobre o direito a desistência, sem explicação prévia em qualquer etapa de execução. A expectativa nessa etapa é a assinatura do termo, aspecto incondicional para a participação da criança no estudo.
- iii. Oficinas de desenhos com as crianças internadas. Para realização dessas oficinas a pesquisadora perguntará a criança se ela gosta de desenhar e se tem vontade naquele momento de desenhar com a pesquisadora. Em caso positivo, a pesquisadora apresentará o material (cartolina e giz cera) e questionará se ela já se desenhou alguma vez e proporá que ela se desenhe, espontaneamente e livremente. Na ocasião a pesquisadora também deverá realizar o próprio autorretrato. Essa etapa é para descontrair e para diminuir o estranhamento da criança com a situação da pesquisa. No momento seguinte a pesquisadora irá com a criança para um dos locais do estudo, pedindo primeiramente para que a criança dê nome a esse local e depois solicitando a criança desenhar o cenário em que ela se encontra e em seguida se desenhar naquele cenário realizando alguma atividade. Essa etapa deverá ser realizada em três diferentes locais do hospital: (1) Recepção; (2) Enfermaria e (3) Na sala de Brinquedos. Vale salientar que a sala de brinquedo é um espaço já existente no hospital onde será realizada a pesquisa. Serão realizadas três oficinas, em três dias diferentes.
- iv. A etapa seguinte é para falar sobre o desenho. Nesse momento a pesquisadora dirá à criança que sua voz será gravada e mostrará o equipamento para ela. Então a pesquisadora solicitará que ela lhe explique o seu desenho. Se for necessário, para uma consideração cuidadosa dos significados das crianças, a pesquisadora fará perguntas para incentivar a expansão de suas narrativas. A pesquisadora cuidará, no entanto, para que sua fala seja a mínima possível e que a fala da criança seja valorizada ao máximo possível. A pesquisadora poderá fazer uso de intervenções como, por exemplo, “isso eu não entendi, você pode explicar melhor?”. Essa etapa acompanhará a etapa anterior, no que diz respeito a sua realização em três diferentes locais do hospital em três dias diferentes. Ao fim dessa etapa a pesquisadora deverá possuir três desenhos e três narrativas para cada criança, totalizando vinte e quatro desenhos e vinte quatro narrativas.

Procedimento de análise dos dados

A análise dos dados abrangerá três procedimentos: (1) apreciação dos desenhos; (2) apreciação das narrativas e (3) Análise microgenética, constituída pela interpretação da pesquisadora articulando a relação entre a apreciação do desenho e da narrativa, na medida em que propõem uma interpretação do entrelaçamento dos fenômenos com base em pressupostos teóricos da psicologia sócio-histórica, mencionados na introdução deste projeto. Segundo Goes, (2000) e Kelman (2004) a análise microgenética possibilita uma abordagem do funcionamento dinâmico do psiquismo, incluindo aspectos novos e complexos, realçando os momentos em que ocorrem transformações.

Resultados e impactos esperados

A circunstância de internação pode afetar o desenvolvimento e a qualidade de vida da criança, devido ao sofrimento que essa situação provoca. A atenção à criança deve ser realizada de forma integral, não podendo ser limitada a medicamentos e intervenções técnicas de

reabilitação. A criança deve ser vista como um todo e em sua singularidade, deve-se considerá-la como um ser em desenvolvimento que necessita de recursos para se expressar, vivenciar e colocar para fora a experiência do adoecimento.

Com a realização dessa pesquisa, deseja-se proporcionar ao menor que necessita permanecer em ambiente hospitalar, a possibilidade de significar sua relação com os diferentes espaços que ela frequenta no hospital, e através dessa significação colocada por elas rever a necessidade de construir hospitais com espaços voltados para as necessidades dessa clientela, possibilitando assim um olhar mais humanizado ao setor de pediatria de nossos hospitais.

Considerações finais

Nessa pesquisa temos como objetivo investigar as significações de crianças sobre os espaços que elas frequentam durante o período de internação. O acesso a essas significações se dará através das narrativas elaboradas por elas na explicação dos seus autorretratos, dessa forma interpretamos o desenho que a criança fará de si mesmo, ou seja, o autorretrato como um instrumento com potencial para se realizar investigação sobre os processos psicológicos em desenvolvimento nesse público.

Referências bibliográficas

BRUNER, J. *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CARVALHO, Alysson Massote; BEGNIS, Juliana Giosa. Brincar em unidades de atendimento pediátrico: aplicações e perspectivas. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 1, Abr. 2006. Disponível em:
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000100013&lng=en&nrm=iso)

73722006000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Mai. 2014.

GOES, Maria Cecília Rafael de. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cad. CEDES*, Campinas, v.20, n. 50, Abr. 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Mai. 2014.

GOMES, Ilvana Lima Verde; CAETANO, Rosângela; JORGE, Maria Salete Bessa. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre os direitos da criança hospitalizada: um estudo exploratório. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Mar. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Mai. 2014.

KELMAN, Celeste Azulay; BRANCO, Angela Uchôa. Análise microgenética em pesquisa com alunos surdos. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 10, n. 01, 2004. Disponível em
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 mai. 2014.

PASIAN, Sonia Regina; JACQUEMIN, André. "O auto-retrato em crianças institucionalizadas". *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 17, Dez. 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1999000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Mai. 2014.

VIGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. 3. ed. São Paulo. Martins Fontes. 2010.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo. Martins Fontes. 2010.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

Paulo Maurício Reis Ribeiro
Mestrando em Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UCP – Universidade Católica de Petrópolis/RJ
reisribeiro@gmail.com

Ana Lúcia Paes de Barros
Professora Orientadora Doutora em Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
UCP – Universidade Católica de Petrópolis/RJ
alpdeb@uol.com.br

Resumo

Trata-se de uma pesquisa exploratória de campo de caráter descritivo que visa investigar e conhecer as representações sociais da poluição ambiental, construídas por 134 alunos que estudaram na rede pública no município de Miguel Pereira/RJ que hoje são estudantes nos cursos técnicos do SENAC/RJ. Buscamos conhecer quais são os problemas de poluição ambiental que eles identificam e as fontes de informações que mais contribuíram para a formação das representações sociais desses alunos sobre poluição ambiental e analisar o nível de consciência ecológica manifestado por eles para contribuir na discussão de propostas de educação ambiental. Sendo assim, escolhemos estudar o fenômeno pesquisado sob a ótica da teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, com as contribuições de seus colaboradores, em especial a abordagem estrutural de Jean Claude Abric. **Palavras chave:** representações sociais, meio ambiente, poluição, educação ambiental

Abstract

This is an exploratory field research of descriptive character which aims to investigate and understand the social representations of environmental pollution, built for 134 students who studied in public schools in the town of Miguel Pereira / RJ and are now students in technical courses at Senac / RJ. We seek also to know the problems of environmental pollution that they identify and sources of information that contributed to the formation of social representations of these students on environmental pollution and analyze the level of environmental awareness manifested by them to contribute to the discussion for proposals

in environmental education. Therefore, we chose to study the researched phenomenon from the perspective of the theory of social representations, Serge Moscovici, with the contributions of his cooperators, in particular the structural approach of Jean Claude Abric. **Keywords:** social representations, environment, pollution, environmental education

Introdução

Falar sobre meio ambiente e poluição ambiental constitui um desafio por se tratar de uma temática complexa em meio aos processos sociais em que eles se inserem. O meio ambiente é um tema discutido nos tempos modernos, mas têm natureza controversa e é de difícil conceituação em face da grande amplitude de áreas do conhecimento envolvidas. A temática acompanha o ser humano desde as épocas mais remotas da vida social, mas só no século passado começou a ser tratada no âmbito da Psicologia, com contribuições especialmente da Psicologia Social. O tema, embora atualmente seja largamente discutido e abordado dentro e fora da academia, produz ainda intensa polêmica em sua discussão conceitual. Apesar das questões relativas ao meio ambiente estarem sendo tratadas atualmente com maior familiaridade, em virtude da ação da mídia na divulgação dos acidentes de degradação ambiental, as dificuldades que a sociedade tem em harmonizar o processo de desenvolvimento sócio econômico com a preservação ambiental são de grandes proporções. A elaboração de um entendimento sobre a noção de meio ambiente que atenda a fenomenologia ambiental envolvida e aos desejos humanos manifestados nas práticas culturais, vem amadurecendo sob as duras penas da degradação ambiental que atinge a qualidade de vida da sociedade, ameaçando o futuro da humanidade.

Sendo assim, o meio ambiente se tornou objeto de discussões permanentes que envolvem aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos, morais e educacionais, aspectos inter-relacionados com o meio ambiente, sendo focado o entendimento e o uso dos recursos naturais e do ambiente socialmente construído.

Diante da intensa oportunidade que se tornou esse momento histórico, face as mudanças climáticas mundiais e todo o debate que delas

advém, das questões que envolvem a degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento tecnológico aplicado à todos os ramos da atividade humana, da economia com suas crises e do exercício do poder nas políticas globais, da distribuição desigual da riqueza que resulta em mais de um terço da humanidade sobrevivendo em situação de pobreza, as pessoas acreditam num modelo de meio ambiente que está socialmente representado, nos diferentes grupos, e que portanto, é preciso conhecer para que haja consciência da verdade social.

Sendo assim, para esse estudo foi escolhida a teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, para fundamentar a pesquisa realizada, visando conhecer qual é a representação social de poluição ambiental construída pelos jovens do Município de Miguel Pereira/RJ estudantes do curso técnico do SENAC/RJ – Miguel Pereira, e que estudaram, na rede de ensino pública, municipal e estadual, nesse município.

Partimos da idéia que as práticas sociais de um determinado grupo em seu meio ambiente estão fundamentadas nas representações sociais que o grupo institui sobre os diversos fenômenos envolvidos, ou seja, nas representações sociais dos objetos de suas experiências que estão sempre inscritas num meio ambiente intrinsecamente considerado, também representado socialmente, onde são projetados os fenômenos elaborados nas representações sociais, através das relações sociais que o grupo estabelece no senso comum em seu cotidiano.

Escolhemos focar as representações sociais de poluição ambiental, na esperança de melhor conhecer seus elementos, estrutura e dinâmica e o que pode interferir em sua constituição social. O objeto de estudo eleito, popularmente polêmico nas mídias de comunicação, nos remete sutilmente à representação social de meio ambiente, um saber de larga abrangência e ainda carente de investigação. Esperamos que o entendimento alcançado nesse estudo possa contribuir para a compreensão das condutas sociais relativas tanto a preservação como a agressão ambiental, bem como subsidiar ações de educação ambiental na comunidade estudada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para ampliar

o conhecimento científico sobre o tema.

Meio ambiente e práticas sociais

O entendimento de meio ambiente ganha maior relevância na concepção como uma 'representação social', por ser uma visão que evolui no tempo e depende do grupo social em que é utilizada. As representações sociais, com suas modificações ao longo do tempo, tornam-se importantes por serem alvo estratégico das intervenções que visam modificar práticas sociais ligadas a questão ambiental. Quando pensamos sobre o meio ambiente dos seres humanos, viventes em sociedades, vemos que ao espaço físico e biológico soma-se o 'espaço' sociocultural. Interagindo com os elementos físicos, sociais e culturais do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive.

Ora, o homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é a sua especificidade natural. Diferentemente do pensamento corrente, os homens ao longo da história criam normas, regras e instituições não para evitar cair no estado de natureza. Ao contrário, eles o fazem desenvolvendo a sua própria natureza não somente em função dos estímulos advindos do meio ambiente, mas também das relações que os homens estabelecem entre si (GONÇALVES, 1989, p. 94).

A abordagem do estudo do meio ambiente a partir da identificação dos elementos que constituem seus subsistemas, ou partes deles, torna importante o conhecimento de sua estrutura e dinâmica de interação. Assim se distinguem, por exemplo, os elementos naturais e construídos, urbanos e rurais ou físicos e sociais do meio ambiente. Entretanto a abordagem ambiental implica ver que não existem tais categorias como realidades estanques, mas complexas.

O conceito de meio ambiente apresenta diferentes enunciados de acordo com a visão específica da área de conhecimento científico em que é considerado. Em virtude dessa falta de consenso da comunidade científica que não produziu, ainda, uma definição geral e unificada para meio ambiente que tenha plena abrangência no universo reificado, a

transmissão de conhecimento sobre meio ambiente pelo sistema educacional e pelos meios de comunicação reproduz o mesmo padrão de difusão conceitual. Dentre as visões mais abrangentes, Reigota (2001) define meio ambiente como:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2001, p. 14).

Então a ação do homem sobre o meio ambiente natural alterando-o de qualquer forma, ainda que destrutiva, provoca o desequilíbrio sistêmico que necessita se reequilibrar, mesmo que sob pena de constituição de um diferente sistema natural, que pode não atender às necessidades ou desejos humanos e cujo processo de reconstrução seja prejudicial a sociedade. O homem age na natureza nela construindo seu meio ambiente por sua intervenção cultural. Assim, reintegramos a natureza no contexto de nossa história, humanizando-a e atribuindo-lhe novo status, diferente daquele que considerava uma natureza exterior, reserva permanente de recursos e espécies a qual é preciso se adaptar para sobreviver.

O atual 'estado de natureza', conforme (MOSCOVICI, 2007), que nossa sociedade globalizada construiu, incluindo os novos conhecimentos científicos sobre a natureza e a ampla discussão que se iniciou a nível mundial face aos problemas naturais que temos enfrentado, deveria provocar nas pessoas considerações sobre que tipo de relacionamento vêm mantendo com seu meio ambiente, como é constituído esse meio ambiente, que danos lhe causam e quais suas consequências. Em suma, toda essa discussão pode estar conduzindo as pessoas a uma maior reflexão sobre as questões ambientais e conseqüentemente a uma tomada de consciência a respeito da realidade do mundo em que vivemos.

As representações sociais

Moscovici (2012) propôs estudar os processos pelos quais os indivíduos, em sua interação social, constroem conceitos compreensíveis sobre os objetos sociais. Neste sentido uma

representação social tem sua origem na cultura, nas experiências, ideologias e comunicações do dia-a-dia.

A Teoria das Representações Sociais atribui aos sujeitos um papel importante na construção do sentido atribuído ao mundo e isto faz parte do que Moscovici (2012) denomina de paradigma da sociedade pensante. Este paradigma rejeita tanto uma concepção exclusivamente sociológica, na qual a sociedade esta sempre sob o total controle da ideologia dominante, como também rejeita uma concepção exclusivamente psicológica, que considera as mentes como "caixas pretas" onde informações e idéias são mecanicamente recebidas e transformadas em julgamentos e opiniões.

A sociedade pensante se encaixa em uma perspectiva psicossociológica, onde os indivíduos são vistos como agentes ativos que produzem, através da interação social, as representações sociais de seus grupos de pertença. A teoria das representações se fundamenta, tanto em teorias da sociedade quanto teorias do sujeito, ocupando este território limítrofe entre psicologia e ciências sociais que torna esta teoria tão particular. Este território limítrofe é denominado, por Jovchelovitch (2004) de 'entre'.

É justamente nele que surge a identidade, o discurso, a representação entre tantas outras categorias. A teoria das Representações Sociais tem como objeto de estudo o senso comum, tantas vezes preterido pela ciência, sustentada pelo positivismo. Esta teoria legitimou o conhecimento produzido no cotidiano, deixando para trás a crença de que a massa produzia saberes confusos e desarticulados.

O fato do pensamento concreto dos sujeitos não compartilhar da lógica científica, não significa que seu estudo não tenha valor ou que seja impossível estudá-lo, mas que é necessária a criação de uma nova lógica para se compreender esses fenômenos que escapam da ciência tradicional. Ignorar o senso comum por ser um conhecimento diferente do que a sociedade tem cultuado nos últimos séculos é instaurar uma lacuna permanente na história do conhecimento e na realidade.

O pensamento natural é uma forma de pensamento importante na formação das representações sociais. É a partir deste pensamento que as representações sociais surgem.

As representações sociais constituem um sistema de interpretação que rege nossa relação com o mundo e com os outros, permitindo-nos comportar, apreender o mundo, identificar e resolver problemas. Não estamos isolados, partilhamos o mundo com os demais, que nos servem de apoio, ora compartilhando, ora divergindo de nossas idéias. Nesse diálogo podemos compreender, administrar e enfrentar o mundo.

Se as pessoas estivessem isoladas dentro de espaços privados nem a história nem a vida política seriam possíveis. É a arena de encontros da vida pública que garante as condições para descobrir as preocupações comuns do presente, projetar o futuro e identificar aquilo que o presente e o futuro devem ao passado (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 57).

As transformações das representações sociais não ocorrem de maneira abrupta, mas gradual e paulatinamente, uma vez que requerem novos sistemas representacionais e enfrentam a resistência do sistema representacional 'deposto'. As antigas representações continuam conservadas na memória, no inconsciente e poderão novamente emergir, se estas forem úteis, a um novo contexto social que se apresente futuramente (ARRUDA, 1998).

Elas são o resultado dos fenômenos de comunicação dentro de um grupo social e acabam deixando marcas da situação desse grupo, dos seus problemas, projetos, estratégias e também de suas relações com diferentes grupos. Entretanto, a representação não é a cópia idêntica do objeto, ela não possui o poder de definir ou reproduzir o objeto completamente, uma vez que esta se trata da construção do objeto pelo(s) sujeito(s). Por estes motivos que ocorre defasagem entre as representações sociais e seus objetos.

Para Jodelet (2001) a representação é uma reconstrução do objeto, que expressa o sujeito e as suas necessidades e interesses. Isto provoca defasagens entre a representação social e o objeto representado. Estas podem ser de três tipos: distorção (os atributos do objeto representado estão presentes, porém acentuados ou atenuados), suplementação (os atributos e conotações que não são próprias do objeto representado se tornam presentes) e subtração (supressão de atributos pertencentes ao objeto).

O ato de representar é um processo que permite tornar familiar algo que não é. Primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar.

A dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas.

Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a 'realidade'. Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, essa consciência é usada também como um critério para avaliar o que é incomum, anormal e assim por diante.

De acordo com Jovchelovitch (2008), a Teoria das Representações Sociais faz parte de uma tradição que pode ser chamada de fenomenologia da vida cotidiana, que busca compreender como são constituídos os saberes que circulam nos tecidos sociais.

Desta forma, segundo Jovchelovitch (2008), todo saber é representacional e a representação é a estrutura mediadora entre o sujeito e o objeto e é constituída pelas dimensões ontológicas, históricas, epistemológicas, sociais, psicológicas e culturais.

As representações sociais em construção são um fenômeno que reflete como a modificação do senso comum ocorre ao ser alimentado pelos sistemas sociais divulgados pela comunicação que coloca em circulação as novas propostas alterando-as ao mesmo tempo. Esse movimento demonstra a tentativa humana de produzir um sentido que organize suas ações para viver em comunidade. Tudo isso para tornar comum e real algo que é incomum e ao superar o problema enriquecemos e transformamos nosso mundo.

Os processos formadores das representações sociais são: ancoragem e a objetivação.

Ancoragem — "ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa" (MOSCOVICI, 2012, p. 62). Esse processo inicia pela integração das idéias desconhecidas em um contexto familiar, o que ocorre através do enquadramento deste

novo objeto em uma categoria de representações já existentes em nosso esquema cognitivo. Uma vez que os objetos não classificados e não denominados são ameaçadores. Este processo ao mesmo tempo em que introduz o novo num velho esquema, também promove uma renovação deste esquema, uma vez que produz transformações nas antigas representações.

Moscovici (2012) havia feito referência à uma estrutura interna das representações sociais, tendo considerado inclusive a existência de um núcleo imagético. Segundo Sá (2002), esse trabalho permitiu pensar as características contraditórias das representações sociais (que inicialmente eram simultaneamente flexíveis e rígidas, estáveis e instáveis), como relativas à componentes pertencentes aos diferentes sistemas da estrutura da representação social. Dessa forma, os componentes rígidos e estáveis são encontrados num sistema da estrutura da representação social, enquanto que os demais que são mais flexíveis e instáveis estão em outro sistema da estrutura da representação social. A articulação desses componentes constitui a dinâmica interna dos sistemas da estrutura das representações sociais que é colocada em movimento quando interage com o meio ambiente social.

Abric (2003) assevera que as representações sociais são organizadas em torno de um núcleo porque a representação, enquanto manifestação do pensamento social, possui uma parte não negociável, posto que crenças coletivamente produzidas e historicamente determinadas não podem ser questionadas. Assim, a identidade e a permanência de um grupo social são garantidas. O núcleo central constitui a base consensual e comum, resultante da memória coletiva e do sistema de normas ao qual o grupo se dirige. A sociedade confere uma autoridade mas não permite sua mudança.

Abric (2003) caracteriza o sistema periférico como complemento fundamental do núcleo central, é o responsável pela contextualização e atualização do objeto na realidade imediata. O autor observa que “Se o núcleo central constitui, de algum modo, a cabeça ou o cérebro da representação, o sistema periférico constitui o corpo e a carne” (ABRIC, 2003, p. 38). É em torno do núcleo central que os

elementos periféricos da representação social se organizam.

Flament (2001) afirma que os elementos periféricos podem estar bem distantes ou muito próximos do núcleo central. Para o autor, a periferia da representação pode ser comparada ao pára-choque de um automóvel, protegendo simultaneamente a representação de uma realidade que a questiona e um núcleo central que não deve mudar. De acordo com o autor, na relação entre práticas e representações sociais, existem circunstâncias que podem levar uma população a ter práticas em desacordo, mais ou menos violento, com a representação. Essas discordâncias, inicialmente, se localizam no sistema periférico, que se modificam para proteger o núcleo central. Porém, se o fenômeno se prolongar, o núcleo central pode ser atingido e se modificar estruturalmente, levando à transformação da representação social.

Representações e práticas sociais

Para Wagner (2004), o pensamento e a ação não podem ser separados em termos de representação, uma vez que a ação é parte de uma representação e não sua consequência. Em virtude disso, cada ator de representação social tem uma expectativa de comportamento normal dos parceiros na representação por compartilharem as mesmas idéias, produzidas publicamente e que passaram a ser pré-requisito para praticar uma interação social harmônica.

As relações entre práticas sociais de um grupo e seus pensamentos (processos e conteúdos) implicam na assimilação de dados de natureza cognitiva e dados de natureza comportamental. Práticas determinam representações sociais ou são as representações sociais que determinam as práticas? A primeira hipótese seria a de uma ausência recíproca de influência, quando um objeto não se constitui como objeto de representação para um determinado grupo. As demais hipóteses são a da causalidade das práticas sobre as representações sociais, o inverso e a influência recíproca. Para Rouquette (2003), trata-se de um sistema de causalidade circular, mas que também pode ser visto como um sistema correlacional, ou seja, onde práticas e representações estejam uma em relação à outra. Como toda

crença, todo pensamento e todo cálculo tem sua alteridade, passamos a ter um mapa de possibilidades, de escolhas, onde pode-se conceber em agir de outra forma. Por outro lado, aquilo que faço não foi escolhido forçosamente, tendo em vista que existem instituições sociais que determinam muitos dos meus fazeres. Assim, não se trata de uma reciprocidade, entre práticas e representações, mas podemos considerar as representações sociais como uma condição das práticas, enquanto que as práticas podem ser vistas como um agente de transformação das representações.

Existem casos em que as práticas determinam as representações, como aqueles em que as condições externas mudam de forma irreversível dando surgimento à novas práticas que estão em total desacordo com as representações sociais anteriores do objeto, transformando a representação social sem no entanto causar-lhe uma ruptura. No caso em que as condições externas mudam de maneira menos expressiva ou brutal, não sendo percebidas como em desacordo com a representação social antiga, poderão produzir uma transformação sem ruptura na representação.

Método

O problema

O ser humano integra a natureza e, para garantir sua sobrevivência, mantém com ela um fluxo permanente de troca, transformando-a e adaptando-a as suas necessidades. É a partir dessa relação que o espaço social geográfico vai sendo produzido, de acordo com o momento histórico e com o desenvolvimento das forças produtivas. Nessa perspectiva, como abordamos anteriormente, sociedade (sujeito) e natureza (objeto) constituem uma unidade dialética, condição central para o desenvolvimento da história, por isso não podem ser compreendidos isoladamente. E assim como a natureza não é separável do homem, o inverso também é verdadeiro.

Desta forma, apreender a representação social da poluição ambiental dos participantes significa adentrar em suas vidas cotidianas, sobretudo, em suas relações com o meio ambiente. A identificação das representações sociais revelará os interesses e motivações que estão por traz das interações dos grupos

pesquisados com o meio ambiente.

Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo central investigar e conhecer as representações sociais da poluição ambiental, construídas por alunos do ensino médio em escolas públicas do município de Miguel Pereira/RJ. Buscamos também, conhecer quais são os problemas de poluição ambiental que eles identificam e as fontes de informações que mais contribuiram para a formação das representações sociais desses alunos sobre poluição ambiental, analisar o nível de consciência ecológica manifestado por eles e poder contribuir na discussão de propostas de educação ambiental.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de campo de caráter descritivo. Para alcançar os objetivos propostos, o desenho da pesquisa encerra duas abordagens metodológicas diferentes: uma quantitativa e outra qualitativa. Embora sabendo que os dados quantitativos nem sempre correspondem à contextualização das análises qualitativas, buscou-se associar extensão e profundidade numa tentativa de complementar a análise.

Participantes

O grupo de estudo foi composto por 134 jovens estudantes, oriundos de famílias de baixa renda, de ambos os sexos, cursando ensino técnico profissional oferecidos pelo SENAC/RJ – Miguel Pereira. Estes jovens, em grande número trabalham e cursaram o ensino fundamental e médio na rede municipal e estadual no município. O SENAC oferece diversos cursos, com programa próprio de gratuidade, participando também do PRONATEC, programa nacional de incentivo ao estudo técnico do Governo Federal. Na região é a única opção de formação profissional de qualidade, subsidiada pelo poder público capaz de atender os anseios da população de baixa renda. Sendo assim, é do interesse social conhecer qual é a representação social de poluição ambiental por eles constituída e que embasamento de educação ambiental lhes tem sido oferecido. Miguel Pereira é um pequeno município com população aproximada de 30.000 habitantes, com participação histórica vinculada ao círculo produtivo do café, que posteriormente se tornou região de produção hortifrutigranjeira,

com mais recentes surgimentos de pequenos produtores rurais de agricultura orgânica, hidroponia, produção de cogumelos e flores, mas também com a presença de produção com larga utilização de agro-tóxicos. Essas características expõem a região a uma diversidade de questões ambientais, além da produção de tipos variados de lixo que exigem diferentes abordagens para seu processamento. Apesar da intensa imersão na problemática ambiental, ao que parece não há recursos suficientes, orientação e supervisão adequada do Estado para o controle efetivo da degradação e poluição ambiental. Por outro lado e contraditoriamente, o Município desenvolve atividades turísticas com esperanças de que sua beleza natural e suas características climáticas traga prosperidade a comunidade.

Instrumento de pesquisa

Para conhecer a representação social - sua estrutura e seu conteúdo - que os jovens têm acerca da poluição ambiental foi utilizado um questionário com onze perguntas abertas e fechadas. Para tanto o questionário foi dividido em 3 partes:

A primeira tratou especificamente sobre a questão da representação social. Para o acesso à estrutura da representação social, foi usada a Técnica da Evocação Livre, a fim de que os jovens participantes, a partir de uma palavra/termo de estímulo (poluição ambiental), realizem associações correspondentes relativas ao objeto da representação. Na segunda foram enfocadas as percepções dos participantes sobre as questões ambientais. Na terceira foram abordadas as características sócio-demográficas dos participantes – sexo, idade, renda e o curso em formação.

A coleta para a associação livre consistiu em solicitar ao sujeito que citasse as cinco primeiras palavras a partir do termo indutor 'poluição ambiental'.

Aspectos éticos

Como a presente pesquisa envolve a participação de seres humanos, foram atendidas todas as exigências estabelecidas pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saú-

de. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis. Para tanto, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que apresenta os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem utilizados. Este Termo foi assinado por todos os participantes.

Análise

As respostas dos participantes à segunda pergunta do questionário (o que é poluição ambiental para você?), constituiu o conjunto das evocações que lhes ocorreram ao ouvir o termo indutor do experimento, a expressão "poluição ambiental", que foram organizadas, sendo nomeadas, segundo sua evocação mais frequente na categoria e que melhor expressava sua idéia central, tendo sido atribuído, também, um número de ordem. Dessa forma, cada evocação pertence à uma categoria numerada e nomeada, incluindo a categoria "x", atribuída às respostas em branco.

Essas operações viabilizaram a construção de uma grande tabela onde cada coluna representa uma ordem de evocação e as linhas registram as evocações emitidas pelos participantes. Concluídos os procedimentos preliminares, obtivemos uma tabela com seis colunas, uma relacionando o número de cada uma das 20 categorias participantes e cinco se referindo as ordens de evocação, sequencial de 1 a 5, conforme o grau de importância atribuído pelos participantes à cada uma de suas evocações. Assim, cada posição da tabela apresenta a frequência da categoria naquela ordem de evocação, possibilitando o cálculo da frequência média das evocações (fm) e da ordem média das evocações (OME).

Esses elementos serão utilizados para construção dos quadrantes que indicarão a possível composição do núcleo central da representação, dos elementos intermediários e periféricos conforme Vergés (1992 *apud* Sá, 2002). A essa tabela foi acrescida uma coluna com a frequência total de evocações em cada categoria, totalizando as 439 evocações participantes, conforme apresentada no Quadro 2 cujos nomes atribuídos às categorias estão relacionados no Quadro 1.

Quadro 1 – nomeação e numeração das categorias

Categorias			
nº	Nome	nº	Nome
1	Lixo	12	degradação ambiental
2	queimadas	13	falta de conhecimento
3	desmatamento	14	fábricas
4	esgoto	15	reciclagem
6	descaso	16	aquecimento global
7	fumaça	20	falta de consciência
8	doenças	61	resíduo químico
9	ar	63	rios
10	água	65	desrespeito
11	carros	68	sonora

Quadro 2 - Categorias com suas frequências por ordem de evocação.

CAT	FREQ TOTAL	f evoc 1	f evoc 2	f evoc 3	f evoc 4	f evoc 5	Ordem Média
1	88	29	31	8	14	6	2,3
2	61	21	17	16	5	2	2,2
3	39	6	11	12	8	2	2,7
9	34	8	11	8	3	4	2,5
8	31	7	7	5	6	6	2,9
4	25	8	6	3	7	1	2,5
11	21	2	3	10	2	4	3,1
12	18	5	2	5	5	1	2,7
63	18	2	1	6	5	4	3,4
10	14	2	4	3	2	3	3,0
13	14	1	6	2	2	3	3,0
6	12	5	4	2	0	1	2,0
7	11	3	2	3	2	1	2,6
65	11	5	2	3	0	1	2,1
16	9	2	1	3	2	1	2,9
61	8	0	1	2	2	3	3,9
15	7	1	1	3	1	1	3,0
14	6	2	0	1	0	3	3,3
20	6	1	2	1	2	0	2,7
68	6	1	3	0	0	2	2,8
TOT	439	111	115	96	68	49	55,7

A ordem média de evocação de cada categoria foi definida, conforme resultados no quadro 2, com o seguinte cálculo:

$$OME = ((f1*1)+(f2*2)+(f3*3)+(f4*4)+(f5*5)) / ft$$

f1..f5,fn = frequência da categoria na ordem de evocação n

Ft = frequência total da categoria

Com esses resultados foi calculada a ordem média das evocações (OME), pela soma das ordens médias de cada categoria e dividindo-se pelo total de categorias:

$$OME = 55,7 / 20 = 2,79 \sim 2,80$$

E a frequência média das evocações, dividindo-se a soma das frequências das categorias (439) pela quantidade de categorias:

freq média = $439 / 20 = 21,95 \sim 22$

Passamos então à construção dos quadrantes, situando no quadrante superior esquerdo as categorias cujas evocações apresentaram significado de maior importância para os participantes devendo, provavelmente, integrar a constituição do núcleo central da representação social de poluição ambiental. As categorias localizadas no quadrante superior direito e quadrante inferior esquerdo constituem os elementos intermediários da representação, e podem se aproximar do núcleo central ou dos elementos periféricos, conforme a estratégia de manutenção do núcleo central exigir, assim como as categorias localizadas no quadrante inferior direito constituem os elementos periféricos da representação (Vergès, 1992 *apud*

Sá, 2002).

Para tanto, as categorias foram integradas aos quadrantes segundo os seguintes critérios: ao quadrante superior esquerdo, as de frequência superior a frequência média das evocações (freq. Med = 22) e ordem média inferior a OME (2,80); ao quadrante superior direito, as de frequência superior a freq. Med (22) e ordem média superior a OME (2,80); ao quadrante inferior direito, as de frequência inferior a freq med (22) e ordem média superior a OME (2,80) e ao quadrante inferior esquerdo, as que tiveram frequência inferior a freq. Med (22) e ordem média inferior a OME (2,80). O quadro 3 apresenta a organização dos quadrantes com seus componentes e critérios de classificação.

Quadro 3 – Análise da representação social de poluição ambiental.

freq med > 22 e OME < 2,80				freq med > 22 e OME > 2,80			
núcleo central				elem. intermediários			
cat nome	Cat	f	ome	Cat	f	ome	cat nome
Lixo	1	88	2,3				
Queimadas	2	61	2,2				
Esgoto	4	25	2,5	8	31	2,9	Doenças
Ar	9	34	2,5				
desmatamento	3	39	2,7				
elementos intermediários				elementos periféricos			
				16	9	2,9	Aquecimento global
Degrad. ambiental	12	18	2,7	10	14	3,0	Água
descaso	6	12	2,0	13	14	3,0	Falta de conhecimento
desrespeito	65	11	2,1	15	7	3,0	Reciclagem
fumaça	7	11	2,6	11	21	3,1	Carros
Falta de consciência	20	6	2,7	14	6	3,3	Fábricas
sonora	68	6	2,8	63	18	3,4	Rios
				61	8	3,9	Resíduo químico
elementos intermediários				elementos periféricos			
freq med < 22 e OME < 2,80				freq med < 22 e OME > 2,80			

Considerações finais

Conforme o quadro 3, os prováveis elementos centrais da representação social de poluição ambiental, que estão no quadrante superior esquerdo, são as evocações das categorias lixo, queimadas, desmatamento, ar e esgoto. Considerando que a categoria “Ar” agrupa evocações que se referem à contaminação do ar e dificuldades respiratórias e as demais categorias se referem eventos provocados pela ação humana, entendemos que para os estudantes investigados, a representação social de poluição ambiental está diretamente relacio-

nada a degradação causada pela civilização ao meio ambiente natural. Esse resultado revela uma visão ambiental eco-centrado que considera a natureza como alvo passivo das ações destrutivas de uma humanidade estrangeira ao território natural. Por outro lado, os elementos periféricos, no quadrante inferior direito, podem ser induzidos a manifestar sua flexibilidade, adaptando os conceitos normativos do núcleo central a uma nova situação advinda da ampliação da visão a respeito da questão ambiental, num ataque cultural ao núcleo central. Elementos como “falta de co-

nhecimento” e “reciclagem” podem ser “ativados”, por práticas sociais, educativas, que confirmam maior amplitude aos elementos do núcleo central. Os demais elementos periféricos são indícios de justificativas ao posicionamento rígido do núcleo central, que condicionam o pensamento acerca desse objeto social, ressaltando os aspectos de conotação negativa das produções humanas, do desenvolvimento industrial de nossa civilização como fábricas, carros, resíduos químicos e aquecimento global. Esse reforço ao posicionamento expresso pelos elementos do núcleo central, também pode ser atenuado pela ação de programas em educação ambiental.

Sendo o sistema central predominantemente normativo e o sistema periférico operante das funcionalidades adaptativas da representação, viabilizando a ancoragem na realidade, nas alterações contingenciais das práticas sociais; seu conhecimento ganha importância quando pretendemos descobrir maneiras de desencadear modificações nas representações sociais de um grupo,

O conhecimento de elementos do núcleo central e do sistema periférico das representações sociais de poluição ambiental, constitui importante subsídio para a elaboração de estratégias que tenham por objetivo incentivar práticas de conservação e proteção ambiental no município de Miguel Pereira/RJ, tendo em vista que disponibiliza informações sobre o grau de consciência ambiental dos jovens que estudam no município.

O fato de o sistema periférico ser mais suscetível às mudanças, permitindo uma maior flexibilidade e evolução no contexto em que a questão está inserida, aponta para a utilização de táticas que priorizem as categorias incluídas nesse sistema, criando condições mais favoráveis à melhoria da qualidade de vida e permitindo a ampla participação do poder público e da comunidade em programas de saneamento e prevenção da degradação.

Esse estudo ainda está em fase desenvolvimento que prosseguirá realizando-se uma análise de conteúdo temático-categorial (Oliveira, 2008) nas respostas fornecidas às demais perguntas do questionário da pesquisa e cruzando com a provável estrutura da representação ora identificada. Essa abordagem

poderá melhor esclarecer sobre a estrutura da representação social de poluição ambiental no grupo estudado e contribuir com maiores esclarecimentos sobre sua dinâmica no grupo social estudado. Os resultados alcançados serão oportunamente divulgados.

Referências

- Abric, J.C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. Em: Campos, P. H. F; Loureiro, M. C. da S. (Orgs). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Ed. UCG, 2003. p. 37-57.
- Arruda, A. Introdução: O Ambiente Natural e seus habitantes no imaginário brasileiro - negociando a diferença. Em: Arruda, A. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 11-46.
- Flament, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. Em: *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 173-185.
- Gonçalves, C. W. P., *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- Jodelet, D. Representações sociais: um domínio em expansão. Em: *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.
- Jovchelovitch, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (Orgs). *Textos em representações sociais*. 12 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- Jovchelovitch, S. Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. In: *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 20-31; maio/ago. 2004.
- Jovchelovitch, S. Contextos do saber: Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Moscovici, S. *Natureza: para pensar a ecologia*. Ed. Mauad X: Instituto Gaia, 2007.
- Moscovici, S. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Reigota, M. *Meio Ambiente e representação social*. 4 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- Rouquette, M. Paradoxos da representação e da ação: conjunções sem coordenação. Em: Campos, P. H. F; Loureiro, M. C. da S. (Orgs). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Ed. UCG, 2003. p. 37-57.
- Sá, C. P. *Núcleo central das representações sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Wagner, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia: Ed. AB, 2004. p. 03-25.

A VELHICE NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO. ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Adriana Sancho Simoneau
Doutoranda em Psicologia Social
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil.
adrineau2003@gmail.com

Denize Cristina de Oliveira
Doutora em Saúde Pública
Faculdade de Enfermagem
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de
Enfermagem
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil.
dcouerj@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetivou conhecer os conteúdos veiculados à velhice no jornal Folha de S. Paulo no período de 2001 até 2006. Foram consultados seis termos: Envelhecimento, Velhice, Terceira Idade, Idoso, Idosa e, Estatuto do Idoso. Foi desenvolvido um protocolo de pesquisa para análise da mídia impressa. A análise dos dados foi realizada com estatística descritiva e análise de conteúdo temática. Na apuração dos dados, constatou-se que 346 matérias preenchem os critérios de inclusão. A linguagem utilizada nos títulos das matérias está associada ao conhecimento reificado assim como à normativa voltada para esse grupo etário. Constata-se que o campo representacional da velhice está ancorado aos aspectos vinculados à manutenção da saúde – como à presença / ausência de doenças e sintomas associados à velhice; aos aspectos econômicos – como a renda e o sistema previdenciário; e aos aspectos normativos. A velhice é uma encruzilhada de importantes conquistas e enormes desafios para a sociedade.

Palavras-Chave: velhice; meios de comunicação de massa; representação social; psicologia social.

Resumen: El objetivo de este trabajo fue conocer los contenidos vinculados a la vejez en el periódico Folha de S. Paulo en el período

de 2001 a 2006. Fueron estudiados seis términos: Envejecimiento, Vejez, Tercera Edad, Anciano, Anciana y Estatuto de la Persona Mayor. Fue desarrollado un protocolo de investigación para analizar los medios de comunicación impresos. El análisis de los datos fue realizado con estadística descriptiva y análisis de contenido temático. Se constató que 346 materias correspondían a los criterios de inclusión. El lenguaje utilizado en los títulos de las materias está asociado al conocimiento científico y a la normativa dirigida a ese grupo etario. El campo representacional de la vejez está vinculado a los aspectos asociados a la salud – como a la presencia / ausencia de enfermedades y síntomas de la vejez; a los aspectos económicos – como renta y seguridad social; y a los aspectos normativos. La vejez es presentada como una importante conquista pero también como un gran desafío para la sociedad.

Palabras-Claves: vejez; medios de comunicación de masa; representación social; psicología social.

Introdução

O envelhecimento populacional é um processo constante, sem precedentes na história da humanidade. De 1950 a 2007 a população idosa mundial passou de 8% para 11%, e prevê-se que para o ano 2050 atinja 22% da população mundial (ONU, 2007).

No caso do Brasil a população de pessoas idosas passou de 15,5 milhões de pessoas em 2001 para 23,5 milhões em 2011, ou seja, o peso relativo do grupo de pessoas com 60 anos ou mais de idade passou de 9% para 12,1% da população brasileira (IBGE, 2012).

O aumento da visibilidade das pessoas idosas é evidente em diversos espaços - nas ruas, nos serviços de transporte público e de saúde, nos espaços de lazer e nas salas de aula das universidades. Consequentemente, a imagem da velhice está cada vez mais presente nas simbolizações dos grupos sociais, tornando-se um tema de importância nos debates políticos, econômicos e culturais, assim como na produção científica de diversas áreas do conhecimento.

Uma das formas de estudar esse objeto é através da análise da mídia. Para Guareschi (2007) a importância dos estudos da mídia

para a compreensão dos fenômenos sociais, recai em quatro aspectos: (1) A mídia constrói a realidade; (2) A mídia dá uma conotação valorativa à realidade existente; (3) A mídia coloca a agenda de discussão, isto é, coloca a pauta dos assuntos que serão falados na cotidianidade, determinando, até certo ponto, o que será ou não falado e discutido e; (4) A mídia constitui-se como um personagem com o qual passamos a nos relacionar cada vez mais em nossa cotidianidade.

Nessa linha de raciocínio, acredita-se que a mídia contribuiu para que a velhice ficasse em evidência – através dos jornais, das revistas, das novelas, dos seriados de televisão, dentre outros - tornando o tema familiar na cotidianidade dos grupos sociais.

Assim, considerando que a mídia tem um importante papel na construção e difusão de representações sociais (Jodelet, 2001; Moscovici, 1961), esta pesquisa teve como objetivo conhecer os conteúdos veiculados à velhice no jornal Folha de S. Paulo. Nesse sentido, pretende-se com o desenvolvimento desta pesquisa contribuir para a análise dos sentidos da velhice no campo da produção de significados e saberes socialmente partilhados, através de mensagens midiáticas.

Representação social da velhice na mídia

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi formulada há mais de 50 anos na França por Serge Moscovici (1961) a propósito do estudo da apropriação do conhecimento científico sobre a psicanálise por parte da sociedade francesa. O papel da mídia na construção e difusão das representações sociais é tema de discussão de diversos teóricos do campo (Jodelet, 2001; Moscovici, 2012; Guareschi, 2007).

Na pesquisa acadêmica pautada na TRS é possível localizar diversos esforços por compreender como o objeto social velhice é apresentado em diferentes contextos e grupos sociais (Tura & Silva, 2012).

Para Debert (2003), depois da década de 1970, a literatura sobre a velhice aponta, ainda que paulatinamente, uma mudança no tratamento dado à velhice pela mídia. Para essa autora as imagens anteriores eram negativas e desrespeitosas, tendiam a enfatizar a dependência física e afetiva, a insegurança e o

isolamento desta etapa da vida. A dramaticidade estava acompanhada, em algumas circunstâncias, do cômico, ressaltando aspectos como a teimosia, a tolice e a impertinência. Lins de Barros (2006) comenta que, diferente de hoje, nessa época a velhice não estava presente nas pautas dos jornais nem nas telas da televisão. A autora ressalta que a velhice e o envelhecimento no Brasil não eram temáticas debatidas nos espaços públicos e na acadêmica, isto devido a que, vivia-se com uma imagem do país como um país jovem, imagem que é reforçada nos governos militares com os slogans como o famoso “Prá Frente Brasil!”, que subentendia uma nação com grande futuro pela frente e onde as características demográficas de um enorme contingente de jovens e crianças asseguravam as bases para a legitimidade desta imagem (Lins De Barros, 2006, p. 110).

Na década de 1980 a imagem negativa e a baixa representatividade do idoso na mídia eram um resultado ainda frequente nas pesquisas. No entanto, Debert (2003) constatou a convivência com traços mais positivos vinculados à velhice. Para essa autora, a figura da pessoa idosa começa a estar vinculada com características da sociedade patriarcal tradicional, especialmente no elemento de gênero, que por um lado associa o homem ao poder/trabalho/ âmbito público e por outro associa à mulher à família/lar/âmbito privado. Para Vickers (2007) algumas produções da mídia possibilitaram a confluência das características negativas com os novos elementos positivos associados à imagem da velhice, dentre elas: (1) O seriado: As Super Gatas – 6 temporadas de grande sucesso, e; (2) O filme Cocoon. Para a autora, o seriado transmitiu as representações mais positivas associadas ao envelhecimento feminino; já o filme, apesar de mostrar características negativas associadas à velhice, colocou aspectos importantes nessa etapa da vida, como a amizade, o desejo de viver, as decisões difíceis inevitáveis, assim com a necessidade de dizer adeus. A autora conclui que assim como no período anterior, na década de 1980 a velhice continua sendo desconstruída e sub-representada na e pela mídia.

Posteriormente, na década de 1990, Tupper (1995) em pesquisa sobre comerciais de tele-

visão em horário nobre constatou que a imagem transmitida pela televisão era menos negativa do que se pensava anteriormente. Para essa autora, quiçá os anunciantes consideraram pesquisas sobre a temática e fizeram um esforço para evitar perpetuar as imagens estereotipadas, principalmente aquelas associadas às doenças e a fragilidade. No entanto, indica a autora, o culto ao corpo jovem e forte – símbolo de poder e virilidade; toma força nesta década. Prova disso, foi a multiplicação de programas de televisão voltados a transformações corporais com a finalidade de “parecer dez anos mais jovem”. Para Vickers (2007) o surgimento e o êxito das propostas estéticas – cirurgias plásticas, injeções faciais e outros tratamentos de beleza; além de custar centenas de dólares, demonstram a pressão social e dos meios de comunicação por parecer jovem. Essa valorização aparece com maior destaque na década de 2000. Apesar dessa realidade, a autora salienta que a partir da década de 2000 a mídia faz um esforço por mudar a imagem da velhice, considerando dois aspectos: (1) O rápido incremento de pessoas idosas e, (2) A pressão de grupos sociais por mudar a forma como o envelhecimento é concebido.

No entanto, em pesquisa recente, Campos (2009) constata que a mídia continua transmitindo uma imagem dual da pessoa idosa. Quando destacado socialmente, indica o autor, esse personagem – o idoso, tem nome e sobrenome. Nesse caso, o valor idade é positivo, e está relacionado ao acúmulo de saber e ao domínio de uma técnica ou arte. Mas, quando se trata de um grupo social envolvido em tragédia ou pobreza, o personagem se torna invisível e anônimo. Nesse segundo sentido a idade é um fator negativo vinculado a um peso para a sociedade e para os serviços públicos de saúde e atendimento social.

Ainda que os conhecimentos que exprimem a experiência de envelhecer, em cada contexto histórico e social sejam diversos, existem algumas considerações que podem ser realizadas sobre as representações sociais da velhice, dentre elas: (1) As representações sociais da velhice se caracterizam pela ambivalência e pela ambiguidade; (2) As representações sociais da velhice diferem segundo o gênero, idade, posição social, grupo social,

contexto histórico, escolaridade, renda e condição de moradia; (3) As representações sociais devem ser entendidas nos planos interno – vivenciada por quem está envelhecido; e externo – como é representada pelos outros; (4) As representações sociais sobre a velhice encontram-se ancoradas principalmente nas representações que dizem sobre: (a). O estado de saúde: presença/ausência de doenças; (b). Relações do plano econômico: ativo/inativo, produtivo/ improdutivo; e (c). Relações sobre a própria condição humana: juventude/velhice, vida/morte; e (5) As representações velhice-problema convivem com as representações que entendem a velhice- resolução, em termos de gratificações e satisfações associadas a ela.

Método

Trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo, com abordagem metodológica quali-quantitativa pautada na TRS, conforme proposta por Serge Moscovici em 1961, no âmbito da Psicologia Social. Esta comunicação apresenta resultados parciais da tese intitulada: A velhice na mídia brasileira: Análise de representação social. A pesquisa procura conhecer as representações sociais sobre a velhice que circulam na mídia impressa brasileira. Para esse fim foi considerado neste estudo um dos jornais de ampla circulação nacional: A Folha de S. Paulo.

Foram analisadas as matérias publicadas em dois períodos específicos: 1) de 01 de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2003 e; 2) de 01 de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2006. Considera-se que esse período seja importante no estudo de representações sociais da velhice no Brasil, uma vez que abrange três anos antes e três anos depois da promulgação do Estatuto do Idoso (de 01/10/2003), que entrou em vigor em janeiro de 2004. Trata-se de um importante avanço na luta histórica do movimento social brasileiro a favor da proteção dos direitos das pessoas idosas (Brasil, 2003). Conforme destaca Castro (2012, p. 118) para uma melhor compreensão dos processos implicados nas relações entre a promulgação de leis e as mudanças representacionais “é importante analisar o debate público nos períodos anteriores e posteriores à emissão das leis (olhando para a mídia, por

exemplo)".

As matérias foram coletadas através do acervo digital do jornal. Foram consultados seis termos que abrangem o objeto de estudo em quatro sentidos: (1). Como etapa do desenvolvimento humano – Terceira Idade, Velhice; (2). Como processo – o Envelhecimento; (3). Como sujeito – Idoso e Idosa; e, (4). Como normativa – Estatuto do Idoso.

A análise dos dados foi realizada com estatística descritiva e análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2009) e sistematizada por Oliveira (2008). Adotaram-se como critérios de exclusão: (1). Matérias repetidas entre termos; (2). Matérias com erro de leitura; (3). Matérias publicadas em extensões Regionais da Folha; e, (4). Relação da matéria com o objeto da pesquisa (classificadas como 0, 1 e 2). As matérias "2", consideradas como de estreita relação com o objeto de estudo conformaram a amostra para análise.

Para a análise dos dados foi desenvolvido um

protocolo de pesquisa para análise de mídia impressa. Contou-se com auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) que permitiu identificar e analisar as matérias do jornal de forma organizada e sistemática. Ressalta-se que o SPSS ainda que de natureza quantitativa agrega um forte componente qualitativo em função dos procedimentos teóricos adotados pelo pesquisador para a construção das variáveis (Cunha, 2007).

Resultados e Discussão

Perfil das matérias analisadas

A Tabela 1 mostra que a cobertura sobre a velhice não foi regular durante os seis anos analisados. Foram analisadas 346 matérias, sendo 163 (52,89%) matérias no primeiro período e 183 (47,11%) no segundo. Constatou-se um aumento, ainda que discreto, de 5,78% de matérias sobre a velhice no segundo período analisado. Conforme pode ser observado, 2003 foi o ano de maior publicação de matérias nesta temática.

Tabela 1 - Número de matérias sobre velhice publicadas por ano

Ano	Período 1			Período 2			Total
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Matérias	44	31	88	63	53	67	346

Observa-se nessa tabela um quantitativo maior de matérias após a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) que data de 01 de outubro de 2003 e que entrou em vigor em janeiro de 2004.

Por outra parte, constata-se que a quinta-feira, o sábado e o domingo são os dias de maior publicação de matérias sobre a velhice, concentrando 233 (67,34%) matérias. Nesse sentido, é possível afirmar que a temática velhice ganha destaque nas páginas do jornal nos finais de semana.

Uma boa parte das matérias localizadas, 130 (37,57%), foram publicadas na Seção Cotidiano que divulga informações do dia a dia, dentre elas: segurança, educação e saúde. A segunda seção com maior quantitativo foi Saúde, com 61 matérias publicadas no Suplemento do jornal Equilíbrio (17,63%). Essa seção apresenta informações sobre pesquisas e descobertas na área da medicina, trata temáticas relacionadas com qualidade de vida

e saúde. Juntas, essas duas seções representam 55,20% do material analisado. A terceira seção foi Economia, com 47 matérias publicadas (13,58%). Essa seção contém as matérias localizadas nas seções Folha Invest, Mercado, Dinheiro, Folha Fovest e Negócios; seções que trazem informações relacionadas com mercado e economia.

Observa-se que a maioria das matérias (68,78%) foi publicada nessas três seções: Cotidiano, Saúde e Economia. Nesse sentido, poder-se-ia dizer, que o tratamento da velhice por parte do Jornal está vinculado a temáticas relacionadas com cotidianidade principalmente com assuntos sobre saúde e aspectos econômicos na velhice.

Constatou-se que das 346 matérias, unicamente 36 (10,40%) foram parte da capa das seções. A seção que teve maior quantitativo de matérias de capa foi Cotidiano, com 19 matérias. Considerando que foram localizadas 130 matérias nessa seção, as capas represen-

tam 14,61% dessa seção. Das 19 capas, seis foram localizadas na Manchete do Jornal. Dessas seis capas, duas estão vinculadas à temática principal “Normativa”, duas ao “Sistema de Saúde”, uma ao “Sistema Previdenciário” e uma outra a “Família”. Destaca-se que as seis matérias publicadas na Manchete foram de tamanho pequeno, isto é, menos de ¼ da página de manchete foi utilizada.

Por outro lado, sobre a localização das matérias na página do Jornal, é importante destacar que conforme Dinis (2009) a primeira página vista por leitores ocidentais é a da direita. Com essa informação, os meios de comunicação, distribuem as matérias nas páginas considerando a sua importância do lado direito (página ímpar) e do lado esquerdo (página par). Nesse sentido, o Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1996) estabelece que as notícias mais importantes – com informações inéditas e que requerem publicação imediata - são editadas nas páginas de número ímpar, sendo que atraem mais atenção visual do leitor do que as páginas de número par.

Ao respeito, a pesquisa constatou que, das 346 matérias analisadas, 205 (59,25%) foram publicadas nas páginas do lado esquerdo do jornal e 141 (40,75%) do lado direito. Considerando que quase 60% do material analisado está localizado do lado esquerdo, é possível afirmar que trata-se de matérias consideradas menos importantes e de publicação não imediata pelo jornal. Esse aspecto é reforçado considerando o tamanho destinado à matéria, sendo que 55,20% das matérias são pequenas, isto é, ocupam um espaço menor que ¼ da página na qual aparece a matéria; e 32,08% das matérias têm um tamanho médio, ou seja, tamanho e igual ou menor a ½ página. Unicamente 3,47% das matérias foram publicadas numa página completa ou mais páginas.

Com relação aos gêneros jornalísticos – conforme classificação proposta por Marques de Melo e sintetizada por Alves da Costa (2013); observa-se que o maior quantitativo de matérias foi publicado no gênero informativo 193 (55,78%). Destacam-se neste gênero os formatos Reportagem (28,32%), Notícia (15,90%) e Nota (8,38%). O gênero opinativo também destacou-se com 96 matérias (27,75%) nos formatos Coluna (11,85%), Artigo (4,91%) e Carta (4,62%).

Constatou-se que com relação ao posicionamento das matérias sobre o objeto de pesquisa, 57,80% têm uma clara tendência à neutralidade. Outras 25,14% apresentam o objeto de forma desfavorável; e 17,05% de maneira favorável. Essa tendência para a neutralidade pode ter uma relação com o quantitativo encontrado nos gêneros jornalísticos, sendo que no gênero informativo os autores das matérias procuram informar sem oferecer posicionamentos a respeito das informações.

Análise dos títulos

Uma análise dos encabeçados que compõem as matérias (antetítulos, títulos e subtítulos), revelou que, conforme mostrado na Tabela 2, os cinco termos mais utilizados pelo jornal Folha de S. Paulo para referir-se ao objeto de estudo foram: Idosos (44,91%), Critério de idade (18,87%), Terceira Idade (16,98%), Aposentados (8,68%), e, Envelhecimento (7,17%). Juntos, os primeiros três termos respondem por 80,76% dos encabeçados.

Por outra lado, os termos menos utilizados pelo jornal para referir-se ao objeto de pesquisa estão associados a: Eufemismos – cabelos brancos, cabelos grisalhos, pessoas com mais tempo livre, veteranos, anos dourados, sênior/ seniores, anciões, Office-olds (3,40%); Maduros (3,40%), Doença (3,02%), Gerontologia e Geriatria (2,64%), Imortalidade (1,89%) e Viúva (0,38%).

Tabela 2 - Termos utilizados no antetítulo, título e subtítulo que fazem referência ao objeto de pesquisa – 2014.

Termos	Período 2001-2003		Período 2004-2006		Total	
	f	%	f	%	f	%
Idosos	46	38,66	73	50,00	119	44,91
Critério idade	20	16,81	30	20,55	50	18,87
Terceira idade	23	19,33	22	15,07	45	16,98
Aposentados	8	6,72	15	10,27	23	8,68
Envelhecimento	8	6,72	11	7,53	19	7,17
Velhice	9	7,56	9	6,16	18	6,79
Velho	8	6,72	7	4,79	15	5,66
Estatuto do idoso	7	5,88	5	3,42	12	4,53
Avós	8	6,72	3	2,05	11	4,15
Eufemismos	5	4,20	4	2,74	9	3,40
Maduros	7	5,88	2	1,37	9	3,40
Doença	4	3,36	4	2,74	8	3,02
Gerontologia e Geriatria	1	0,84	6	4,11	7	2,64
Imortalidade	1	0,84	4	2,74	5	1,89
Viúva	1	0,84	0	0,00	1	0,38
Total	119	100,00	146	100,00	265	100,00

É importante salientar que o Manual de Redação da Folha de S. Paulo (1996) orienta aos jornalistas a utilizar o formato nome seguido do algarismo para informar a idade dos personagens ativos ou preponderantes da notícia. No entanto, nos encabeçados analisados, constataram-se as expressões “ 60 anos ou mais, mais de 65 anos, maiores de 60, a partir dos 60 anos, idade igual ou superior a 60 anos, com mais de 90 anos, acima de 60 anos.” Observa-se que a linguagem utilizada nos encabeçados das matérias está associada ao conhecimento reificado assim como à normativa voltada para esse grupo etário. Também foram utilizadas expressões como octagenária, nonagenários e, centenários. Essas expressões também estão fortemente ligadas ao conceito de Idoso, na medida em que, esse termo designa populações ou indivíduos que são categorizados em função da duração do ciclo vital, que por convenções sócio demográficas, tende a ser 60 ou 65 anos (Neri, 2008).

O Manual também guia os jornalistas para não

utilizar eufemismos, e indica que não compete ao jornalista suavizar a informação com palavras que pareçam mais agradáveis, sendo que a sua função não é poupar o leitor e sim informá-lo; por esse motivo desaconselha utilizar o termo ancião.

O Manual também desaconselha o uso do termo velho para qualificar as pessoas, já que significa deteriorado pelo tempo. No entanto, o termo apareceu em 15 (5,66%) encabeçados – quatro no antetítulo, nove no título e dois no subtítulo.

As temáticas associadas à velhice

Com a finalidade de desvendar os conteúdos das representações sociais construídas pelo jornal Folha de S. Paulo, foram analisadas as temáticas principais de 346 matérias relacionadas à velhice, sendo 163 (47,10%) no primeiro período e 183 (52,89%) no segundo período. A análise constatou 37 unidades de significação. A agregação dessas unidades resultou em oito categorias, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Frequência das categorias semânticas das temáticas principais entre períodos no Jornal Folha de S. Paulo – 2014.

COD	Categorias	Período 2001-2003		Período 2004-2006		Total	
		f	%	f	%	f	%
2	Saúde / Doença na velhice	25	15,34	51	27,87	76	21,97
5	Sentidos da Velhice	25	15,34	37	20,22	62	17,92
3	Discriminação e maus-tratos	27	16,56	28	15,30	55	15,90
1	Renda e Aposentadoria	21	12,88	26	14,21	47	13,58
7	Normativa	25	15,34	17	9,29	42	12,14
6	Serviços e Mercado	22	13,50	14	7,65	36	10,40
4	Educação / Recreação	11	6,75	3	1,64	14	4,05
8	Realidade demográfica	7	4,29	7	3,83	14	4,05
	Total	163	100,00	183	100,00	346	100,00

Constata-se que o predomínio de unidades de significação se concentra em três categorias: Saúde / Doença na velhice (COD 2); Sentidos da Velhice (COD 5); e Discriminação e Maus-Tratos (COD 3) representando 193 (56,93%) das categorias. Em seguida encontram-se as categorias Renda e Aposentadoria (COD 1); Normativa (COD 7); e Serviços e Mercado (6). Nessas categorias observa-se uma frequência relativamente menor que as anteriores, representando 125 (36,12%) unidades. O menor quantitativo encontrado corresponde às categorias Educação / Recreação (COD 4) e Realidade demográfica (COD 8) que representam 28 (8,10%) unidades.

Constatou-se que na distribuição das categorias semânticas não existe similaridade no que diz respeito ao quantitativo encontrado entre períodos. Observou-se uma tendência hierárquica decrescente no segundo período analisado. No entanto, no primeiro período não existe uma ordem hierárquica definida. Assim, considerando essa distribuição entre períodos, é possível afirmar que a cobertura da velhice nos anos de 2001 até 2003 esteve focalizada em cinco grandes temáticas (1). Discriminação e Maus-tratos contra idosos; (2). Saúde / Doença, Sentidos da Velhice e Normativa (mesmo quantitativo entre temáticas) e; (3). Serviços e Mercado. Já nos anos de 2004 até 2006 a cobertura focalizou-se em três temáticas (1). Saúde e Doença na velhice, (2). Sentidos da velhice; e (3). Discriminação e Maus-Tratos.

Considerando esse panorama é possível dizer que a cobertura por parte do jornal durante os seis anos de análise focalizou a velhice em

cinco aspectos: Saúde / Doença na velhice, Sentidos da Velhice, Discriminação e Maus-Tratos, Renda e Aposentadoria, e, Normativa. Na primeira posição, ocupada pela categoria Saúde e Doença, foram analisadas oito unidades de significação, na ordem decrescente: (1). Doenças e Sintomas – quedas na velhice, Alzheimer e Parkinson, depressão, queixas da memória, perda auditiva, osteoporose e obesidade na velhice; (2). Atividade física – na prevenção de doenças, como substituto de remédios e como conquista da saúde adquirida com cuidados ao longo da vida; (3). Medicamentos e Terapias – administração, usos e abusos de medicamentos na velhice; (4). Serviços de saúde – Campanhas de Vacinação e para Ouvir Melhor, desafios no sistema de saúde, e serviços de Odontogeriatría e Oftalmologia; (5). Gerontologia e Geriatria – Gerontologia como curso, perfil do estudante, necessidade de profissionais no gerenciamento da saúde; (6). Cuidadores – importância dos cuidadores; (7). Alimentação – hábitos alimentares na velhice; e, (8). Gravidez – gravidez na velhice.

Na segunda posição, representada pela categoria Sentidos da velhice, foram analisadas 5 unidades de significação que dizem respeito a: (1). Experiência de envelhecer para o sujeito – significados que os idosos atribuem a etapa da velhice, principalmente no que diz respeito à sexualidade, às mudanças corporais e à percepção do tempo; (2). Para a sociedade – velhice como encruzilhada (conquista / desafio), problemas da imortalidade para a estrutura social, e, limite de idade para utilizar a carteira de motorista; (3). A ciência explica –

processo biológico do envelhecimento considerado normal e envelhecimento patológico; (4). Para a família papel do idoso em relação aos netos, principalmente no cuidado, no incentivo a educação e na contribuição financeira, idosos esperam contar com o apoio financeiro dos filhos na velhice; (5). Medos da velhice – envelhecimento como melhor alter-tratos em função da idade. A questão de ensinar as crianças a respeitar os idosos aparece bastante nestas matérias em função de que algum dia todos vamos querer ser respeitados. O segundo tipo de violência é o Abandono (abandono de idosos em asilos e hospitais por parte dos familiares). Seguidamente aparecem os Maus-tratos financeiros (estelionato, assalto e abusos econômicos sofridos contra as pessoas idosas, como por exemplo, o exercido pela indústria farmacêutica). O quarto tipo de violência são os Maus-tratos físicos (matérias sobre assalto e sequestro seguido de assassinato). A quinta, sexta e sétima posição foram ocupadas pelas unidades Negligência, Vítima no trânsito e Idoso como agressor. São identificados como agressores dos idosos os familiares e as pessoas próximas, dentre eles: vizinhos e conhecidos. Na quarta posição, a categoria Renda e Aposentadoria agrupou quatro unidades de significação. Destacam-se as unidades Sistema Previdenciário e Trabalho. Na primeira unidade as matérias abordam a temática do Sistema Previdenciário em função dos desafios e desequilíbrios que impõe o envelhecimento populacional. A unidade Trabalho destaca a participação de idosos no mercado de trabalho. Essa participação pode responder a duas motivações diferentes: (1). Trabalho como necessidade para completar aposentadoria; e (2). Trabalho como fonte de saúde e prazer. Seguidamente aparece a unidade Renda e Aposentadoria (preocupação por uma renda que permita uma velhice digna, e enfatiza as consequências para a saúde física e mental dos idosos que não contam com uma poupança para enfrentar essa etapa da vida, dentre elas: depressão, solidão, quedas, falta de medicamentos). A terceira unidade diz respeito a Aposentadoria (como uma decisão que deve ser muito bem pensada e planejada). A tríade Sistema Previdenciário – Trabalho – Renda/Poupança destacou-se

nativa à morte precoce, solidão, doenças, angústia de ocupar o tempo e de enfrentar o inevitável: envelhecer.

Na terceira posição, a categoria Discriminação e Maus-tratos foi composta por sete unidades significantes. O principal tipo de violência foi a Psicológica. Trata-se de matérias que focalizam a discriminação, o preconceito e os maus-tratos também na análise das unidades de significação reforçando assim a questão econômica como um elemento importante na conformação da representação social da velhice.

Na quinta categoria, Normativa, foram agrupadas 3 unidades de significação. Destaca-se nesta categoria a unidade Polêmicas na normativa, que reúne as polêmicas que surgiram na aprovação do Estatuto do Idoso em função três aspectos: (1). Limitação de reajustes aos planos de saúde em função da idade; (2). Atendimento domiciliar e distribuição gratuita de medicamentos para pessoas idosas; e (3). Benefício da gratuidade ou 50% de desconto em transporte público. Seguidamente aparece a unidade Proteção do idoso em dois sentidos: (1). Como um mecanismo de visibilização da velhice; e (2). Como uma necessidade que deve ser prontamente providenciada. A terceira unidade, Benefícios e prioridades, destaca os privilégios da idade, entre eles: descontos em medicamentos, meia-entrada em eventos culturais, prioridade em atendimentos e trâmites judiciais, na restituição do imposto de renda, e transporte gratuito.

A análise das categorias temáticas aponta que a representação social da velhice está associada a elementos predominantemente negativos que dizem respeito às doenças e sintomas, dependência física, econômica e psicológica, além de ser uma etapa de fragilidade que requer de proteção e cuidados específicos. No entanto, esses elementos convivem com traços positivos associados a práticas que permitam um envelhecimento saudável. Nesse sentido, a velhice é entendida como uma nova etapa da vida para o desenvolvimento de realizações pessoais.

Considerações Finais

Moscovici (2003) visualizou a importância da comunicação para a compreensão da sociedade e sobretudo como um elemento fundamental na elaboração, transmissão e trans-

formação das representações sociais. Para esse autor a emergência de novas representações sociais pode ser resultado da mudança dos interesses humanos. Nessa mesma linha, Marková (2006) indica que a TRS estuda fenômenos sociais que se tornaram alvo da preocupação pública, isto é, fenômenos que causam tensão e provocam ações.

A mídia constitui, sem dúvida, um lugar privilegiado de circulação de discursos portadores de representações sociais sobre a velhice.

No caso concreto da pesquisa realizada, a análise das Seções em que foram publicadas as matérias no Jornal indica que o tratamento da velhice por parte do Jornal está vinculado a temáticas relacionadas com a cotidianidade principalmente com assuntos sobre saúde e aspectos econômicos na velhice.

O estudo revelou que a localização e o tamanho da matéria por parte do Jornal sugerem que trata-se de matérias de menor importância, não consideradas de publicação imediata e que atraem menos a atenção do leitor.

Constatou-se que no conjunto de antetítulos, títulos e subtítulos, os termos utilizados para referir-se ao objeto de estudo estão vinculados a termos derivados do conhecimento científico e da normativa sobre o assunto.

A análise das principais temáticas das matérias indica que o campo representacional da velhice está ancorado nos aspectos vinculados à manutenção da saúde e a presença/ausência de doenças e sintomas associados a esta etapa da vida.

Por outro lado, constatou-se que o idoso que aparece nas páginas do Jornal responde a duas imagens em particular: (1). O idoso como vítima de abandono, morte, solidão, em alguns casos vítima dos sistemas públicos e; (2). O idoso que se destaca por preservar sua qualidade de vida, ativo, que viaja, que trabalha e que tem uma função social importante.

Algumas matérias do Jornal trazem experiências positivas de pessoas idosas que se prepararam ao longo da vida, com exercícios físicos e alimentação saudável, além de planos de previdência e de poupança que garantiram uma velhice digna.

Na análise das matérias vinculadas à velhice, no jornal Folha de S. Paulo, é possível afirmar

que o objeto velhice ganha visibilidade através dos dados demográficos que remetem a uma nova configuração da população como fenômeno de grande escala.

Essa nova realidade demográfica, da qual o Brasil forma parte, é representada nas páginas do Jornal como problema de urgente resposta, principalmente aqueles problemas associados ao sistema previdenciário e de saúde.

A temática se traduz na encruzilhada trazida pela dicotomia conquista / desafio. Partindo dessa encruzilhada, as matérias focalizam a velhice a partir das possíveis soluções nos diversos campos afetados pelo envelhecimento populacional, como por exemplo, a necessidade de políticas públicas que garantam proteção desse grupo social, as reformas no sistema de previdência e no sistema público de saúde. Os desafios salientam os custos econômicos e sociais de um mundo cada vez mais envelhecido.

A temática merece atenção e debate no âmbito acadêmico com a finalidade de entender o papel da mídia na construção/transfor-
 mação da representação social da velhice e as suas nuances.

Referências Bibliográficas

- Alves da Costa, L. (2010). Gêneros jornalísticos. Em J. Marques de Melo. (Org.). Gêneros jornalísticos no Brasil (43- 83). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- Bardin, L. (2009). Análise de Conteúdo. Portugal: Edições 70.
- Brasil (2003). Lei 10.741. Estatuto do Idoso, Brasília.
- Campos, P. (2009). Jornalismo e Sociedade: A visibilidade do idoso nos meios de comunicação. Estudo de caso: jornais "El País" e "ABC". Em Revista Científica Eletrônica de Ciências Humanas, 12, 06-46.
- Castro, P. (2012). Legal Innovation for Social Change: Exploring Change and Resistance to Different Types of Sustainability Lawspops. *Political Psychology*, 33(1), 105-121.
- CEPAL (2003). Conferencia regional intergubernamental sobre envejecimiento: hacia una estrategia regional de implementación para América Latina y el Caribe del Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el En-

- vejejimento. Disponível em <http://www.eclac.org>.
- Cunha, I. (2007). O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo. Em C. Lago. & M. Benetti M. (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo (168-196). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Debert, G. (2003). O velho na propaganda. Em *Cadernos Pagu*, Campinas, 21, 133-155. Acesso em 28 de julho, 2010, em <http://www.scielo.br>.
- Dinis, A. (2009). O papel do jornal e a profissão do jornalista. São Paulo: Summus.
- Guareschi, P. (2007). Mídia e democracia: O quarto versus o quinto poder. Em *Revista Debates*, Porto Alegre, 1 (1), 6-25.
- IBGE (2012). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. Rio de Janeiro.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: Um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lins De Barros, M. (2006). Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. Em *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, 109-132.
- Manual da Redação da Folha de S. Paulo (1996). Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/manual_redacao.htm
- Marková, I. (2006). Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Medrado, B. (1999). *Textos em cena: a mídia* como prática discursiva. Em M. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (243-271). São Paulo: Cortez.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse son image et son public*. Paris: P.U.F.
- Moscovici, S (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Neri, A. L. (2008). *Palavras-Chave em gerontologia*. 3. ed. Campinas, SP: Alínea.
- Oliveira, D.C. (2008). Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. Em *Revista Enfermagem UERJ*, 16 (4), 569-576.
- ONU (2007). *World Population Ageing, 2007*. Disponível em <http://www.un.org/es>.
- Tupper, M. (1995). *The Representation of Elderly People in Prime Time Television Commercials*. Tese. University of South Florida School of Mass Communications Masters. Em oldpeopletvcommercials.com.
- Tura, L. & Silva, A. (Org.) (2012). *Envelhecimento e Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Quartet.
- Vickers, K. (2007). Aging and the Media: Yesterday, Today, and Tomorrow. Em *Californian Journal of Health Promotion*, 5 (3), 100-105.

ABORDAGEM SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Thiago Guimarães Grangeiro
Psicólogo, especialista em Drogadependência,
implementação de políticas, tratamento e
prevenção
Prefeitura Municipal de Resende-RJ
Secretaria Municipal de Assistência Social e
Direitos Humanos
Centro de Referência Especializado para
População em Situação de Rua – Centro POP
email:thiago.grangeiro@ibest.com.br

Resumo: Debruçaremos nos, neste artigo, sobre uma ferramenta importante do trabalho com a população em situação de rua: a abordagem social. Discutiremos aqui, o esfor-

ço dessa Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Resende-RJ na construção de uma metodologia de trabalho que propõe a abordagem como primeira passo na direção do que é objetivo comum aos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social: a segurança de acolhida. Utilizaremos como base o conhecimento acumulado nas experiências de abordagens realizadas pela equipe do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua no período de agosto de 2009 à dezembro de 2011 em contraste com os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Neste espaço também discutiremos o território de abordagens e as relações que nele se estabelecem dando vida a diferentes modos de viver nas ruas.

Palavras-chave: população em situação de rua, assistência social, abordagem social.

Abstract: Will lean on in this paper on an important tool of work with homeless people: a social approach. We will discuss here the effort of the Municipal Social Welfare and Human Rights of Resende -RJ in building a working methodology that proposes the approach as a first step towards that which is the common goal to the equipments of the Unified Social Assistance : a safety upheld. This study is based on the knowledge accumulated in the experience of approaches conducted by the Specialized Reference Center staff for Population Homeless from August 2009 to December 2011 in contrast to the official data of the Ministry of Social Development. In this paper we will also discuss the territory of approaches and relationships that are established giving life to different ways of living on the streets.

Keywords : homeless people, social assistance, social approach.

Introdução.

Segundo Valêncio et. al. (2008), o Brasil vem apresentando duas tendências de forças coercitivas impedindo a ampliação da cidadania da população de rua: de um lado, há a passagem de um estado de intolerância implícita para uma intolerância explícita, intensificando a prática pública de truculência na eliminação dessa população vulnerável, nisso convergindo as ações do Estado e a de grupos organizados por meio de ações soturnas, violentas e até homicidas como a “operação mata-mendigos”³ que abalou o Rio de Janeiro no início dos anos 60.

De outro, eleva-se o clamor de algumas classes para que o governo retroceda sua interlocução, com foco nos direitos humanos, com

os que estão em situação de rua para substituí-lo pelo foco da segurança pública, na qual o grupo torna-se fonte de ameaça à ordem pública ao invés de ser entendido como ameaçado por esta. Entretanto, observamos casos em que a expulsão não procura uma justificativa de solução urbanística e deixa evidente a simples aversão ao estranho que o morador da rua representa à ordem instituída. Ações deste teor ainda são vistas com certa naturalidade pela população e até mesmo por profissionais de assistência que deveriam, por princípio ético profissional, garantir os direitos dessas pessoas. Operações de retirada de moradores de rua, crianças e adultos, de áreas da cidade, acompanhada das polícias civil e militar para posteriormente serem levados as Delegacias ou batalhões policiais são cinicamente vendidas como ações “enérgicas” de governos supostamente comprometidos com o bem-estar da população.

Com tais procedimentos, as instâncias do poder público, sobretudo as de assistência social, distanciam-se de suas funções socioassistenciais e atuam como uma agência de repressão, prestando-se à segregação e aumentando a apartação social que deveria combater. Assistimos, a incorporação do choque de ordem pelas Secretarias de Assistência Social privilegiando ações de defesa da dita “ordem pública”, promovendo uma higienização travestida de assistência social, quando deveriam atuar na garantia de direitos, na efetivação de políticas públicas e por meio de ações interseoriais de qualidade.

As ações públicas acima descritas incrementam aquilo que a Política Nacional de Defesa Civil denominaria de desastre social e são igualmente dissonantes da Política Nacional de Assistência Social que prevê a proteção social e garantia da cidadania sob a vigilância do Estado. Nessa lógica, ao invés das pessoas em situação de rua serem consideradas como grupo que *está em risco*, são representadas como que *oferecendo risco* à segurança da população (Valêncio et. al., 2008).

Na contramão dessa lógica, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do município de Resende, por meio do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua tenta encontrar alternativas de acessar essa população na per-

³ Episódio que aconteceu no Rio de Janeiro e culminou na morte de vários moradores de rua, que eram presos, torturados e depois jogados aos rios Guandú e da Guarda. Alguns pesquisadores ligam as torturas a uma espécie de “treinamento” pelo qual estavam passando quadros da própria polícia, já que o fato se deu na em período que antecedeu o golpe militar. Entretanto, o consenso é que o fato estava ligado à visita da Rainha Elizabeth ao Brasil. A “operação mata-mendigos” teria sido para fins de “limpeza social”.

spectiva da garantia de direitos em favor do exercício da cidadania.

Debruçaremos-nos aqui sobre uma ferramenta que pode tomar qualquer uma das faces descritas acima: a abordagem social. Discutiremos aqui, o esforço dessa Secretaria na construção e de uma metodologia de trabalho que propõe a abordagem como primeira passo na direção do que é objetivo comum aos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social: a segurança de acolhida. Utilizaremos como base o conhecimento acumulado nas experiências de abordagens realizadas pela equipe do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua⁴ no período de agosto de 2009 à dezembro de 2011 em contraste com os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Neste espaço também discutiremos o território de abordagens e as relações que nele se estabelecem dando vida a diferentes modos de viver nas ruas.

Abordagem Social com população em Situação de Rua

O documento “Bases para uma Política Pública de Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro” (2009), concretiza uma das metas do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, de iniciativa da sociedade civil organizada dando passo fundamental para uma construção de uma política de atendimento a essa população e reformulação das ações já existentes.

Nessa reformulação substancial, processos intimamente relacionados em redor de três momentos complementares: abordagem; espaços-dia ou casas de acolhida e acompanhamento; e finalmente espaços de preparação cidadã. (Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, 2009)

Para fins desta análise é necesario resgatar, com detalhamento, aqui o primeiro momento proposto pelo Fórum: a abordagem.

“é o primeiro passo do processo socioeducativo

que terá continuidade no espaço-dia. Feita por uma pequena equipe de profissionais das áreas de Assistência Social, Saúde (física e mental) e Educação, num contexto de relações de respeito e confiança, visa conhecer gradativamente o/a morador/a de rua e suas demandas, propiciando o acesso a um atendimento de emergência, quando necessário, e apresentando, ao longo de diversos contatos, a “Casa de Acolhida” (espaço-dia) com sua finalidade e diversos serviços” (Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, p.1, 2009).

Nesse sentido, no município de Resende-RJ as atividades de abordagem social promovidas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua compreendem abordagens diurnas e abordagens noturnas nas ruas do referido município, a procura de pessoas em situação de rua, sobretudo em suas áreas conhecidas por concentrar este público. Essas abordagens têm por objetivo identificar público alvo, monitorar e avaliar o impacto das ações promovidas pelo serviço, mapear o território, observar o fenômeno de população em situação de rua em campo e principalmente a o estabelecimento e manutenção das relações de respeito e confiança com essa população.

As abordagens diurnas fazem parte da rotina de atividades da unidade e são realizadas de segunda à sexta no horário de 8h as 9h ou em horários extraordinários quando existem denúncias. As abordagens noturnas são realizadas, normalmente, uma vez ao mês no horário de 22h as 02h.

As abordagens diurnas acontecem em tempo mais curto e tem menor abrangência territorial de forma a não interferir em outras atividades de rotina do setor. As abordagens noturnas por sua vez, por exigir maior abrangência territorial para fins de mapeamento consomem maior quantidade de tempo e desgaste físico da equipe dado o horário em que acontecem. Dessa forma são realizadas somente uma vez ao mês de forma a preservar a equipe do desgaste

A equipe de abordagem é composta de um motorista, dois agentes sociais, um psicólogo e(ou) assistente social, todos capacitados e habituados a rotina de atendimento a esta população. Importante destacar, característica

⁴ Agradecemos a dedicação e os esforços da gestão municipal na realização deste trabalho e, principalmente as equipes de abordagem sem as quais a construção desse conhecimento seria impossível.

peculiar do município que garante a presença do técnico de nível superior, assistente social ou psicólogo, nas atividades de abordagem considerando que em muitos casos esta tarefa é delegada somente aos agentes e educadores sociais. Consideramos a presença do técnico fundamental no suporte e supervisão da equipe de abordagem afim de garantir a qualidade técnica da ação e orientação em situações peculiares.

População em Situação de Rua: quem são e onde estão?

Um primeiro aspecto sobre este segmento populacional que deve ser destacado é que Segundo o relatório da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2006) grande parte dessa população é composta por trabalhadores uma vez que 70,9% dos entrevistados exercem alguma atividade remunerada. Dentre essas atividades destacam-se as de catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Tais dados contrariam a imagem comumente difundida, pois constituem minoria aqueles que pedem esmola como principal meio de sobrevivência (15,7%). Dessa forma, os dados obtidos na pesquisa ajudam a desmistificar a idéia que as pessoas em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes” e também permitem supor que existe um número considerável desse público que não será encontrado nas ruas durante o período comercial, tornando sua identificação possível somente durante o período noturno quando não estão exercendo suas atividades.

No município de Resende-RJ, a realidade encontrada é bem semelhante ao recorte nacional. Dentre as pessoas em situação de rua abordadas por este setor 71% exerce alguma atividade remunerada, sendo que deste percentual 33% trabalham como catador de material reciclável; 18% exercem diferentes atividades de serviços gerais como “capina”, limpeza, cuidados com animais, entre outros; 11% trabalham como carregador (“chapa”); 9% desempenham funções diversas na área de construção civil. E novamente contrariando o estereótipo do pedinte, apenas 3% da população em situação de rua abordada exerce

atividade de esmolar, mendigar, pedir como fonte de remuneração.

Destaca-se também que é fora dos horários comerciais que os centros comerciais oferecem relativamente protegidos para o pernoite sem o incômodo de residências cujos moradores poderiam acionar a polícia ou os serviços de resgate da prefeitura. Registra-se até que em alguns casos a presença de moradores de rua na porta de estabelecimentos comerciais pode servir como uma segurança adicional contra a violência urbana. Alguns relatos mencionam a autorização para que dois ou três moradores de rua dormissem em entradas de casas comerciais ou nas proximidades de residências (Varanda & Adorno, 2004). Varanda e Adorno revelam ainda que o descarte introjetado pelo próprio sujeito o destitui de seu papel social, como no caso de sujeito da pesquisa do autor, que ao sair do albergue pela manhã, dizia sair andando pela cidade, “sem rumo” e que uma das alternativas é a dissociação da realidade que o cerca, sob a indução de bebidas alcoólicas.

Destaca-se ainda que 34,3% dos entrevistados na Pesquisa Nacional sobre População em situação de rua possuem contato freqüente (diário, semanal ou mensal) com familiares. Dessa forma, devemos considerar que durante o período diurno muitos daqueles que não estão envolvidos em atividades de trabalho ou de programas sócio-educativos podem estar dedicados à itinerância nas ruas da cidade ou entre cidades quando em movimento migratório ou mesmo em proximidade com familiares.

No caso do município de Resende-RJ 53% da população em situação de rua abordada possuem contato freqüente (diário, semanal ou mensal) com familiares e se estendermos este contato para o período anual podemos dizer que 60% desta população mantém algum contato com seus familiares.

Por fim, outro aspecto a ser destacado é que segundo o relatório da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 46, 5% dos entrevistados preferem dormir nas ruas, contra 43,8% de entrevistados que preferem o pernoite em albergues. As principais razões apontadas são a falta de liberdade nos albergues (44,3%), seguidos do horário de entrada, saída e outras rotinas dos albergues

(27,1%) e em terceiro lugar, a proibição ao consumo de álcool e outras drogas (21,4%), considerando que as duas últimas podem estar associadas à falta de liberdade que foi apontada como principal problema. Dos que preferem o pernoite em albergues mas que foram entrevistados dormindo nas ruas apontaram a dificuldade em conseguir vagas como razão de pernoitarem nas ruas (20,7%). Ainda que em nosso município não exista a oferta de albergue e locais de pernoite de baixo custo, e que dessa forma as pessoas em situação de rua não podem exercer tal escolha. Considera-se importante destacar como vários fatores apontam para o quadro de que o cenário urbano é o palco da vulnerabilidade e do risco social das pessoas em situação de rua e que a rua, obviamente, ainda é o local mais adequado para a identificação dessa população, sobretudo durante a noite, mesmo quando existe a oferta de pernoite em instituições.

Identificação do público-alvo.

Segundo a definição utilizada pela SNAS/MDS “a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (Brasil, p.24, 2006,).

Seguindo os parâmetros utilizados pelo MDS no desenvolvimento da I Pesquisa Nacional sobre População Adulta em Situação de Rua utiliza-se como definição do termo “rua” um sentido amplo que inclui os possíveis locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência e que poderiam servir de alguma forma como um abrigo. Dessa forma “rua” inclui, por exemplo, espaços públicos como parques e praças, ou privados como prédios e depósitos abandonados.

Complementando a definição anterior também são consideradas pessoas que têm casa própria, alugada ou de parentes no interior ou em locais afastados do centro da cidade e que por motivos de trabalho dormem na rua uma ou mais vezes por semana (BRASIL, 2006), embora esta não seja uma realidade comum deste município dada a sua extensão territori-

al onde os bairros possuem distancias relativamente curtas uns dos outros se comparados com as metrópoles.

Também são consideradas pessoas que constroem estruturas de plástico papelão e madeira em áreas públicas ou em áreas privadas abandonadas de forma que não configurem ocupações organizadas de prédios ou de terrenos.

Da mesma forma como fora definido para os efeitos da pesquisa supracitada não são consideradas público-alvo das abordagens pessoas que ocupam prédios abandonados há mais de cinco anos com características de razoável estruturação (divisórias de alvenaria, uso de luz elétrica, equipamentos domésticos e etc.)

Dessa forma as abordagens percorrem durante parte da noite e parte da madrugada os logradouros públicos atentos para a localização dessas pessoas e para que as abordagens tenham sucesso na identificação desse público, certos cuidados metodológicos são considerados como a atenção a prédios abandonados, locais de difícil acesso, galerias subterrâneas, vãos existentes em viadutos e pontes, entre outros que muitas vezes não são percebidos pelos olhares de transeuntes. Para a identificação desses lugares são tomadas como base o conhecimento anterior do território, denúncias feitas por munícipes e dados levantados com a própria população em situação de rua no dia-a-dia da instituição.

Com base no mapeamento realizado nas abordagens noturnas são criados ou modificados o roteiro das abordagens diurnas definindo o percurso a ser percorrido pela equipe de abordagem a procura do público alvo em seus locais de pernoite antes que se dispersem durante o período comercial.

O Território de Abordagem.

A partir de mapeamento do território e considerando-se que segundo Varanda e Adorno (2004) na falta de dinheiro e de albergues, os centros comerciais – livre do trânsito de pedestres à noite, com amplas marquises para a proteção da chuva, próximos a bares e restaurantes, que oferecem as sobras de comida e banheiro, caso se esteja com boa apresentação, com farto papelão para se improvisar uma cama – são consideradas por

esse grupo uma boa opção para passar a noite. Além de que, conforme mencionado anteriormente fora dos horários comerciais, esses lugares oferecem os locais preferidos por esta população para o pernoite sem o incômodo de residências cujos moradores poderiam acionar a polícia ou os serviços de resgate da prefeitura. Dessa forma os Centros comerciais da cidade (Centro, Bairro Comercial, Campos Elíseos, Manejo, Paraíso e Cidade da Alegria) são pontos obrigatórios de abordagem e naturalmente constituem a maior concentração de pessoas em situação de rua.

No objetivo de atingir também a população migrante são consideradas regiões próximas a Via Dutra como os bairros Paraíso, Engenheiro Passos, e Alambari e os terminais rodoviários do município.

Abordagens Diurnas (Diariamente de 8h as 9h30)	Abordagens Noturnas (Uma vez ao mês de 22h as 2h)
Paraíso;	Engenheiro Passos
Centro	Morada do Contorno
Campos Elíseos	Toyota
Bairro Comercial	Jardim Primavera
Manejo	Nova Alegria
Alvorada	Cidade Alegria
	Morada da Colina
	Manejo
	Paraíso
	Centro
	Campos Elíseos
	Bairro Comercial
	Alambari

Tabela 1

Minha casa é a rua.

Existe uma tendência a se encarar as ações dessas pessoas no cenário urbano como fruto do acaso, entretanto a longa permanência nesses espaços trouxe a essa população conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando assim, práticas e dinâmicas específicas em cada território estabelecendo negociações caso a caso. Assim não apenas a distribuição espacial dos recursos interfere nos movimentos adaptativos dessa população mas também os diversos modos através dos quais a sociedade os vê. As respostas da sociedade a persistência dessas

da presença e às diferentes apropriações que essa população faz dos espaços públicos são fatores que interagem nessa dinâmica socioespacial. (Santos, 2007)

Tais espaços embora sejam entendidos como simplesmente “públicos”, por aqueles que passam pelas ruas, o espaço em que se encontra a pessoa em situação de rua é percebido por ela como um espaço privado, seu ou de seu grupo – a sua casa (Silveira, 2007). Dessa forma a entrada ou aproximação nesses espaços deve ser feita de forma cautelosa sempre que possível pedindo a autorização daquele(s) que o(s) ocupa(m). Frequentemente essas pessoas são encontradas dormindo, dessa forma é imprescindível o cuidado para não provocar sustos e desconfortos bem como uma abordagem curta (anexo 1) para que a pessoa não seja perturbada por questionários longos e demorados. Evidente que sua disponibilidade para a entrevista deve ser verificada.

Compreende-se, portanto, a apropriação da rua como expressão de aspectos subjetivos de cada indivíduo, onde serão construídos (por escassez de ofertas) referenciais de identidade, de sobrevivência e de relação com o outro. No espaço urbano da vida na rua, noções de limite, de regras de conduta, de privacidade e acolhimento são constituídas em meio à fragmentação, transitoriedade, vulnerabilidade que definem os movimentos, os sons e o tempo da rua. A temporalidade apresenta-se de modo paradoxal, pois o tempo vivido na rua está fixado no presente, preso à fluidez dos acontecimentos, às urgências de sobrevivência. “Na rua, o tempo não pára, não porque existe um futuro pela frente, mas porque há constante presença do imediato” (Monteiro & Monteiro, 2010).

Nas palavras do ex - Ministro de desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias, podemos concluir que:

A rua é um espaço público e deve ser valorizada como tal. É um espaço de todos, local de encontro, do exercício da cidadania, do convívio pessoal de pobres e ricos. Retirar as pessoas da rua significa oferecer a cada uma delas alternativas de vida, oportunidades de trabalho, de moradia, condições de formar e manter estruturada uma família. É inadmissível expulsá-las para outros lugares de nenhuma esperança.

ças e longe dos olhos de pessoas insensíveis ao sofrimento de seus semelhantes. É um trabalho que implica grandes desafios: resgatar a autoestima e a dignidade de cada pessoa. (Ananias, p. 1-2, 2007)

Dessa forma, a cidade é para o grupo, o espaço de provisão mínimo das necessidades. Perversamente, a cidade também é o local de sua rejeição e recriminação, dia a dia, negando-lhe uma vida privada e coletiva dignas. A experiência vivida, de sofrimento e privação traz, à pessoa em situação de rua, a memória da construção social da sua inferiorização. Em uma sociedade violentamente intolerante à diferença, a experiência de rua deixa gradativamente de ser uma experiência de sofrimento, para ser uma situação de risco e insegurança (De Lucca apud Valêncio & Outros, 2008).

Considerações finais.

A complexidade que engendra os fatores causais e processos de manutenção da vida nas ruas requer ações diferentes do recolhimento compulsório de pessoas, ou da desterritorialização dessas pessoas. O trabalho com população em situação de rua exige abordagem processual e o estabelecimento de relações de confiança e o que sabemos não provocar nenhum efeito imediato e (ou) midiático. Requer ainda, ações multidisciplinares e interseccionais entre saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer e habitação. Sabemos, como Muñoz (1995), que a via de regra é o contato e não pode ser entendido de forma pontual e isolada, mas sim como um processo de relacionamento que deve se caracterizar pelo respeito em um contexto onde o contato formal e burocrático não constitui via de acesso confiável. Nesse sentido a abordagem é o primeiro momento dessa relação a ser estabelecida que poderá determinar seu desenvolvimento.

Importante destacar que, ainda pensando na mesma ótica de Muñoz (1995), essa relação cria condição para que a pessoa em situação de rua, através de uma experiência de autoestima, de respeito, vivencie um contexto substancialmente diferente daquele que a sociedade o relegou. Sendo assim, é a qualidade desse novo contexto de relações que a convivência permite o reencontro consigo e

com os outros superando gradativamente o anonimato, a vergonha, o isolamento e o abandono.

Assim, pela via do respeito à dignidade humana, pretendemos dar o primeiro passo em direção a uma relação que pode criar uma ponte desse sujeito de volta, como define Bauman (2004), “ao espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas”.

Referências bibliográficas

- Ananias, P. (2007). *Os mais pobres entre os pobres*. Brasília-DF. Texto disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/os-mais-pobres-entre-os-pobres-patrus-ananias>
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor.
- Brasil, MDS. (2009). *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília-DF.
- Brasil, MDS-SAGI & Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. (2008) *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/su-mario_executivo_pop_rua.pdf
- Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. (2009). *Bases para uma política pública de inclusão social da população adulta em situação de rua no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. (2009). *População adulta em situação de rua no Rio de Janeiro: Proposta para uma nova rede de atendimento*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Monteiro, L. F. & Monteiro, A. M. C. Clínica de rua: Pressupostos teóricos-clínicos para uma intervenção no âmbito do consultório de rua. In BRASIL, SENAD-Secretaria Nacional Sobre Drogas e CETAD. (2010). *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua*. Salvador-BA.

Muñoz, J. V. (1995). *Textos em debate: Sobre a população adulta de rua e alguns de seus valores (Um Início de Discussão)*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.

Valêncio, N. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. (2008). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605.

Santos, M. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. In Brasil, Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria

de Avaliação e Gestão da Informação. (2007) *Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF.

Silveira, F. Enxengando o invisível: Desafio metodológicos de uma (Re)construção do olhar. In BRASIL, MDS-SAGI. (2009). *Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF.

Varanda, W. & Adorno, R. C. F. Descartáveis urbanos: Discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. (2004). *Saúde e Sociedade* v.13, n.1, p.56-69.

COMUNICAÇÃO POPULAR COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DA COMUNIDADE

Tatiana Reidel

Prof.Doutora Departamento de Serviço Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Brasil
tatynhar@terra.com.br

Anely Marmitt

Graduanda do curso de Serviço Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Brasil
anely1992@hotmail.com

Charline Pereira dos Santos
Psicóloga

Especialista em Educação em Saúde Mental
Coletiva
charlineps@gmail.com

Isadora Ducati Pereira

Graduanda do curso de Serviço Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Brasil
isadora.pereira93@yahoo.com.br

José Vicente Mertz

Graduando em curso de Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Brasil
Vincent_acrata@yahoo.com.br

Theo Storchi da Rocha

Graduando em curso de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Brasil
theodarocha@gmail.com

Resumo: O presente artigo relata a experiência de intervenção do Projeto Despertar junto à comunidade São Pedro, em Porto Alegre/ RS, oriunda de um Projeto/Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir de uma visão de saúde ampliada, que encara a saúde não apenas como ausência de doença, e em consonância com o campo de estudos da Saúde Urbana, se inicia um processo de mapeamento de quais as questões se fazem prioritárias na comunidade, além do reconhecimento do território, que foi identificado como múltiplo. Como estratégia para a promoção da emancipação e da autonomia através do empoderamento dos moradores, desenvolveu-se um jornal comunitário, o mesmo compreendido como um dispositivo de organização e criação de uma cultura política dentro da comunidade que supere o estigma, o individualismo e a desmobilização

Palavras chaves: emancipação, comunicação popular, comunidade

Abstract: This article reports the Despertar Project intervention experience with the São Pedro community, in Porto Alegre. From an expanded vision of health, looking the health not only as the absence of disease, and in line with the Urban Health field of study, begins a

process of mapping the priority issues in the community, and the recognition of the territory, which was identified as multiple. As a strategy to promote the emancipation and autonomy through the empowerment of residents its developed a community newspaper, to serve as an organizing device and creating a political culture within the community that overcomes the stigma, individualism and disorganization.

Keywords: emancipating, popular communication, community

Introdução

O presente artigo versa sobre o projeto de extensão Emancipação e autonomia: despertar da comunidade São Pedro, vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto realiza suas atividades na comunidade São Pedro, em Porto Alegre, desde 2012. É coordenado pela professora Dra. Tatiana Reidel do curso de Serviço Social, conta com a participação de graduandos dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Sociologia, além da colaboração voluntária de uma Psicóloga. A interdisciplinaridade que compõe a equipe de extensão é essencial e decisiva para os rumos, escolhas e reflexões feitas pelo projeto, sendo mais que um acidente, mas o resultado de uma reflexão sobre qual ideal de intervenção proposto.

Tem-se a comunidade São Pedro como párea para a intervenção do projeto não por acaso: São Pedro é uma comunidade conhecida em Porto Alegre, sempre em um sentido negativo, como um ponto de extrema pobreza, precariedade de serviços, alta taxa de criminalidade, entre outros estigmas que será abordado adiante. Logo, o projeto possui como objetivo de intervenção: contribuir no processo de emancipação e autonomia dos moradores desta comunidade, através de intervenções que envolvam estudantes e docentes de diferentes áreas e profissionais de diferentes políticas e setores; dar visibilidade as potencialidades desta comunidade; contribuir para a discussão, reflexão e materialização dos Direitos Humanos; criar e fortalecer canais de comunicação entre os moradores com vistas à socialização de informações; contribuir para criação

de espaços de troca, reflexão e encaminhamentos coletivos; promover encontros e articulações da rede de serviços das diferentes políticas públicas com vistas a contribuir para o acesso e garantia de direitos; desenvolver ações que permitam reflexões e discussões sobre gênero feminino, sua identidade e representação social com vistas a contribuir no processo de fortalecimento das mulheres moradoras desta comunidade e possibilitar aprendizagens e vivências que impactem na formação dos estudantes e professores envolvidos.

Ao adentrar na comunidade, percebeu-se a necessidade de compreender esse território para além daquilo que se apresentava. A concepção de saúde ampliada, saúde além da ausência de doença se articula com o processo de compreensão da realidade vivenciada por esses sujeitos. Assim, a prática em território movimenta para a criação de ferramentas e metodologias que auxiliem no desvendamento dessa complexa trama. O eco desse fazer cotidiano de alunos, professores e comunidade ganha sentido no compartilhamento desses escritos.

Saúde urbana e saúde ampliada: bases para intervenção

Explanar sobre o conceito de saúde é resgatar histórias e discussões nos diferentes campos seja ele social, econômico, político e cultural. E nesse sentido, o tempo demarca e esboça como o processo saúde / doença, também atravessado pelas dimensões acima citadas, vai se configurando na sociedade. Em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulga na carta de princípios o reconhecimento do direito à saúde e obrigação do Estado na promoção e proteção da saúde, compreende-se que Saúde como sendo o estado do mais completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade (SCLIAR, 2007).

É durante a década de 1970 e 1980, na América Latina que mobilizações advindas da resistência aos regimes autoritários e a crise no sistema de saúde que se abre a possibilidade de se pensar no conceito de saúde ampliada. No Brasil, esse debate ganha consistência no final da década de 1980 com o avanço dessa discussão na VIII Conferência Nacional de

Saúde, que se materializa na Constituição Federal de 1988 (BATISTELLA, 2000). A saúde passa a ser um direito de todos os cidadãos, sendo dever do Estado garantir, mediante políticas sociais e econômicas, sua efetivação.

Tem-se assim, a partir desse cenário, uma reforma sanitária que compreende saúde e doença de uma maneira diferente do que estava sendo operado e entendido até então (modelo biomédico). Essa nova concepção procura garantir o acesso do direito à saúde que envolve não apenas a doença, o físico e o orgânico, mas também as relações sociais e o contexto sócio-histórico em que o indivíduo e sua família estão inseridos. O indivíduo passa a ser visto na sua totalidade. É na Lei 8080 que se efetiva a saúde ampliada na linha da promoção, proteção e recuperação em saúde. No seu 3º artigo, classifica como fatores determinantes e condicionantes à saúde:

[...] a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Parágrafo Único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1990, p. 1)

Assim, considerando a saúde ampliada como um avanço e o campo social como influente nesse processo, é na cidade, com suas particularidades, que surge um novo campo de estudo, a Saúde Urbana. Esse novo conceito considera a estrutura das cidades, seus condicionantes e determinantes também como provedoras de saúde e/ou de doença. Relevante salientar que a urbanização passa a ser problematizada dentro dessa cadeia de entendimento de saúde, uma vez que se percebe também (não só vantagens) danos causados nas esferas social, econômico e ambiental. “O adensamento das populações, o papel do ambiente físico e social como modelador da saúde das pessoas, a governança ou governabilidade como propostas para as soluções das iniquidades” (CAIAFFA, et al, 2008, p.1789) são alguns exemplos que são utilizados para analisar a saúde nas cidades

A saúde urbana incorpora em si o lugar e as condições que nele se estabelecem, é também associada às iniquidades do viver neste espaço. As mudanças são constantes, tendo que ser acompanhado em sua dinamicidade e efeitos. Nesse sentido e tendo em vista as exigências que são trazidas para promoção da saúde urbana, as intervenções que se aplicam necessitam ter como base a interdisciplinaridade.

Compreendendo a lógica e a inquietação da saúde nas áreas Urbanas, e a responsabilidade da Universidade com a sociedade, a qual tem como seu objetivo ir para além de seus muros, contribuindo para a expansão e atendimento do público em geral, gerando assim a metodologia de unir o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de garantir o acesso direta e indiretamente à universidade. Em 2010, se iniciou a operacionalização do Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais conhecido como Programa Saúde Urbana. O programa entende que dada a concentração urbana da população, o espaço e a distribuição espacial das ocorrências nas cidades uma das formas que permitiria a universidade se integrar no nível local, seria a problematização da distribuição desigual das condições de saúde na população. (ROSA, 2014).

O Programa Saúde Urbana tem como seu objetivo geral a contribuição para aumentar a produção/ mobilização/ comunicação/ circulação da informação sobre determinantes físicos, biopsicosociais e econômico-culturais das desigualdades nas cidades, dentro da UFRGS e com outras instituições públicas e privadas, locais e globais, interessadas em promover o desenvolvimento urbano sustentável e equitativo, requisito para a promoção da Saúde da população, além ser também um laboratório para o desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde e intervenção sobre seus determinantes sociais e ambientais.

O Programa Saúde Urbana busca refletir e intervir sobre os espaços sócio ocupacionais do urbano e suas relações com o processo saúde / doença nas cidades, visando contribuir na promoção de saúde e na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos de forma interdisciplinar e intersetorial. O programa, como sendo

um guarda-chuva, conta com projetos de extensão que conectados a mesma temática e objetivos fortalecem a busca de melhor entendimento sobre as temáticas saúde e meio urbano.

No ano de 2014, oito projetos estiveram vinculados ao Programa, estes projetos de extensão são coordenados por professores de diversas áreas do conhecimento e de diferentes cursos da Universidade, possibilitando a compreensão da integralidade, do olhar sobre uma totalidade, do ser indivisível. São eles: Eventos: seminários sobre a Questão Urbana, a Saúde e as Desigualdades Sociais; Integralidade e intersectorialidade: trabalho multiprofissional em uma microrregião da Unidade Básica de Saúde (UBS) Hospital de Clínicas de Porto Alegre/Santa Cecília, Porto Alegre/RS; Sistema de Informação para o Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana; Organização de atividades de educação permanente à distância na área de doenças crônicas não transmissíveis e especialização em Saúde Urbana; Integração com o Observatório das Metrópoles (INCT/MCT-CNPq), núcleo Porto Alegre, sediado no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA)/UFRGS; Segurança alimentar e nutricional no meio urbano: educação, cuidados, monitoramento e sustentabilidade; Ruído nas cidades: saúde auditiva e sociacusia; e por fim, Emancipação e autonomia: despertar da comunidade São Pedro, Porto Alegre/RS.

Esse último projeto, mais conhecido como Projeto Despertar iniciou suas ações na Comunidade São Pedro, Porto Alegre/Rio Grande do Sul em meados do ano de 2012. Seu surgimento pautava-se na reflexão de outro projeto de extensão “Ampliando o olhar sobre a ética”, o qual se desenvolveu frente às questões da realidade postas nas comunidades desse município, e também, por ter se identificado demandas que manifestavam a necessidade de espaços de estudo, troca e desenvolvimento de ações que se inter-relacionassem com questões éticas, morais e políticas da vida social e seus rebatimentos na formação e no cotidiano profissional e social. Paralelo a este curso, iniciaram-se ações na perspectiva de contribuir para garantia da ética e dos direitos humanos, especificamente junto ao segmento da criança e do adoles-

cente, bem como suas famílias e comunidade. Assim o Despertar aproxima-se de um projeto de extensão já existente na UFRGS que atende a este segmento: A Casa dos Cata-Ventos.

A casa dos Cata-Ventos visa fortalecer os vínculos entre cuidadores e crianças através da sustentação de um espaço diferenciado de escuta, dialogar com a rede de atenção integral à primeira infância para fomentar boas práticas e disseminar uma política de valorização de cuidado com crianças e promover espaços de formação no trabalho com a primeira infância e seus cuidadores.

A partir dessa articulação, o Projeto Despertar se inicia com o viés de trabalhar na garantia do acesso aos direitos dessa população, buscando desenvolver ações junto a população adulta desta comunidade.

Compreendendo a perspectiva ampliada de Saúde e em Saúde Urbana percebeu-se a partir da realidade vivenciada na Comunidade São Pedro, através do projeto de extensão, que há uma necessidade de trazer em pauta a ineficácia no atendimento ao usuário pelas políticas públicas, entendendo ainda que parte dessa falha acontece por conta da segmentação dos serviços. Reitera-se assim a necessidade da articulação efetiva dos serviços e políticas públicas, a fim de que estes atendam as demandas/condicionantes sociais de todo e qualquer indivíduo em sua totalidade, tendo a qualidade e garantia do direito à saúde. Entende-se também que este suporte é essencial para a emancipação e garantia do direito da população também no que se refere às suas mínimas necessidades, como alimentação, habitação, saúde, educação, entre outras, contidas na Constituição Federal de 1988, bem como pelas políticas sociais, conforme já mencionadas. Compreende-se que a falta de um suporte desses serviços de proteção e atenção, bem como a inexistência da articulação, acaba por auxiliar na criminalização e estigmatização da comunidade. Assim o projeto pauta-se neste conceito de saúde que condiz com os anseios e possibilidades interventivas do Programa Saúde Urbana.

Considerando a perspectiva ampliada de saúde e os objetivos da extensão desta universidade que se materializam através do Programa Saúde Urbana e do Projeto Despertar, compreende-se a necessidade de reconhecer,

aproximar e intervir neste território. Para tanto, se faz necessário compreendê-lo na perspectiva teórica e também prática.

O território

Como referido anteriormente, a compreensão de saúde ampliada reafirma a concepção de saúde para além da ausência de doença, sendo determinantes sociais os fatores econômicos, culturais, étnico/raciais que por sua vez influenciam no processo de saúde da população. Dessa forma, percebe-se a relevância de compreender o conceito de território, a fim de reconhecer as condições e modo de vida dos indivíduos.

Pertencente ao bairro Partenon – POA, a comunidade São Pedro é uma área conhecida por sua precariedade. O bairro Partenon possui 45.768 moradores, representando 3,24% da população do município de Porto Alegre. Com área de 6,25 km², sua densidade demográfica é de 7.589 habitante/km². Representa 1,31% da área da cidade (IBGE, 2010). A comunidade São Pedro, recorte territorial com que se trabalha, possui enormes desafios, tendo pouco acesso aos serviços essenciais e a políticas públicas, como saneamento, coleta de lixo, habitação, assistência social, saúde, educação e de mecanismos que garantam direitos humanos,⁵ apresentando então expressivas taxas de violência e criminalidade, estigmatizações de todos os tipos, que resultam também da posição marginalizada que ocupa a comunidade na sociedade tendo como um dos efeitos mais estruturais a desagregação da comunidade, que se reflete na baixa participação em ferramentas de base como a associação de moradores, deixando os moradores com poucas defesas contra as violências cotidianas que são submetidos, e com pouca força para lutar pelos seus direitos. A comunidade São Pedro é popularmente conhecida como “Cachorro Sentado”, apelido pejorativo que reflete bem o estigma social vivenciado pelos moradores deste território. Por ser uma comunidade muito pobre, que sofre de tantos problemas sociais, e também por motivos históricos, são tratados como subalternos, tanto por parte da população de

Porto Alegre quanto dos próprios agentes públicos. O processo de estigmatização, como nos diz Gofmann (1998), tem duas vias: o estigmatizado acaba por sua vez assumindo o estigma, e, no caso dos moradores da São Pedro, se subalternizando. O desafio que se coloca, então, é a criação de ferramentas que reconstruam estratégias de resistência e de fortalecimento da comunidade.

A comunidade localiza-se atrás de um “manicômio” e na frente de um shopping bem conceituado de Porto Alegre. É um espaço labiríntico, sem condições de saneamento básico para os moradores, violência, preconceito, pobreza, invisibilidade dos sujeitos, falta de acesso às políticas públicas, e para reforçar, tratada sempre de forma pejorativa pelas manchetes que ocupa nos jornais, com a temática recorrente do tráfico de drogas. Por ter esse rótulo, dificilmente as pessoas a percebem como um cenário de potencialidades. Sendo assim esses moradores vivem nesse contexto, em que diversas demandas se articulam. Frente a estes desafios, é necessário contribuir para a articulação de “uma política efetivamente redistributiva visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial” (SANTOS, 1987, p. 113).

A aproximação do Projeto Despertar com esse território se alinha com a diretriz que compreende o território como movimento, contextos sociais, econômicos, culturais, entre outros, que se entrelaçam formando assim um conceito de território para além desse espaço geográfico. É necessário

[...] compreender a dinâmica espacial dos lugares e de populações; os múltiplos fluxos que animam os territórios e; as diversas paisagens que emolduram o espaço da vida cotidiana. Sobretudo, pode revelar como os sujeitos (individual e coletivo) produzem e reproduzem socialmente suas condições de existência – o trabalho, a moradia, a alimentação, o lazer, as relações sociais, a saúde e a qualidade de vida, desvelando as desigualdades sociais e as iniquidades em saúde (GODIM; MONKEM, 2008, p.398).

Identificando alguns problemas e componentes territoriais, para possibilitar a entrada neste território tido por muitos serviços públi-

⁵ Conforme nos mostram os dados do relatório do Projeto de Extensão Despertar em 2013.

cos como inacessível, foi necessário decifrar quem eram suas lideranças comunitárias, a fim de aproximar e entender a realidade desses sujeitos. Partindo desse princípio iniciou-se o processo de mapeamento desse território, ou seja, identificar quem são esses moradores, quais são os serviços de referências de atendimento. A metodologia utilizada a fim de reconhecer esse território foram idas semanais à comunidade, com a intenção de se reconhecer os sujeitos e de certa forma transitar, sentir esse espaço onde as relações comunitárias acontecem e propor estratégias interventivas, compreendendo a importância dos sujeitos estarem envolvidos nesse processo.

Este mapeamento tornou-se necessário ao perceber que não existem dados de quantas famílias residem na comunidade São Pedro, ou mesmo quem são esses moradores. Os serviços que os atendem muitas vezes não reconhecem esse território para além das demandas aparentes. Como resultado, percebe-se que não se tem um território unitário com o qual trabalhar, mas múltiplos territórios (HARBAERT, 2010) que se sobrepõem e que interagem entre si. Evidencia-se por uma série de legislações as quais tem que lidar os moradores, por parte da polícia, do tráfico local, dos serviços de saúde e assistência (os quais também impõem seus condicionantes para que se acesse o serviço), tudo dependendo do local que você ocupa dentro da comunidade, se mora ou não no residencial terapêutico São Pedro (residências atrás da comunidade São Pedro em que residem pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro), consome ou não crack, faz ou não serviço para o tráfico, tem ou não um comércio local, ou seja, a posição que se ocupa dentro da comunidade diz respeito às diferentes interações com os territórios que se multiplicam e se sobrepõem. Com certeza não é uma questão simples, mas aceitar a complexidade territorial de comunidades populares é o primeiro passo para uma intervenção com resultados.

Entendendo esse espaço como cenário de potencialidades e possibilidades de mudanças, o projeto se propõe junto com a comunidade a problematizar essas condições de vida, a fim de impulsionar um movimento, onde os moradores também se percebem como atores do

processo de emancipação e autonomia. O projeto então é um projeto suicida, visando caminhos para a emancipação e autonomia da população através do empoderamento, um caminho em direção a própria superação.

O projeto despertar: contexto e história

Como introduzido, desde o ano de 2014 o Projeto Despertar se configura com a coordenação de uma docente do Curso de Serviço Social, uma psicóloga voluntária e quatro bolsistas dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Direito, Engenharia ambiental e Ciências Sociais, numa busca por planejamento, intervenção e avaliação em uma perspectiva interdisciplinar, entendendo esta como sendo uma alternativa para uma formação profissional mais integrada, sobretudo para aqueles que trabalharão na área da saúde.

A fim de dar conta de uma intervenção que alcance os objetivos já mencionados e contribuir para a emancipação e autonomia dos moradores desta comunidade, bem como promover saúde através de ações que incidam diretamente sobre os determinantes sociais e ambientais, o projeto possui como metodologia a escuta, a troca, a reflexão coletiva, a articulação e mediação na aproximação da comunidade com as políticas públicas, dando visibilidade às violações que sofrem, entre outros, desenvolvendo suas ações na perspectiva de mobilização social, frente às demandas da realidade local.

A equipe de extensão realiza encontros semanais, considerados como dispositivos fundamentais no processo de diálogo, reflexão, planejamento, avaliação e troca que se estabelece entre os participantes contribuindo assim para qualificar o processo de formação dos estudantes e professores envolvidos que apreendem a realidade e criam estratégias de intervenção de modo interdisciplinar. Desenvolve-se mensalmente com outros dois projetos do Programa Saúde Urbana, que atendem comunidades distintas, um grupo de estudos, espaço onde se estuda e aprofunda conceitos que perpassam na atuação e intervenção destes, como território, saúde urbana, mobilização social, interdisciplinaridade, formação política dentre outros. A equipe também participa de outros espaços que são fundamentais para articulação com as

políticas públicas como reuniões mensais da rede sócio assistencial, reuniões com equipamentos e serviços da saúde, assistência e educação, além de aproximação e participação em reuniões com outros projetos de extensão da UFRGS que atendem os moradores desta comunidade. Utiliza-se do meio eletrônico como ferramenta de contato permanente que permite o acompanhamento e troca sobre o andamento das atividades planejadas.

Também faz parte da metodologia às idas semanais a comunidade onde se utiliza de mecanismos de escuta, troca, reflexão coletiva, articulação e mediação na aproximação com a comunidade, acompanhamento sistemático de algumas famílias, grupo de mulheres que ocorrem mensalmente, abordagens individuais que permitem aos moradores serem reconhecidos, vistos, ouvidos frente as suas demandas, criando canais de encontro, informações, como a construção de um jornal da comunidade juntamente com os moradores como dispositivo para reforçar sua autonomia e fortalecer a articulação com as políticas públicas, dando visibilidade às violações que sofrem, entre outros. Há incontáveis vulnerabilidades que se materializam na comunidade São Pedro, como a pobreza, contexto de opressão, invisibilidade, falta de acesso a políticas públicas e de garantia de direitos sociais, dificuldade de mobilização e participação, diferentes expressões de violência, entre outras, desafiam a equipe de extensionistas a todo momento. Como entrar num espaço “vigiado e cuidado” pelo tráfico? Como, ao entrar, se aproximar dos moradores, identificar juntamente com eles suas demandas? Como propor ações de modo que se utilize uma metodologia participativa e não passiva? Como mobilizá-los? Como construir espaços coletivos de participação? Como fazer “com eles” e não apenas “para eles”, ou seja, de forma horizontal essa aproximação? Como sensibilizar as políticas públicas através dos serviços que é necessário reconhecer de fato este território e adentrar nele, inferindo sobre a dramática realidade que ali se manifesta? Como refletir junto dos serviços que compõem a rede a importância dos (as) usuários (as) também fazerem parte da construção desses serviços? Pensar sobre estas questões

já coloca em xeque a necessidade de uma formação de qualidade e entende-se que este é um dos resultados do projeto, esta possibilidade de articular ensino e extensão, vivenciando de forma indissociada a teoria e a prática, com vistas a uma intervenção interdisciplinar e comprometida com as demandas da sociedade.

Algumas possibilidades interventivas

Dentre as ações do projeto frente a esse território marcado pela estigmatização de seus moradores, pela precariedade dos serviços públicos de saneamento básico, saúde, assistência social e educação, a principal intervenção se constituiu na criação de uma ferramenta de comunicação popular: o Jornal da Comunidade São Pedro. Acredita-se que através da construção destes espaços comunicacionais, como um jornal, se abre um leque de oportunidades para que se crie uma maior coesão de grupo, se dê mais visibilidade às potencialidades da comunidade, e se faça esse resgate da história e memória da comunidade, através de produção de matérias e resgate com esse, essencial para a autoestima da mesma. Assim este subprojeto tem como objetivo geral criar uma aproximação com a comunidade São Pedro, a partir da criação de espaços e veículos de comunicação de linguagens de mídia, uma vez que hoje ela se mostra insuficiente no que diz respeito à garantia de acesso e informação de equipamentos dos diversos setores.

A sugestão de fazer um jornal da comunidade já havia sido dada pelas moradoras da comunidade durante uma reunião do grupo de mulheres da Comunidade São Pedro, uma das intervenções do projeto no ano da graça de 2013. Em 2014, a sugestão surgiu como alternativa de intervenção na comunidade.

Logo foi considerado que uma ação que visa à comunicação popular não tem como objetivo principal o jornal em si. Mesmo entendendo a importância do jornal, foi dada prioridade ao processo de execução do mesmo: a participação popular e a autonomia na reivindicação de seus direitos sociais, no conhecimento e participação nos espaços dos serviços destinados a esse território foram priorizadas.

Primeiramente, o grupo começou a participar das reuniões de execução do Jornal Boca de

Rua. O Boca de Rua é um jornal inteiramente escrito e elaborado por moradores de rua da cidade de Porto Alegre. O grupo desenvolve constantemente técnicas que garantam a autonomia e a horizontalidade das discussões, visando sempre uma construção coletiva das edições do jornal, permitindo que a população em situação de rua tenham mais força política em suas reivindicações, através de sua união, mobilização e informação, sendo assim uma grande inspiração para o jornal da Comunidade São Pedro. Ademais, também foi buscado o conhecimento de técnicas de grupo, oficinas e métodos de construção coletiva de textos junto ao Boca de Rua para serem incorporados ao método de escrita do jornal da comunidade.

Assim, para a elaboração do jornal foi estabelecida uma enquete breve, instrumento através do qual não só os extensionistas estariam criando vínculo com os moradores, e tomando conhecimento do território, também estariam sendo levantados temas referentes ao jornal e sua relevância junto com os moradores. Durante um mês, foram levantados dados e, então, marcada uma reunião com os moradores para entrega dos dados e formação de grupos de trabalho para a escrita das matérias. Na ocasião foram entrevistadas cerca de 60 famílias da Comunidade São Pedro. Das pessoas entrevistadas, 95% afirmaram ser importante que houvesse um jornal da comunidade. Dessas, 63% afirmaram que gostariam de participar na escrita do jornal. Os temas considerados mais relevantes foram, nessa ordem: Saúde, Educação, Lazer/entretenimento e Assistência Social.

Foi a partir desses eixos que observou-se a necessidade de mapear os serviços dos diferentes setores e políticas públicas, com abrangência em torno do bairro Partenon, onde se localiza a comunidade São Pedro, com vistas a contribuir na identificação destes serviços e também desvendar a existência ou não de uma rede de proteção que atenda esta comunidade. Assim se materializou o subprojeto Rede, pois tanto os moradores quanto os extensionistas tinham pouco conhecimento sobre as redes de saúde e assistência social do território, assim como acesso a essas políticas. Ainda referente ao Jornal, foram divididos em subgrupos que integravam extensionistas e

moradores foram formados, cada um destinado a escrever sobre essas políticas no jornal. A estratégia de dividir o grupo de trabalho do jornal nesses pequenos grupos foi pensada justamente como forma de estimular o maior envolvimento e participação dos moradores não apenas na escrita do jornal, mas também na pesquisa para as matérias e busca das informações, pois compreende-se que conforme referiu Freire (1981) o homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Assim, todo o trabalho de construção do jornal visou à autonomia dos moradores na sequência do trabalho com o jornal. Para as políticas de saúde, buscou-se atender às reuniões do conselho distrital de saúde do bairro Partenon. Também houve o acesso e reunião com a coordenação de saúde do distrito, juntamente com a coordenação da Unidade Básica de Saúde Bananeiras responsável pelo atendimento aos moradores da São Pedro. Pode-se conhecer a UBS, saber como se dava o acesso a saúde, quais as dificuldades que a equipe enfrentava e que ações poderiam ser pensadas em conjunto. Na assistência social, foram realizadas reuniões da rede Partenon e reuniões com a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Partenon, de maneira que esses profissionais se aproximassem dos moradores da São Pedro, e também explicassem aos moradores como podiam ser mais facilmente acessados.

Na educação foram realizados encontros com os equipamentos (creche comunitária do território e Secretaria Municipal da Educação-SMED) correspondentes para uma aproximação e entendimento do funcionamento dessa política. Relevante salientar que essa demanda surge a partir de dúvidas dos próprios moradores da comunidade. Nesse percurso, os questionamentos referentes à política de educação eram dos moradores, mas também eram dos estudantes e professores. Assim, surge a matéria da educação. Além dessas ações, foi rearticulado o Grupo de Mulheres, inclusive com participação dos profissionais do CRAS Partenon.

Desde o início do Projeto nesta comunidade as mulheres demandam a contribuição para criação de um espaço destinado para elas.

Espaço de encontro, de escuta, de troca, de articulação e fortalecimento do gênero feminino desta. Em 2012 percebeu-se então que um grupo, com este recorte de gênero, neste espaço, poderia contribuir para processo de emancipação e autonomia deste público, constituindo-se assim o Grupo de Mulheres da Comunidade São Pedro. O mesmo possibilitou, por vezes com periodicidade quinzenal, outras mensal, outras bi ou trimestralmente⁶, reunir, ouvir e pensar coletivamente frente às necessidades da comunidade, através desse grupo, em que se realizaram debates e formações sobre temáticas que emergiram a partir dos anseios das participantes, como: saúde, assistência social, gênero, violência, direitos humanos entre outros.

Neste ano, de 2014, nas idas à comunidade e contato com os moradores, novamente as mulheres manifestaram o desejo de rearticular este grupo demandando a necessidade de um espaço específico para elas. Nesta perspectiva, considerando a intencionalidade deste projeto de extensão e a demanda explícita das mulheres desta comunidade assume-se novamente a articulação do mesmo que tem por objetivo de rearticular o grupo de mulheres da comunidade São Pedro com vistas a contribuir para o seu fortalecimento, emancipação e autonomia.

Considerações finais

A partir da vivência no Projeto Despertar, pode-se destacar a indissociável articulação entre ensino, pesquisa e extensão que o projeto busca desenvolver e a contribuição da vivência na extensão no processo de formação dos envolvidos, uma vez que proporciona uma ampliação do olhar, através de diversas perspectivas, sob um mesmo enfoque. Tal prática tem possibilitado a troca de experiências e saberes, que provém da associação de diferentes áreas de conhecimentos. Ademais, propicia um contato de diferentes realidades sociais através do envolvimento com a comunidade, bem como relações entre estudantes de diferentes etapas de seus respec-

tivos cursos e professores. O conhecimento agregado a partir destas trocas orienta, assim, uma formação que implica a consideração e reconhecimento de uma multiplicidade de aspectos internos e externos ao saber universitário nas atuações pretendidas, permitindo relevante ampliação do saber e viver individual de cada um dos participantes.

Através desse Projeto de Extensão busca-se construir um trabalho que contribui na garantia dos Direitos Sociais a populações vulneráveis e invisibilizadas, em uma compreensão integrada sobre os conceitos de saúde, políticas públicas, território, vulnerabilidade, pobreza. Assim, por um lado, desenvolve-se uma formação e aprendizados dos envolvidos e, por outro, avança-se na contribuição para a garantia de direitos e autonomia da Comunidade São Pedro.

O Projeto Emancipação e Autonomia: despertar da comunidade São Pedro engaja-se na contribuição de uma mobilização social da comunidade São Pedro na busca pela efetivação de seus direitos, no despertar das políticas públicas frente ao desamparo e invisibilização da mesma, no despertar da equipe para a realidade de exclusão e estigmatização que se coloca a determinada camada da sociedade, e no despertar do segmento acadêmico frente à necessária interlocução ensino-extensão.

A vivência na extensão, ainda possibilita uma formação que questiona a serviço de quem está, ou deveria estar o conhecimento, uma formação que esteja atenta à complexidade e a presença de vários fatores presentes (social, cultural, econômico) ao se trabalhar com comunidades, sobretudo trabalhar/pensar em saúde nesse contexto que exige diferentes olhares e entendimentos. Ao mesmo tempo em que os questionamentos desafiam a equipe, também são eles que alimentam o cotidiano do projeto. É nesta perspectiva que se tem tentado avançar. Muitas respostas já foram encontradas, mas a realidade é muito complexa e dinâmica e exige que sempre se retome a essa prática do questionar e problematizar. O impacto na formação se dá a partir da vivência no Projeto Despertar sendo esse um disparador no sentido de aprimoramento teórico e técnico para os acadêmicos que estão em processo de formação, pois além do trabalho junto à comunidade já se configurar

⁶ Os encontros não mantiveram uma periodicidade única pelo fato de não se contar mais com um espaço físico específico e possível de reunir o grupo, especialmente nos sábados em que chovia.

como um grande aprendizado, ainda se pode compartilhar muitas reflexões de modo interdisciplinar.

O impacto também pode ser evidenciado através do envolvimento dos moradores da comunidade com o projeto, participando, construindo e contribuindo para a efetivação das intervenções do mesmo. O projeto está se aproximando dos serviços que atendem a São Pedro, elaborando estratégias de intervenção em conjunto, através de parcerias criadas, reuniões e encontros que possibilitam além da apresentação dos objetivos do projeto, aproximação e criação de estratégias de intervenção articuladas destes para com a comunidade. Além disso, semanalmente se desenvolvem ações com os moradores, contando, acessando informações, realizando mediações e colaborando assim para dar visibilidade destes moradores, para escuta dos mesmos, reflexão e encaminhamentos que visam contribuir para esse árduo processo de fortalecimento dos sujeitos através da busca pela emancipação e autonomia.

Referências

BRASIL. **Sistema Único de Saúde - SUS, Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e das outras providências.

CRIANÇA COMO SER DE DIREITOS: IMPLICAÇÕES PARA O LAÇO SOCIAL

Camila Miranda de Amorim Resende
Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ
camila.mdamorim@gmail.com

Ana Maria Szapiro
Doutora em Psicologia pela PUC-Rio.
Pós-Doutora pela Universidade de Vincennes, Paris 8.
Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ
anaszapiro@uol.com.br

Resumo: Este trabalho propõe uma discussão

CAIAFFA, W. T., et al. **Saúde urbana: “a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora”.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(6):1785-1796, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 1988.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate.** *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, 2010.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.**

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. **Territorialização em Saúde.** 2 ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p.398. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/robsonqsmrs/dicionario-da-educacao-profissional-em-sade>>. Acesso em: 11 novembro de 2014.

ROSA, R.S. **Programa de Extensão e Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/saudeurbana>. Acesso em novembro de 2014.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. **Território e cidadania.** Rio de Janeiro: Nobel, 1987, p. 113.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde.** *Revista Saúde Coletiva: Physis*, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

sobre um novo estatuto da criança compreendida como sujeito de direitos e suas implicações para o laço social. No contexto atual apontado por Supiot (2010) como marcado por um “mercado de direitos” todos, inclusive crianças, autorizam-se a reivindicar algum direito para o qual se reivindica igualmente a legislação que o corresponda. Delegar a criança a este lugar conduz a uma concepção de infância que se filia à ideia de um sujeito que se autoconstitui. Supostamente capaz de se autoconstituir, o sujeito contemporâneo sente-se cada vez mais liberado das determinações sociais, o que torna a relação com o outro profundamente comprometida. Não por acaso, assistimos a situações de crianças e adolescentes que, com dificuldades para impor coerções às suas vontades individuais, protagonizam diversos problemas no confronto com o limite.

Palavras-chave: criança; direitos; autoconstituição; laço social.

Abstract: This paper proposes a discussion about a new statute for the child, who is understood as a subject of rights and its social bond implications. In the current context pointed out by Supiot (2010) as marked by a "market of rights", everyone, including children, allow themselves to claim any right to which it's also claimed the applicable legislation. Delegate the child to this place leads to a childhood conception that joins the idea of a subject who manages its self-constitution. Supposedly able to a self-constitution, the contemporary subject feels increasingly liberated from social determinations, which makes the relationship with the other deeply compromised. Not coincidentally, we have seen situations of children and adolescents with difficulties in imposing constraints to their individual wills, starring in several problems in confronting the limit.

Keywords: child; rights; self-constitution; social bond.

Introdução

O debate sobre os direitos da criança adquire nos dias atuais um lugar central nas sociedades que, no pós-guerra, dedicaram-se com ênfase ao trabalho de legislar acerca dos direitos do homem. Desde então, importantes tratados de proteção dos direitos humanos foram assinados e assim esta temática vem se desdobrando em uma série de debates sobre os direitos voltados a grupos específicos.

No Brasil, os direitos da criança tomaram corpo com a ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado no país em 1990. A implantação do ECA no Brasil e a conseqüente emergência de um conjunto de leis voltado à criança materializou um novo olhar do Estado sobre este público. Emergiu, a partir de então, um discurso sobre a criança concebida como "sujeito de direitos".

Este novo modo de conceber a criança implica em transformações não só no processo de constituição subjetiva, como também na sociedade de um modo geral, questão que vamos colocar aqui em discussão.

A emergência de um discurso sobre a criança como "sujeito de direitos"

Até o fim da década de oitenta do último século, apenas as crianças órfãs, abandonadas, maltratadas ou então aquelas chamadas delinquentes eram alvo das ações de proteção do Estado. Estas eram, inicialmente, colocadas em asilos para órfãos, costume que foi prática corrente no Brasil no século XIX. Rizzini e Piloti (2011) ressaltam que esta prática de recolher crianças em asilos deu origem, no Brasil, a uma cultura institucional denominada como "assistência ao menor" e considerada, na época, a melhor forma de assistência a esta população. Novas propostas, com o tempo, substituíram o asilo pelas "escolas de preservação", educandários, institutos, entre outros, mas mantinham a cultura institucional como a melhor forma de assistência a este público.

Esses autores chamam atenção para a década de vinte do século passado, quando ocorreu o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Este abriu a discussão que culminou em normas que visavam à proteção dos chamados "menores abandonados". Ainda na década de vinte, mais especificamente em 1927, foi criado o Código de Menores – por meio da lei 17.943-A – que se destinava a legislar sobre o menor que era então entendido, segundo Rizzini (1993, p. 96), como o que é

(...) proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.

Este Código, permeado pelos ideais higienistas da época, considerava estes menores portadores de acentuados defeitos morais e defendia que só por meio da exclusão da sociedade, realizada através da internação dos mesmos em reformatórios, seria possível corrigi-los ou controlá-los (BRITO, 2000).

Este modelo de intervenção começou a se modificar em meados do século XX, no contexto do pós-guerra, por influência da adoção pela Organização das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma

nova compreensão sobre a infância se expressou através de um Novo Código de Menores Brasileiro estabelecido por meio da lei 6.697 de 10 de outubro de 1979. Baseado então na doutrina de situação irregular, como assinala Brito (2000), o Novo Código compreendia todos os menores de idade considerados vítimas ou em situação irregular e atribuía aos mesmos um ajuda clínico-terapêutica e não mais a prática de exclusão social que antes imperava. Apesar das mudanças deste Novo Código, o olhar do Estado brasileiro continuava se voltando unicamente para algumas crianças e adolescentes. Interessava legislar apenas sobre os chamados “menores abandonados”, o que remetia a uma situação de irregularidade ligada a uma ausência da família. Nos demais casos, a interferência do Estado era praticamente nula.

Vamos encontrar no texto da Constituição Federal de 1988 o início de um discurso sobre a criança e o adolescente como “sujeitos de direitos”. Passou a ser garantido a este público, a partir do artigo 227 da referida Constituição, o direito “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

A então doutrina da situação irregular que embasava o trato do Estado com a infância e a adolescência até então foi substituída por outra doutrina, a da proteção integral de crianças e adolescentes. Estes passaram a ter seus direitos explicitamente regulamentados a partir da criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implantado pela Lei Federal nº 8.069 de 1990 em consonância com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e com a Convenção sobre os Direitos da Criança. Um conjunto de direitos voltados à infância foi, pouco a pouco, sendo apropriado subjetivamente de modo que se constitui hoje em um universo discursivo que comporta uma diversidade de demandas, muitas delas por parte das crianças, agora porta-vozes de reivindicações relativas aos seus direitos. Esta forma de apropriação do discurso sobre a criança como “sujeito de direitos” está, não por acaso, em consonância com uma tendência atual mais geral do campo jurídico e que pode ser examinada como parte das transformações societárias da contemporaneidade.

Supiot em “L’esprit de Philadelphie” (2010) analisa estas transformações do ponto de vista da demanda de inserção nas leis destes novos direitos denominando tal fenômeno de “law shopping”, ou “mercado de direitos”. O autor interpreta o fenômeno como uma tendência no campo jurídico ao abandono da Lei como lugar universal em favor de uma proliferação de “leis” de cada caso, segundo a ideia de que a liberdade individual deve se sobrepor ao caráter de universalidade da Lei, esta baseada na discussão sobre o bem comum. Deste modo, a cada momento, e pautando-se nas escolhas individuais, emergem demandas sempre renovadas por “novos direitos” que têm resultado em uma proliferação de leis e regulamentações onde a Justiça é chamada a responder legislando caso a caso, em nome da liberdade individual.

Essa cultura jurídica, destaca ainda Supiot (2005), uma vez dominada pela concepção de “common law”, determina que a fonte primeira do Direito seja buscada em precedentes, em casos decididos anteriormente pelo juiz, e não segundo diretrizes traçadas pelo Estado. Assim, o Direito tende a diluir em um conjunto de direitos individuais. “Distribuem-se os direitos como se distribuíssem armas e depois, que ganhe o melhor! Assim debitado em direitos individuais, o Direito desaparece como bem comum.” (Supiot, 2005, p.21). Estamos, deste modo, diante de um progressivo enfraquecimento da concepção do Direito como instância reguladora comum a todos. Neste sentido, como observa Dufour (2008), é a ideia de um “fazer justiça” que se sobrepõe ao ato de fazer valer a lei. O princípio destas duas ações, ele argumenta, é bastante divergente, uma vez que aplicar a lei “(...) implica na existência de um terceiro imparcial acima dos interesses particulares, ao passo que o fazer justiça implica apenas resolver conflitos de interesses entre duas pessoas” (Dufour, 2008, p. 223).

Neste novo contexto de “mercado de direitos”, todos, adultos, jovens e crianças, passam a reivindicar o direito de que se considerem merecedores. Transformam-se, assim, sem distinção no que diz respeito à etapa da vida em que se encontram, em consumidores de direitos. Deste modo, encontramos nas varas de família crianças pleiteando fazer valer seus

direitos, em especial nos casos de guarda nos quais este público ganha cada dia mais voz e poder de decisão. A possibilidade de escolha nestas situações pode, no entanto, ter importantes efeitos, nem sempre positivos, para as próprias crianças, que na maior parte dos casos podem ainda não possuir os recursos psíquicos necessários à sustentação das escolhas que devem fazer. Diferentemente do adulto que, como tal, presume-se poder escolher com a compreensão do que envolve suas escolhas, a criança, pela sua condição, ainda não possui os recursos psíquicos necessários à sustentação do lugar nem sempre confortável que implica a liberdade de escolha.

O fato de a criança poder decidir não tendo ainda maturidade psíquica para tal é sublinhado por Théry (2007) como um paradoxo nas legislações sobre os direitos da criança. Segundo esta autora, estas legislações apontam para dois sentidos, não somente diferentes, mas contraditórios. O primeiro diz respeito ao direito de seres humanos vulneráveis, não autônomos, que reconhecidamente necessitam e por isto têm como direito assegurado a proteção do Estado. Há, no entanto, outro sentido, cada vez mais afirmado hoje. Consiste em “libertar” as crianças de uma “dominação adulta”, baseando-se na ideia de que elas muito têm a ensinar aos adultos.

Estes dois sentidos dos direitos da criança ficam visíveis nas leis quando afirmam que as crianças têm direito à proteção e ao cuidado, mas que têm igualmente direito à liberdade de opinião, de expressão, de pensamento, entre outros. A Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas destaca que “a criança, por motivo de sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais (...)” (ONU, 1959, p. 1). A Convenção sobre os Direitos da Criança, por sua vez, ressalta em seu início esta última afirmação da Declaração dos Direitos da Criança e, no mesmo documento, em seu artigo treze, destaca:

A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio a escolha da cri-

ança. (UNICEF, 1989, p. 11)

Ao invés de uma liberdade como algo a ser conquistado, a liberdade é, neste contexto, concebida como uma espécie de direito inato de todos... O homem contemporâneo seria, assim, já inicialmente, livre. Transformado em seu próprio empreendedor deve apenas a si mesmo a sua própria liberdade. O ECA e os outros documentos voltados ao discurso sobre os direitos da criança, a nosso ver, exaltam tal pensamento. Ainda que enfatizem a criança como um ser em desenvolvimento, afirmam como centro de suas proposições uma concepção de um estado de liberdade inerente ao ser criança, o que se filia à ideia de um sujeito que se autoconstitui.

Transformações na ideia de infância e suas implicações para o viver junto

A concepção de um sujeito se constitui por si mesmo, sem que um outro da sociedade lhe transmita o que quer que diga respeito aos valores e códigos próprios à experiência do viver juntos, nos remete a importantes transformações em curso na atualidade. Arendt (2009) as analisa e sublinha que destas mudanças resulta uma verdadeira “crise na educação” que está associada a transformações nas relações com a autoridade, com a parentalidade, no sentido de um questionamento quanto à diferença hierárquica de lugares, como entre pais e filhos. Nas palavras de Arendt (2009, p. 129):

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.

O estado adulto consistiria, assim, em um estado diferenciado da infância que, para ser atingido, demandaria a passagem por um processo de educação que, por sua vez, requeria a ajuda da geração que a precede. Concepção esta distinta da de “sujeito de direitos” que compreende crianças, jovens e adultos como igualmente “consumidores” dos direitos que lhes convier.

A indistinção de papéis entre “ser adulto” e “ser criança” característica desta concepção dificulta aos pais assumir a função de “apre-

sentar” as regras da sociedade aos filhos. Tradicionalmente as gerações se distinguem pelos diferentes lugares que ocupavam na transmissão, cabendo aos mais velhos transmitir aos mais novos os elementos que os instituíam na cultura. Aos pais cabia introduzir os filhos na sociedade, assumindo “(...) a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo” (ARENDT, 2009, p. 235). Aos pais, primeiros outros na vida dos filhos, cabia, deste modo, a tarefa de transmitir regras e valores da sociedade e desta forma os limites que a vida em sociedade impõe.

A criança seria assim cuidada e preparada pela família para o exercício do convívio social. Seu processo gradual de preparação para a vida em sociedade prosseguia com a adição da escola que tinha também um importante papel a cumprir. O educador seria, como ressalta Arendt (2009), um outro representante do mundo para a criança assumindo, ele também, a função de ajudar a criança a compreender as regras do mundo em que vivemos.

Neste cenário de valorização da transmissão das regras do viver em sociedade, a criança é concebida como um novo ser humano em formação que necessita ser protegido “para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo” (Arendt, 2009, p.235) que, por sua vez, necessita de proteção “(...) para não ser derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração” (Arendt, 2009, p.235). A educação é, assim, nas palavras da autora:

(...) o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (Arendt, 2009, p. 247)

Partindo desta compreensão sobre a educação, caberia, portanto, à geração precedente assumir uma dupla responsabilidade que concerne tanto à vida e ao desenvolvimento da

criança, como à manutenção do mundo. Legendre (1996) a isto denomina transmissão genealógica, referindo-se a esta transmissão que diz respeito ao conjunto dos sistemas institucionais fabricados pela humanidade para sobreviver e continuar. Um sistema genealógico é, então, um jogo de referências que, como tal, funciona como um amparo para que o sujeito caminhe. A criança, nesta perspectiva, seria um elo da cadeia transgeracional, anterior e muito maior do que ela. A criança seria, desta forma, preparada para viver em sociedade por aqueles que tomaram para si o encargo da questão da sua origem, a geração precedente. A função parental implicaria, neste sentido, em uma dívida para com a geração precedente, dívida que se transmite de geração em geração, inerente ao processo de transmissão genealógica (Hurstel, 2006).

O discurso das crianças como “sujeito de direitos” reforça, no entanto, a possibilidade de se pensar em um sujeito pretensamente “pronto”, “completo”, como frisou Supiot (2005), uma vez que não lhe é demandado nenhum tipo de preparação para usufruir de seus direitos. Do mesmo modo, contribui para a indistinção entre o que é ser criança e o que é ser adulto, já que ambos tem igualmente garantida a reivindicação de seus direitos.

A criança sujeito de direitos tende, assim, a não ser mais compreendida como um “recém-chegado” a um mundo preexistente, o que demandaria aprender sobre as regras do mundo, dentre elas aquelas que dizem respeito à complexidade da vida coletiva. A afirmação de uma liberdade como um “direito inato” e não como algo a ser conquistado parece se sobrepor a qualquer outro princípio, até mesmo ao da dependência inicial do pequeno ser quando chega ao mundo.

Supostamente capaz de se autoconstituir, a criança seria concebida, portanto, como desligada da cadeia geracional, o que implicaria em uma fragilização do processo de transmissão genealógica. Neste sentido, assistimos hoje a um desenraizamento do sujeito das instâncias coletivas cujo efeito é, nos parece, uma incapacidade psíquica de compreensão do que o viver junto nos impõe. Acreditando-se liberada de todo o compromisso com o laço social, renunciar, limitar a liberdade e a autonomia em prol de uma construção coletiva,

passa a ser visto como algo desvalorizado. Estaríamos, pois, experimentando uma espécie de viver junto “sem amarras”. Liberado da dívida com o outro, uma nova compreensão de sujeito e do viver coletivo parece emergir. Assim, para este novo sujeito, é “difícil representar, em geral, a dimensão do público, o que interessa ou deveria interessar todo mundo (...)”. (Gauchet, 2009, p. 252)

Deste modo, num mundo em processo de acelerada destradicionalização, onde o último lócus de relações hierárquicas – a família – vem passando igualmente nas últimas décadas por transformações enormes as figuras parentais parecem ter dificuldades de exercer sua função de autoridade.

Neste sentido, o que está em jogo é o processo de interdição do sujeito. De acordo com a tese freudiana (1930[1929]/1996), é através do interdito ao desejo incestuoso, à agressividade, e à raiva infantil, que a criança pode perceber o limite à sua onipotência, uma vez que a interdição a tornará capaz de sublimar, capaz de construir caminhos de expressão na cultura para a sua energia de modo a torná-la capaz de viver a vida coletiva.

É então através da interdição que o sujeito inicia um processo de deslocamento de si como ideal, onde reina a onipotência originária, para tomar como ideal algo que a transcende. Existiria, portanto, nesse momento, um processo de “desfalicização” que conduziria o sujeito à experiência de alteridade. Isto implica no descentramento do sujeito do “eu ideal” e na perda da arrogância fálica, é o que tornará possível ao sujeito caminhar no sentido de dar lugar ao outro, reconhecendo-o como tal – fundamentalmente diferente – e não como simulacro de si mesmo. Desta forma, é através da experiência de interdição que o sujeito é inscrito num sistema de filiação e de reconhecimento do outro. Se os pais, no entanto, se encontram desprovidos de autoridade é o trabalho de socialização e de renunciar ao todo-poder infantil que está em risco.

Considerações finais

As transformações em curso na sociedade ressoam, sem dúvida, na concepção de todos e igualmente da criança como “sujeito de direitos”. Esta concepção supõe, como aqui salientamos, uma espécie de autonomia “inata” do

sujeito. Observamos a consonância desta concepção de sujeito com a emergência de um “mercado de direitos” (Supiot, 2010). A diversidade de reivindicações de crianças ligadas aos seus desejos contribui para fazer surgir um modo de constituição subjetiva que nomeamos aqui, seguindo outros autores como Dufour (2005), de autoconstituição. Segundo esta concepção, os limites e restrições à liberdade é que impediriam o desenvolvimento do sujeito em todas as suas potencialidades.

Não por acaso, assistimos a situações de crianças e adolescentes que protagonizam diversos problemas no confronto com o limite. Sentimentos e atitudes de crianças e adolescentes muitas vezes incompreensíveis para os pais e que os levam à clínica psicológica e psiquiátrica estão relacionados à busca de sentido diante da falta de um trabalho de interdição, de educação, que possibilite ao sujeito a experiência fundamental da falta, do limite.

Nesta perspectiva, compreende-se porque em alguns casos, crianças e jovens que num momento qualquer em suas vidas encontram algo que lhes coloque diante da perda, por exemplo, um fracasso escolar ou amoroso, não encontram recursos psíquicos próprios para enfrentar essa situação. Assim, surgem comportamentos que parecem desproporcionais em relação à situação, passando rapidamente a episódios de violência contra si mesmo e/ou contra o outro. Exemplos destas situações se multiplicam nos ambulatórios da clínica infanto-juvenil, indicando a urgência de uma reflexão sobre a concepção de que a criança seria um sujeito autônomo.

Referências

- Arendt, H. (2009). *Entre o passado e o futuro* (M.W. Barbosa, Trans.). São Paulo: Perspectiva.
- Brito, L. (2000). Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema socioeducativo. In L. Brito (Eds.), *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Eduerj, 115-126.
- Dufour, D.-R. (2005). *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (S.R. Felgueiras, Trans.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dufour, D.-R. (2008). *O divino mercado: a revolução cultural liberal* (P. Abreu, Trans.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Gauchet, M. (2009). *A democracia contra ela mesma*. São Paulo: Radical Livros.
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In S. Freud (J. O. A. Abreu, Trans.) *O futuro de uma ilusão. O mal-estar na civilização e outros trabalhos* (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930 [1929]), 67-150.
- Hurstel, F. (2006). Autoridade e transmissão da “dívida de vida”: uma função fundamental dos pais. *Epistemo-somática*, III, 163-173.
- Legendre, P. (1996). *El inestimable objeto de la transmisión: estudio sobre el principio genealógico en Occidente* (I. V. Núñez, Trans.). México: Siglo XXI Editores.
- ONU. (1959). *Declaração dos direitos da criança*. Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Retirado de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>
- Rizzini, I. (1993). O elogio do científico: a construção do “menor” na prática Jurídica. In: Rizzini, I.. (org.) *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 81-100.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2011). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In I. Rizzini & F. Pilotti, *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 15-30.
- Supiot, A. (2005). *Homo juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito* (J. Chaves, Trans.). Lisboa: Éditions du Seuil.
- Supiot, A. (2010). *L'esprit de Philadelphie: la justice sociale face au marché total*. Paris: Seuil.
- Théry, I. (2007). Novos direitos da criança – a poção mágica? In S. Altoé (Eds.), *A lei e as leis: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 135-161.
- UNICEF. (1989). *Convenção sobre os direitos da criança*. Nova Iorque: UNICEF. Retirado de http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA E COLONIALIDADE DO PODER: A PRÁTICA DA MEDICINA AYURVÉDICA FRENTE A HEGEMONIA DA BIOMEDICINA

Bruno Soares Menezes
Bacharelado em Ciências Sociais,
habilitação em Antropologia
Universidade de Brasília
Mestrando EICOS/UFRJ
madanagopal108@gmail.com

Resumo: Neste trabalho analiso as implicações epistemológicas, socioculturais e psicossociais da relação entre o Ayurveda (sistema médico tradicional indiano) e a biomedicina (sistema médico “ocidental”). A hegemonia da biomedicina provocou reformulação e adaptação da prática do Ayurveda na sociedade indiana. Portanto, a partir de pesquisa de campo realizada em instituto/clínica ayurvédica na Índia discuto aspectos relacionados à colonização; diversidade epistemológica e hibridismo cultural.

Palavras-chave: Ayurveda, antropologia da saúde, colonialidade do poder, medicina tradicional, Índia.

Abstract: In this work, I analyze epistemological, socio-cultural and psychosocial implications of the relationship between the Ayurveda (Indian traditional medical system) and biomedicine (“Western” medical system). The hegemony of biomedicine caused redesign and adaptation of Ayurveda practice in Indian society. Therefore, from field research conducted in Institute / Ayurvedic clinic in India I discuss aspects related to colonization, epistemological diversity and cultural hybridity.

Keywords: Ayurveda, health anthropology, coloniality of power, traditional medicine, India.

Introdução

A prática do Ayurveda pode ser uma forma de resistência epistemológica perante a imposição do pensamento ocidental. Neste texto apresento pesquisa que realizei na Índia e diálogo com a literatura dos estudos pós-coloniais, como também de valorização da diversidade epistemológica no mundo. Nesse sentido, defendo que o Ayurveda pode ser visto como uma forma de resistência cultural frente a opressiva modernidade representada

pela biomedicina.

A medicina ayurvédica ou Ayurveda, é um sistema ancestral de cura que possui pelo menos 5000 anos. É considerada junto com a Medicina Chinesa e o Unani (Medicina de origem do Mediterrâneo, hoje praticada pelos povos árabes) como os sistemas médicos mais antigos do mundo. Desenvolveu-se no norte da Índia, depois se espalhou por todo o subcontinente indiano e para outros países asiáticos como Sri Lanka e Tibet. A partir dos anos de 1970 o Ayurveda passa a ser valorizado por muitos ocidentais como um sistema médico natural, tradicional em meio aos questionamentos à biomedicina e inicia assim processo de expansão para países ocidentais (ZYSK, 2001).

Ayur significa vida e *veda* conhecimento, portanto é traduzido do sânscrito como “ciência da vida” ou “conhecimento sobre a longevidade”. A tradução de *veda* como ciência é problematizada por vários autores indianos por limitar a amplitude do termo. Além disso, também pode ser usada na tentativa de equiparar o conhecimento ancestral indiano com a tradição científica ocidental.

O conhecimento ayurvédico era transmitido tradicionalmente no formato chamado de *gurukulana* Índia. Nesta tradição os aprendizes ou discípulos residiam na casa de um *vaidya*⁷ (médico ayurvédico) experiente, aprendendo os *shastras*⁸, participando na preparação de remédios e tratando de pacientes por um período de 5 a 7 anos (LANGFORD, 2002). Também chamada de *guru-sishya*, tradição mestre-discípulo, seguia os mesmos moldes das tradições espirituais indianas inspiradas pelas escrituras consideradas sagradas chamadas de Vedas⁹.

⁷ Vaidya, Vaidhraj ou Kabiraj é um termo utilizado na Índia para se referir ao reconhecido praticante do Ayurveda.

⁸ Este é nome dado às escrituras sagradas indianas. Os tratados do Ayurveda são também chamados de shastras. Segundo a tradição indiana os *shastrassão* de origem divina e podem ser transmitidos diretamente por um ser espiritual ou recebidos por *rshis*(sábios) em seus transe espirituais (*samadhi*).

⁹ Os Vedas são tratados que abrangem política, economia, espiritualidade, astrologia, medicina, etc. Os quatro Vedas principais são o *Rig-Veda*, *Atharva-Veda*, *Yajur-Veda* e *Sama-Veda*.

Há relatos da existência de grandes centros de ensino do Ayurveda como, por exemplo o de Nalanda nos séculos V ao XII d.C, em Kashi no século VI a.C (Langford,). Ambos foram destruídos após diferentes invasões estrangeiras na Índia. No entanto, a colonização britânica foi a que provocou marcas mais profundas na tradição do Ayurveda (ARNOLD, 1993). Hoje o Ayurveda é ensinado em universidades e hospitais indianos seguindo os moldes da tradição científica ocidental.

O sistema *gurukula* praticamente foi abolido e a maioria dos médicos ayurvédicos são formados por meio de cursos universitários. Dessa forma, a milenar tradição do Ayurveda foi adaptada aos padrões de ensino de origem europeia como forma de manter sua legitimidade, porém com o risco de perda de sua originalidade. A ideia de cultura “autêntica”, “original” ou “pura” é algo fictício ou inventado, pois as diferentes sociedades estão em contínuo fluxo e não são estáticas. Por outro lado, não há como negar a influência da medicina ocidental na reformulação do Ayurveda no último século a partir de sua institucionalização seguindo os moldes acadêmicos ocidentais.

Sistema “Plurimédico” indiano e a hegemonia da Biomedicina

Segundo Helman (1994), na Índia existiam 91 escolas ayurvédicas (hindus) e 10 unani (muçulmanas), sendo que a medicina ayurvedica serve a uma grande proporção da população. A institucionalização oficial do ayurveda pelo governo indiano acontece nos anos de 1970 com o *Indian Medicine Central Council Act* que criou um Conselho central para a medicina ayurvédica, estabelecendo um registro de praticantes qualificados e supervisionando o treinamento dos novos. O conselho concede o grau de bacharel em medicina e Cirurgia Ayurvédica após três anos de estudo (BAMS), seguidos por uma pós-graduação de mais três anos.

A Índia possui sistema médico plural com o reconhecimento do governo de quatro sistemas médicos principais: Biomedicina, Homeopatia, Sidha, Ayurveda e Unani. A maioria das pessoas utilizam do termo alopatia (*allopathy*) para distinguir o sistema médico de origem ocidental hegemônico do sistema médico na-

tivo, Ayurveda. A Medicina Ocidental Contemporânea é também chamada de biomedicina devido a sua vinculação ao conhecimento produzido por disciplinas científicas do campo da Biologia (CAMARGO Jr, 1997)

Atualmente a biomedicina é o sistema de atendimento à saúde hegemônico na maioria dos países. Nesse sentido, a biomedicina é o sistema de maior legitimidade, com discurso totalizante, porta-voz da ciência. Assim, todos os diversos sistemas de saúde são subjugados a ela, considerados “outros” sistemas em uma relação de subalternidade. Em diferentes contextos a biomedicina pode ser chamada de medicina ocidental, científica, moderna ou a “Medicina” em sua nomenclatura mais etnocêntrica.

Assim, falar de “outros” sistemas de saúde significa, de alguma maneira, contrapor o sistema médico de origem ocidental a outros sistemas médicos nativos de diferentes partes do planeta. Portanto, há dificuldade de terminologia, pois, na maioria das vezes, qualquer sistema de cura que não seja o biomédico é denominado como “alternativo”, “não-ocidental”, “popular”, “tradicional”, “medicina complementar”, “não-convencional”, “paralela”. A OMS (Organização Mundial da Saúde) define:

A medicina tradicional como práticas, enfoques, conhecimentos y creencias sanitarias diversas que incorporan medicinas basadas en plantas, animales y/o minerales, terapias espirituales, técnicas manuales y ejercicios aplicados de forma individual o em combinación para mantener el bienestar, además de tratar, diagnosticar y prevenir las enfermedades (OMS, 2002:07).

O Ayurveda, a Medicina Unani (sistema médico árabe praticado na Índia e no Paquistão) e a acupuntura foram classificadas como tradicionais pela OMS. Dessa maneira, essas classificações promovem os diferentes sistemas médicos sob a perspectiva da civilização ocidental, o que pode limitar a compreensão de outros sistemas que se originaram de culturas não-europeias (China, Índia, África, etc.).

Diversidade epistemológica e colonialidade do poder

A introdução da chamada medicina “ocidental” ou biomedicina na Índia não foi uma mera

transferência de conhecimento do colonizador para o colonizado. Mais do que isso, a biomedicina foi uma ciência colonial. *“Western medicine was intimately bound up with the nature and aspirations of the colonial state itself”* (ARNOLD, 1993:09). Nesse sentido, podemos incluir a biomedicina como parte do sistema de dominação colonial e de imposição do pensamento centrado na Europa para diferentes regiões do planeta.

Quijano (2007) cunhou o termo colonialidade do poder para se referir ao processo de universalização do pensamento eurocêntrico para as diversas regiões do mundo. Segundo ele, esse processo se inicia com a colonização das Américas e depois se expande para África, Ásia e Oceania. Assim, o pensamento local europeu se transforma em verdade universal e outras formas de conhecimento são subalternizadas. Por fim, ocorre uma naturalização do pensamento europeu que é admitido e imposto como a única racionalidade válida.

“El eurocentrismo ha llevado a virtualmente todo el mundo, a admitir que en una totalidad todo tiene absoluta primacía determinante sobre todas y cada una de las partes, que por lo tanto hay una y sólo una lógica que gobierna el comportamiento del todo y de todas y de cada una de las partes. Las posibles variantes en el movimiento de cada parte son secundarias, sin efecto sobre el todo y reconocidas como particularidades de una regla o lógica general del todo al que pertenecen (QUIJANO, 2007:352).

A biomedicina é imposta como sistema oficial na Índia pela colonização britânica nos séculos XIX e XX. Esse processo de imposição exemplifica a colonialidade do poder. O sistema médico local (Ayurveda) é desvalorizado, caracterizado como superstição ou folclore, enquanto a biomedicina é estabelecida como a “medicina verdadeira” ou “medicina científica”. Assim, todo o aparato colonial corrobora a ideia de que o sistema médico local é não-científico, precário e por conseguinte ineficiente:

“Over the course of the last two centuries, Ayurvedic practitioners, like other healers around the globe, have confronted their marginalization in the face of the global ascendancy of modern European medicine, or biomedicine, as it is called by anthropologists. Practitioners have met this challenge by reinterpreting and

reshaping their knowlegde and practice for a modern era” (LANGFORD, 2002:01).

Em 1835 foi publicado na Índia o tratado *Maucaulay’s 1835 Minute on Indian Education* que declarava que toda a educação indiana deveria ser conduzida em inglês e modelada pelo sistema britânico. Esse tratado é considerado um marco da imposição do conhecimento de origem europeia na sociedade indiana. Depois dele as faculdades de Ayurveda são fechadas e os praticantes nativos são colocados na ilegalidade. O governo britânico inicia campanha de distribuição gratuita de livros médicos europeus e oferece bolsas de estudo para faculdades de medicina moderna. (LANGFORD, 2002).

Mignolo (2012) afirma que a colonialidade do poder pressupõe a diferença colonial como condição para legitimação do conhecimento do colonizador e subalternização dos outros conhecimentos. Por exemplo, os indianos são forçados a acomodar novas realidades impostas pela colonização. Mignolo expande o pensamento de Quijano com o conceito de “semiose colonial” na busca de identificar momentos de tensão no conflito entre conhecimentos que se encontram em uma relação de poder colonial.

O processo de reformulação do Ayurveda a partir da colonização britânica pode ser visto como “semiose colonial”. No sentido que o sistema médico indiano se reestrutura por meio da relação conflituosa com a biomedicina e com as instituições “modernas” introduzidas na Índia como hospitais, faculdades de medicina. No mesmo sentido Boaventura dos Santos (2005) analisa o que ele chama de “diversidade epistemológica do mundo” no sentido de que existe uma pluralidade de saberes que entram em conflito ou questionam a legitimidade da “ciência moderna”.

O conhecimento ancestral do Ayurveda disputa posição de legitimidade frente a “medicina moderna” no período colonial e pós-colonização britânica. Jean Langford (1995) aponta que o Ayurveda se “(re)inventa” em função de sua oposição/autoafirmação perante a biomedicina.

Essa reinvenção do Ayurveda pode ser caracterizada como uma resistência a opressiva modernidade representada pela biomedicina.

Mas, ao mesmo tempo, a linha de fronteira entre o moderno e o tradicional não é evidente. Essa condição híbrida da sociedade pós-colonial permite uma tradução ou até reelaboração do imaginário social da modernidade e do colonizador (BHABHA, 1994). Na Índia, ocorreram movimentos que defendiam uma suposta prática pura do Ayurveda, enquanto outros ressaltavam a necessidade da integração daquele com a biomedicina (LESLIE, 1992). Isso revela as ambiguidades e contradições dessa linha de fronteira imaginária entre o mundo tradicional e o moderno.

Dessa maneira, o processo de dominação colonial impôs o pensamento “ocidental” como o legítimo e verdadeiro, classificando assim, o Ayurveda como um não-saber, superstição. Santos chama esse processo de “epistemicídio”, no sentido em que o “conhecimento científico tem sido definido como o paradigma do conhecimento, e o único epistemologicamente adequado, a produção do saber local consumou-se como não-saber, ou como um saber subalterno” (SANTOS, MENEZES & NUNES, 2005:34). Nesse sentido, o exclusivismo científico (SANTOS, MENEZES & NUNES, 2005) promovido pela colonização britânica na Índia permitiu o status legitimador da chamada ciência “ocidental” perante os saberes nativos.

Ayurveda “Original”: Emancipação e discurso pós-colonial

Em 2012, realizei pesquisa de campo por trinta dias na clínica e instituto ayurvédico *Ambujas* em Kerala, Sul da Índia. O *Ambuja Institute of Ayurvedic Research and Documentation* é um instituto de pesquisa e prática da Medicina Tradicional indiana conhecida como Ayurveda. O Instituto se localiza no Estado de Kerala, sul da Índia, na vila de Udayamperoor, distrito de Ernakulam, próxima a cosmopolita cidade de Cochin às margens do mar arábico.

Dr. Dileep, médico ayurvédico responsável pela clínica, insistia que a prática do Ayurveda é “testada pelo tempo”, ou seja, os remédios e a terapêutica são de aplicação atemporal, o que garante sua efetividade e segurança. Segundo ele, a biomedicina está em constante mudança, o que gera falta de segurança no uso de medicamentos. Ele definia sua prática como Ayurveda “puro” (*shudha*) em oposição a outro tipo de Ayurveda “misturado”

(*mishra*) com a biomedicina.

Leslie (1992 e 1998) ressalta que na prática do Ayurveda na Índia após a colonização britânica ocorreram diferentes graus de mistura com a chamada biomedicina. Porém, na dinâmica da profissionalização do Ayurveda, houveram aqueles médicos que eram contra o sincretismo e outros que achavam que a integração com a biomedicina seria benéfica para o Ayurveda. Nesse sentido, essas diferentes opiniões ideológicas a respeito do Ayurveda foram classificadas em dois grupos principais: *shudha* (puro) Ayurveda e *mishra* (misturado) Ayurveda.

O coordenador do Instituto, Dr. Dileep, atribua o sucesso de seu tratamento pelo fato de estar utilizando plantas medicinais “puras” como também considerava “pura” a sua prática. Ayurveda “puro” tinha o sentido de não ser misturado com a biomedicina. Segundo ele, o Ayurveda na Índia estava sendo praticado de forma deturpada, com medicamentos de baixa qualidade, produzidos em massa e com substituição das plantas originais, o que gerava perda de sua eficiência terapêutica. Além disso, em seu discurso sobre os males da biomedicina, ressaltou o caráter mercadológico das empresas farmacêuticas.

Dr. Dileep tem formação acadêmica ayurvédica, mas também aprendeu Ayurveda por meio de tradição familiar de *raja vaidyas*, médicos ayurvédicos dos reis. Além disso, se formou em biomedicina e trabalhou com esse sistema por alguns anos. Portanto, sua prática médica é frutífera para a reflexão a respeito da colonização, diversidade epistemológica e hibridismo cultural.

Durante a pesquisa, foi possível analisar o Ayurveda no contexto de discurso de autoafirmação e emancipação perante a imposição do modelo ocidental hegemônico de conhecimento representado pela biomedicina. Dr. Dileep ressaltou o Ayurveda como o sistema médico mais completo, natural e eficiente em comparação com a chamada biomedicina, vista por ele como limitada a casos emergenciais, artificial e com inúmeros efeitos colaterais.

No projeto de Dr. Dileep e sua equipe, as plantas medicinais eram o foco principal. Os objetivos do instituto eram: a) pesquisar sobre as plantas medicinais conforme descritas nos textos clássicos; b) encontrar e cultivá-las no

seu bioma natural; c) preservar as plantas medicinais em perigo de extinção e d) fornecer remédios da melhor qualidade possível para os pacientes da clínica.

A intenção final parece ser provar a eficácia do Ayurveda no tratamento de diferentes doenças caso sejam usadas as plantas “originais” conforme descritas nos textos clássicos¹⁰ do Ayurveda. Portanto, o objetivo era fortalecer o Ayurveda em face da hegemonia da biomedicina através da pesquisa, cultivo e tratamento com plantas medicinais. Dessa maneira, considero o projeto do Instituto Ambujas com uma forma de intervenção social por meio da prática do Ayurveda na Índia contemporânea.

Diante da hegemonia da biomedicina, Dr. Dileep afirmou que na Índia atual o Ayurveda está sendo praticado de forma deturpada. Nesse sentido, a pesquisa, a busca e o uso das plantas “originais” são os meios de praticar uma medicina ayurvédica “correta” e, assim, proceder à sua revalidação. Além disso, ele quer provar que o Ayurveda é um sistema médico eficiente e superior ao sistema médico hegemônico no mundo, o que ele chama genericamente de Alopátia.

O termo “original” pode ser utilizado em diferentes contextos. Segundo Dr. Dileep o Ayurveda é o sistema médico “original” no planeta, pois ele diz que é a mãe de todos os sistemas médicos. Diante do contexto de colonização na Índia, o Ayurveda “original” entrou “em extinção” a partir da hegemonia da biomedicina e as decorrentes mudanças na prática ayurvédica, como, por exemplo, a não utilização de plantas “originais”.

Seguindo a lógica de Dr. Dileep podemos contrapor os termos “original” e “permanente” vinculados ao Ayurveda com os termos “artificial” e “temporário” vinculados ao que Dr. Dileep chama de Alopátia. Além disso, o próprio fato dele dizer que o Ayurveda “original” está em extinção se deve ao fato do contato com o chamado sistema médico ocidental. Este parece ter um poder de “contaminação” que provoca uma deturpação do chamado Ayurveda “puro”. De forma análoga, ele diz

¹⁰Os três tratados clássicos principais do Ayurveda, *Ashtanga Samgraha*, *Caraka Samhita*, *Sushruta Samhita* são conhecidos como “*Brhat Trayi*” ou os verdadeiros trabalhos autorizados.

que a interação medicamentosa entre remédios ayurvédicos e alopáticos é prejudicial ao paciente.

Dumont (1997) analisou a questão das castas indianas em seu famoso livro *Homo Hierarqicus*. O foco do seu trabalho é o estudo da hierarquia, mas fica evidente que as noções de “puro” e “impuro” fundamentam as divisões entre as diferentes castas na Índia e também se reflete em diferentes aspectos do pensamento indiano. Isto pode ser exemplificado na oposição que se manifesta entre duas categorias extremas: “a dos Brâmanes, sacerdotes que ocupam a posição suprema com relação ao conjunto das castas, e a dos Intocáveis, servidores muito impuros (...)” (DUMONT, 1997:98).

Não cabe neste trabalho discutir sobre as castas indianas, porém a oposição puro/impuro subjacente às divisões das castas pode nos revelar características sobre o pensamento indiano. Dessa forma, ajuda a compreender a utilização do termo “puro” ou *shudha* por praticantes de Ayurveda diante do contexto de reconfiguração da prática ayurvédica no século XX. Assim, o sistema médico ocidental é visto como uma prática impura imposta pelos colonizadores. Segundo Dr. Dileep, a biomedicina contaminou a prática ayurvédica, que pode levar o Ayurveda “original” a extinção. Portanto, o *shudha* Ayurveda é a prática sem a “impureza biomédica” que corrompeu o Ayurveda “original”.

Dr. Dileep afirmou, durante a pesquisa de campo, que pretende trazer de volta à Terra o Ayurveda “original”. Nesse sentido, ele se diz praticante do Ayurveda “puro”, “original” e tem como meta restaurar o que ele chama de Ayurveda “original” que está em perigo de extinção. Assim, ficou claro que o objetivo principal de seu trabalho é político, pois não se limita a sua prática clínica. Portanto, o discurso de Dr. Dileep de valorização do Ayurveda perante a biomedicina é uma forma de reação dos praticantes de ayurveda diante da hegemonia cultural eurocêntrica representada pela biomedicina.

Ele classificava a Biomedicina como sistema médico artificial, com inúmeros efeitos colaterais (remédios químicos), com constantes mudanças (remédios trocados), dominado por interesses mercadológicos. Enquanto dizia

que o Ayurveda era um sistema natural, testado pelo tempo e seguro, com uso de remédios naturais, sendo assim um serviço à humanidade. Além disso, Dr. Dileep se baseava na autoridade de um sistema muito mais antigo do que o sistema ocidental ao afirmar que o Ayurveda é a mãe de todos os sistemas médicos. O discurso por trás do trabalho do Instituto Ambujas era promover o Ayurveda “puro” ou “original” como um serviço de saúde às pessoas, não tendo o lucro como prioridade.

O objetivo principal parece ser político, pois não se limita a prática clínica. Portanto, o discurso de valorização do Ayurveda perante a biomedicina é uma forma de reação dos praticantes ayurvédicos diante da hegemonia cultural eurocêntrica representada pela biomedicina. Dessa maneira, o Instituto Ambujas exemplifica tentativa de transformação social por meio da prática do Ayurveda no Sul da Índia.

Dessa maneira, o discurso de Dr. Dileep é resultado da colonialidade do poder que se reflete na posição hegemônica da biomedicina, mesmo após o fim da colonização. Foucault (1977) chamou de conhecimentos subjugados a um conjunto de conhecimentos que foram desqualificados como inadequados ou insuficientemente elaborados. Os trabalhos de Quijano e Mignolo analisam esse processo de subalternização a partir da expansão europeia e a consequente colonização em diferentes continentes. Assim, Dr. Dileep busca “de-subalternizar” o conhecimento ayurvédico na tentativa de expandir o horizonte do conhecimento humano para além do conceito ocidental de conhecimento e racionalidade.

Referências

- ARNOLD, David. (1993). *Colonizing the body: State medicine and epidemic disease in nineteenth-century India*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- BHABHA, Homi K. (1994). *The location of culture*. London and New York: Routledge.
- CAMARGO Jr, K. T. D. (1997). *The biomédice*. Physis: revista de saúde coletiva, 7(1), 45-68.
- DUMONT, Louis. (1997). *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp.
- FOUCAULT, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-*

1977. RandomHouse LLC.
- HELMAN, C.G. (1994) *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: ArtesMédicas.
- LANGFORD, Jean M. (2002). *Fluent bodies: Ayurvedic Remedies for Postcolonial Imbalance*. Duke University Press: Durham and London.
- LANGFORD, Jean M. (1995). *Ayurvedic Interiors: Person, Space, and Episteme in Three Medical Practices*. *Cultural Anthropology*, Vol. 10, No. 3, pp. 330-366.
- LESLIE, Charles. (1998). *The Ambiguities of Medical Revivalism in Modern India*. In: *Asian Medical Systems: A Comparative Study*. Charles Leslie. Motilal Banarsidass, Delhi. pp. 356-367.
- LESLIE, Charles. (1992). *Interpretation of Illness: Syncretism in Modern Ayurveda*. In: *Paths to Asian Medical Knowledge*. Charles Leslie and Allan Young (orgs.). Berkeley: University of California Press. Pp. 160-176.
- MACAULAY, T. B. (1972). *Minute on Indian Education*. In: *Selected Writings, John Clive & Thomas Pinny, (eds), pp 237-252*. Chicago
- & London: The University of Chicago Press.
- MIGNOLO, Walter. (2012). *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. London: Princeton University Press.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. (2002). *Estrategia de la OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005*. Ginebra.
- QUIJANO, Aníbal. (2007) *Colonialidad del poder y clasificación social. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, p. 93-126.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (2005). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais (Vol. 4)*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- WUJASTYK, Dominik. (2008). *Modern and Global Ayurveda: pluralism and paradigms*. State University of New York: New York.
- ZYSK, Kenneth G. (2001). *New Age Ayurveda or what happens to Indian medicine when it comes to America*. *Traditional South Asian Medicine* 6: 10–26.

ECOVILAS E CIDADES EM TRANSIÇÃO: CRIANDO SUSTENTABILIDADE NO MEIO URBANO

Taisa Mattos
Mestranda/Pesquisadora
Programa EICOS
UFRJ, Brasil
taisapmattos@gmail.com

Cecília de Mello e Souza
Doutora/Orientadora
Programa EICOS
UFRJ, Brasil
cdemelloesouza@gmail.com

Resumo: Vivemos um momento de crise global, onde o atual modelo de desenvolvimento se mostra insustentável. A transição para outro estilo de vida e modo de desenvolvimento é emergencial. Para isso, precisamos não apenas de conscientização, mas de engajamento comunitário e de uma ação coletiva para garantir a possibilidade da vida no planeta. Ecovilas são comunidades intencionais com foco no desenvolvimento local sustentável.

São experiências rurais e urbanas, que buscam a sustentabilidade em seus diversos aspectos. Com princípios semelhantes, o Movimento Cidades em Transição mostra como é possível transformar nossas cidades através da mobilização e do engajamento social, da redução do consumo e do impacto ambiental, e do fortalecimento de economias locais.

Buscaremos evidenciar os princípios e as conexões entre ambos os movimentos sociais e como estão contribuindo de forma efetiva para o redesenho do modo de vida nas cidades, criando sustentabilidade e melhorando a qualidade de vida.

Palavras-chave: Ecovilas, Cidades em Transição, Sustentabilidade, Resiliência, Ação Coletiva.

Abstract: We are facing a global crises where the current development model proves to be unsustainable. The transition to other life-style is urgent. To be able to do it, we need not only to raise awareness but the community engagement and a collective action to ensure the possibility of life on the planet.

Ecovillages are intentional communities focused on a local sustainable development. They

are experiments that are looking for building community and creating sustainable living models in different aspects. With similar principles and practices the Transition Towns Movement show us how we can build resilient cities and communities through social engagement, reducing consumption and the environmental impact and strengthening local economies.

This article intend to highlight the principals and connections between both social movements showing how they are contributing to redesign the way of life in our cities, creating sustainability and improving the quality of life.

Key-Words: Ecovillages, Transition Towns, Sustainability, Resilience, Collective Action

Introdução: Crise global e necessidade de transição

“Não duvide que um pequeno grupo comprometido de pessoas pode mudar o mundo. De fato, é o que sempre acontece.” Margaret Mead

A escassez dos recursos naturais, aliada a perda da biodiversidade, a extinção de diversas espécies, as mudanças climáticas, a crise financeira global, a crescente desigualdade social e consequente violência, entre outros, nos mostram que o atual modelo de desenvolvimento não pode ser levado adiante. É urgente a transição para uma nova forma de desenvolvimento, capaz de contribuir para a manutenção da vida no planeta. Uma sociedade, para ser sustentável, precisa ser menor, mais simples e integrada, contando com a participação de seus membros, além criar uma economia local forte e utilizar tecnologias ecológicas para minimizar o uso dos recursos naturais e seu impacto ambiental. (TRAINER, 2000).

Na maior parte dos discursos, o conceito de desenvolvimento está profundamente relacionado à noção de crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Essa busca por um crescimento econômico contínuo, gerou um aumento sem precedentes da escala das atividades econômicas na modernidade, e efeitos adversos sobre o ecossistema global, desdobrando-se em toda uma crise referente aos limites do crescimento (MEADOWS, 1973), no contexto ambiental. O desenvolvimento me-

rece ainda ser analisado a partir de outras perspectivas, como a sócio-econômica, por exemplo. Fica claro que o paradigma desenvolvimentista, impulsionado por princípios materialistas e competitivos, culminou em enormes desigualdades sociais, guerras e conflitos, já que os mais ricos ficam cada vez mais ricos, e os mais pobres, mais pobres. O que vemos é um esfacelamento do tecido social, quando o que importa é acumular bens materiais e não reforçar laços sociais e garantir uma vida de qualidade para todos. Com a premissa de desenvolvimento global, surgem ainda outros desafios, referentes aos aspectos culturais, pois as estratégias de globalização fragilizam os laços sociais e as tradições locais, ao utilizarem-se de modelos universais (HALL, 2003), além de tecnologias para mediar nossas interações. Existem ainda outros desafios mais sutis, relacionados a questão da verdadeira liberdade de escolha (SEN, 2000), uma vez que os referenciais foram deslocados e as “preferências” individuais e coletivas passam a ser direcionadas pelos meios de comunicação de massa (EVANS, 2001).

O momento é delicado e a necessidade de transição é urgente. Nesse contexto, um dos grandes entraves é social (GILMAN, 2013), já que, para fazer frente à situação atual, precisamos de organização comunitária e responsabilidade compartilhada (TRAINER, 1997), além de desenvolver novas habilidades e espírito coletivo (TRAINER, 2000). É preciso reintroduzir valores comunitários, senso de comunidade e apoio mútuo. (KOZENY, 1995). Muitos questionam os valores da cultura atual, mas depois de tantos anos de dominação sutil, (FOUCAULT, 1979) já não sabemos como proceder. Precisamos despertar para a transição da cultura consumista, do TER, para a uma cultura do SER. É urgente voltar a valorar a vida, em todas as suas formas. O que implica em uma boa qualidade de vida é ter o suficiente (TRAINER, 2000) e não degradar o planeta e ignorar o próximo. O consumo exacerbado e a falta de consciência nos torna corresponsáveis por essa crise generalizada. É preciso o engajamento e a mobilização social para que possamos assumir o nosso poder de ação frente a tantos desafios.

Segundo Hannah Arendt, “o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou

de fazer algo, como unir-se a outros e atuar em concordância com eles.” (ARENDR, 1970 apud HABERMAS, 1980, p. 101). Implica na capacidade das pessoas chegarem a um acordo em relação a uma ação coletiva, a partir do diálogo. Esse poder relacionado à interação social, à comunicação e à capacidade de mobilização para uma ação conjunta em benefício de todos, está cada vez mais escasso em nossa sociedade, gerando consequências diversas, como a apatia, o isolamento e o conformismo, que contribuem para o agravamento da crise na qual estamos imersos. Em meio a tamanho caos, alguns grupos e movimentos sociais emergem buscando fazer frente a tais desafios. Estão no exercício de criar e testar possíveis soluções ao implementarem novas formas de relacionamento entre as pessoas e com o meio ambiente, resgatando valores e princípios comunitários, e propondo outras estruturas sociais e econômicas, como é o caso do Movimento de Ecovilas (BANG, 2013) e das Cidades em Transição. São movimentos distintos entre si, mas com princípios e práticas semelhantes. Seu diferencial em relação a outros movimentos sociais está no engajamento coletivo e na ação por um propósito comum.

Essas iniciativas de grupos de pessoas, tornam-se espaços importantes para se desenvolver e aprimorar novos modelos de vida possíveis. (TRAINER, 1997). A partir da conscientização, do engajamento e do fortalecimento do tecido social e, utilizando-se de ferramentas e tecnologias sócio-ambientais e econômicas voltadas para o desenvolvimento local sustentável, as Ecovilas e as Iniciativas de Transição propõe uma nova forma de vida e interação, partindo de outros valores e princípios éticos, contribuindo para construção da cultura da sustentabilidade. (WAGNER, 2013). Ao contrário de outros movimentos sociais, são ‘agentes de mudança’. Ao invés de lutar contra, ou de simplesmente cruzar os braços e esperar que o poder público resolva, colocam a mão na massa. Estão não apenas se empoderando a partir de sua prática cotidiana, mas criando modelos locais que podem ser adaptados e replicados globalmente. Nesse sentido, apontam possíveis caminhos a serem seguidos, ao proporem uma nova forma de vida e interação comunitária, pautada em uma no-

va visão de mundo, para a criação de modelos de vida não apenas sustentáveis, mas harmônicos e resilientes,¹¹ que podem ser perpetuados.

Muito se fala hoje em sustentabilidade, mas não há uma definição consensual teórica em relação ao termo. Geralmente fala-se em criar sistemas que possam ser continuados em um futuro indefinido. (SIRNA, 2000). Uma das definições mais usadas de sustentabilidade é “satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazerem as suas”. (UNITED NATIONS, 1987, tradução nossa). Atualmente, precisamos não apenas buscar a sustentabilidade, mas sim, tornar nossas comunidades e cidades resilientes, capazes de se regenerar após inúmeros distúrbios.

Esse artigo pretende evidenciar os princípios e práticas de ambos os Movimentos: das Ecovilas e Cidades em Transição, revelando a importância desses movimentos sociais que trazem soluções comunitárias (botton up) de novas formas de se viver e interagir nas cidades. São movimentos que, a partir de suas práticas, apresentam soluções, contribuindo, de forma efetiva, para a transição para um outro modo de vida, fortalecendo as comunidades locais e criando sustentabilidade no meio urbano.

O Movimento de Ecovilas: definição, prioridades, origem e contribuições

“Ecovilas representam uma visão completamente nova de desenvolvimento, com diferentes fundamentos econômicos, usos de energia, estruturas sociais e valores daqueles da sociedade industrial. Elas fornecem modelos para se viver próximos da terra e em comunidade uns com os outros.” (NORBERG-HODGE, 2002, tradução nossa).

O movimento das Ecovilas emerge globalmente como uma resposta consciente ao proble-

¹¹ Resiliência pode ser entendida como a habilidade de um ecossistema retornar ao seu estado natural após um choque ou perturbação, sendo que, quanto menor o período de recuperação, maior é a resiliência de determinado ecossistema. Pode também ser definida como a medida da magnitude dos distúrbios que podem ser absorvidos por um ecossistema, sem que o mesmo perca seu potencial de equilíbrio estável. As atividades econômicas apenas são sustentáveis quando os ecossistemas que as alicerçam são resilientes (Arrow et al., 1995).

ma extremamente complexo de como mover a sociedade em direção a um modelo de vida sustentável. (KIRBY, 2004). Ele funciona como catalisador de uma mudança ética, ambiental, econômica, política e social, e aos poucos se torna a convergência de outros movimentos contemporâneos que também questionam o sistema atual e os valores da nossa sociedade (KOZENY, 1995). As Ecovilas nascem no contexto da globalização e da crise dos limites do crescimento (MEADOWS, 1973), e estão fortemente vinculadas a este momento histórico. O discurso da sustentabilidade e o interesse pelo desenvolvimento de tecnologias sócio-ambientais, as reflexões em torno de identidades e práticas locais, além da noção de rede e os instrumentos de interconexão global, o empoderamento social e uma maior integração com as demais organizações e instituições civis e governamentais estão presentes nos princípios e práticas das Ecovilas.

O movimento Ecovilas tem suas raízes e busca inspiração em diferentes linhagens. Entre elas: as comunidades intencionais religiosas e espirituais; o movimento pacifista antinuclear; o movimento dos direitos civis: raciais e feministas; o movimento ambientalista; o movimento Hippie; os Kibbutz (Israel) e Cohousings (Dinamarca); o movimento da Transdisciplinaridade, os princípios Gandhianos, entre outros. (DAWSON, 2006). Todos esses movimentos questionavam os valores dominantes da sociedade pós-industrial: produção desenfreada, consumismo, desigualdade social, guerras, etc.

Ecovilas podem ser definidas como comunidades intencionais, multifuncionais, cujos princípios e práticas se voltam para a sustentabilidade, em suas diversas dimensões (GILMAN, 1991). São experiências de grupos de pessoas que se unem, partindo de um propósito comum e de valores partilhados, para viver uma vida coletiva, (KOZENY, 1995), a partir do trabalho cooperativo, do fortalecimento dos laços sociais e, principalmente, da busca pela sustentabilidade. Procuram criar relações harmônicas, respeitando os ecossistemas e os contextos sócio-culturais nos quais estão inseridas.

As Ecovilas possuem um forte senso de comunidade, talvez como resposta à alienação e à solidão da modernidade (DAWSON, 2006).

Consumem menos e são um exemplo do viver simples. (TRAINER, 2000 / DAWSON, 2006 / SEVIER, 2008). Buscam reduzir o uso de combustíveis fósseis, gerando a maior parte da energia possível; produzem seus alimentos orgânicos; reciclam seus resíduos (fazem compostagem, etc); constroem com materiais locais, de baixo impacto; criam sistemas de tratamento de água, além de restaurarem o meio ambiente. (CHRISTIAN, 2003 / DAWSON, 2006 / KASPER, 2008). Também revitalizam os sistemas de governança participativos, em escala comunitária, buscando a inclusão social (DAWSON, 2006.) São reconhecidas como centros de experimentação e treinamento (DAWSON, 2006 / GILMAN, 2013), como verdadeiros laboratórios de sustentabilidade (OVED, 2013), uma vez que propõem inovações e desenvolvem tecnologias sociais e ambientais, além de práticas econômicas locais, que podem ser replicadas em outros contextos.

As Ecovilas propõe um novo modelo de desenvolvimento, que leva em conta as questões ambientais e sociais. Buscam implementar uma nova economia, com princípios e ferramentas distintas. O que está no centro é o cuidado com a vida. Importam as relações, a saúde pessoal e comunitária, a educação, a preservação e recuperação do meio ambiente, a mobilização e engajamento para uma construção coletiva. Vale ressaltar que a típica Ecovila não existe. Cada uma tem o seu visual e caráter próprios, de acordo com sua localização, o clima, a cultura local, o tamanho do espaço, entre outros. (SEVIER, 2008). Trata-se de um movimento repleto de diversidade, com experiências rurais, urbanas, em subúrbios, vizinhanças, presentes em todas as partes do mundo, incluindo culturas e climas variados. De tribos tradicionais à *retrofits* urbanos, projetos recém criados ou já estabelecidos. (JOSEPH, BETES, 2003 / DAWSON, 2006). Ecovila é um processo, assim como uma visão (SIRNA, 2000). São experimentos em escala humana, onde é possível as pessoas conhecerem-se umas as outras (GILMAN, 1991 / SIRNA, 2000) e influenciarem as decisões comunitárias. (CHRISTIAN, 2003). Uma Ecovila se propõe a prover casa, oportunidades de trabalho e de crescimento pessoal e espiritual, criando uma comunidade o mais auto-

suficiente possível (GILMAN 1991 / CHRISTIAN, 2003).

O Conceito de Ecovila oferece um único modelo, embora com múltiplas manifestações locais. No núcleo do conceito está a celebração da diversidade cultural, espiritual, ecológica e o impulso de se recriar comunidades humanas onde as pessoas possam redescobrir relações saudáveis e sustentáveis consigo mesmas, com a sociedade e o planeta. O modelo das Ecovilas combina um contexto de apoio sócio-cultural com um estilo de vida de baixo impacto, ecologicamente sustentável, fomentando a educação e a saúde integral, através da implementação de sistemas participativos e justos.

Ecovilas são ricas em capital humano e cultural. Priorizam as necessidades à acumulação. Os objetivos do movimento estão relacionados com as ações do dia-a-dia. Ser um exemplo e disseminar essas novas práticas e valores. O princípio Gandhiano *‘Ser a mudança que queremos ver’* está profundamente enraizado nas ações dos ecovileiros que acreditam que a mudança social será conquistada pela construção e demonstração de outro modelo, que possa ser replicado. (KIRBY, 2004). As Ecovilas funcionam como verdadeiros agentes de mudança nas áreas onde se instalam, disseminando seus princípios e práticas. (KESSLER, 2008). Há um desejo de resgatar valores das culturas tradicionais (SEVIER, 2008) e somar isso a tecnologias de ponta, buscando demonstrar um novo modelo de desenvolvimento.

O maior objetivo das Ecovilas está relacionado à sustentabilidade. É vital para a identidade coletiva ser um modelo de sustentabilidade. (ERGAS, 2010) As Ecovilas tem sido consideradas os melhores locais para se aprender sobre sustentabilidade, uma vez que vivenciam a sustentabilidade na prática da vida cotidiana, em seus diversos aspectos (KESSLER, 2008), e a educação tem sido um dos fatores de maior sucesso em criar pontes com o *mainstream*, tornando-se a base da economia de diversas Ecovilas. (DAWSON, 2006). É através dos programas e treinamentos que as Ecovilas vem ganhando reconhecimento e legitimidade. (KESSLER, 2008).

Outros fatores de destaque nas Ecovilas são a importância da relação com a natureza e a

noção de interdependência. (KIRBY, 2004 / KASPER, 2008 / ERGAS, 2010.). As Ecovilas apresentam um forte senso de reconexão com a natureza e de responsabilidade para com o mundo natural. (SEVIER, 2008). Promovem estilos de vida que regeneram ao invés de diminuir a integridade do meio ambiente. (KASPER, 2008). Uma Ecovila é desenvolvida de tal maneira que os negócios, as estruturas físicas e tecnológicas não interfiram na habilidade inerente à natureza de manter a vida.

Ao contrário das comunidades tradicionais, Ecovilas não são produtos dos seus meios. (ERGAS, 2010). São grupos formados por pessoas vindas, em sua maioria, de contextos urbanos, com perfil de “classe média” (FOTOPOULOS 2000 / KIRBY, 2004), que conscientemente têm optado por buscar uma nova forma de viver, baseada nas relações sociais, na simplicidade e no cuidado com os impactos de suas ações. (SEVIER, 2008). Muitas das Ecovilas já são *Best Practice da ONU* (reconhecidas como melhores experiências), ditando caminhos que se tornarão normas no futuro (SEVIER, 2008). Apesar de não existir uma ‘Ecovila ideal’ (JACKSON, 2004), sendo iniciativas e processos em construção (JOSEPH, BETES, 2003/ CHRISTIAN, 2003 /JACKSON, 2004 /SEVIER, 2008), as Ecovilas estão estabelecendo as fundações de uma nova cultura (SEVIER, 2008), exibindo uma ética distinta (KASPER, 2008/SEVIER, 2008), e esse é um dos grandes legados das Ecovilas: lembrar que somos seres interdependentes, e criar modelos cooperativos que possam ser perpetuados, fazendo frente a atual cultura dominante.

A Rede Global de Ecovilas (GEN) e as experiências no Brasil e no mundo

A Rede Global de Ecovilas (GEN) foi fundada em 1995, com o objetivo de encorajar o desenvolvimento de assentamentos sustentáveis ao redor do mundo. A GEN possui um papel crucial na difusão dos princípios e práticas do Movimento, além de conectar as diversas iniciativas e projetos relacionados. (SEVIER, 2008). Realiza serviços internos e externos de comunicação, facilitando o fluxo e a troca de informações entre Ecovilas e outros projetos afins (a partir da criação de diretórios e informativos, e também da realização de encontros e conferências internacionais); faz articu-

lações em rede e coordenação de projetos em áreas relacionadas a assentamentos sustentáveis; além de se dedicar a cooperação global e parcerias, especialmente com as Nações Unidas. (DAWSON, 2006). É interessante atentar para o fato de que o Movimento de Ecovilas já emerge enquanto rede, e dessa forma se articula e se expande. (GEN, s.d)

Apesar de diversas iniciativas estarem formalmente registradas no site da GEN, parece não haver ainda um mapeamento detalhado das Ecovilas em cada país, indicando quantas pessoas vivem em cada uma, o tamanho dos locais, seu modo de organização, entre outros (BÔLLA, 2012). Ninguém sabe precisar, ao certo, o número de experiências, mas estima-se que haja cerca de 15 mil Ecovilas pelo mundo, (JOSEPH, BETES, 2003 / SEVIER 2008), embora sejam poucas por país (SEVIER, 2008). De uma vila medieval na Itália, a uma antiga sede do Serviço Secreto Soviético na Alemanha, incluindo vilas tradicionais no Senegal e comunidades espirituais no Sri Lanka, experiências muito simples ou altamente tecnológicas, cada uma com seu propósito e desafios próprios. Existem experiências com aproximadamente 20 pessoas, como é o caso de Terra Una (Brasil) ou Torri Superiori (Itália), assim como pequenas cidades, como Auroville (Índia) com cerca de 2.500 integrantes.

Apesar da maior parte das iniciativas serem em contextos rurais, destaca-se a efetividade das Ecovilas urbanas na integração desses princípios e práticas em cidades e subúrbios, onde está hoje localizada a maior parte da população mundial. Podemos citar como exemplo, LA Ecovillage, em Los Angeles (EUA) e Ecovillage at Ithaca, localizada no subúrbio de Ithaca, NY. No Brasil não há registros de experiências consolidadas de Ecovilas urbanas.

A pesquisa sobre as Ecovilas ainda é um fenômeno recente, o que não é de se admirar, uma vez que o termo surge na década de 90. É um tema de crescente interesse para estudos e publicações acadêmicas, principalmente do ano 2000 para cá, (WAGNER, 2012), ganhando também visibilidade a partir da divulgação das experiências na mídia, e dos relatos e impressões daqueles que estiveram em uma Ecovila, seja para visitar ou fazer algum treinamento. A partir dos estudos, que são, em

sua maioria, dissertações de mestrado, incluindo também teses de doutorado, projetos de graduação e artigos publicados (WAGNER, 2012), podemos observar a abrangência do movimento, com iniciativas presentes em todos os continentes e em diversos países, embora a grande maioria esteja situada em países industrializados, de cultura ocidental, principalmente na Europa e nos EUA. (FOTOPOULOS, 2000 / WAGNER, 2012).

No Brasil, existem algumas iniciativas, a maior parte ainda em fase de estruturação. O Movimento chegou oficialmente ao Brasil em 2002, quando foi realizado o primeiro Treinamento de Ecovilas, no então Centro de Vivências Nazaré (atual Nazaré UNILUZ), no interior de São Paulo. Após o primeiro Treinamento, foram realizados mais dois, nos anos que se seguiram (2003 em Belo Horizonte e 2004 itinerante pelo Brasil), capacitando diversos interessados e fazendo emergir a Rede local, ENA Brasil. Nessa época, algumas Ecovilas foram criadas e antigas comunidades e institutos de Permacultura foram adaptados para que pudessem ser considerados como tal.

Em 2006, foi lançado em São Paulo, e também mundialmente, o Gaia Education - um programa dedicado a investigar a sustentabilidade em diversos aspectos, a partir do conteúdo dos antigos Treinamentos de Ecovilas, mas muito mais abrangente, que passou a ser realizado anualmente, e aos poucos, se espalhou por diversos Estados brasileiros, capacitando os interessados em um modo de vida sustentável. O currículo divide-se em quatro áreas: social, ecológica, econômica e cultural (denominada visão de mundo), dando um panorama geral das dimensões que devemos explorar na busca pela sustentabilidade. Apesar de inspirado nas experiências das Ecovilas, o programa é extremamente adaptável, podendo ser aplicado em outras organizações e contextos. É interessante observar que, ao contrário de outros países, onde o programa é geralmente realizado em regime de imersão, longe dos centros urbanos, a maior parte dos programas no Brasil ocorreu em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte, e apesar de potente na difusão dos princípios do movimento, não resultaram efetivamente na criação de novos experimentos comunitá-

rios, mas sim na aplicação dos princípios e ferramentas em outras iniciativas e organizações, além de mobilizarem pessoas para integrarem Ecolivas já existentes.

Desafios do Movimento de Ecovilas

Ao longo dos anos, diversos desafios se evidenciaram no caminho dos ecovileiros, de desafios ecológicos, de preservar o meio ambiente, evitar impactos ambientais, buscar fontes de energia renováveis, reciclar e compostar o lixo, tratar as águas e produzir alimentos saudáveis, até os desafios econômicos, de criar uma economia local vibrante, capaz de gerar os recursos necessários para a implementação e manutenção do projeto, sem explorar as pessoas ou o meio ambiente. Existem ainda, os desafios de governança, de se estabelecer efetivamente processos participativos e, antes disso, de se criar uma visão comum para o grupo. Sem contar as inúmeras mudanças necessárias para se adaptar a esta nova forma de se viver, que demanda tempo, recursos e planejamento. (GILMAN, 1991).

Nas comunidades urbanas, os principais desafios são o custo das propriedades e as questões legais. Existem muitas leis e regulamentações que fazem as inovações serem ilegais ou demandem muita burocracia. (KOZENY, 1995) Transformar espaços urbanos é geralmente mais difícil. (JOSEPH, BATES, 2003). As Ecovilas urbanas são normalmente adaptadas às construções já existentes, e não construídas. (SEVIER, 2008) As vantagens é que possibilitam aos membros continuarem integrados a suas vidas e trabalhos nas cidades, favorecem as trocas entre a comunidade e a cidade e recebem um maior número de visitantes, tornando-se mais vibrantes socialmente. (KASPER, 2008) Já nas regiões rurais, as propriedades são mais baratas e as regras menos rígidas. (KASPER, 2008). Geralmente as iniciativas adquirem um visual mais próximo ao sonho coletivo, uma vez que podem testar as diversas tecnologias ecológicas. Ao mesmo tempo, os desafios econômicos são maiores, devido ao isolamento/distância, e também por possuírem um número menor de membros. Mesmo assim, são as mais comuns, embora as cidades e subúrbios precisem mais ter experimentos inspiradores como esses por perto. (TRAINER, 2000)

Muita atenção tem sido dada aos aspectos ecológicos das Ecovilas, embora as Ecovilas dediquem, pelo menos, a mesma atenção às questões sociais, relacionadas principalmente a promoção de uma cultura de confiança, a busca por criar processos efetivos e participativos de tomada de decisão, e a gestão de conflitos. (DAWSON, 2006). É fundamental destacar que, se os relacionamentos na comunidade não se sustentam, mais cedo ou mais tarde, ela morrerá. (KESSLER, 2008.) Apesar de algumas Ecovilas já serem referências no cuidado de alguns desses aspectos, tendo criado inclusive ferramentas próprias, essa ainda é uma área de vital importância para se aprofundar as experiências (DAWSON, 2006).

Muitas habilidades são necessárias para garantir a vitalidade comunitária, mas uma comunicação saudável, processos grupais claros e saber lidar com conflitos são o coração de uma comunidade saudável. (CHRISTIAN, 2003). O diálogo constante é uma peça chave no processo de organização da ação coletiva e no estabelecimento dos objetivos do grupo. (MARQUES NETO, 2005). É preciso não só garantir tempo e espaço para as conversas e as relações interpessoais. O fato de não estarmos habituados a convivência comunitária e de termos fracas habilidades de comunicação, somados aos condicionamentos sociais da cultura vigente acaba por gerar questões emocionais que muitas vezes levam a conflitos graves. Não dedicar tempo suficiente para os processos grupais é um dos motivos que leva inúmeras comunidades ao fracasso. (CHRISTIAN, 2003). É fundamental dedicar-se ao aprendizado e aprofundamento de ferramentas e processos para cuidar das questões sociais e da gestão comunitária, solidificando as bases dessa nova cultura.

Apesar das Ecovilas terem bastante diversidade cultural, com membros oriundos de diversos países e regiões, uma questão a ser trabalhada é conquistar uma diversidade étnica e socioeconômica. Pesquisas indicam que não há diversidade étnica na maioria das comunidades (KASPER, 2008) e que os ecovileiros são, em sua maioria, advindos da “classe média” (FOTOPOULOS 2000 / KIRBY, 2004). Como atrair pessoas com outros *backgrounds* continua a ser uma questão a ser equacionada pe-

las Ecovilas.

Outra questão a ser destacada refere-se à definição de Ecovila, que é bastante ampla e traz direcionamentos, mas não critérios claros. A partir de algumas características primordiais, como o foco na vida comunitária, a busca pela sustentabilidade e o fato de geralmente serem espaços voltados para a educação (DAWSON, 2006), podemos identificar algumas iniciativas, mesmo assim, vale ressaltar que são experiências, muitas vezes, bastante distintas entre si, uma vez que cada uma tem o seu propósito específico. Além de nos depararmos com experiências completamente diversas que se denominam Ecovilas, existem ainda as que, à princípio, poderiam ser consideradas Ecovilas, mas que não se identificam com o conceito ou seguem integradas a outros movimentos, e também, as que se dizem Ecovila, mesmo sem atender a alguns aspectos fundamentais, como o foco na vida comunitária, por exemplo. É o caso de alguns condomínios residenciais, no Brasil, que por utilizarem tecnologias ecológicas adequadas, se denominam Ecovila, embora sejam apenas um agrupamento de residências particulares, ou ainda, projetos de uma única família ou casal, que possuem a vontade da vida comunitária, mas nunca conseguiram se efetivar enquanto comunidades.

O Movimento Cidades em Transição: breve histórico, reconhecimentos, princípios e ingredientes da transição

O movimento Cidades em Transição ou Transition Towns, surgiu no Reino Unido, em 2005/2006, a partir da iniciativa do professor e permacultor inglês Rob Hopkins. Enquanto lecionava permacultura na Faculdade *Kinsale Further Education* em Kinsale, na Irlanda, Rob e seus alunos desenvolveram um “Plano de Ação para o Declínio da Energia” em Kinsale (Energy Descent Action Plan ou EDAP), dando as diretrizes de como a cidade irlandesa de West Cork poderia reduzir seu consumo energético de combustíveis fósseis, como resposta ao pico do petróleo. O EDAP apresenta uma proposta de ação e um cronograma de execução, abrangendo os mais diversos aspectos da vida na cidade, como alimentação, energia, turismo, educação e saúde. O relatório foi uma das primeiras iniciativas desse tipo em

todo o mundo, sendo elaborado de maneira a permitir que outras comunidades e cidades pudessem se inspirar no modelo e iniciar um processo semelhante. Recebeu o prêmio ‘Roll of Honour’ do Fórum Ambiental de Cork, sendo adotado formalmente após votação unânime do Conselho da Cidade de Kinsale, no final de 2005. A iniciativa, que surge no âmbito acadêmico, foi abraçada pela municipalidade e implementada, pavimentando os caminhos da transição em relação à redução do consumo de energia e à necessidade de substituição da matriz energética dos combustíveis fósseis para outras matrizes renováveis. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008)

De volta a Totnes, em Devon, sul da Inglaterra, sua cidade natal, Rob dá início ao projeto da Cidade em Transição de Totnes (ou TTT, em suas iniciais inglesas: Transition Town Totnes), a primeira Cidade em Transição no mundo. O projeto começou no final de 2005 com um programa intensivo de conscientização da comunidade local em relação ao Pico do Petróleo e as Mudanças Climáticas, e um convite ao engajamento comunitário na busca de soluções. Inspirando-se no EDAP, parte do princípio que uma cidade que consome menos energia e recursos, se adequadamente planejada e estruturada, pode se tornar mais forte, eficiente e abundante do que antes, contando com a capacidade coletiva da comunidade local de criar resiliência através de um processo de “relocalização” da maior parte dos recursos que precisa, quebrando a dependência dos sistemas globalizados de alimentação, energia, transporte, saúde e habitação. O Lançamento Oficial da Cidade em Transição de Totnes ocorreu em setembro de 2006. A partir daí, diversas comunidades britânicas adotaram oficialmente o Modelo de Transição, aumentando sua resiliência local e reduzindo sua pegada ecológica, abrindo caminhos para o redesenho de nossas cidades e consolidando o Movimento de Transição, que rapidamente se espalhou pelo mundo. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008)

Na perspectiva do Movimento, a necessidade de transição evidencia-se a partir de 4 reconhecimentos. São eles:

- A inevitável redução do consumo de energias fósseis - A vida com menos energia é in-

vitável e é melhor nos planejarmos em relação a isso do que sermos pegos de surpresa.

- A necessidade de re-localização dos recursos que precisamos para viver, criando resiliência local - Perdemos a capacidade de lidar com os choques externos quando tudo o que precisamos para viver vem de fora. É fundamental trazer para perto os recursos que realmente precisamos.
- A urgência em relação a uma ação coletiva em resposta aos desafios atuais. Precisamos agir por nós mesmos e precisamos agir agora. Ao invés de ficar se lamentando ou se queixando, devemos nos unir e agir. Sair do discurso para a prática.
- A crença na existência de uma “genialidade coletiva”, na força e no potencial criativo dos grupos. Ao liberarmos o gênio coletivo da comunidade podemos desenhar formas de viver mais enriquecedoras e resilientes.

As Iniciativas de Transição são um exemplo do princípio de se pensar globalmente e agir localmente. Através do fortalecimento da comunidade local e do redesenho de espaços, ações e relações, estas iniciativas criam um processo que engaja pessoas e instituições para, juntos, pensarem e implementarem as ações necessárias – de curto, médio e longo prazo – para fazer frente aos desafios atuais como as mudanças climáticas, o pico do petróleo, a crise econômica, entre outros. O objetivo do Movimento de Transição é a conscientização e o engajamento comunitário para a implementação de ações visando tornar as cidades resilientes, menos dependentes, mais harmônicas e integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas como ecológicas.

O Modelo de Transição inclui princípios e práticas, inspirados na Permacultura, que foram criadas ao longo do tempo através da experiência e observação de comunidades a medida em que avançavam no caminho do desenvolvimento sustentável, criando resiliência local e reduzindo o impacto ambiental. O Movimento parte de 7 Princípios. São eles:

1. Manter uma visão positiva do futuro, mesmo diante do caos.
2. Sensibilizar as pessoas, trazendo consciência em relação aos desafios atuais.

3. Inclusão. Precisamos de cada um. Todos são necessários para fazermos a transição.
4. Resiliência. Construir comunidades fortes e o mais auto-suficientes possível. Criar resiliência local.
5. A solução é do mesmo tamanho que o problema. Se o problema é enorme, a solução também será. Essa perspectiva ajuda a manter a tranquilidade frente aos desafios.
6. A transição que precisamos é interna e externa. Precisamos mudar a forma de fazer e também a forma de pensar. É importante rever hábitos e valores, não apenas nossas ações.
7. Criar um modelo viral, algo que possa se espalhar rapidamente, como um vírus, sendo facilmente replicado em outros locais e contextos, dada a urgência da situação.

As lições aprendidas em Kinsale deram origem ao que inicialmente chamou-se de 12 passos da Transição. Ao longo do processo tornou-se evidente que cada grupo tem seu desdobramento próprio, fazendo com que o “passo-a-passo” da transição fosse revisto. Cada passo passou, então, a ser considerado como um ingrediente, que pode ser utilizado, ou não, a partir das necessidades dos grupos. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008)

Os ingredientes da transição passam pela formação de um grupo iniciador, estabelecendo seus fundamentos e acordos de funcionamento. Esse grupo deve servir como uma mola propulsora da transição naquela localidade, realizando ações para sensibilizar e mobilizar a comunidade, buscando engajá-la no Movimento. São grupos abertos, que ao crescer, tem por finalidade se diluir, subdividindo-se em outros pequenos grupos de trabalho, criados a partir das potencialidades e talentos dos envolvidos, e das demandas identificadas pelos próprios grupos. A proposta é de utilizarem metodologias colaborativas ao longo do processo, como a tecnologia do Espaço Aberto (Open Space) ou o Café Mundial (World Café), além de outras ferramentas participativas para facilitar o diálogo e estimular a contribuição de todos. Os grupos definem juntos suas metas, desenvolvendo projetos e eventos, mapeando as iniciativas já existentes na localidade, e fazendo parcerias com movimentos afins, ONG's, empreendimentos e também com o

poder público, para se fortalecer e legitimar a sua caminhada. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008)

Vale ressaltar que o modelo da transição é aberto, como descrito no último dos ingredientes: “Deixe ir aonde quiser ir”, ou seja, trata-se apenas um modelo que traz direcionamentos, sendo a sua prática diferenciada em cada localidade, a partir das demandas e vontades de cada grupo. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008)

Durante o processo, não apenas a conscientização é importante, mas também o aprendizado de novas habilidades, como, por exemplo, aprender a plantar, a fazer compostagens domésticas, a separar o lixo e reaproveitar a água, a praticar as metodologias colaborativas, a facilitação de grupos e a mediação de conflitos, a criar redes de troca e moedas sociais, além de muitas outras práticas que não são comuns no cotidiano “mainstream” urbano.

Ao longo do processo torna-se evidente que o fortalecimento da comunidade local passa pelo empoderamento individual e pelo engajamento comunitário, pelo desenvolvimento de novas ferramentas econômicas, pela utilização de tecnologias ecológicas apropriadas para o uso eficiente dos recursos, e também, pela criação de novas subjetividades. Percebe-se a necessidade de honrar as tradições culturais locais, os saberes populares e os anciões, que, de alguma forma, zelaram por esse patrimônio antes de nós. Evidencia-se a necessidade do cuidado com a natureza, de buscar recuperar o controle sobre o que realmente é essencial para nossas vidas.

O Movimento de Transição no Brasil e no mundo

O Movimento traz uma visão positiva do futuro, acreditando na ação transformadora dos indivíduos. Está hoje presente em 43 países ao redor do mundo, e em diversos Estados brasileiros. No Brasil, devido à grande extensão territorial e à densidade populacional das cidades, o movimento foi implementado por bairros, e não por cidades. (TRANSITION BRASIL, s.d)

Os primeiros Treinamentos para a Transição foram realizados no Brasil no segundo semestre de 2009, em diversas localidades como:

Serra (ES), Brasília (DF), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), dando origem aos primeiros grupos de Transição no Brasil. A primeira Cidade em Transição no Brasil foi Serra, no Espírito Santo, oficializada em setembro 2009, a partir de uma parceria com as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e de Desenvolvimento.

De lá para cá, muitos outros Treinamentos foram realizados, de norte a sul do país, expandindo o Movimento e garantindo a diversidade das iniciativas. De grupos da classe-média alta, como o núcleo da Granja Viana, em Carapicuíba (SP) para grupos de baixíssima renda, como o núcleo da Vila Brasilândia, uma favela na zona leste de São Paulo, cada um com seus objetivos e prioridades. As ações incluem a revitalização de espaços públicos, como a revitalização de uma praça com a construção de uma sala de aula ecológica e pequenas hortas, no terreno de uma escola municipal na Vila Brasilândia, o projeto “Luz nas Velas” que embeleza becos antes obscuros da comunidade, e o plantio de mudas no Parque das Onças, zona leste de São Paulo. O grupo da Granja realiza feiras de trocas mensais, atentando para a questão do consumo, além de feiras orgânicas quinzenais, entre muitas outras atividades.

É bastante relevante o papel de cada indivíduo no processo de transição. Ressalto aqui a iniciativa de May East, a primeira treinadora brasileira do Cidades em Transição, responsável por impulsionar o Movimento no Brasil. Hoje são 5 treinadores oficiais no Brasil, contribuindo com a capacitação dos grupos de transição pelo país. Como explicita um dos princípios do movimento, a participação de cada um é fundamental, e a transição não seria possível sem a contribuição de muitas pessoas, que investem diariamente tempo e energia para fazer esta roda girar.

A Rede de Transição (*Transition Network*) surge para inspirar, informar, apoiar, e treinar comunidades que desejam estabelecer iniciativas de Transição. O papel da Rede de Transição é difundir o Movimento, dando suporte e capacitando os grupos na implementação da sua versão do modelo. (BRANGWYN; HOPKINS, 2008) No Brasil, a rede é impulsionada pela plataforma NING, onde estão disponíveis os materiais em português, notícias

da transição, como eventos e treinamentos, além do cadastro dos grupos nacionais.

O processo de construir resiliência serve como um catalisador para repensarmos o local. Comunidades estão implementando sistemas de plantio, companhias de energias renováveis, moedas sociais (HOPKINS, 2012), como é o caso das cidades britânicas Totnes e Lewes, que criaram suas próprias moedas complementares: o totnes pound e o lewes pound, para fomentar suas economias. São adaptações locais para um futuro viável, que não dependem de políticas, mas da ação coletiva na direção da mudança. (CONNORS, Mc DONALD, 2011). Os princípios do modelo de transição estão relacionados com os princípios do desenvolvimento comunitário: sensibilizar, ser inclusivo, trazer respostas positivas, não se posicionar contra instituições ou projetos, mas apresentar soluções viáveis. Trata-se de um movimento poderoso, que passam pelo desenvolvimento comunitário, envolve o engajamento e participação social, além de outros princípios e formas de governança. A chave é fortalecer o local, já que é no nível local que a maior parte dos indivíduos se sente empoderado para agir. (CONNORS, Mc DONALD, 2011).

É importante atentar para o poder dos grupos, das comunidades, e da grande potencialidade das pessoas unidas, com um propósito comum. A relevância da energia criativa presente nas soluções comunitárias. (HOPKINS, 2012). Outro elemento decisivo é a colaboração, colaboração entre indivíduos, comunidades, governos e empreendimentos. Precisamos trabalhar juntos, partindo do local para o global, criando modelos e difundindo princípios, já que uma resposta global é necessária para realmente fazer frente aos desafios da nossa época. (CONNORS, Mc DONALD, 2011).

Desafios, críticas e contribuições do Movimento de Transição

A quem diga que o Movimento Cidades em Transição se apropriou de redes pré-existentes e por isso se expandiu rapidamente (CONNORS, Mc DONALD, 2011). Pessoalmente, considero a articulação de redes, iniciativas e movimentos afins uma necessidade nesse momento de urgência, não vendo isso como apropriação mas como a união dessas diver-

sos agentes, para o fortalecimento mútuo com o propósito de atingirmos um objetivo comum.

Existem os que criticam o movimento por ser elitista, classe-média (CONNORS, Mc DONALD, 2011), embora esteja presente mesmo em comunidades carentes, como é o caso da Vila Brasilândia, no Brasil. Há ainda os que questionam as lideranças iniciais, embora não se disponham a partilhar a responsabilidade e levar os projetos adiante. Alguns criticam a existência de critérios para a oficialização das experiências, ou ainda uma suposta subordinação das experiências em relação aos pioneiros do Reino Unido. (CONNORS, Mc DONALD, 2011). O Brasil tem hoje cerca de 40 grupos de transição, sendo que, apenas 2 deles se tornaram oficiais. (TRANSITION BRASIL, s.d). Os demais, não consideram a oficialização relevante, o que não os enfraquece ou os desconecta do Movimento.

Existem muitos desafios para os grupos de transição. Aqui no Brasil um dos grandes dilemas é a captação de recursos para manter os projetos funcionando. Enquanto no Reino Unido muitas iniciativas são abraçadas pelo poder público, que acaba por fomentá-las, contratando uma ou duas pessoas para levar o projeto à diante. No Brasil, até o momento, o trabalho tem sido voluntário, o que certa forma limita a atuação dos grupos. Alguns conseguem parcerias com outras iniciativas para viabilizar suas ações, outros contam com os recursos dos próprios participantes.

Há estudos que mostram a relevância do Movimento de transição não apenas em termos de desenvolvimento comunitário, mas também trazendo benefícios para a saúde e o bem-estar das pessoas, a partir da mudança no estilo de vida. Os envolvidos com a Transição acabam por adotar hábitos mais saudáveis, como o consumo de alimentos orgânicos locais, além de se exercitarem mais, ao adotar outras formas de transporte, como a bicicleta e trabalharem no cultivo de seus próprios alimentos, por exemplo. Existem ainda os benefícios sociais e de bem estar advindos do engajamento social, relacionados ao senso de pertencimento, de segurança e apoio comunitário, além de desenvolverem novas habilidades, confiança e espírito de grupo. (RICHARDSON, 2012).

Nas iniciativas de transição, os indivíduos assumem um papel de cidadãos e não de consumidores. Desenvolvem a capacidade de trabalharem juntos e de transformar a sua realidade local (HEISKANEN, 2010). A transição promove uma mudança de comportamento, além de uma mudança de valores e visão de mundo (TAYLOR, 2012).

Em seu desdobramento o Movimento Cidades em Transição passa a ser chamado simplesmente de Movimento de Transição, dada a diversidade adquirida pelas iniciativas, presentes nas mais diversas localidades e contextos. De ruas em Transição no Reino Unido à prédios em Transição no Brasil. Toda e qualquer iniciativa é estimulada e bem-vinda.

Considerações Finais: Ecovilas e Cidades em Transição: intervenções sociais em territórios urbanos. Novas subjetividades, engajamento e ação coletiva para a transição.

Torna-se evidente o papel de destaque atribuído a movimentos sociais como o Movimento de Ecovilas e de Transição na criação de modelos viáveis de desenvolvimento, que, a partir de suas práticas, criam sustentabilidade social, econômica e ecológica, contribuindo para a emergência de comunidades resilientes. Não apresentam uma solução única, pois precisamos de respostas combinadas, mas são movimentos necessários para fazer frente aos desafios do séc XXI, mostrando como sensibilizar e mobilizar as pessoas para que contribuam efetivamente com a transição necessária para os nossos tempos, aprendendo novas habilidades e utilizando-se de ferramentas e tecnologias apropriadas para o redesenho econômico e ecológico de nossas cidades e comunidades.

Muitos consideram esses movimentos como sendo a-políticos (TRAINER, 2000 / FOTOPOULOS, 2000/ SANTOS JR, 2010/ CONNORS, Mc DONALD, 2011). Parto de outra perspectiva. Vejo a contribuição para a transição para uma sociedade sustentável como uma ação política, consciente, efetiva e necessária. De acordo com Buckminster Fuller, “A única forma de mudar algo é torná-lo obsoleto” e, para isso, é preciso criar novas formas de se fazer. (GILMAN, 2013) Isso é pioneirismo e inovação. É o exercício do Movimento de Ecovilas e de Transição, contruir o novo aqui e agora e ir

atraindo pessoas, gerando massa-crítica para essa mudança tão necessária. (TRAINER, 2000). Dessa forma, não precisamos de confronto, mas sim, desenvolver, aprimorar e replicar modelos viáveis para realmente contribuir com a transição para uma sociedade sustentável. (TRAINER, 2000). Pelas estratégias utilizadas, os movimentos não são visto como perigoso pelo *status quo* (KIRBY, 2004), o que é uma vantagem na a difusão de seus princípios e práticas.

Conforme artigo escrito por Madeleine Bunting no *The Guardian*:

“ Se quiser ter um lampejo dos tipos de lugares fora do mainstream onde nas ovas políticas estão sendo incubadas, olhe para o Movimento de Transição. (...) Não é tão difícil de ver porque os políticos estão tão interessados. O Movimento de Transição está engajando as pessoas de forma que as políticas convencionais tem fracassado em fazer. Gera emoções que não tem sido vistas na vida política há um bom tempo: entusiasmo, idealismo e comprometimento apaixonado.” (tradução nossa). (BUNTING, 2009 APUD HOPKINS, 2012, p. 75). É importante ressaltar que a possibilidade de sociedade sustentável depende não apenas de nossas ações, mas de como pensamos, daí a importância de se criar novas subjetividades para manter e reforçar uma visão de mundo sustentável e resiliente. (KASPER, 2008).

Referências bibliográficas

- ARROW, K. et al. Economic growth, carrying capacity, and the environment. *Science*, 268, p. 520-521, 1995.
- BANG, Jan Martin. A Change of Direction? In: MELTZER, Graham (Ed). *Conference Proceedings*. Proceedings of the 11th International Communal Studies Association Conference, ICSA 2013 - Communal Pathways to Sustainable Living. P. 9. The Findhorn Foundation, Forres, UK, 2013.
- BÔLLA, Kelly. **Perspectivas da Visão Transdisciplinar Holística e suas contribuições para a construção de uma sociedade ecológica: o caso da Ecovila Terra Una, Liberdade – MG**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, 2012.
- BRANGWYN, Ben ; HOPKINS, Rob. **Manual**

- das Iniciativas de Transição** - como se tornar uma Cidade em Transição, um Município, Distrito, Vila, Comunidade ou mesmo uma Ilha. Versão: 26. Tradução para o Português de Christina Pinheiro. Dezembro 2008. Disponível em: <http://transitiontowns.org/TransitionNetwork/TransitionNetwork#primer>. Acesso em outubro de 2014.
- CHRISTIAN, Diana Leafe. **Creating a Life Together: Practical Tools to Grow Ecovillages and Intentional Communities**. New Society Publishers, 2003.
- CONNORS, Phil; Mc DONALD, Peter. Transitioning communities: community, participation and the Transition Town movement. **Community Development Journal** Vol. 46, No 4, pp. 558–572. Oxford University Press, 2011.
- DAWSON, Jonathan. **Ecovillages: New Frontiers for Sustainability**. Green Books, 2006
- ERGAS, Christina. A Model of Sustainable Living: Collective Identity in an Urban Ecovillage. **Organization & Environment**, Vol.23(1), pp.32-54, 2010.
- EVANS, P. Collective capabilities, culture and Amartya Sen's Development as Freedom, *Studies in Comparative International Development* 37 (2), Symposium on Development as Freedom by Amartya Sen. 2002.
- FOTOPOULOS, Takis. The Limitations of Lifestyle Strategies: the Ecovillage 'Movement' is NOT the Way Towards a New Democratic Society. **Democracy & Nature** 6.2 287-308, 2000.
- FOUCAULT, M. Soberania e Disciplina. Curso do Collège de France, 14 de janeiro de 1976. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAIA EDUCATION. Disponível em: <www.gaiaeducation.net> Acesso em: janeiro 2014.
- GEN. Global Ecovillage Network. <<http://gen.ecovillage.org>> Acesso em: dezembro de 2013.
- GUILMAN, R. et al. **Ecovillages and Sustainable Communities**. A Report for Gaia Trust by Context Institute; Bainbridge Island, WA, 1991.
- _____. Keynote Address: The Dynamic Planetary Context for Intentional Communities. In: MELTZER, Graham (Ed). *Conference Proceedings*. Proceedings of the 11th International Communal Studies Association Conference, ICSA 2013 - Communal Pathways to Sustainable Living. P. 13-35. The Findhorn Foundation, Forres, UK, 2013.
- HABERMAS, J. O conceito de poder de Hannah Arendt. In: FREITAG, B.; ROUANET, S.P. (orgs.) *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- HEISKANEN, E. et al. Low-carbon communities as a context for individual behavioural change. **Energy Policy** No. 38, pp. 7586–7595. Elsevier Ltd, 2010.
- HOPKINS, Rob. **The Transition Handbook**. From Oil Dependency to Local Resilience, Green Books, 2008.
- _____. *Pick Oil and Transition Towns*. Architectural Design, July 2012, Vol.82 (4), pp.72-77.
- JACKSON, J. T. Ross. The Ecovillage Movement. **Permaculture Magazine** 40, 25-30, 2004.
- JOSEPH, Linda; BETES, Albert. What Is an "Ecovillage"? **Communities Magazine** No 117 - Ecovillages - What Have We Learned? 2003. Disponível em: <http://gen.ecovillage.org/iservices/publications/articles/CM117WhatsanEcovillage_E.pdf> Acesso em novembro de 2013.
- KASPER, D. Redefining community in the ecovillage. **Human Ecology Review**, Vol.15(1), pp.12-24, 2008.
- KESSLER, Sarah. Eco-Villages. Studying in sustainable communities throughout the world. **A Broad View Magazine**. P. 62-63. Spring 2008. Retrieved from <http://gen.ecovillage.org/iservices/publications/articles/av_08_spring_ecovillages.pdf> Acesso em: dezembro de 2014.
- KIRBY, Andy. Domestic Protest: The Ecovillage Movement as a Space of Resistance. **Bad subjects**, no 65, January 2004. Retrieved June 14, 2012, from <<http://bad.eserver.org/issues/2004/65/kirby.html>> Acesso em: dezembro de 2014.
- KOZENY, G. **Intentional Communities: Lifestyles Based on Ideals**. Fellowship for Intentional Community, 1995 Disponível em: <www.ic.org/pnp/cdir/1995/01kozeny.php> Acesso em: janeiro de 2014.

- MARQUES NETO, Murillo. **A Construção da Solidariedade: Um Estudo de Caso da Comunidade Campina**. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia e Ecologia Social. Programa EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MEADOWS, Donella H et al. **Limites do crescimento**, SP: Editora Perspectiva, 1973.
- NORBERG-HODGE, Helena. Why Ecovillages? **The Ecologist** Vol. 32. No 1, February, 2002.
- OVED, Yaacov. The Globalisation of Communes. Proceedings of the 11th conference of the International Communal Studies Association - ICSA 2013. **Social Sciences Directory** Vol. 2, No. 3, 93-96, September 2013.
- RICHARDSON, J; NICHOLS, A.; HENRY, T. Do transition towns have the potential to promote health and well-being? A health impact assessment of a transition town initiative. **Public Health**, v. 126 p.p 982 – 989, 2012.
- SANTOS JR, Severiano José dos. **Zelosamente Habitando a Terra: Ecovilas, Ethos e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo**. Uma Contribuição sobre a Realidade Brasileira. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília – UNB - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – DF, junho/ 2010
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEVIER, Laura. Ecovillages: a model life? **The Ecologist**, Vol.38(4), p.36-37, May, 2008.
- SIRNA, Tony. *What Is Ecovillage? Intentional Communities*. IN: FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITY. 2000. Disponível em: <www.ic.org/pnp/cdir/2000/08ecovillage.php> Acesso em dezembro de 2013.
- TAYLOR, Peter J. Transition towns and world cities: towards green networks of cities. **Local Environment** Vol. 17, No. 4, April 2012, pp. 495–508. Routledge: Taylor & Francis Group, 2012.
- TRAINER, F.E. The global sustainability crisis. The implications for community. **International Journal of Social Economics**, Vol. 24 No. 11 pp. 1219-1240, MCB University Press. Sydney, Australia, 1997.
- TRAINER, Ted. The Global Ecovillage Movement: The Simpler Way for a Sustainable Society. **Social Alternatives** 19.3, 19-24. 2000.
- _____. Where are we, where do we want to be, how do we get there? **Democracy & Nature**, Vol. 6, No. 2 (July 2000).
- TRANSITION BRASIL. Disponível em: <http://transitionbrasil.ning.com> Acesso em outubro de 2014.
- TRANSITION CULTURE. Disponível em: transitionculture.org Acesso em julho de 2014.
- TRANSITION NETWORK. Disponível em: <http://www.transitionnetwork.org>. Acesso em julho de 2014.
- TRANSITION TOWNS. Disponível em: <http://www.transitiontowns.org>. Acesso em julho de 2014.
- UNITED NATIONS. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development (General Assembly Resolution 42/187). Retrieved May 24, 2008, from <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>> Acesso em março de 2014.
- WAGNER, Felix. Ecovillage Research Review. In: ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix (Editors) *Realizing Utopia*. Ecovillage Endeavors and Academic Approaches. RCC Perspectives. Munich, Germany. 2012
- _____. Ecovillages: Cradles for a culture of sustainability? In: MELTZER, Graham (Ed). *Conference Proceedings*. Proceedings of the 11th International Communal Studies Association Conference, ICSA 2013 - Communal Pathways to Sustainable Living. P. 215. The Findhorn Foundation, Forres, UK, 2013.

JARDIM SOSSEGO - DO LIXO AO LUXO NA VILA SOSSEGO

Liziane Guedes da Silva
Acadêmica em Psicologia
Bolsista de Extensão Projeto InterSossego
Programa Saúde Urbana/UFRGS
lguedes.psic@gmail.com

Ícaro Epifânio Santana

Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo,
Bolsista de Extensão Projeto InterSossego
Programa Saúde/UFRGS
icaroep@gmail.com

Manuela Nogueira de Almeida
Acadêmica em Serviço Social, Bolsista de
Extensão Projeto InterSossego Programa
Saúde Urbana/UFRGS
manuts18@hotmail.com

Bibianna de Oliveira Pavim
Acadêmica em Saúde Coletiva, Bolsista de
Extensão Projeto InterSossego Programa
Saúde Urbana/UFRGS
bibipavim@gmail.com

Emily Priscilla Silva dos Santos
Acadêmica em Odontologia, Bolsista de
Extensão Projeto InterSossego Programa
Saúde Urbana/UFRGS
mili_pris@yahoo.com.br

Igor Ferreira Espíndola
Acadêmico em Relações Públicas, Bolsista de
Extensão Projeto InterSossego
Programa Saúde Urbana/UFRGS
igor.espindola@hotmail.com

Tayane Massignani Ribeiro Acadêmica em
Odontologia, Bolsista de Extensão Projeto
InterSossego Programa Saúde Urbana/UFRGS
tayane.massignani@gmail.com

Maria Inês Reinert Azambuja Prof. Medicina
Social, Coordenadora Adjunta
Projeto InterSossego Programa Saúde
Urbana/UFRGS
azambuja.mi@gmail.com

Alzira Maria Baptista Lewgoy Prof. Serviço
Social, Coordenadora Projeto InterSossego
Programa Saúde Urbana/UFRGS
alzira.lewgoy@ufrgs.br

Resumo: O presente artigo aborda uma experiência acadêmico-profissional interdisciplinar e intersetorial vinculada ao Projeto InterSossego, projeto de extensão integrante do Programa Saúde Urbana/UFRGS, realizado na Vila Sossego, com parceiros dos setores de saúde e assistência social e por estudantes de diversas áreas: arquitetura, comunicação social, odontologia, psicologia, saúde coletiva e serviço social. Essa atuação visa desenvolver o protagonismo comunitário, que culminou na transformação da praça local, que armazenava lixo e sujeira, em um local que acolhe esses sujeitos e suas esperanças. A Vila Sossego apresenta características peculiares no contexto urbano de Porto Alegre/Rio Grande do Sul diferenciando-a de ocupações afastadas dos centros urbanos. Caracteriza-se por

ser uma vila de pequena área e população, que sofre uma constante pressão para remoção. A formação interdisciplinar em atividade de extensão possibilita a construção de conhecimentos coletivos e extraclases significativos aos estudantes de saúde e irá contribuir para uma atuação comprometida e integral.

Palavras-chave: saúde urbana, formação profissional, comunidade.

Abstract: This article presents InterSossego Project, integral extension project of the Programa Saúde Urbana/UFRGS, held in Vila Sossego with partners in health and social care sectors interdisciplinary and inter-professional academic experience and students from various fields: architecture, media, dentistry, psychology, public health, and social service. This activity aims to develop the protagonist participation of community residents, culminating in the transformation of local square, that stored garbage and dirt in a place that welcomes those guys and their hopes.

The Vila Sossego presents distinctive characteristics in the urban context of Porto Alegre / Rio Grande do Sul distinguishing it from occupations far from urban centers. It is characterized by being a small village area and population, which undergoes a constant pressure for removal.

The interdisciplinary training in extension activity allows students to build significant health and Afterschool collective knowledge and will contribute to a committed and integral action.

Keywords: urban health, vocational training, community.

1. Introdução

O Projeto INTEGRALIDADE E INTERSETORIALIDADE: TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NUMA MICRO REGIÃO DA UBS HCPA /SANTA CECILIA – ou Projeto InterSossego de extensão comunitária, teve início em 2011. É um projeto vinculado ao Programa Saúde Urbana que visa a promoção da Saúde Urbana no nível local – o que requer problematizar neste nível os determinantes sociais do adoecimento e como modificá-los a partir da comunidade.

Este projeto atua através da intersetorialidade, tendo como referência a interdisciplinari-

dade, unindo áreas de atuações diversas, tanto de órgãos, quanto de alunos da graduação. Justifica-se que essa é o encontro de diferentes disciplinas, seja na perspectiva pedagógica ou epistemológica, para a construção de um novo saber. Este saber, por sua vez, é produzido pela intersecção dos diferentes saberes/disciplinas. Uma visão interdisciplinar deve estar presente tanto no campo da teoria como no da prática, seja essa prática de intervenção social, pedagógica ou de pesquisa (Bispo, et al, 2014). Dessa forma, nosso Projeto desenvolve-se em parceria entre a UFRGS (Programa Saúde Urbana), a Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília (Equipe 1)/HCPA; o CRAS Centro (Centro Regional de Assistência Social, Região Centro, da Pref. Municipal de Porto Alegre) e a Vila Sossego (Bairro Santana – Porto Alegre – RS).

2. Desenvolvimento

2.1 O projeto InterSossego e os casos de dengue na Vila Sossego: motivação para a transformação

O Projeto Intersossego tem como foco uma comunidade, de aproximadamente 330 pessoas, que habita há mais de 30 anos, de maneira irregular, um território central na cidade de Porto Alegre – a Vila Sossego – localizada paralelamente à Avenida Ipiranga. Em 2008 o local foi reconhecido como Área Especial de Interesse Social, ou seja, destinada a reurbanização com manutenção dos moradores no local. Passados 6 anos o processo de construção de moradias ainda não aconteceu e é a demanda mais urgente dessa comunidade, sempre surgindo nos diálogos realizados entre o grupo que constitui o Projeto InterSossego. Em Março de 2013, na reunião mensal do grupo de professores e alunos da UFRGS, servidores da Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Centro, realizada na Vila juntamente aos moradores, houve um número elevado de participantes.

Figura 1. Mapa de localização da Vila Sossego.
Imagem: elaborada pelo bolsista de arquitetura Ícaro Epifânio
Fonte: Lewgoy (2014), Azambuja (2013)



Os moradores carregavam cartazes com a frase “Chega de reunião e pesquisa, queremos solução”, em contraposição ao seguimento do censo (que buscava conhecer as características sociodemográficas da vila Sossego), o que os moradores de fato queriam era ação frente ao crescente número de casos de dengue que estavam sendo detectados em moradores da comunidade. “Os moradores estavam muito apreensivos com o diagnóstico de cinco casos confirmados ou suspeitos de Dengue entre os vizinhos, no primeiro ano em que se registrava mais casos autóctones do que importados de Dengue na cidade de Porto Alegre.” (Azambuja et al, 2014, p.1)

O primeiro caso foi identificado devido à atuação de um agente de endemias no local de trabalho de uma moradora. Ela reconheceu os sintomas descritos e, após exame sorológico,

teve o caso confirmado, na segunda semana de fevereiro. Em três semana identificou-se um segundo caso e no início do mês de Março, outras três pessoas foram infectadas com a doença.

Os moradores tinham razão para se sentirem alarmados. Cinco casos em uma comunidade pequena, de 327 pessoas, correspondem a uma taxa de incidência de mais de 1500/100 mil, muito superior ao limite de 300 por 100 mil a partir do qual o Ministério da Saúde considera a incidência como elevada. E ao final de três semanas os 5 casos se transformaram em 10, ou seja, 3% dos moradores da Vila Sossego tiveram Dengue confirmado no período entre 7/2 e 27/3/2013, uma taxa 10 vezes maior que a taxa considerada elevada pelo Ministério da Saúde Sem falar em 2 outros casos em residentes próximos (ver Figura 2). (Azambuja et al, 2014, p.1)



Figura 2. Mapa de localização dos casos de dengue nas residências da Vila Sossego. Fonte: Azambuja et al, 2014

A grande área verde que se vê no mapa (da figura 1), na esquina da Rua Luís de Camões com a Rua Livramento, corresponde a um terreno privado utilizado até 2013, como depósito de sucata a céu aberto, por um grande reciclador que morava em prédio próprio na Rua Veador Porto.

A comunidade se mobilizou ao perceber que o

terreno privado seria o foco da dengue. Juntamente ao projeto InterSossego buscaram os parceiros necessários para neutralizar o aumento do risco de casos de Dengue. Esse protesto demonstra o quanto a comunidade unida pode atingir seus objetivos, a partir do momento que pauta suas demandas com os parceiros certos e frente aos órgãos compe-

tentes. Entretanto, cabe ressaltar que o auxílio da mídia foi imprescindível para desacomodar o poder público. Somente após o Jornal do Comércio veicular notícia informando a situação da dengue na Vila Sossego, e após um morador ser infectado por uma segunda vez pelo mosquito, que ocorreu a intervenção do Estado. (Azambuja et al, 2014)

2.2. O Jardim Sossego: do lixo ao luxo

O surgimento do Jardim Sossego na Vila Sossego ocorreu em articulação com a II Feira de Promoção de Saúde, que estava prevista para ocorrer no mês de Junho do ano de 2014, que não foi possível devido à chuva, pois o evento seria a céu aberto. Dessa forma, o evento foi remarcado para o dia 25.10.14, data que foi inaugurado oficialmente o Jardim Sossego.

Em reunião intersetorial mensal que ocorre na Vila Sossego, os moradores da Vila Sossego, os profissionais da equipe 1 da UBS Santa Cecília/HPCA e os alunos e professoras da UFRGS problematizaram o uso contínuo desse espaço como lixão para pessoas externas à comunidade. Nesse momento também relembaram o quanto esse aglomerado de lixo esteve diretamente conectado aos 10 casos de dengue notificados nessa microrregião (correspondentes a 10% do total de casos ocorridos em Porto Alegre em 2013, índice alto para essa comunidade).

O grupo pensou em uma forma de ocupar aquele espaço, visando inibir a continuidade

do acúmulo de lixo, e principalmente de fazê-lo servir ao lazer da comunidade, atuando como espaço de integração comunitária.

Nesse meio tempo a equipe do Projeto Inter-Sossego foi convidada à conhecer a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, localizada na zona leste de Porto Alegre, espaço gerido pela comunidade do bairro juntamente a professores do município de Porto Alegre e da UFRGS. Nessa visita a ideia de reconstrução da praça se mostrou possível pois permitiu aos integrantes do Projeto aprender o que tem sido feito lá, que deu certo, e que também podemos trazer para a Sossego.

A horta na cidade representa um espaço onde se pode cultivar, além de plantas, a integração entre membros de uma mesma comunidade, o que é de extrema importância para o convívio comunitário. Além disso, o cultivo na horta é uma atividade terapêutica, reduz o estresse, diminui o sedentarismo e promove educação ambiental nas cidades.

Dessa reflexão teve origem a proposta de aproveitamento do espaço para a construção de um jardim – para o semeio de flores no solo – e uma horta vertical – para o cultivo de pequenos legumes, ervas e temperos –, além de manter os brinquedos infantis – que já estavam no local, mas não eram usufruídos pela comunidade devido ao perigo que a concentração de lixo oferecia às crianças, fosse pelo mau cheiro, fosse pelo perigo de contaminação.

Figura 3. Lixão na Vila Sossego em 03.04.14. Fonte: Foto do bolsista de Relações Públicas Igor Espíndola



Ressalta-se que a ideia de construir um espaço conveniente para os moradores só foi possível devido à característica interdisciplinar dos integrantes do Projeto. Essa conexão de saberes que possibilitou uma ação complexa, que a partir de cuidados em saúde, minimizasse os riscos para a comunidade, entregando um espaço de lazer e, principalmente, inibindo a continuidade do acúmulo de lixo.

A construção do Jardim Sossego possibilitaria: A) embelezar o espaço, B) evitar doenças, ao acabar com um antigo foco de dengue e possível proliferação de bactérias por onde os animais circulavam livremente antes do contato com os moradores, C) gerar à comunidade um excedente do plantio de produtos naturais/orgânicos, D) construir um conhecimento a respeito do cultivo da terra e das plantas que a população urbana, em geral, não possui, gerando uma reflexão a cerca do cuidado com o meio ambiente e com a terra, E) elevar o senso de comunidade ao aproximar os moradores uns dos outros durante o plantio e manutenção do jardim .

Mobilizados, a equipe do Projeto e os líderes comunitários angariaram os recursos materiais para a construção. As lideranças contataram os órgãos municipais responsáveis pela limpeza da área e envolveram-se ofertando mão de obra.

A prefeitura de Porto Alegre forneceu e insta-

lou os moirões e a cerca que delimita o espaço do Jardim, diminuindo a possibilidade de descarte (por carroceiros que não residem na Vila) de lixo no local. Em seguida os servidores realizaram a instalação de um brinquedo para uso das crianças. Entretanto, o local no Jardim onde o brinquedo foi colocado estava em desconforto ao projeto arquitetônico acordado com os moradores da comunidade, tendo invadido o espaço previsto para a horta. E, apesar da orientação do líder comunitário envolvido no processo, a urgência do poder público em mostrar serviço acabou gerando uma desconsideração das demandas da comunidade, numa relação totalmente verticalizada. Na maioria das vezes, as necessidades das comunidades periféricas não são ouvidas, muito menos respeitadas pelo poder público. A criação do Jardim Sossego abriu espaço para outra funcionalidade e representação a esse local, que do lixo passou a servir ao lazer da comunidade e atuar como espaço de integração comunitária.

2.3 O processo de construção do Jardim Sossego: olhares interdisciplinares

O desenvolvimento do Jardim Sossego tem possibilitado não só diminuir o risco de doenças, principalmente a dengue, na Vila Sossego, mas também estreitar os laços afetivos entre



Figura 4. Jardim Sossego em 11.10.14, antes da Feira de Saúde. Fonte: Foto do bolsista de Relações Públicas Igor Espíndola

os moradores da comunidade, fortificando o sentimento de pertença dos mesmos e a relação de identificação e cuidado que se estabelece com o espaço e com o coletivo. Segundo Ornelas (2002, p. 11), “o sentimento de comunidade e de pertença em relação a uma vizinhança, a preocupação demonstrada pelos outros e o acreditar que alguém se preocupa com o (a) próprio (a) são atitudes cruciais que podem apoiar ou desencorajar a participação”.

Sentir-se pertencente a uma comunidade eleva o cuidado do sujeito com o espaço que habita, melhora a percepção de si mesmo (ligado ao fato de querer bem ao espaço em que se reside) e facilita a criação de uma rede social que auxilie no enfrentamento das dificuldades, tanto individuais, quanto coletivas. Portanto, o sentimento de pertença é necessário para que os moradores da comunidade percebam-se (ou tornem-se) potentes e protagonistas nas lutas dos direitos comunitários, pois a comunidade unida possui mais poder de busca de suas metas que indivíduos aleatórios.

A relação existente entre os indivíduos e o território que habitam é bastante significativa para a constituição dos sujeitos. O sujeito molda o espaço – reproduzindo características suas nele – e simultaneamente o espaço modifica o sujeito. Segundo Massey (2008) é preciso entender o território não só como produto da sociedade, mas também como produtor dela. À medida que a Vila Sossego se torna um espaço respeitado e bonito aos olhos dos moradores e dos que circulam pela vila, gradativamente os moradores também se tornarão. Nesse processo, o espaço é reconstituído e os sujeitos também o são.

Enxergar o espaço como merecedor de afeto faz com o que o indivíduo e o coletivo de moradores queiram tornar o local mais bem cuidado, buscando seus direitos junto ao poder público para a melhoria do território. As características do território configuram o ambiente, que por sua vez, influencia no processo saúde-doença da população. O território nesse caso seria mais que um depósito de atributos da população, mas também o lugar da responsabilidade e da atuação compartilhada (Pedrosa e Teles, 2001.).

Enquanto se estreita o sentimento do sujeito

com o território que habita, uma teia se desenvolve, conectando diversos elos, entre eles: A) o pertencimento – dos moradores com o território, a partir do cuidado –, B) os movimentos sociais – que se fortalecem com o empoderamento das comunidades, e suas lideranças, nas lutas pelos seus direitos – e C) o desenvolvimento em saúde – vista de forma ampliada, e sendo compreendida a partir da perspectiva de uma comunidade menos vulnerável, com mais laços de rede social e com maior qualidade de vida.

Segundo Sarriera e Saforcada (2010, p. 98) as redes sociais se constroem dentro da comunidade e o apoio social é considerado como uma função dentre as múltiplas oferecidas pelas redes sociais; é pensado como a principal função e também como promotor de construção das redes. Dessa forma, a rede social é uma fonte que se alimenta e se impulsiona, possibilitando que cada participante reflita e fortaleça sua autoimagem conectada com o papel que desempenha e ocupa na comunidade.

Nem sempre a vida na comunidade corre às mil maravilhas. Um dos principais desafios que essa equipe de alunos percebeu foi a falta de união cotidiana da comunidade. Ou seja, a comunidade da Vila Sossego conseguiu perceber, a partir da mudança do Jardim Sossego e de outras conquistas, que é capaz de atingir suas metas quando une-se em busca de um objetivo comum. Contudo, essa união só ocorre quando há risco iminente, seja de doenças, seja de desapropriação (a comunidade segue na luta pela regularização das moradias e reforma das residências) ou qualquer outro fator que atinja uma certa parcela da comunidade. Entretanto, essa característica não pode ser vista como um defeito, tendo em vista que, mesmo que eventualmente, os moradores da comunidade sabem que há redes sociais que podem ser acessadas e fortalecidas quando a necessidade exige.

Destaca-se os principais objetivos atrelados ao Jardim Sossego, segundo Lewgoy (2014c): (a).Elevar o empoderamento e o protagonismo dos moradores da Vila Sossego, através da participação e da apropriação de um lugar comum, a praça, e assim fomentar na comunidade a busca autônoma pela garantia dos seus direitos fundamentais; (b).Perceber co-

mo essas relações influenciam na identidade comunitária, no sentimento de pertencimento da comunidade à cidade e na problemática da saúde urbana, além de problematizar como ações de conscientização e práticas da universidade na vila podem transformar tais relações. (c). Estimular e instrumentalizar os alunos do Projeto para uma atuação interdisciplinar e intersetorial, a partir dos conhecimentos gerados em seus núcleos de saber, mas compreendendo o sujeito como ser integral e complexo, ponto importante para a formação profissional; (d). Estreitar os laços de trabalho com os parceiros que realizam o trabalho, a Unidade Básica de Saúde Santa Cecília e o Centro de Referência em Assistência Social da região Centro.

Ações diversas tem sido realizadas entre a equipe do projeto para atender os objetivos propostos no planejamento para o ano 04 do Projeto InterSossego, como: a) reuniões semanais entre os alunos de graduação que par-

ticipam do projeto para pensar em programas as estratégias a serem realizadas para as ações junto à Vila Sossego e unir os mais diversos conhecimentos acadêmicos para tal propósito; b) a realização de reuniões mensais entre os integrantes do Projeto na comunidade, na unidade básica de saúde e no CRAS; c) o estímulo à reflexão coletiva, visando à tomada de decisão e empoderamento dos moradores para solução de suas demandas; d) atividades integradoras nos fins de semana na vila, com intuito prático, educativo e reflexivo com os moradores, sendo notável a participação das crianças; e) o estímulo à integração do grupo a outras comunidades; f) atividades práticas de plantio, reforma e revitalização de espaços degradados; g) incentivo ao planejamento da reforma do espaço, por parte dos moradores e auxílio na busca de verba, por todo os integrantes do projeto, através de rifas e descontos em lojas dos produtos necessários.



Figura 5. Jardim Sossego em 25.10.14, no dia da realização da II Feira de Saúde. Fonte: Foto da bolsista de Psicologia Liziane Guedes.

2.4 Desafios da formação e do trabalho interdisciplinar

O desenvolvimento das ações do Projeto In-

terSossego apresenta-se como um desafio contínuo para o grupo de alunos, uma vez que ao presenciar a realidade reconstruem o saber

acadêmico relacionando o aprendizado teórico com a vivência estudantil na prática extensionista. Segundo Lewgoy (2014b), “para os alunos, a experiência de inserção em um território possibilitou pensar sobre os problemas numa dimensão não apenas teórica, mas teórica a partir da prática”.

O trabalho interdisciplinar é um constante desafio aos profissionais, principalmente aqueles que atuam em saúde e aos que estão em formação para a mesma finalidade. Ocorre que o ensino brasileiro sempre foi fragmentado, principalmente o ensino em escola pública, desde o nível fundamental até o atual nível superior. A escola e a universidade, na maioria das vezes, não ensinam o aluno a refletir e construir conhecimento, apenas absorver e reproduzir o que já está dado, abordando as diversas questões a partir dos mesmos autores.

Dessa forma, a construção de conhecimento coletivo, uma exigência da atual concepção de saúde ampliada, aquele que considera o ser humano na sua integralidade, se torna um desafio ainda maior, quando o acadêmico e o profissional se deparam com situações complexas, que exijam mais de uma resposta, em situações que nem sempre a teoria dá conta. Tais acontecimentos podem ser catalisadores de motivações ou frustrações, variando de acordo com a capacidade do profissional/acadêmico em adequar-se às necessidades do campo de trabalho.

A atuação com seres humanos, seja em saúde, educação, assistência, ou outros, exige compreensões que vão além da constatação de presença ou ausência de doença/ aprendizagem/pobreza. “Os primeiros desafios a serem superados nesta nova ótica de trabalho em equipe são o rompimento com o paradigma do modelo biomédico e com a visão reducionista da concepção saúde e doença. Ruptura essa que nos impõe a prática interdisciplinar” (Madeira, 2009, p.64).

A prática interdisciplinar demanda que os profissionais sejam capazes de compreender o contexto em que vive determinado sujeito para poder sugerir-lhe um atendimento, adequando-o às suas necessidades. E como fazer isso a partir de uma única ótica, a acadêmica e centrada no saber de cada área de atuação? Partindo desse pressuposto, é possível imagi-

nar as problemáticas que irão surgir quando esse profissional adentrar ao mercado de trabalho e perceber que os seus pacientes são muito mais complexos do que as classificações do CID (Classificação Internacional de Doenças) são capazes de alcançar.

A concepção do processo de saúde/doença tendo como referência os determinantes sociais da saúde aponta para desafio em estabelecer uma hierarquia de determinações entre os fatores mais gerais de natureza social, econômica, política e as mediações através das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas, já que a relação de determinação não é uma simples relação direta de causa-efeito. (Mendes et al, 2008, p. 29)

O Projeto InterSossego inclui tantas áreas de conhecimento e visa atingir tantas questões no cotidiano desses sujeitos que o trabalho central abrange, as questões culturais, relações humanas, inserção do meio, qualidade de vida, mobilidade urbana, protagonismo comunitário, entre outros fatores que irão influenciar fortemente no cotidiano e na vida desses sujeitos. A partir da prática interdisciplinar, os sujeitos exercitam a capacidade de realizar a integração dos saberes, possibilitando que o olhar se torne mais diverso e elevando as alternativas de compreensão dos fenômenos, reconhecendo-os como complexos e reforçando a necessidade de coerência na materialização da integralidade (Mendes et al, 2008).

Com a vivência e o trabalho em grupo, o acadêmico tem a oportunidade de inserção em outras áreas de conhecimento, possibilitando o acesso a informações e práticas que poderão ser utilizadas e agregadas no dia a dia em seu meio profissional. A construção do Jardim Sossego construiu nos alunos o desenvolvimento de ações que abrangem não só a prática como também ações que contribuem com a qualidade de vida. Desenvolvendo atividades que não se restringem apenas ao saber acadêmico, mas sim ao desenvolvimento de saberes em diversas áreas, que são adquiridas através da troca de conhecimento com o grupo interdisciplinar.

Trabalhar com pessoas de diferentes áreas não é uma atividade simples, por isso mesmo deve-se iniciá-la na graduação, para que, ao chegar ao mercado de trabalho, os futuros

profissionais já estejam acostumados ao trabalho coletivo, que só traz benefícios ao usuário. “Sem dúvida, a interdisciplinaridade vai além de uma justaposição ou adição de diferentes ângulos sobre determinados objetos de análise. As disciplinas se comunicam umas com as outras, confrontam e discutem as suas perspectivas, estabelecendo entre si uma interação mais forte.” (Mendes et al, 2008, p. 29)

Além disso, é importante ressaltar que o trabalho interdisciplinar em atividade de extensão se difere do trabalho em pesquisa exatamente por propiciar ao aluno uma aproximação com seu real campo de atuação, possibilitando uma construção de conhecimento prático, e não apenas teórico. Nesse cotidiano aprende-se que é necessário que os profissionais trabalhem coletivamente, valorizando o saber um do outro e apropriando- desse saber.

3. Considerações finais

A reforma do Jardim Sossego foi tão efetiva que resultou na presença do Prefeito de Porto Alegre para inaugurar a praça. Uma das principais inquietações da comunidade da Sossego era o quanto estavam invisíveis e esquecidos. Invisíveis ao restante da sociedade por estarem dentro de um bairro de classe média, escondidos por um prédio residencial de dezenas de andares e esquecidos pelo poder público. Essa situação de invisibilidade modificou-se, mesmo que parcialmente, com o comparecimento do representante da prefeitura da Capital em duas ocasiões à Vila Sossego, após a chegada do Projeto InterSossego, consagrando os atos feitos pela comunidade em parceria com o projeto.

Apesar das circunstâncias, a atuação ativa e empoderada das lideranças comunitárias foi imprescindível para que o serviço da prefeitura fosse prestado. E esse é um dos resultados mais positivos que pode ser citado, pois demonstra o desenvolvimento de uma autonomia por parte de moradores da comunidade em busca de suas próprias demandas, sem a necessidade constante do intermédio dos “experts” da universidade.

O Projeto InterSossego ainda está em andamento, mas já é possível notar o início de uma formação de protagonismo dos moradores

perante suas comunidade, transformando as decisões tomadas nas reuniões em realidade, demonstrando amadurecimento no sentido de valorizar a união do coletivo. A partir da visão dos alunos, a comunidade precisaria manter fortalecidos os laços comunitários para além das situações emergenciais, contudo, não cabe à academia trazer questões de fora para dentro, e sim possibilitar a reflexão e percepção daqueles que residem nesse local para que eles percebam suas necessidades, pautem-nas e façam com que virem realidade. Para a formação profissional, esta experiência tem sido enriquecedora e tem ensinado na prática como atuar de forma coletiva e interdisciplinar. O currículo das graduações ainda são “engessados” e não visam uma ação e inserção entre diversas áreas, sendo importante a participação em projetos de extensão universitários, onde os alunos protagonizem uma troca de experiências, saberes e principalmente de visões, fator de extrema importância para um crescimento do profissional tanto na questão curricular, como na questão pessoal, construindo uma nova postura acadêmica em frente à realidade.

Referências

- Azambuja, M.I.R., Kolling, J.G., Lewgoy, A.M.B. (2014) Relato de caso e de debate sobre uma microepidemia de Dengue na Vila Sossego, Porto Alegre, em 2013. Segundo Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente. Belo Horizonte – Minas Gerais.
- Bispo, E. P. F., Tavares, C. H. F., Tomaz, J. M. T. (2014) Interdisciplinaridade no ensino em saúde: o olhar do preceptor na Saúde da Família. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 18, n. 49, jun. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200337&lng=pt&nrm=iso>.
- Elvas, S., Moniz, M.J.V. (2010) Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, v.28, n.3, Lisboa set.
- Lima, D.P. et al. (2010) A importância da integração universidade e serviços de saúde. *Rev. Cienc. Ext.*, v.6, n.1, p.136.
- Lewgoy, A. M. B. (2014a) Projeto Intersossego, o desafio da interdisciplinaridade, intersetorialidade e mobilização comunitária na Vila Sossego, em Porto Alegre – RS. Programa

- Saúde Urbana, 2012. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/saudeurbana/intersossego/projeto-intersossego>> Acesso em: 20 Out.
- Lewgoy, A.M.B. (2014b) Relatório das Atividades de Extensão - Projeto Intersossego, o desafio da interdisciplinaridade, intersectorialidade e mobilização comunitária na Vila Sossego, em Porto Alegre – RS. Programa Saúde Urbana. UFRGS. Porto Alegre: RS
- Lewgoy, A.M.B. (2014c). Jardim Sossego, do lixo ao luxo: sensibilização à comunidade e espaço de saúde e convivência. Projeto InterSossego, UFRGS. Porto Alegre: RS
- Madeira, K. H. (2009) Práticas do Trabalho Interdisciplinar na Saúde da Família: estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=666
- Massey, D. B. (2008) Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 312 p.
- Mendes, F. M. S.; Ceotto, E. C. (2011) Relato de intervenção em psicologia: identidade social do agente comunitário de saúde. Saude soc. vol.20, n.2, São Paulo Apr./June. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000200020&script=sci_arttext
- Pedrosa, J. I. S; Teles, J.B.M. (2001) Consenso e diferenças em equipes do Programa de Saúde da Família. Revista Saúde Publica, v. 35, n.3, p. 303 – 311, jun.
- Ornelas, J. (2002) Participação, empowerment e liderança comunitária. Comunicação apresentada na III Conferência Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, p. 5-13. Instituto Superior de Psicologia Aplicada: Lisboa.
- Sarriera, J. C., Saforcada, E. T. (orgs). (2010) Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina.
- Wimmer, G. F e Figueiredo, G. D. (2014) O. Ação coletiva para a qualidade de vida: autonomia, transdisciplinaridade e intersectorialidade. Ciências & Saúde Coletiva, vol.11, n.1, p.145 – 154, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n1/29458.pdf>>Acesso em : 19 out.
- Mendes, J.M.R. et al. (2008) Saúde e interdisciplinaridade: mundo vasto mundo. Revista Ciência & Saúde, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 24-32 jan./jun.

ENTRELAÇANDO NARRATIVAS E TRADUÇÕES NO COLETIVO-LUGAR RUA DO LAVRADIO

Fabíola Belinger Angotti
Arquiteta, mestre em Arquitetura
Grupo de pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem
Programa de Pós-graduação em Arquitetura
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Brasil
fabiolabelangotti@uol.com.br

Paulo Afonso Rheingantz
Arquiteto, doutor em Engenharia de Produção
Grupo de pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem
Programa de Pós-graduação em Arquitetura
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Brasil
par@ufrj.br

Denise de Alcantara
Arquiteta, doutora em Arquitetura

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Brasil
denisedealcantara@gmail.com

Resumo: Este artigo explora a materialidade e a subjetividade do ambiente construído Rua do Lavradio – localizada no bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objetivo relacionar a ideia de *coletivo*, proveniente da Teoria Ator-Rede (TAR), com o entendimento de *qualidade do lugar*. Como pesquisadores, compreendemos que o *coletivo-lugar* Rua do Lavradio se configura a partir das relações dinâmicas e das associações estabelecidas entre os múltiplos atores – *humanos e não humanos* – da rua. Para dar conta destes propósitos, utilizamos como estratégia o método da *cartografia de controvérsias* em conjunto com instrumentos de análise tipomorfológica e da avaliação pós-ocupação (APO). As *controvérsias* são apresentadas por meio de diferentes

narrativas e *traduções* de um conjunto de atores – *humanos* e *não humanos*. Ao explorarmos as *traduções*, atuamos como *mediadores* destes atores. Deste modo, buscamos evidenciar as aplicações da TAR para a compreensão dos *coletivos* urbanos em sua diversidade econômica, social, cultural e política.

Palavras-chave: Rua do Lavradio; *qualidade do lugar*; *coletivo-lugar*; *cartografia de controvérsias*

Interlacing narratives and translations of the collective-place Rua do Lavradio

Abstract: This article explores the materiality and the subjectivity of the environment of Lavradio Street – located in the neighborhood Lapa, city of Rio de Janeiro. It intends to relate the *collective* or *sociotechnical network* idea, from Actor-Network Theory (ANT), with the *quality of place understanding*. As researchers, we understand that the *collective-place* Lavradio Street is formed based on the dynamic relationships and on the associations established between its multiple actors – *human* and *nonhuman*. To account for these purposes, we use as strategy the method of *cartography of controversies* together with the instruments of typomorphological analysis, from Post Occupancy Evaluation (POE). The *controversies* are presented through different narratives and *translations* of *human* and *nonhuman* actors. When we explore their *translations*, we act as *mediators* of these actors. Therefore, we seek to evidence the applications of ANT to the understanding of urban *collectives* in their economic, social, cultural and political diversity.

Keywords: *Lavradio Street*; *quality of place*; *collective-place*; *cartography of controversies*

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa *Rua do Lavradio: cartografando traços e rastros do coletivo-lugar* (Angotti, 2013) e busca, nos fundamentos da Teoria Ator-Rede (TAR)¹², rever o entendimento de *lugar*

¹² Do inglês Actor-Network Theory (ANT). Também denominada *Sociologia da Tradução*. Cf. Latour (2001) seu surgimento está ligado ao campo *Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS), que questiona a sociologia tradicional e os paradigmas que separam ciência e sociedade, sujeito e objeto, natureza e cultura.

como um *coletivo*¹³, que permite (re)associar natureza e cultura, incluindo os elementos *não humanos* – artefatos, objetos e dispositivos técnicos – ao conjunto de atores *humanos* (Latour, 2001).

Articulada na dinâmica entre os atores *humanos* e *não humanos*, a Rua do Lavradio – localizada no bairro da Lapa, no centro da cidade do Rio de Janeiro – se reconfigura, continuamente, em função de seus usos e transcende a materialidade do ambiente construído.

Na trama, as associações, as linguagens e os anseios dos atores podem ser *traduzidos* por qualquer ator da rede. Durante o processo da cartografia das *traduções* e das transcrições, mediadas pelos pesquisadores, surgem diferentes pontos de vista (Pedro, 2010). A partir disso, por meio da *cartografia de controvérsias*, buscamos explorar as instabilidades e divergências presentes na diversidade de diálogos e de relações entre os atores *humanos* e *não humanos* do ambiente construído Rua do Lavradio.

Para dar conta do entendimento claro das aplicações propostas, inicialmente, são expostos os termos referentes à TAR e seus rebatimentos na Arquitetura-Urbanismo, seguidos das estratégias metodológicas. Na sequência são apresentadas as diferentes narrativas e *traduções* que evidenciam as *controvérsias* do *coletivo-lugar* Rua do Lavradio, com propósito de contornar a precariedade e os dilemas presentes no processo de entendimento de *qualidade do lugar* (Cukierman, 2007).

A incorporação dos fundamentos da TAR se configura como uma contribuição para ampliar o entendimento de *coletivo-lugar* na Arquitetura-Urbanismo, seguindo e cartografando as associações entre os atores *humanos* e *não humanos* e as *controvérsias* delas resultantes.

Teoria Ator-Rede (TAR)

A Teoria Ator-Rede (TAR) baseia-se no entendimento de que atores *humanos* e *não humanos* estão interligados em uma *rede sociotécnica* que – por reunir diferentes alianças, deslocamentos e interesses dos atores – é

¹³ Para não confundir com a noção tradicional de *lugar* e evitar ambiguidades de entendimento, adotamos a expressão *coletivo-lugar*.

vista como uma tessitura dinâmica e instável. Cada *ator* é considerado um *ator-rede* por ser ‘um efeito de rede’, que produz transformações, arregimenta outros componentes e participa de outras redes (Pedro, 2010). A associação *humanos-não humanos* visa demarcar a relação entre ambos, superando a distinção sujeito-objeto (Latour, 2001).

Alinhados com a TAR, consideramos que as relações produzidas nos ambientes urbanos são, tipicamente, *sociotécnicas* e configuram um *coletivo-lugar* que associa a materialidade do ambiente construído, as ações, os discursos e os acontecimentos de cunho cultural, social, político e temporal (Rheingantz, et al. 2012).

Para evidenciar o que ocorre na *rede sociotécnica*, expressar as falas, os movimentos e as negociações dos atores que participam de um determinado *coletivo-lugar*, utilizamos o entendimento de *tradução*. Traduzir significa deslocamento, traição, ambiguidade (Latour, 1988) e implica *mediação* – “processo de criação de elos entre dois agentes, constituindo um composto híbrido que não existia antes e que desloca os objetivos, funções e intenções previamente estabelecidas” (Bruno, 2010, p.11). Exige, ainda, ‘estar ligado a’ e supõe tanto a ‘possibilidade de equivalência’ quanto de ‘transformação’ (Law, 1992).

Em meio às diferentes vozes e *traduções* do *coletivo-lugar*, emergem as *controvérsias*, que ocorrem por meio dos agenciamentos, embates, silenciamentos e jogos de poder (Pedro, 2010; Rocha, 2012).

O processo de produção de determinada realidade não é mais entendido pela aplicação de regras abstratas, mas por intermédio das associações estabelecidas entre os atores (Pedro, 2010; Rocha, 2012). O social passa a ser compreendido pelos rastros deixados e pelo efeito de seus movimentos (Latour, 2012).

Estratégias Metodológicas

Além dos estudos realizados para conhecer a evolução histórica e urbana da rua e as bases conceituais da Teoria Ator-Rede, a pesquisa se corporificou a partir do processo de interação do pesquisador com *coletivo-lugar* Rua do Lavradio, que resultou de ações abertas e conscientes de derivas naturais (Maturana, Varela 1995; Rheingantz et al. 2009; Alcanta-

ra, 2008; 2012).

Como estratégia metodológica para “seguir os atores em ação” (Latour, 2000) e mapear as falas e pontos de vista distintos dos atores (Pedro, 2010) foi utilizada a *cartografia de controvérsias* (Latour, 2005). A exemplo de Trannin; Pedro (2007 apud Pedro, 2010), foram adotados os seguintes passos durante a experiência do pesquisador no *coletivo-lugar*: (1) escolha de uma *porta de entrada* – experiências anteriores do observador, juntamente com as mudanças de usos da rua; (2) identificação dos *porta-vozes* – reconhecimento, primeiramente, dos grupos que atuam na rua e, posteriormente, dos atores que seriam seguidos¹⁴; (3) consulta a textos, matérias de revistas e jornais, artigos acadêmicos, mapas, entre outros.

Para contemplar os *não humanos* foram produzidas diferentes narrativas, feitas a partir dos levantamentos¹⁵ obtidos por meio de anotações, fotos, informações de livros e trabalhos acadêmicos e, posteriormente, sistematizados em mapas e registros gráficos. Os levantamentos das características físicas e morfológicas da rua referem-se à identificação: (a) da história, do patrimônio e dos projetos urbanos; (b) do sistema viário, do gabarito das edificações, dos usos do solo e da legislação urbana; (c) do traçado urbano e da tipologia arquitetônica; (d) dos aspectos geográficos locais.

As *traduções dos humanos*¹⁶ foram obtidas a partir de conversas informais e entrevistas semiestruturadas¹⁷ que serviram de roteiro e possibilitaram a inserção de novas questões na medida em que se processavam. Foram entrevistados: (a) cinco visitantes; (b) nove

¹⁴ Os atores que falavam pela rede (*porta-vozes*) foram identificados em função das *controvérsias* observadas nas entrevistas realizadas com os atores seguidos.

¹⁵ Os levantamentos foram realizados com base em critérios consolidados – Alexander et al. (1980), Ashihara (1982), Lamas (2000), Del Rio (1990), Alcantara (2008) e os métodos de análise do grupo Sistema de Espaços Livres (SEL/UFRJ) – sem, contudo, realizar uma classificação prévia dos aspectos.

¹⁶ Para preservar a identidade dos respondentes, as *traduções* foram realizadas utilizando o gênero masculino.

¹⁷ A escolha deste instrumento está relacionada ao problema da pesquisa, às limitações de tempo e à demanda de tempo para registrar as *traduções*.

expositores da feira; (c) três comerciantes de antiguidades que trabalharam na rua; (d) dois comerciantes que mantêm suas lojas em funcionamento; (e) um residente e dois antigos moradores que ainda expõem mercadorias na feira; (f) dois trabalhadores e um representante da Associação Polo Novo Rio Antigo. À exceção de visitantes, expositores e trabalhadores, a escolha dos respondentes baseou-se nos atores que conhecem e/ou atuam na rua¹⁸ e por serem pouco ouvidos na rede, em detrimento de membros da associação, proprietários de bares e restaurantes, entre outros, que têm sido privilegiados em algumas matérias publicadas sobre a Rua do Lavradio.

Narrativas e traduções presentes na Rua do Lavradio

Nesta seção são apresentadas as *controvérsias* identificadas nas narrativas e *traduções* dos atores, mediadas e traduzidas pelo ator-pesquisador. Buscamos dar voz aos elementos do ambiente urbano, sejam eles seus usuários ou objetos físicos.

As narrativas e *traduções* produzidas não se sobressaem a (ou subjogam) qualquer outra. Suas leituras podem gerar outras *traduções*. A intenção principal é explorar, com diferentes cartografias, as *controvérsias* do *coletivo-lugar* Rua do Lavradio, enfatizando que natureza e cultura se misturam e não devem ser separadas (Latour, 2001).

Narrativa 1 - Continuidades e rupturas do tecido urbano

O *coletivo-lugar* Rua do Lavradio conecta diversas vias da área central e atua como um limite de separação entre dois traçados: o histórico, densamente ocupado, e o modernista, com grandes lotes (Figura 1). A Avenida República do Chile – construída na década de 1960 no vazio deixado pelo desmonte do Morro de Santo Antônio – configura-se como expressão máxima da ruptura do tecido urbano tradicional e reforça o poder econômico e religioso com suas grandes construções

¹⁸A pouca disponibilidade de tempo de trabalhadores e visitantes, o reduzido número e a recusa de moradores resultaram em um desequilíbrio na distribuição dos respondentes.

(Paes, 2012).

Ao serem questionados sobre em que lugar estavam, os atores *humanos* produziram respostas diversificadas. Para alguns atores a rua está inserida no bairro do Centro, enquanto para outros a rua pertence à Lapa – o que indica que a rua é reconhecida por sua história e por sua localização, que conecta diferentes ambientes, como a Praça Tiradentes e a Lapa. Ao falar de suas lembranças, um antigo morador, que também trabalhou muitos anos na rua, observou que o comércio se transformou e que algumas edificações foram demolidas. Um antigo comerciante comentou que existiam outros hábitos na rua e, também, que a construção da Avenida Chile resultou na descaracterização da área:

[Eu lembro da] rua histórica que era antigamente onde existiam os grandes sapateiros, as modistas, as costureiras que faziam roupas. Era um ponto de apoio das famílias que vinham fazer compras no Centro. Era um lugar bem frequentado. A alta sociedade antiga, do tempo de viradas do império pra , virada do século XX pra cá. Era uma rua muito bem frequentada. De 1980, não... de 1990 pra cá é que começou a descaracterização, né. Passou a ter os bares, os restaurantes. Muitos sobrados foram demolidos pra dar lugar aquele... onde era o morro todinho pra dar passagem pra Avenida Chile, a partir desse momento acabou a Rua do Lavradio. (Antigo comerciante da rua 2 – 6/10/2012)

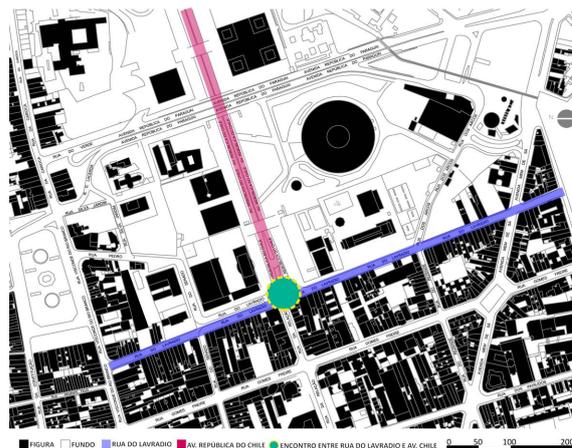


Figura 1 - Mapa de Figura e Fundo demonstrando a densidade de ocupação de um dos lados da Rua do Lavradio em oposição ao outro lado, formado por amplos espaços livres.

Fonte: Base cadastral da Prefeitura do Rio de Janeiro editada por Fabíola Angotti.

A primeira quadra – entre as ruas Visconde do

Rio Branco e do Senado – possui acesso restrito de veículos automotores. Sua conservação, realizada pelos proprietários, seu traçado e seus usos promovem um local atrativo e acolhedor (Paes, 2012).

Demarcada pelas ruas do Senado, da Relação e Avenida República do Chile, a segunda quadra possui um canteiro central arborizado que divide a rua e permite o acesso à Rua do Senado e à Rua Pedro I. As transformações morfológicas e os variados estilos arquitetônicos quebram o ritmo das edificações.

As ruas da Relação e do Resende delimitam o lado de numeração par da terceira quadra, enquanto a Avenida República do Chile e a Rua dos Arcos limitam o lado ímpar, formado por três grandes terrenos. Na quadra, entre as ruas dos Arcos, do Resende e a Avenida Mem de Sá, diversas edificações do lado ímpar foram demolidas. Além disso, alguns terrenos são utilizados como estacionamentos e formam vazios urbanos. Vários sobrados da terceira e da quarta quadra, do lado de numeração par da rua, foram preservados e formam um *continuum* edificado.

Entre a Avenida Mem de Sá e a Rua do Riachuelo encontra-se a última quadra da Rua do Lavradio. Neste trecho da rua, o equilíbrio entre a caixa da via e a altura das edificações, as fachadas alinhadas com a frente dos lotes e o ritmo das aberturas reforçam a identidade do conjunto arquitetônico e proporcionam o bem estar dos usuários (Alexander, et al. 1980).

A análise do traçado urbano e da evolução de ocupação do recorte em estudo evidenciam algumas das dualidades e contradições nesta via, que, por um lado, se configura como detentora de historicidade e guardiã da memória urbana e, por outro, é portal de passagem para outro tempo, mais veloz e moderno.

Narrativa 2 - Disparidades tipológicas

A Rua do Lavradio apresenta um contexto arquitetônico, relativamente, amplo e diversificado, pois, abriga construções de períodos distintos. O lado de numeração par da rua possui diversos sobrados. Ao longo do tempo, estas construções foram sendo modificadas, embora algumas, ainda, mantenham características originais (Pinheiro, 2007). Estas edificações, em grande parte, são compostas por

“ombreiras de portas e janelas em granito, ornatos típicos do ecletismo na parte superior das platibandas realizados em estuque, sacadas em ferro com desenhos *art-nouveau* na maioria dos casos e altura variando de dois a três pavimentos” (Pinheiro, 2007, p. 133). As fachadas – enriquecidas por reentrâncias, cores, ornatos, nichos e aberturas ritmadas – produzem um conjunto dinâmico (Alexander et al. 1980).

Edifícios, como a Escola Municipal Celestino da Silva, em estilo eclético, e o edifício residencial modernista Morro de Santo Antônio destacam-se do lado par da rua. Outras edificações de grande porte diferem do conjunto, como o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), cujo estilo brutalista contrasta de dois sobrados preservados pelo patrimônio histórico (Figura 2) e o edifício referente à TV Brasil, ao lado da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, em arquitetura neoclássica (Figura 3).



Figura 2 e 3 - Tribunal Regional do Trabalho, ao fundo, em contraste com dois sobrados preservados e edifício TV Brasil marcando a diferença tipológica com a Sociedade Brasileira de Belas-Artes, respectivamente.

Fonte: Acervo de Fabíola Angotti, 2013.

No lado de numeração ímpar, a Maçonaria, em estilo neoclássico, e o Ciep José Pedro Varela, exemplo de arquitetura moderna, destacam-se deste lado da rua. Além disso, os edifícios da Petrobras, da Oi Telefônica, do Rio Metropolitan e da Catedral Metropolitana, entre outros, rompem, definitivamente, com a sintaxe original do lugar (Alcantara, 2012). A altura dos pés-direitos das edificações e o número de pavimentos, também, apresentam forte desigualdade, predominando edifícios de dois e três pavimentos (Figura 4).



Figura 4 - Modelo 3D mostrando o contraste do tecido urbano e dos volumes das edificações.

Fonte: Modelo elaborado por Fabíola Angotti e por Beatriz Ferrão, ex-bolsista CNPq.

Para estabelecer pontos de referência, perguntou-se aos entrevistados se eles poderiam listar cinco objetos ou elementos físicos que mais lembravam o local. Todos os edifícios, anteriormente, mencionados foram citados pelos atores *humanos*. Além disso, vias adjacentes, como a Avenida República do Chile e as ruas Gomes Freire, Riachuelo e Visconde do Rio Branco, juntamente, com elementos do entorno, como os Arcos da Lapa e a Praça Tiradentes foram apontadas pelos respondentes:

É como te falei... Tipo, a Avenida Chile, os Arcos da Lapa, Rio 40 que é um restaurante bem conhecido atualmente, o prédio da Petrobrás e esse prédio da Oi também faz parte, que é tipo uma torre (Expositor 7 – 1/9/2012)

Na atualidade é o bar Rio Scenarium, né, que é um ponto de encontro muito bom. E pra lembrar, a Praça Tiradentes que é um marco histórico daqui, dessa área aqui. Na Rua do Lavradio, deixa eu ver..., tem esse Colégio Celestino também que é onde o Silvio Santos estudou. [...] (Trabalhador 1 – 17/1/2013)

Por um lado, nota-se uma ambiência que favorece o flunar e a permanência das pessoas –

devido à dimensão da via e dos edifícios, que proporcionam uma sensação de proteção e acolhimento ao transeunte e garantem que o conjunto esteja integrado com a paisagem (Ashihara, 1982). Todavia, a Esplanada de Santo Antônio cria uma sensação de amplitude e provoca uma perda de escala em relação aos indivíduos. As múltiplas linguagens espaciais da Rua do Lavradio expressam os diversos interesses presentes no decorrer da história, contribuindo para se compreender tanto a capacidade de renovação da cidade, quanto de proteção do patrimônio no século XX (Pinheiro, 2007).

Narrativa 3 - Conservação das edificações, infraestrutura e segurança

Atualmente, existem duas leis de proteção, Corredor Cultural e APAC Cruz Vermelha, que atuam na Rua do Lavradio para a preservação do patrimônio. Porém, estas leis não são suficientes para manter a conservação dos sobrados e a qualidade dos espaços livres públicos. Apenas na primeira quadra da rua existem muitas construções bem conservadas. O interesse em manter a qualidade dos negócios tem incentivado alguns proprietários a realizar intervenções nos imóveis.

Na terceira quadra, o sobrado do nº 110, após passar por reformas, começou a servir de ligação entre a Rua Gomes Freire e a Rua do Lavradio. Já a vila residencial no nº 122 – formada por um sobrado com três pavimentos e diversas casas – começou a ter sua parte frontal restaurada, pois, corria o risco de desabamento. Além do aspecto de degradação, a vila é utilizada como local de tráfico de drogas e ocupada por moradores de rua, gerando insegurança nos proprietários dos imóveis vizinhos e nos visitantes da rua e do entorno.

Em maio de 2012, o sobrado nº 90, sede do clube Cordão do Bola Preta, desabou parcialmente. A edificação havia sido interdita pela Defesa Civil em março do mesmo ano, pois, colocava em risco a vida de pedestres e veículos que passavam pela rua. Apesar do desmoronamento da edificação, dois expositores mencionaram este edifício como um elemento que lembra a Rua do Lavradio, demonstrando sua representatividade histórica e a relevância das atividades que nele foram

exercidas. Mesmo com o descuido do patrimônio edificado, alguns atores disseram que a arquitetura, especialmente o casario antigo, é o realmente que caracteriza a rua.

No âmbito geral, a falta de infraestrutura da rua foi um dos pontos negativos ressaltados pelos atores entrevistados. Problemas, como a baixa iluminação, a falta de limpeza e os alagamentos nos dias de chuva foram apontados como elementos negativos que impedem o desenvolvimento da rua:

Ah, negativo tem a falta de... A gente tem muito problema com esgoto, né, porque não dá vazão. Com limpeza também, que não dá vazão, que eu acho que tinha que ser uma coisa mais constante. (Representante da Associação – 17/1/2013)

Ah, negativo é que quando chove aqui tem esse problema de encher a rua, né. Da pessoa não poder passar. Esse pedaço daqui, nessa rua aqui é muito ruim. Também teve um pouco de assaltos. Aumentou um pouco o assalto. A iluminação também deveria ser mais forte, a iluminação. (Antigo morador e atual expositor 3 – 19/1/2013)

Um trabalhador falou sobre o Projeto de Revitalização da Rua do Lavradio, concluído em 2012. Segundo ele, o projeto proporcionou algumas melhoras no policiamento, na iluminação e no escoamento das águas pluviais e de esgoto.

Na opinião de um morador, o projeto de reurbanização foi significativo, já que antes a rua estava em estado precário de conservação e era perigosa. O morador relatou sobre a dificuldade em concluir o projeto, principalmente, as obras que, durante muito tempo, ficaram paralisadas. Para este ator, após o término das obras, a rua passou a ser valorizada e frequentada por turistas. Contudo, um ex-morador disse que as obras realizadas pelo projeto foram apenas intervenções estéticas. Além da conservação das edificações, surgiram diversas *controvérsias* sobre a segurança do local. A existência de moradores de rua e de pessoas atraídas pelo tráfico e consumo de drogas foi um dos pontos negativos citados por dois expositores. Mesmo com a vigilância particular dos bares e restaurantes, alguns atores não consideram a rua e o entorno ambientes seguros:

Não [é seguro]. É muito morador de rua, e os

assaltos na Lapa que acontecem, inclusive nos finais de semana. E os arrombamentos em lojas comerciais, que estão acontecendo muito. (Atual comerciante 1 – 19/1/2013)

A presença esporádica de policiais na rua e em outros locais do entorno proporciona uma sensação de segurança, conforme relatou um expositor. Outros atores consideram a rua segura porque nunca presenciaram nenhum tipo de incidente e/ou porque a circulação de pessoas na rua, além dos vigias dos bares e restaurantes, garantem a segurança do local:

Bom, eu considero [a rua segura]. Porque nunca tive problemas aqui, não. Pra mim tá sempre bom, nunca tive problemas aqui não, na rua. Trabalho aqui há 14 anos. Nunca fui assaltado, nunca fui nada aqui, agredido, nada disso e nem minha família, que também tá aqui esse tempo todo comigo. (Trabalhador 1 – 17/1/2013)

Infere-se que a infraestrutura da rua precisa ser revista em alguns aspectos, pois, a má conservação das edificações e dos espaços reflete na qualidade do local e na percepção dos usuários. O descaso com o patrimônio por parte do poder público, a irregularidade no uso de algumas edificações no bairro da Lapa e a falta de policiamento produzem, de modo geral, um ambiente urbano depreciado e que causa uma sensação de instabilidade nas pessoas.

Narrativa 4 - Usos e apropriações

O coletivo-lugar Rua do Lavradio é composto por atividades com predominância de uso comercial ou de serviços nas edificações. Notam-se na rua e no entorno imediato lojas de móveis antigos, lanchonetes, bares, restaurantes, empresas, instituições públicas e religiosas, escolas, entre outros. Edifícios residenciais e hotéis existem em menor número. Alguns sobrados são destinados à população de baixa renda e outros estão em desuso e abandonados.

Por muitos anos, a Rua do Lavradio foi reconhecida como *Rua dos Antiquários*. Durante a semana, alguns antiquários¹⁹ expõem

¹⁹ Em vista da variedade de artefatos antigos e réplicas, considera-se antiquário neste estudo, todas as lojas que de alguma forma mantêm relação com o passado e com a história.

alguns móveis na calçada e são visitados por clientes para a compra de antiguidades, além dos veículos que, geralmente, ficam parados em frente às lojas para transportar as mercadorias.

Alguns atores falaram que, no decorrer do tempo, houve uma descaracterização do comércio de antiguidades devido às transformações pelas quais a rua passou, principalmente, a partir da chegada dos bares e restaurantes. Outros entrevistados ainda reconhecem a Rua do Lavradio como *Rua dos Antiquários* por causa da divulgação que é feita sobre a rua e em virtude das lojas que vendem móveis e objetos antigos.

De acordo com o representante da associação, a diminuição do número de antiquários ocorreu devido ao tipo de comércio, que é voltado para um público específico e restrito. Um antigo comerciante demonstrou indignação ao falar da rua e do processo de transformação:

Olha, a Rua do Lavradio logo no início foi uma maravilha, que era tudo dos antiquários. Atualmente virou mais rua dos restaurantes. Eu acho que perdeu aquele charme que ela tinha de ser conhecida como Rua das Antiguidades. [...] Acho que não tô acreditando mais que fosse Rua dos Antiquários. Agora até essa feira que faziam todo primeiro sábado, agora misturou tudo. É alternativa, é artesanato. E o pessoal quando vem pra cá, já não vem, assim, pra ver as antiguidades. Já vem pra feijoada, pra samba, pra oba-oba. (Antigo comerciante da rua 3 – 6/10/2012)

Nota-se também que, no decorrer da semana, o movimento noturno da Rua do Lavradio é reduzido, intensificando-se apenas a partir de sexta-feira com a presença dos trabalhadores da região que promovem *happy hours* após o expediente. Esta movimentação vai até domingo, com a presença de visitantes e turistas.

Uma das características de apropriação do espaço público é o uso de mesas e cadeiras nas calçadas, que permite que as pessoas realizem suas refeições ao ar livre e se distraiam. A existência de bares e restaurantes, a vida boêmia e a gastronomia (Figura 5) foram aspectos que, segundo alguns atores, caracterizam e identificam a rua. No Quarteirão Cultural, o bar noturno Rio Scenarium foi um dos

elementos mais citados pelos entrevistados. O representante da associação disse que os bares e restaurantes proporcionam vitalidade para a localidade e que a movimentação noturna é bastante favorável:

[O movimento noturno aqui] é maravilhoso. Já fecho aqui, já sento ali na frente, né. Porque tem o Rio Scenarium que atrai muito público e tem os outros bares, né, com música ao vivo, né. Tem o Santo Scenarium que tem jazz. O Rio Scenarium funciona de terça à sábado, então todos os dias tem movimento aqui na rua. Aí, a partir de quinta-feira esse movimento começa a aumentar. E aí, no terceiro sábado a gente tá com outro evento também, é Mostra de Antiguidade e Gastronomia, mas é só nesse Quarteirão Cultural aqui, né. Porque aqui é o Quarteirão Cultural da Rua do Lavradio. Que agora é fechado ao trânsito e só para pedestre. A gente tem um decreto do César Maia, é... nos deu, liberando aqui o quarteirão pra pedestre apenas, com mesas e cadeiras na rua pra gente fazer os eventos e tal. [...] (Representante da Associação – 17/1/2013)

Um respondente, no entanto, relatou que a presença destes estabelecimentos na rua gerou especulação imobiliária e aumentou os preços das mercadorias. Um trabalhador falou sobre a importância de manter uma proporção entre o número de bares e de antiquários para garantir a oferta de empregos em ambos os estabelecimentos.

Além dos bares noturnos, existem outros restaurantes no estilo *self-service* que funcionam apenas nos dias de semana e de feira. Alguns restaurantes recebem um público de classe média alta e servem alta gastronomia, enquanto outros oferecem refeições rápidas (*fastfood*).

Outros usos também conferem dinâmica ao local, como os diversos edifícios corporativos da Avenida Chile e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que atraem um expressivo número de frequentadores aos bares e restaurantes, sobretudo, na hora do almoço e no final da tarde. Este movimento também desperta o interesse de vendedores ambulantes. Da mesma forma, o colégio José Pedro Varela (CIEP) e a escola estadual Celestino da Silva concentram um grande número de alunos no horário de entrada e saída das aulas.

Existem, ainda, três pequenas praças. A Praça Emilinha Borba, localizada na esquina da Rua

do Senado, que geralmente é aberta nos dias de evento do Quarteirão Cultural, como a Feira Rio Antigo e a Mostra Gastronômica. Nesses dias, a praça recebe diversos visitantes e alguns expositores ocupam seus espaços com suas barracas. Uma segunda praça, situada na esquina da Avenida República do Chile, fica, constantemente, fechada e não há indícios de que as pessoas utilizem o local para qualquer tipo de atividade. A terceira praça, em frente ao CIEP, durante os dias de semana serve de ponto de parada do transporte do TRT e é utilizada pelos pais que aguardam os filhos saírem da escola, pelos moradores e pelos próprios estudantes. Nos fins de semana, exceto nos dias de feira, a praça é frequentada apenas por pessoas da região, principalmente, os residentes da vila localizada em frente a praça e os moradores de rua.

Quanto ao uso das vias, o fluxo de veículos ao longo da semana é moderado. Além disso, diversos pontos de ônibus e de táxis na Rua do Lavradio e em seu entorno atendem aos empresários da região. Nos finais de semana, o fluxo de veículos é reduzido.

Os vazios deixados por demolições ou por desmoraonamento das edificações foram sendo utilizados como estacionamentos ou constituindo espaços livres de edificações, sem uso específico. Mesmo com a existência destes estacionamentos, alguns veículos estacionam ao longo dos meios-fios, configurando uma barreira física que dificulta a circulação de pedestres.

A Feira do Rio Antigo, uma das principais atividades da Rua do Lavradio, é realizada no primeiro sábado de cada mês, com objetivo expor e vender diversas mercadorias, além de promover a cultura e a diversão²⁰. Sua organização atualmente é de responsabilidade da Associação Polo Novo Rio Antigo. Segundo o representante da associação, a feira consolidou-se como um evento de ampla divulgação na mídia, pois, recebe diversas pessoas e realiza várias atrações para entreter o público. Um dos atuais comerciantes – identificado

como um dos fundadores da antiga Associação dos Comerciantes do Centro do Rio Antigo (Accra)²¹ – comentou que a Associação Polo Novo Rio Antigo não se interessa pela manutenção da atividade dos antiquários. Para o comerciante a rua foi transformada em local gastronômico e o objetivo da Feira Rio Antigo passou a ser atrair clientes para consumir nos bares e restaurantes. O comerciante disse, ainda, que não faz mais parte da associação, pois, não concorda com esse movimento, que pode ser visto como uma espécie de "máfia dos restaurantes", cuja expressão máxima é a criação do Quarteirão Cultural que, atualmente, tenta privatizar o espaço público.

Ao ser questionado se tinha algum envolvimento com associações da rua, outro comerciante relatou que participa das reuniões quinzenais. Nestes encontros, diferentes empresários, comerciantes e moradores discutem e decidem, em conjunto, quais medidas podem ser realizadas em benefício da região. Porém, alguns expositores disseram que não mantêm contato com a associação, exceto quando realizam o pagamento para trabalhar em na feira. Em vários relatos, os atores demonstraram que não sabem qual o papel da associação e suas responsabilidades para com a Rua do Lavradio.

Nos dias de feira, o tráfego de veículos é fechado, exceto no trecho entre a Rua da Relação e a Avenida República do Chile. Alguns bares e restaurantes ocupam a rua e as calçadas com mesas e cadeiras, dificultando a circulação das pessoas. O apreço do público pela gastronomia e as atividades de diversão proporcionadas por estes estabelecimentos têm favorecido a intensa movimentação da feira.

Um antigo morador, que participou da implementação da Feira do Rio Antigo, observou que a feira surgiu quando os comerciantes de antiguidades da região se reuniram com o objetivo de criar uma atividade que aumentasse o número de vendas e chamasse a atenção do público. Porém, o perfil da feira mudou e,

²⁰ Além da Feira Rio Antigo, atualmente ocorre no terceiro sábado de cada mês, a Mostra de Jazz, Arte e Gastronomia. Este evento tem, entretanto, um caráter mais intimista e um público mais seletivo, pois, é organizado apenas pelos bares e lojas da primeira quadra da rua.

²¹ Associação reativada pelos comerciantes de antiguidades, em 1996, para dar início a Feira Rio Antigo, cujo objetivo era a valorização da cultura e do patrimônio histórico, além de atrair visitantes e compradores de antiguidades.

atualmente, passou a comercializar diversos tipos de artesanato.

Os espaços da rua – que antes eram ocupados por um grande número de antiguidades – hoje estão reduzidos e alguns vendedores de antiguidades aderiram ao uso das barracas. Outros ainda expõem suas mercadorias ao longo da rua, o que sugere que existe uma ação de resistência ao novo modelo da feira, além da dificuldade de expor nas barracas algumas peças que possuem grandes dimensões (Figura 6).

A mudança de perfil da feira foi apontada por alguns entrevistados, principalmente, pelos antigos comerciantes, como uma descaracterização. Para eles, a prioridade da feira não é mais a comercialização de antiguidades:

[...] Tá totalmente descaracterizado. A feira virou um camelódromo. Tem bijuteria de Romanel, artesanato de papel. Isso nunca foi antiguidade. Acho que os organizadores estão pensando mais no que eles arrecadam com o aluguel das barracas do que propriamente com a feira. Descaracterizou completamente. Era móveis, agora é camelódromo. Tem dia que não sobra espaço para colocar mais uma barraca que eles querem colocar. É caro, né. [...] Há bastante tempo atrás que a gente fazia as feiras e havia realmente público para antiguidades, hoje não. Hoje não tem público nem para o camelódromo. As pessoas vão ali para comer, beber, ouvir música, sambar. (Antigo comerciante da rua 2 – 6/10/2012)

O representante da associação e um comerciante de antiguidades disseram que devido ao reduzido número de antiquários, incapazes de preencher toda a extensão da rua, a feira precisou aderir à venda de novas mercadorias. Para estes atores, esta medida foi positiva.

Existem também na feira atrações organizadas ou informais, realizadas por artistas de rua que se apropriam do local, para o entretenimento dos visitantes, além da presença de vendedores ambulantes que não são cadastrados na associação, mas que vendem os mais diversos tipos de bebida e comida. Nota-se uma pequena expansão da feira em direção às ruas do Senado, do Resende e dos Arcos. Essa apropriação ocorre por conta dos estabelecimentos vizinhos que aproveitam o intenso movimento de visitantes para incrementar o comércio.

A venda de produtos artesanais, roupas, bijuterias, entre outros atraiu novos expositores. Com o novo perfil da feira, as mercadorias são dispostas em barracas de tamanho padronizado, cujo critério de montagem fica sob a responsabilidade de cada expositor. Conforme relatou um expositor, o valor cobrado para trabalhar na feira é bastante elevado e a cobrança é feita referente à três meses, mesmo que o expositor não participe da feira. Segundo o respondente, os expositores não participam das reuniões realizadas pela associação e os organizadores da feira impedem a participação de vendedores ambulantes neste evento:

[...] o valor dela [da feira], que eu acho muito alto sessenta reais para expor [...]. Acho as coisas caras, a comida em si cara, a bebida. Tanto que eles proíbem ambulantes. [...] [A feira] geralmente é bem cheia. As pessoas, acho que não se incomodam de pagar. Tanto que eles proibiram ambulantes de venderem cerveja. [...] E outra coisa negativa, [...] nós não temos, assim é... Participação! Não tem uma gestão participativa [...]. (Expositor 8 – 1/9/2012)



Figura 5 e 6 – Apropriação do espaço por clientes

dos restaurantes durante a noite e intenso movimento de pessoas apreciando as mercadorias da Feira Rio Antigo, respectivamente.

Fonte: Acervo de Fabíola Angotti, 2013 e 2012, respectivamente.

De modo geral, é possível reconhecer que a imagem da Rua do Lavradio é muito atribuída à feira, vista por muitos atores *humanos* como uma atividade positiva que reúne diversos visitantes, entre eles pessoas de classes sociais distintas, artesãos, comerciantes de antiguidades, famílias, etc. formando um público eclético.

Apesar das *controvérsias* relacionadas às mudanças da rua, a diversidade de usos reforça o dinamismo do *coletivo-lugar* Rua do Lavradio. As *controvérsias* apresentadas resultam de questões que ainda não foram estabilizadas e que podem produzir novas realidades, especialmente, nas relações entre os atores *humanos* e *não humanos*.

Considerações finais

A Rua do Lavradio vem sofrendo transformações desde sua origem. Muitos dos processos de mudança estão relacionados aos usos e apropriações da rua, assim com, às materialidades e imaterialidades surgidas ao longo de sua evolução.

A *rede sociotécnica* formada pelas relações entre atores *humanos* e *não humanos* é evidenciada pelos vestígios e rastros deixados pelos grupos que atuam e/ou atuaram neste *coletivo-lugar*.

Diversos interesses do passado – como a utilização da rua como local de diversão e entretenimento – são resgatados por alguns atores, na tentativa de revitalizar a rua, além de favorecer o crescimento econômico de determinados grupos atuantes.

Com a supervalorização do custo imobiliário, muitos atores têm dificuldades para adquirir ou renovar o aluguel dos imóveis. A preservação da memória, da tradição, da cultura e da história tem sido, frequentemente, esquecida, apesar de continuar a ser muito utilizada como discurso para manter ativa a valorização e as constantes transformações dos imóveis e ambientes.

As *controvérsias* apresentadas evidenciam as disputas e os interesses dos diferentes grupos e são expressas nas suas *traduções* dos atores

implicados no *coletivo-lugar* Rua do Lavradio. A abordagem alinhada com a Teoria Ator-Rede permitiu observar as associações produzidas a partir das relações entre os diversos atores *humanos* e *não humanos*. Os aspectos físicos e morfológicos da rua, as apropriações, assim como as percepções dos usuários contribuem para construir a *qualidade do coletivo-lugar* na Rua do Lavradio. Ao serem (re) consideradas as *controvérsias*, novos caminhos podem se configurar no processo de valorização e desenvolvimento da rua, uma vez que estas colocam em pauta as diversas tensões que foram esquecidas em prol de sentidos hegemônicos existentes no *coletivo-lugar* Rua do Lavradio.

Referências

- Alcantara, D. (2008). *Abordagem Experiencial e Revitalização de Centros Históricos: os casos do Corredor Cultural do Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarters em San Diego* (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Alcantara, D. (2012). Observações Sobre o Centro. Olhares entrelaçados na construção da paisagem urbana do Rio e de San Diego. In Andrade, R.; Terra, C. (orgs.) *Avesso da paisagem: percepção artístico-urbana e imaginário sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Alexander, C. (1980). *A Pattern Language*. Barcelona: G. Gilli,
- Angotti, F. B. (2013). *Rua do Lavradio: cartografando traços e rastros do coletivo-lugar* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ashihara, Y. (1982). *El diseño de espacios exteriores*. Barcelona: G. Gilli.
- Bruno, F. (2010). Prefácio. In: Ferreira, A. A. L.; Freire, L. de L.; Moraes, M.; Arendt, R. J. J. (orgs.) *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: NAU, p.9-14.
- Cukierman, H. (2007). *Yes, nós temos Pasteur*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj.
- Del Rio, V. (1990). *Introdução ao Desenho Urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini.
- Latour, B. (2000). *Ciência em Ação*. São Paulo: UNESP.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos*

- científicos*. Bauru, SP: Edusc.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador, BA: Edufba; Bauru, SP: Edusc.
- Lamas, J. M. R. G. (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Law, J. (1992). *Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992. Paes, C.F. (2012). *O Futuro do Passado – o papel da herança cultural na cidade contemporânea* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Maturana, H.; Varela, F. *A Árvore do Conhecimento*. Lisboa: Editorial Psy, 1995.
- Pedro, R. M. L. R. (2010) Redes e Controvérsias: Ferramentas para uma Cartografia da Dinâmica Psicossocial. In: Ferreira, A. A. L.; Freire, L. de L.; Moraes, M.; Arendt, R. J. J. (orgs.) *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: NAU, p.78-96.
- Pinheiro, E. C. F.; Pinheiro, A. I. F.(orgs). (2007). *Rua do Lavradio*. Rio de Janeiro: Rio Scenarium Decorações e Antiguidades.
- Rheingantz, P. A.; Azevedo, G. A. N.; Brasileiro, A.; Alcantara, D.; Queiroz, M. (orgs). (2009). *Observando a Qualidade do Lugar: Procedimentos para avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rheingantz, P. A.; Carvalho, R.S.; Vargas, C.R.; Viana, L. Q.; Alcantara, D.; Martins, V. R.; Angotti, F.B. (2012). Qualidade do Lugar e cultura contemporânea: tecendo controvérsias em coletivos urbanos na atualidade In: Rheingantz, P.A.; Pedro, R. M. L. R. (orgs.). *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rocha, I.S. (2012). *Unidades de Polícia Pacificadora: controvérsias que tecem a vida urbana*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MANIFESTAÇÕES POPULARES E MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Ana Claudia Nery Camuri Nunes
Mestre em Psicologia (UFF)
Doutoranda no Programa de Pós Graduação
em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Brasil
anaclaudiacamuri@yahoo.com.br

Aline Ribeiro Nascimento
Doutora em Memória Social (UNIRIO)
Pós-Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Brasil
alinenascimento_uff@yahoo.com.br

Graziela Contessoto Sereno
Especialização em Análise Institucional, Esquizoanálise e esquizodrama pela Fundação Educacional Lucas Machado
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
grazielasereno@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho visa discutir o tema das mobilizações sociais em tempos democráticos e às violações de direitos sofridas pelos manifestantes que foram às ruas protestar nos anos de 2013 e 2014 no estado do Rio de Janeiro. Nosso olhar será construído por meio de um referencial bibliográfico foucaultiano e da documentação produzida pelo Comitê e pelo Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Rio de Janeiro, pois estes dois órgãos acompanharam essas manifestações, assim como os manifestantes que foram presos. Ressaltamos ainda a participação da psicologia nesse processo por meio da atuação do Sistema Conselho de Psicologia, já que pode ocupar assentos no Comitê nacional e estadual.

Palavras chaves: mobilizações sociais, violação de direitos, tortura.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir el tema de los movimientos sociales en tiempos democráticos y las violaciones de derechos humanos sufridas por los manifestantes que salieron a las calles a protestar en los años 2013 y 2014 en el estado de Río de Janeiro.

Nuestra perspectiva de análisis se construye a partir de un enfoque conceptual de Foucault y la documentación producida por el Comité y el Mecanismo de Prevención y Lucha contra la Tortura en el Estado de Río de Janeiro, debido a que estos dos órganos acompañadas estas manifestaciones, mientras los manifestantes fueron detenidos. También hacemos hincapié en la participación de la psicología en este proceso a través de la labor de la Junta del Sistema de Psicología, ya que puede ocupar espacios en el Comité Nacional y el estado

Palabras clave: movimientos sociales, violaciones de derechos, tortura.

Introdução

Ao longo das manifestações populares que ocorreram nos anos de 2013 e 2014 houveram inúmeras violações de direitos, tornando visível o paradoxo do exercício da democracia em tempos de Estado penal. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mobilizações sociais tornavam visíveis novos vetores velozes de organização de coletivos, os vetores de violência estatal se intensificaram na mesma proporção, culminando em detenções arbitrárias de manifestantes. Esse movimento paradoxal da luta de forças do presente, posto que emerge no cenário de um suposto “Estado Democrático de Direito”, entendido como aquele que deveria manter a promessa de promoção e efetivação integral dos direitos humanos fundamentais reconhecidos na Constituição Federal e nos diversos tratados internacionais, denuncia às dificuldades enfrentadas por aqueles que atuam no campo da garantia de direitos.

Por esse motivo, na qualidade de psicólogas atentas ao que emerge no presente e atuantes no Sistema Conselho de Psicologia, pretendemos contextualizar algumas instâncias que acompanharam as manifestações, monitoraram e buscaram intervir na violação de direitos dos manifestantes que foram presos, como o Comitê e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que existe uma lei nacional e uma lei estadual que regulamentam a criação de tais dispositivos e também garantem ao Sistema Conselhos de Psicologia a possibilidade de ocupar assentos nos Comitê estadual e no nacional.

Importante assinalar que diversos tratados internacionais que regulam a temática dos direitos humanos vem sendo ratificados gradativamente pelo Brasil nos últimos anos. Para nossa discussão, nos interessa analisar o Protocolo Facultativo à Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penais Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2002, ratificado pelo Brasil em 2007, pois é justamente ele que recomenda a criação de Mecanismos preventivos de monitoramento dos locais de privação de liberdade. Por isso foi criado o Sistema Nacional de Prevenção à Tortura brasileiro que é regulado pela Lei nº 12.847 de 2013 e composto pelos seguintes órgãos: Comitê e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e Departamento Penitenciário Nacional.

A despeito do Rio de Janeiro ser um estado com alto índice de violência cometida pelas forças estatais, ele foi considerado em 2012 pela ONU “pioneiro”, por ter sido o primeiro a criar um Comitê e um Mecanismo local, tanto em âmbito nacional, quanto internacional, tendo aprovado a Lei nº 5.778, em junho de 2010, mesmo antes de a Lei nacional ter sido promulgada.

Todos esses aspectos serão discutidos nesse trabalho. Inicialmente faremos uma breve contextualização das forças que possibilitaram a emergência do Protocolo no âmbito internacional para compreendermos sua influência na formulação normativa dos dispositivos de combate e prevenção à tortura no Brasil. Posteriormente discutiremos o modo de funcionar desses dispositivos no Rio de Janeiro, bem como as lutas que seus membros enfrentam nesse cenário paradoxal onde democracia e violência parecem um samba de uma nota só chamada “Estado penal”, para que finalmente possamos assinalar a participação desses dispositivos de garantia de direitos humanos durante as manifestações populares no Rio de Janeiro e os tensionamentos presentes no processo que vai da denúncia a responsabilização pela prática da tortura.

A prevenção e o combate à tortura no âmbito internacional

A tortura foi considerada um procedimento

legalizado até o final do século XVIII. Porém, nesse mesmo século, começou a ser gradativamente proibida dentro dos sistemas jurídico-penais europeus ocidentais, mas só passou a ser considerada um crime contra humanidade no século XX, especialmente após os efeitos da 2ª G.M., quando um complexo sistema internacional de promoção e proteção aos direitos humanos foi criado por meio de diversos acordos ou tratados entre países alegando buscar a segurança dos povos e a paz entre as nações. Este movimento culmina na criação de Órgãos como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e, no âmbito regional, a Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil é membro de ambas.

Entender o funcionamento destes Órgãos é fundamental, pois são dispositivos de governamentalidade internacional sustentados atualmente pela democracia neoliberal e com a função de disseminá-la. Michel Foucault (2008a; 2008b) já definia governamentalidade como um conjunto de estabelecimentos, de ações, de estratégias, de estatísticas e de cálculos de probabilidades, com o foco na produção da segurança, conforme podemos ver nos seus cursos: *Segurança, território e população* e em *Nascimento da biopolítica*. Contemporaneamente podemos falar de uma mundialização do governo das populações por estratégias de assessoria por parte de organismos internacionais como estes citados, que prometem a garantia da paz, da segurança, dos direitos humanos e da implementação do regime democrático, que é aquele considerado o ideal para se garantir os três primeiros itens e, dessa forma, passam a pautar políticas públicas de todos os setores, em todos os estados-membros que fazem parte destas Organizações.

Tendo essas ideias no horizonte, vamos ao primeiro documento mundialmente reconhecido que detalha o que se entende por tortura além de vinculá-la ao exercício do poder público: a *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU*, de 1984, promulgada no Brasil em 1991. A Convenção da ONU, em seu Artigo 1º diz: (...)

O termo "tortura" designa qualquer ato pelo

qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido, ou seja, suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

Bem, o que seriam essas sanções legítimas as quais o documento em questão se refere, não fica muito claro, mas ao fazermos uma breve pesquisa histórica, descobrimos que muitos países fazem de tudo para provar a legitimidade de suas sanções. O exemplo mais atual em relação a isso vem dos Estados Unidos da América (EUA) e tudo o que diz respeito às prisões de Guantánamo, em Cuba, e Abu Ghraib, no Iraque; ambas ficaram conhecidas mundialmente pela prática de tortura durante a década de 2000.

Já a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1985, aceita pelo Brasil em 1989, corrobora com a definição da Convenção da ONU e amplia a caracterização da tortura à aplicação de métodos que, mesmo que não causem dor física ou angústia psíquica, visem à anulação da personalidade da vítima ou a diminuição de sua capacidade física ou mental, e acrescenta que nem a "periculosidade" do detido ou condenado nem a insegurança do estabelecimento carcerário justificam a tortura.

Em 2002, a ONU aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção de 1984, que só entrou em vigor em 2006, tendo sido aceito pelo Brasil em 2007. Este último documento alega ter como principal objetivo estabelecer um sistema de visitas regulares a lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a intenção de prevenir a tortura, que seriam efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes. Para realizar essa função a nível internacional ele cria um Subcomitê de Pre-

venção da Tortura (ONU), que é ligado ao Comitê da Tortura (ONU). Sugere também que os Estados-Parte construam Mecanismos preventivos nacionais fundados nos critérios elaborados por esse Protocolo.

O sistema brasileiro de prevenção e combate à tortura

Ao analisar as normativas emitidas pelo estado brasileiro que tratam do tema da tortura, destacamos primeiramente a Constituição Federal (1988), que segue a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) e, apesar de não definir o termo tortura, diz no art. 5º que: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” além de considerar esta prática um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia; apesar dos agentes do estado que torturaram na ditadura militar em nosso país terem sido anistiados.

Mas o crime de tortura só foi definido e tipificado no Brasil pela Lei nº 9.455 (1997), que apesar de ter muitos elementos da Convenção da ONU, optou por criminalizar a conduta como tal, não relacionando-a aos agentes do estado, fato este que não pode ser naturalmente aceito.

Apesar do arcabouço jurídico e normativo existente, tanto no âmbito nacional como no internacional, os crimes de tortura continuam a acontecer em diversos países, inclusive no Brasil. As denúncias realizadas por pessoas comuns ou organizações humanitárias não cessaram após o fim da ditadura militar. Contudo, deparamo-nos neste trabalho com a dificuldade de encontrar dados oficiais sobre tortura em nosso país. Um dos únicos disponíveis está no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência (SDH/PR), no qual eles admitem que: “essa prática é recorrente no cenário atual” e também dão a notícia de que o Disque 100 anotou 1.007 queixas de tortura (de fevereiro de 2011 até fevereiro de 2012). Por isto, desde 2013, este órgão passou a oficialmente receber denúncias de tortura. Afirmam ainda que a maioria dos casos de tortura, ou seja, 65% das denúncias eram de pessoas presas em cadeias públicas, delegacias de polícia e presídios (só aqui eram mais de 48%).

Diante dessa realidade, a Secretaria alega que

desde 2005 vem enfrentando esta questão ao instituir a “Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional”. Esta Comissão coordenou o Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil em 2006 (PAIPCT), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-ONU). A Secretaria também lançou, em 2010, o “Plano Nacional de Direitos Humanos 3”. Ambos os planos sugerem a construção de Mecanismos preventivos de monitoramento dos locais de privação de liberdade.

Em 2012, o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU (SPT) publicou o *Relatório sobre a visita ao Brasil*, ocorrida entre 19 e 30/09/2011. E, no dia 30 do mesmo mês, o SPT apresentou suas observações confidenciais preliminares ao Governo do Brasil e, neste mesmo dia, um Projeto de Lei (PL) para a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura foi assinado pela Presidenta Dilma Rousseff e enviado ao Congresso.²²

Cedendo a pressão de órgãos internacionais e na tentativa de atender o que recomendam os Planos brasileiros acima citados e ao Protocolo da ONU, em agosto de 2013, o estado brasileiro finalmente promulgou a Lei Nº 12.847, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, no âmbito da SDH/PR. Em nosso país, temos a peculiaridade da lei prever a criação de estruturas descentralizadas, por meio de um sistema misto de Comitês e de Mecanismos de Prevenção, nacionais e Estaduais.

Em 16/12/2013 foi assinado o Decreto nº 8.154 que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê e dispõe sobre o Mecanismo. O documento também revoga o Decreto de 26/06/2006, que criava, no âmbito da SEDH/PR, o Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil.

Em função do comitê nacional só ter divulgado a lista das instituições que o compõem em março de 2014, não tivemos como fazer uma

²² Disponível em: <<http://www.onu.org.br/governo-do-brasil-envia-projeto-de-lei-que-cria-mecanismo-nacional-de-prevencao-da-tortura/>>. Acesso em 11 dez. 2013.

análise de documentos ou ações produzidos por eles. E, no que diz respeito ao Mecanismo nacional, também não nos foi possível discutir suas ações tendo em vista que ainda se encontrava em fase de escolha de seus membros quando da feitura deste trabalho, estando o Conselho Federal de Psicologia na Comissão de seleção de candidatos, por ter sido uma das instituições da sociedade civil escolhidas para compor o Comitê.

No entanto, ao analisarmos brevemente a lei que cria o sistema brasileiro, destacamos, dentre tantas, uma questão que consideramos central em toda a discussão que envolve o tema da tortura: a “autonomia” ou “independência” destes órgãos. Essa “independência” sugerida pelas organizações internacionais configura-se como uma meta inalcançável. Primeiro porque nem mesmo essas organizações são independentes, já que são financiadas e gerenciadas pelos países que as compõem, lembrando que alguns desses países têm forte influência sobre a economia mundial, como os EUA. Depois porque tampouco o Comitê e o Mecanismo Nacional, assim como, por exemplo, o do estado do Rio de Janeiro, podem se dizer “independentes”, já que estão subordinados administrativa e financeiramente ao Estado brasileiro - o mesmo que produz a violência que se propõe a combater. Bem sabemos que, dependendo da configuração de forças presente em cada governo, nas três esferas de poder, o funcionamento destes Comitês e Mecanismos irá sofrer interferências variadas, que abrangem desde a escolha dos membros até o modo de funcionamento cotidiano. Portanto, consideramos essa exigência de “autonomia” ou “independência” o principal paradoxo desses dispositivos.

O Comitê e o Mecanismo de prevenção e combate à tortura do estado do Rio de Janeiro

Como dissemos na introdução, no estado do Rio de Janeiro, o Comitê e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RJ) foi criado pela Lei Estadual nº 5.778 em junho de 2010.

O Comitê do Rio é composto de forma paritária entre o poder público estadual (oito mem-

bros)²³ e a sociedade civil (oito membros)²⁴. Já a escolha dos seis membros do Mecanismo é realizado pelo Comitê, que abre uma candidatura pública. Os primeiros membros do Mecanismo foram empossados em julho de 2011. Este último órgão se constitui como um órgão público e está vinculado administrativamente e financeiramente à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), especificamente à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

De acordo com o Relatório anual (2013) do Mecanismo do Rio, seus objetivos são planejar, realizar e conduzir visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade para verificar as condições em que se encontram submetidas às pessoas privadas de liberdade, com intuito de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes. Na concepção do MEPCT/RJ, o propósito fundamental do mandato preventivo é o de “identificação do risco de tortura” e, a partir da ação proativa de monitoramento de centros de privação de liberdade, prevenir que as violações aconteçam. Esse enfoque preventivo utilizado por eles se baseia na premissa de um diálogo cooperativo com as autoridades competentes para coibição da tortura.

O Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU esteve com o Mecanismo do Rio de Janeiro e ponderou que este órgão “atende aos requisitos do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e tem potencial para se tornar um ator chave na prevenção da tortura. Sua eficácia, contudo, é prejudicada pela falta de recursos materiais”. O Subcomitê recomendou que as “autoridades federais e estaduais relevantes forneçam ao Mecanismo do Rio de Janeiro, (...) independência funcional e recur-

²³ Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e o Pres. da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da ALERJ; 1 repres. do TJ; 1 do MP; 1da DP. Mais 1 representante do Conselho Estadual de Defesa dos DH; 1 do Conselho da Comunidade do Estado e 1 do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

²⁴ -1 representante da OAB; 1 do CRSS e 1do CRP e 5 representantes da sociedade civil eleitos bianualmente. Duas das autoras deste trabalho, Ana Claudia Camuri e Graziela Sereno, representam o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05) no Comitê do Rio de Janeiro.

tos suficientes, que lhes permitam realizar suas funções de modo efetivo, de acordo com o que dispõe” o Protocolo. Apesar da seriedade e dedicação dos membros do Mecanismo, de fato o órgão funciona em uma estrutura muito precária, não tem sala própria, não tem veículo próprio, os membros são constantemente barrados pelas seguranças da própria Assembléia, o trabalho muitas vezes é realizado nos computadores e carros pessoais dos membros ou em espaços cedidos pelas instituições que compõem o Comitê.

As manifestações populares no Rio de Janeiro

Inicialmente os motivos que fizeram a população de todo o país ir às ruas foi o aumento das passagens nos transportes coletivos, evidenciando a questão do direito a mobilidade nas cidades, posteriormente eles se ampliaram para a reivindicação de direitos sociais de qualidade como saúde, educação, saneamento, segurança pública etc. Também houveram protestos específicos como, por exemplo, aqueles ligados aos profissionais da educação, os vinculados aos eventos esportivos internacionais ou ainda aqueles atrelados às desapropriações de moradias populares. Em todos eles ficou visível o questionamento ao modelo de democracia representativa vigente no país, congregando jovens através das redes sociais. Os movimentos atingiram seu cume entre os dias 17 e 20 de junho de 2013, quando milhões de pessoas, em 438 municípios, foram às ruas protestar. No Rio de Janeiro, no dia 20 de junho, cerca de dois milhões de pessoas se concentraram na Av. Presidente Vargas.

Infelizmente houve outro fator que ficou evidente nos diversos atos do país, a resposta violenta dada por parte das autoridades policiais²⁵ contra a população. Foram muitas as cenas divulgadas - tanto pela mídia tradicional, quanto pela mídia independente - nas quais foi apresentado um imenso repertório de

práticas repressoras com uso indevido e excessivo das forças estatais.

O Comitê e o Mecanismo do Rio acompanharam de perto as manifestações populares ocorridas nesse período e, em função do recebimento de denúncias de detenções arbitrárias e de tratamento desumano e degradante aos manifestantes, o MEPCT realizou visitas às pessoas privadas de liberdade que possuíam relação com tais eventos.

Segundo o Relatório anual (2013) do MEPCT, a ação policial nos protestos, em muitos casos, não possuía o escopo de dispersão como foi alegado, já que a resposta policial foi desproporcional e, muitas vezes, violenta e gratuita. O objetivo principal era encurralar os manifestantes e forçá-los a serem atingidos pelos efeitos do gás de pimenta e gás lacrimogênio. Por isto, para este órgão, as Prisões arbitrárias e desnecessárias, a truculência e o arbítrio policial e o uso abusivo de armas menos letais, deram o tom da atividade policial durante as manifestações populares “conferindo tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.”

A título de ilustração destacamos brevemente às prisões ocorridas no dia 15/10/2013, dia do professor. Na ocasião, mais de duzentas pessoas foram detidas pelas forças policiais nas escadarias da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e oitenta e quatro delas tiveram sua prisão mantida. Essa operação foi realizada pela Polícia Civil e Militar, contando com a participação do Choque, do BOPE e da Força Nacional de Segurança. Conforme podemos verificar no Relatório do Mecanismo (2013), todos os lugares de detenção para onde os manifestantes haviam sido levados foram visitados por eles, assim como encontramos a afirmação de que todas as pessoas detidas relataram ao MEPCT/RJ que foram detidos em situações arbitrárias e sofreram agressões físicas e verbais na hora da prisão.

Realizamos ainda uma lista das principais violações de direitos registradas em todas as manifestações que se iniciaram em junho de 2013 e foram até julho de 2014, a saber: O uso desproporcional da força estatal com auxílio de armas menos letais e letais; os homens relataram o uso excessivo das forças policiais na apreensão e no transporte entre as unidades prisionais realizado pelo Serviço

²⁵ A contenção repressiva das manifestações se deu principalmente por parte da Polícia Militar, com a colaboração da Polícia Civil e da Força Nacional de Segurança. Cabe ressaltar ainda a participação do Batalhão de Choque e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que fez uso de helicópteros, veículos blindados e fuzis.

de Operações Especiais (SOE); as mulheres relataram agressões verbais e revistas abusivas; os adolescentes apreendidos eram, geralmente, conduzidos algemados à unidade do Degase; a permanência de detidos por mais de 8 horas dentro de ônibus da PM e em carceragens ou salas muito pequenas com grande número de pessoas; nas delegacias a imputação dos crimes supostamente praticados foi altamente arbitrária, baseada apenas em versões dos policiais que realizaram a prisão em flagrante; a prática de “pulverização” das delegacias de polícia independente do local que ocorreu o suposto fato; violação das prerrogativas advocatícias ao impedir que estes falassem com seus clientes; a identificação criminal indiscriminada e o cadastro dos manifestantes realizado pela Polícia Militar/RJ; hospitais se negando a atender pessoas feridas; policiais se negando a dizer para onde as pessoas estavam sendo levadas; prisões sem materialidade e decorrentes de fatos atípicos; agressões físicas por parte da polícia militar.

Nos Relatórios específicos das visitas realizadas pelo Mecanismo, no período em que manifestantes encontravam-se presos, foram registrados alguns relatos de agressões, maus tratos, tratamento desumano e degradante. Neste trabalho optamos por não comentar casos nominalmente, por acreditarmos que isto exporia essas pessoas e também por acharmos que só elas podem narrar o que aconteceu, caso desejem isso.

Neste trabalho nossa intenção foi focar na violência de Estado propriamente dita independentemente de quem foi atingido, pois elas não poderiam jamais ter acontecido, com quem quer que fosse. Os problemas ligados a violência estatal vividos por aqueles que foram apreendidos nas manifestações e intitulados como “presos políticos da democracia”, são também vividos por todos aqueles que já caíram nas malhas do “Estado penal”. Eles fazem parte das práticas cotidianas das forças policiais e da execução penal, atingindo a todos aqueles que são presos, afinal “todo preso é um preso político!”.²⁶

²⁶ Frase retirada do texto que apresentou a exposição “Correspondências de presos políticos: memória da

Problemas em torno da denúncia, investigação e responsabilização da prática de tortura

Tendo em vista que todos os presos são políticos, não podemos nos furtar de mencionar alguns dos problemas existentes em torno da denúncia, da investigação e da responsabilização da prática de tortura.

O primeiro deles foi destacado no Relatório de 2012 que o Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU fez sobre nosso país: são as represálias que sofrem àqueles que denunciam terem sofrido tortura. É importante assinalarmos que há uma especificidade relacionada à prática de tortura nos espaços de privação de liberdade, o fato de que neles aquele que sofreu a tortura, após denunciar o torturador, retornará para a mesma prisão e, provavelmente, sofrerá algum tipo de retaliação. Infelizmente, o Estado brasileiro não conta com programas de proteção para esses casos. Essa observação se faz importante, na medida em que encontramos muitas vezes, na literatura “psi”, observações de que não ocorrem tantas denúncias de tortura em função de o suposto torturado sofrer de uma “cisão interna”, presente em todos aqueles que foram torturados - fato este que o impossibilitaria de falar. Não negamos que essa experiência trágica possa provocar essa impossibilidade em algumas pessoas. Mas isso não é um universal. As pessoas não respondem rigorosamente da mesma maneira às situações a que são submetidas. Basta lembrarmos a narrativa de Walter Benjamin dizendo que os soldados voltaram mudos, pobres em experiências “comunicáveis”, quando retornaram do campo de batalha, na 1ª Guerra Mundial, o que não significa que estavam “cindidos”. E também temos a experiência de Primo Levi, que após sua saída do campo de concentração, disse que o problema não é a impossibilidade de falar, mas de encontrar pessoas que suportem ouvir o que aconteceu, e, por isso, ele escrevia.

ditadura e a coragem de verdade”, realizada por Acácio Augusto entre os dias 12/04/2010 e 14/05/2010, na Galeria do Museu da Cultura, na PUC-SP. Texto disponível em: http://www.pucsp.br/museudacultura/revista_memorias.html. Acesso em 04 nov. 2014.

Além do aspecto do medo naquele que sofreu a tortura, há também o medo dos profissionais que lidam diariamente com essas pessoas presas, e que seriam aqueles que, supostamente, poderiam auxiliá-las no processo de denúncia; sobretudo, por não poderem garantir a segurança do denunciante, nem a sua própria.

Esse problema da insegurança dos funcionários que, apesar de não terem cometido, tomam ciência da prática de tortura, está ligado àquele outro, já mencionado anteriormente: o problema da “autonomia”. No início deste trabalho mencionamos essa questão no que diz respeito aos órgãos ligados ao monitoramento da tortura, só que agora destacamos aos órgãos de perícia, nos quais são realizados os exames de corpo delito. No estado do Rio de Janeiro temos o “Instituto Médico Legal -IML”. Na maior parte das vezes, esses órgãos periciais estão lotados na estrutura dos estados e seus funcionários, muitas vezes, também têm medo de afirmar o que vêem. O SPT da ONU também fez uma observação importante nesse sentido, ao dizer que a maioria dos institutos de medicina forense no Brasil é subordinada às Secretarias de Segurança Pública dos Estados, que controlam a polícia. O SPT sustenta que isso pode exercer um impacto negativo na independência dos profissionais forenses e em sua capacidade de realizar exames médicos sem interferências indevidas. Por isto, o SPT recomenda que todos os institutos forenses se tornem independentes das Secretarias de Segurança Pública. Também recomenda que o Estado Parte estabeleça um sistema de exame independente, de acordo com o Protocolo de Istambul²⁷, que dedica seu capítulo seis aos “Indícios psicológicos da tortura”, segundo o qual médicos forenses e psicólogos devem realizar investigações completas quando o médico que examinar o detido tenha motivos

para supor que este último tenha sido submetido a tortura e/ou maus-tratos.

Outro agravante em relação à questão da não “independência” desses órgãos que poderiam comprovar as torturas e execuções sumárias em nosso país é apontado por Tânia Kolker (2009a, p. 226), quando diz que, com frequência, “é o próprio torturador quem conduz o torturado para o exame” de corpo delito.

Destacamos mais uma situação, ocorrida em 2014, na qual uma das pessoas detidas nas manifestações a que nos referimos anteriormente pediu para ser levado à Delegacia de Polícia, para lavrar um Boletim de Ocorrência por ter sofrido agressão física perpetradas por um agente do SOE ao retornar de uma audiência judicial. Mas aqueles que o custodiavam na unidade prisional tentaram, de todas as formas, dissuadi-lo de fazer a denúncia; depois de muita insistência, ele conseguiu chegar à delegacia. Contudo, o fato foi lavrado apenas como “abuso de autoridade” (art. 3º da Lei 4.898/1965) e não como “lesão corporal” (art. 129 do Código Penal).

Como vimos anteriormente, na contramão das convenções internacionais, nosso país optou por criminalizar a tortura não a relacionando aos agentes do estado. Para alguns autores isto seria uma inovação, visto que pessoas comuns que praticam tortura podem ser alcançadas pela lei. Contudo, um dos efeitos dessa “inovação” punitiva, dentre tantas que já temos, é a predominância de condenações por crimes cometidos no âmbito privado, como acentua Cecília Coimbra no texto: “Violência do Estado e Violência ‘doméstica’: o que têm em comum?”²⁸, ao colocar em análise o fato de se falar muito mais na violência chamada “doméstica” e não da institucionalizada, praticada por agentes do Estado nos diferentes estabelecimentos públicos. Essa “fragilidade” legal, a antiga prática do Estado brasileiro de praticar violência em suas instituições de privação de liberdade e de não assumir as violações cometidas por ele, além de toda uma produção de subjetividades “crimi-

²⁷ Cf.: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo de Istambul. Manual para Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e Outras Penas ou tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Série de formação Profissional n° 8. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_protocolo_istambul.pdf. Acesso em 03/10/2013.

²⁸ Disponível em: <http://www.slab.uff.br/index.php/docentes/8-noticias/42-ceciliatextos>. Acesso em 04 nov. 2014.

nosas”, possibilitam que as forças violentas do Estado se perpetuem, mesmo em tempos democráticos.

Considerações finais

Neste artigo partimos do pressuposto que toda prática social é uma prática política e que toda abordagem teórica sempre produz efeitos ético-políticos. Por essa razão não podemos parar de nos inquietar com práticas realizadas no campo da segurança pública e na própria prisão. Somente por meio desse estado de desassossego permanente é que podemos dar visibilidade às lutas que se desdobram nas relações de poder que compõem o funcionamento das instituições legislativas, policiais, judiciárias e prisionais para, dessa forma, podermos pensar outros modos de resolver os conflitos sociais.

As normativas supracitadas neste trabalho, criadas por Organismos internacionais e pelo próprio Estado brasileiro, são amplamente citadas por profissionais do campo da garantia de direitos, incluindo os psicólogos, contudo nem sempre são devidamente problematizadas.

Não cabe na proposta deste trabalho uma ampla discussão sobre esse tema. Mas consideramos que estamos dando um primeiro passo ao dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por aqueles que habitam o campo da garantia de direitos e ao convocar, especialmente, a categoria dos psicólogos, a pensar se podemos continuar a aceitar como naturais todos esses discursos produzidos sobre direitos humanos. Discursos estes que trazem em seu bojo o modelo ideal do humano que “merece” ter seus direitos respeitados, assim como a possibilidade de violação desses mesmos direitos, ao incluírem pequenas observações que possibilitam que ações violentas possam ser tomadas desde que devidamente justificadas. Colocando-nos numa espécie de constante “estado de exceção”²⁹ que, na contemporaneidade, têm se

²⁹ O Estado de Exceção, conhecido também como estado de sítio, originariamente era tomado como uma modalidade jurídica e como uma medida excepcional passível de ser acionada em situações de guerra ou em conflitos internos extremos, na qual, por um certo tempo, era permitido, ao chefe de uma nação, suspender os direitos individuais dos presos, o que implicava em tornar legal

tornado regra, transformando-se na face dominante das práticas políticas ditas “democráticas”. (AGAMBEN, 2004).

Precisamos reconhecer a importância da criação de políticas públicas, especialmente àquelas que se propõem a combater a violência de Estado, mas precisamos também evitar uma defesa cega de um Estado Democrático de Direito “humanizado”. Só dessa forma conseguiremos problematizar as forças que estão em jogo. Temos que nos perguntar como emergem: o Estado, o direito, o homem, a democracia, o capitalismo e a prisão na modernidade. E para isso precisamos abdicar de uma base: abstracionista, universalista, evolucionista e transcendente.

Deleuze em 1992 já dizia, os direitos humanos, desde sua gênese, têm servido para levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites preocupam-se com o seu bem-estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade e, com isso, confirma-se o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Mas para Deleuze, no capitalismo só uma coisa é universal, o mercado. Em suas palavras: “Não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana”. (Deleuze, Conversações, 1992, p. 213).

Outro autor que nos faz desnaturalizar essas questões é José Saramago, que no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2005, 13 anos depois de Deleuze, disse algo que continua muito atual:

Tudo se discute neste mundo (...) menos a democracia. A democracia está aí como se fosse uma espécie de santa no altar de quem já não se esperam milagres (...). E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. Porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a pôr outro de que talvez venha a gostar (...). Mas as grandes decisões são tomadas numa outra esfera e todos sabemos qual é, as grandes organizações financeiras internacionais (...). E nenhum desses organismos é democrático e portanto como é que

medidas de violência inferidas a eles, sem que se configurassem como crime (AGAMBEN, 2004).

podemos continuar a falar em democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo. (...) Aonde está então a democracia?. (...) Se os partidos que governam se submetem aos poderes econômicos, a quem serve o poder político? Apenas para adaptar legislações nacionais e ser vigia de manifestações de protesto? .

Infelizmente a criação dos Mecanismos de prevenção e combate à tortura estatais não significam a garantia de que os direitos das pessoas presas são respeitados, apesar dos esforços desses atores para que tal fim seja cumprido. É preciso que continuemos a pensar em novos dispositivos de resistência e enfrentamento à violência de Estado, que não estejam atrelados ao próprio Estado que, historicamente emerge na modernidade por meio de práticas violentas.

Seguimos convictas de que a psicologia pode se implicar mais com suas próprias produções sejam elas teóricas, documentais ou práticas, pois os psicólogos ao escreverem teses e artigos, ao confeccionarem laudos e pareceres, ao atuarem em diversas áreas da campo social, estão também produzindo subjetividades. Ao atendermos prontamente as demandas da sociedade e de determinadas instituições, sem analisarmos nossas implicações com o que estamos fazendo, corremos o risco de não fazer nada além de inventar “perfis” de sujeitos “perigosos” e/ou “criminosos”, solidificando dessa forma as inúmeras práticas de assujeitamento, discriminação, exclusão, violência e aprisionamento.

Só para pegar novamente o tema das manifestações, nestas últimas ocorridas entre 2013 e 2014, temos o personagem do “vândalo”, que apareceu amplamente na mídia, nos discursos dos especialistas em segurança pública e, para a infelicidade da nossa categoria de psicólogos, também encontramos esse termo em escritos circulando pela internet assinados por psicólogos. E, juntamente com esse “perfil”, veio todo um processo de criminalização sobre esse personagem. Discursos como esses só ajudam a justificar as violações de direitos que aqueles que ganharam essa “alcunha”, porventura venham sofrer.

Cabe lembrar o que diz o Código de Ética Profissional dos Psicólogos em seus Princípios Fundamentais: “o psicólogo baseará o seu

trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano”, “trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” e ainda que “atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”.

Ao discutir as possibilidades de construção de outro mundo, depois do grande encarceramento em andamento, Nilo Batista diz que elas vão “dependem de nossa capacidade de renunciar a metáforas que realimentam o princípio da punição, ou seja, o princípio - jamais demonstrado! - segundo o qual a imposição de sofrimento previne transgressões ou restaura a ordem virtuosa violada”. (2010, p. 158).

Nunca é demais lembrar Foucault, quando nos fez pensar que enquanto ficamos por aí procurando classificar indivíduos perigosos, não vemos se constituir um perigo bem mais grave, o perigo de uma sociedade “que não se inquietaria em permanência com seu código e com suas leis, com suas instituições penais e suas práticas punitivas.” (FOUCAULT *apud* FONSECA, 2002, p. 286).

Por tudo isso, finalizamos este trabalho convidando a todos a profanarem este modelo de democracia neoliberal que esta em vigor no que ela tem de doutrina e sacerdotes!

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN. G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BATISTA, Nilo. A lei como pai. In ABRAMOVAY, P.; BATISTA, Vera (Org.), *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. 1º ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- FOUCUALT, M. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução Eduardo Brandão, revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCUALT, M. *O nascimento da biopolítica*:

curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senelart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução Eduardo Brandão, revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

KOLKER, Tânia. Os profissionais de saúde e a tortura nas prisões. In: MOURÃO, Jane C. (Org.). *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer e Grupo Tortura Nunca Mais, 2009a.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembléia Legislativa. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro.

NARRATIVAS URBANAS E PÓS-MODERNIDADE

Leonardo Perdigão Leite
Mestrando

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Social UERJ
leoperdigaoleite@yahoo.com.br

Pedro Jorge Lo Duca Vasconcellos
Mestre

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós Graduação em Memória Social
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil
Pedromirok@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho visa demonstrar de que maneira os grafites se enquadram nos modos de narração e construção de laços de sociabilidade da sociedade pós-moderna. Segue-se o pensamento do filósofo Vattimo que questiona o pensamento outrora dominante de uma história universal e linear, características do pensamento moderno. O filósofo propõe que pensemos na figura fragmentada de mosaicos de narrativas onde prevalecem histórias locais de grupos antes vistos como subculturas. Com a difusão e acessibilidade aos diversos meios de comunicação, vislumbra-se a emergência de vozes outrora silenciadas pelo *status quo* oficial, permitindo a materialização das várias *weltanschauung* (visões de mundo) dos grupos sociais na contemporaneidade.

Relatório anual de 2013. Rio de Janeiro: Gráfica da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível no site: <http://www.apr.ch/content/files/npm/americanas/Rio_LPM%20Annual%20Report%202013.pdf>. Acesso em 1 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. *Relatório sobre a visita ao Brasil*. Genebra, 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2012/07/relatorio_SPT_2012.pdf>. Acesso em 2 abr. 2014.

neidade. A disseminação dessas vozes não procura mais apresentar a história por meio de *fatos* concretos de um saber legítimo, mas através de *fábulas* que permitam a visualização e despertem o imaginário desses grupos sufocados. Na sociedade pós-moderna existem tantas narrativas locais quanto *tribos urbanas*.

Palavras Chave: Grafite - Pós-modernidade - tribos urbanas - visões de mundo

Abstract: This paper presents the way that graffiti art can contribute in the processes of socialization and can be a powerful tool to provide identity to the many groups of the cities. Besides, it can create stories about groups that once were considered marginal. Following this thought the work of Gianni Vattimo is used to give the theoretical support needed. The philosopher argue about the changes occurred in the society leads to a time that is called "post-modernity". The Postmodern condition surpass the dualist thought of the modern age. Several groups can rise and spell out their thoughts and the way they see the world. In this sense, the local stories gain the same important - maybe more - than the global happenings. This way, history is not assumed as a straight and universal line but can be told by the several groups of the cities.

Keywords: Graffiti - Post-modernity - Cities

1. O esvanecer das fronteiras culturais

A cultura nos últimos tempos vem passando por um intenso processo de transformação em suas bases, afetando diretamente os grupos e suas questões identitárias. O termo "alta

cultura", ainda que seja amplamente usado nos nossos dias, mudou de figura. De fato, as fronteiras que antes separavam de maneira fixa as culturas erudita e popular esvanecem, criando a sensação de que existe em curso um processo de homogeneização e padronização cultural, sobretudo na figura controversa da indústria cultural. No entanto, por trás desse movimento submergem formas de diferenciações particularistas que problematizam as referências catastróficas de um mundo cultural globalmente homogêneo. Além disso, torna-se cada vez mais difusa a ideia de que as culturas nacionais, aquelas representações longevas que procuram abarcar todas as diferenças no interior de um território geograficamente delimitado, não possuem a representatividade de outrora. As forças globalizantes, dessa forma, produzem novas formas de representações e identificações culturais. Não estamos mais nos tempos em que a cultura era um sistema completo e coerente de explicação do mundo.

Terminaram, igualmente, as grandes épocas de oposição entre cultura popular e cultura erudita, entre "civilização" das elites e "barbárie" do populacho [...] Não mais o cosmo fixo da unidade, do sentido último, das classificações hierarquizadas, mas o das redes, dos fluxos, da moda, do mercado sem limite nem centro de referência. (LIPOVETSKY, 2011, pp. 7-8).

A cultura era vista como definidora das posições sociais estáveis e hierárquicas da sociedade. Cada grupo social era definido pelos seus gostos culturais. Os grupos mais abastados seriam aqueles ligados às culturas eruditas e menos acessíveis, enquanto aos menos abastados apenas as manifestações populares e acessíveis estariam ao seu alcance. Como bem afirmou o sociólogo francês Edgar Morin em seu famoso trabalho sobre a cultura de massa no século XX, "no começo do século XX, as barreiras das classes sociais, das idades, do nível de educação delimitavam as zonas respectivas da cultura" (MORIN, 1990, p. 37). Dessa forma, as fronteiras entre os grupos não eram edificadas e mantidas apenas pelos fatores econômicos, mas eram chanceladas pelas manifestações culturais.

No entanto, a partir das intensas trocas e fluxos proporcionados pela globalização, sobretudo a partir do período pós-II Guerra Mundi-

al, a indústria cultural passou a ser um dos fenômenos mais latentes. A cultura de massa e seus produtos (cinema, rádio, televisão, revistas) passam a fazer parte da vida das pessoas com mais intensidade. Morin (1990) entende que nesse processo há uma mescla dialógica de padronização e criação, em que os elementos tidos como da "alta cultura" são ressignificados e, assim, por outros meios, passam a fazer parte da vida dos grupos que até então não tinham acesso a estes produtos culturais. Desta forma, as distinções culturais, nos termos de Pierre Bourdieu, são cada vez menos pautadas por questões estanques de classe. Nas palavras de Morin: "A relação padronização-invenção nunca é estável nem parada, ela se modifica a cada nova obra, segundo relações de forças singulares e detalhadas [...] enfim, existe uma zona marginal e uma zona central da indústria cultural." (MORIN, 1990, p. 33).

A partir dessa difusão da cultura, vários grupos emergem do silêncio e reivindicam voz ativa na sociedade. Suas diferenças agora se dão por outras bases mais fluidas (étnicas, religiosas, locais, linguísticas...). Nesse jogo cultural em que as barreiras desvanecem, a cultura imposta pelos Estados nacionais também são postas em xeque. Outrora como grande selecionador daquilo que deveria representar o corpo coletivo, procurando elementos de interesse comum na sociedade, o Estado não é mais o exclusivo propagador da cultura (chancelado pelos equipamentos, como os museus, bibliotecas, monumentos no espaço público). Procurando selecionar elementos imperecíveis e totalizantes, o Estado precisa agora partilhar sua força referencial com outros meios de propagação cultural, sobretudo as mídias e os grupos minoritários. Contudo, ao contrário dos elementos elaborados pelo Estado, os produtos culturais propiciados por estes outros meios não são mais pautados exclusivamente pela longevidade e universalidade. Para Nestor García Canclini, dessa forma, a cultura contemporânea é definida pelo processo de hibridização, que para o autor seriam "processos nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (CANCLINI, op. cit. p. XIX). Dessa forma, torna-se cada vez

mais problemática apontar para uma cultura pura, livre de qualquer contato com outras culturas e suas possíveis combinações, dando vida a novas formas culturais. Se outrora, como aponta o antropólogo argentino concordando com o pensamento de Bourdieu, a burguesia procurava diferenciar-se daquelas manifestações pautadas pela funcionalidade da vida prática e concreta, ressaltando os valores estéticos e abstratos da cultura, como se verifica nas obras de arte dos museus, agora esse pensamento categorizante precisa ir mais fundo, pois a cultura de massa já não pode mais ser enxergada sob essa ótica da diferenciação classista.

Partindo das ideias de Bourdieu, Canclini afirma que é preciso, ao mesmo tempo, ir além do sociólogo francês, pois sua obra seria "pouco atraída pelas indústrias culturais, não nos ajuda a entender o que ocorre quando até os signos e os espaços das elites se massificam e se misturam com os populares". (CANCLINI, op. cit, p. 37). Dessa forma, a obra de Bourdieu ainda estaria presa a uma divisão muito nítida entre os gostos populares e aqueles burgueses, donde os primeiros estariam presos a uma cultura cujo sentido se dá mais pela funcionalidade do que pelo refinamento e abstração estético dos últimos. No entanto, essa divisão estanque torna-se defasada nas sociedades pós-modernas, em que formas culturais antes tão díspares se relacionam e dão vida a combinações híbridas, ou então que elementos culturais outrora vistos com desdém são reverenciados em vários espaços, tanto institucionais como públicos, caso emblemático dos grafites.

Esse momento de transição de culturas com suas fronteiras bem definidas e de um Estado propagador de cultura é o que podemos chamar de pós-modernidade. Esse termo não se refere a uma nova etapa sucessiva da história social, mas a uma problematização daquilo que se convencionou a chamar de modernidade. Não a extinção de uma fase em detrimento da posterior, mas a convivência de vários elementos e manifestações culturais de múltiplos grupos num mesmo momento. Quanto mais o mundo se globaliza, mais os particularismos e as exigências identitárias ganham relevo, induzindo uma nova relação entre cultura e política. [...] Quanto menos a

luta de classes ocupa o foco central que ocupava, mais se afirmam um processo de fragmentação cultural de um gênero novo, demandas de direito particularistas reconhecido no espaço público, assim como problemáticas morais plurais (LIPOVETSKY, 2011, p. 26).

Na difusão e hibridização das culturas, na mistura que provoca um abalo dos sistemas fechados e fixos entre erudição e folclore, a cultura é apropriada e evidenciada por múltiplos grupos que não mais se sentem representados por uma cultura inabalável e totalizante, que seleciona eventos marcantes do passado para dar sentido ao presente e predizer o futuro. Os museus não são mais os lugares privilegiados para que a cultura de uma nação seja exibida e mitificada, contada pela visão-de-mundo das classes dominantes. Não mais os grandes acontecimentos de interesse comum, mas aqueles eventos presentes e efêmeros ligados aos pequenos grupos no seu cotidiano ordinário. A história não mais contada de maneira linear, mas várias visões se inter cruzando num mosaico de acontecimentos. Nenhuma manifestação reflete tão bem esse momento social como o grafite. Uma forma de expressão global, padronizada no estilo mas que preserva seus dialetos locais, efêmera, ligada aos pequenos grupos e suas histórias presentes. Não por acaso essa manifestação cultural ganhou as ruas no mesmo momento do surgimento do termo pós-modernidade.

2. Cultura na pós-modernidade

No final dos anos 1970, num livro chamado *A condição pós-moderna*, o filósofo francês Jean François Lyotard (2011) apontou que os tempos contemporâneos são marcados pela "incredulidade em relação aos metarrelatos" (p.XVIII), ou seja, uma descrença em relação àqueles grandes discursos estáveis que possuem pretensões atemporais e universalizantes e que, em sua totalidade, nos situavam no passado e prediziam o futuro por meio de um saber absoluto legitimado pela ciência moderna, sobretudo pelos discursos filosóficos. O ideal de verdade, emancipação do homem, crescimento da riqueza são alguns apontamentos que entram em crise na sociedade contemporânea. Dessa forma, Lyotard aponta que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, certos conceitos basilares ao pensamento

moderno entram crise e perdem sua validade, tais como “verdade”, “totalidade”, “razão”, “verdade” e “progresso”. Para o autor, os grandes discursos do pensamento moderno resultaram apenas em catástrofes totalitárias e violentas de Estado, representados pelo nazismo e pelo stalinismo.

Após a guerra, sobretudo com o advento da informática, as regras do jogo se alteram. Essas tecnologias, para o autor, acabaram por deslegitimar, por sua intensa circulação de conhecimento e o acesso imediato de cada indivíduo, os saberes totalizantes e um ideal de verdade absoluto. A ciência passa a ser percebida como mais uma modalidade de conhecimento que tem como tarefa organizar, estocar e distribuir certas informações, ao contrário da atividade suprema que tinha como objetivo o desenvolvimento moral e espiritual da nação. Portanto, essa mudança tecnológica acelerada, envolvendo as telecomunicações e o vertiginoso poder da informática, colocam em xeque a visão de que a ciência está construída sobre uma base sólida de fatos observáveis. Sem sua suposta unidade, a ciência não pode mais tirar partido da coerência lógica ou da descoberta da verdade. O resultado é que há uma reorganização e quebra de barreiras entre áreas distintas no campo científico, rompendo com as delimitações clássicas.

No âmbito cultural, Lyotard aponta que, a partir dos anos 1950, o impacto dessa desordem e o intenso fluxo comunicacional é o de que múltiplas histórias se disseminam sem a necessidade do selo legitimador dos catedráticos; não vive-se mais num mundo em que a cultura funciona como um sistema universalizante e coerente da explicação de todas as coisas, mas num mundo de colagens culturais. Como inevitável corolário desse fenômeno há um colapso das estáveis e sólidas hierarquias do conhecimento e da cultura de elite.

Enfim, sem a validade universal que pretendiam ter antes, os discursos universalizantes e emancipatórios cedem lugar a uma “‘atomização’ do social em flexíveis redes de jogos de linguagem³⁰”, imagem que, para Lyo-

tard, “pode parecer bem afastada de uma realidade moderna que se representa antes bloqueada pela artrose burocrática” (LYOTARD, 2011, p. 31). Com isso, as divisões entre alta cultura e baixa cultura se esvaem. A partir de então, sob o impacto dessa atomização social e dos saberes, cada grupo carrega consigo suas histórias e ideologias.

Nesse contexto de fragmentação é que o filósofo italiano Gianni Vattimo afirma que a sociedade contemporânea é caracterizada principalmente pela comunicação generalizada – a tão propalada Babel –, permitindo que as outrora subculturas, até então marginalizadas, tenham acesso para tomar a palavra. Ao contrário das teses apocalípticas de homogeneização e novas formas de dominação pelos meios de massificação cultural, Vattimo entende que os meios de comunicação de massa, tais o rádio, a televisão, os jornais, e mais recentemente a internet “se tornaram os elementos de uma grande explosão e multiplicação de [...] visões de mundo” (VATTIMO, 1992, p. 11). É só assim que a expansão contínua das comunicações produz aquilo que o autor entende como uma “pluralização aparentemente irresistível”.

Refutada a ideia de uma realidade central da história, com um passado e um futuro definidos linearmente, o mundo da comunicação generalizada e transversal explode com uma multiplicidade de “racionalidades locais”, ou seja, reivindicações referentes às minorias étnicas, sexuais, religiosas, culturais e estéticas se apresentam, não sendo mais silenciadas e reprimidas pelas ideias defasadas de uma verdadeira humanidade vindoura e de um homem ideal. Essa reviravolta nas esferas so-

zero em relação à primeira fase – busca da unificação de uma linguagem capaz de enunciar todas as coisas –, entende que o discurso é feito por diversos tipos de enunciados, cada qual determinado por regras que especificam suas propriedades e o uso que dela se pode fazer. Dessa forma, Wittgenstein tenta demonstrar que em cada setor de nossas vidas há uma forma de linguagem com suas próprias regras. Por exemplo, Lyotard aponta que a segunda fase do pensamento wittgensteiniano poderia se assemelhar a um jogo de xadrez, onde cada peça é regida por uma determinada regra. Alongando esse exemplo, poder-se-ia intuir que a primeira fase do autor seria definida pela imagem do jogo de damas, onde todas as peças são regidas pelas mesmas regras, sem qualquer diferenciação no seu uso.

³⁰ O termo *flexíveis redes de jogos de linguagem* remonta à segunda fase do pensamento do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), quando, partindo do

ciais e culturais é descrita por Gilles Lipovetsky:

Ao mundo de ontem, no qual a cultura era um sistema de signos comandados pelas lutas simbólicas entre grupos sociais e organizava-se em torno de pontos de referência sagrada, criadores de um universo estável e particular, sucede o da economia política da cultura, da produção cultural proliferante, indefinidamente renovada. (LIPOVETSKY, 2011, p.8)

3. Grafite pós-moderno

Nesse cenário é que o grafite³¹ se apresenta na forma como o conhecemos hoje. Essa é uma expressão que, sobretudo a partir da segunda metade do século XX com o movimento *hip-hop* norte-americano e as manifestações juvenis na Europa - mormente após os protestos do maio de 1968 em Paris, quando muitas paredes da cidade serviram de panfletos reivindicativos - ganha força nas grandes metrópoles. Sua forma de expressão revela o aspecto crítico, reivindicatório e explorador do espaço em que se encontra cada grupo. Não existe lugar específico para manifestações – a cidade sem centro de referência, marca dos tempos contemporâneos. Toda a urbe passa a ser o suporte para as formas de expressão das tribos urbanas de Michel Maffesoli.

Sem um passado e um futuro, como afirmado anteriormente, o que nos resta é o eterno presente que, para Maffesoli, obriga os grupos a estarem em forte sintonia com seu território, pois não há mais a Cidade de Deus, de Santo Agostinho, nem a Sociedade Perfeita, de Karl Marx. O mundo que vivemos hoje não é prospectivo, mas vivido no instante, no aqui e agora. É dessa forma que o território local, seja qual for sua dimensão, podendo ser um bairro, um conjunto habitacional, as ruas vizinhas, uma esquina se configuram como tantos

territórios que os grupos se colocam a partilhar. É essa ligação afetiva imediata com o território que serve de base para a formação da memória coletiva, pois a emergência de uma multiplicidade de pequenas ideologias – resultante da dispersão das narrativas modernas - afeta diretamente as formas de viver em grupo, com suas participações coletivas que se cristalizam no presente:

A proximia simbólica e espacial privilegia o cuidado de deixar seus rastros, quer dizer, de testemunhar sua perenidade. Esta é a verdade dimensão estética de tal ou tal inscrição espacial: servir de memória coletiva, servir à memória da coletividade que a elaborou. A partir daí, é verdade, essas inscrições podem sofrer análises estéticas *stricto sensu*, e, nesse sentido, se tornam obras da cultura. Mas é preciso não esquecer que elas ultrapassam, e de muito, o que frequentemente é apenas uma redução abstrata e intelectual. Dentro dessa perspectiva a catedral não vale mais do que a decoração kitsch de um loteamento de periferia, e os *graffiti* ou pichações urbanas podem ser comparados às pinturas das cavernas pré-históricas. (MAFFESOLI, 2010, p. 220).

Sem as grandes referências, cada grupo passa a portar consigo suas ideologias, escolhas, gostos, estilos de vida, formando um imenso mosaico de ajuntamentos que estão vinculados por questões que ultrapassam a racionalidade instrumental. O fim da história totalizante deu margem a inúmeras histórias e memórias particulares que são reivindicadas e materializadas de diversas formas, como o grafite. A ênfase que Lyotard concede para a dissolução das hierarquias no campo da legitimação do saber. Maffesoli transfere para o social e suas transformações; dessa forma, o seu entendimento é o de que, enquanto a modernidade privilegiou a verticalidade nas relações sociais, o período contemporâneo é o marcado pela horizontalidade das mesmas.

Assim como as tribos se configuram na imagem de um mosaico, o grafite é uma manifestação que reflete essa fragmentação, pois é pautada pela ausência de hierarquia, é uma arte horizontal e mais democrática do que aquelas tradicionais. Nicholas Ganz (2010), estudioso dos grafites, aponta que a forma do atual do grafite começou a se desenvolver no final da década de 1970, em Nova Iorque e Filadélfia, quando artistas pintavam nomes

³¹ Não fazemos, como normalmente ocorre, especialmente no Brasil, a diferenciação entre grafite e pichação. Ambas as manifestações partem da relação dos sujeitos com a paisagem urbana e possuem, a priori, um caráter contestador e marginal. Porém, o grafite, por utilizar mais cores, mais desenhos e uma maior qualidade técnica, passa a ser aceito socialmente, sendo até descriminalizado conforme a lei 12.408 de Maio de 2011. A pichação entretanto, continua a ser ilegal e prática censurada e criminalizada pelo senso comum, por apresentar símbolos compreensíveis apenas para os iniciados e se restringir, comumente, a letras e poucas cores.

em muros ou nas estações de metrô ao redor de Manhattan. Para o autor, a configuração singular de Nova Iorque, onde suas ruas sujas e partes nobres mesclando-se, foi um território fértil para o crescimento dessa arte. Ganz ainda aponta que o desenvolvimento tecnológico - o computador, televisão e outros meios de comunicação - foi fundamental para que esse fenômeno cultural fosse disseminado nas metrópoles contemporânea, colocando em contato vários grafiteiros e seus trabalhos. O resultado disso é que "antes da revolução da internet, diferentes continentes, cidades e até mesmo bairros possuíam suas próprias culturas de grafite. Essas diferenças locais, de certa forma, existem até hoje, mas têm sido inspiradas por estilos de todo o mundo" (GANZ, 2010, p. 10).

Embora essas trocas permitam que as técnicas e materiais do grafite se disseminem por todo o globo, influenciando vários grupos de grafiteiros, é ainda em consonância com o local onde a criatividade e espontaneidade se manifestam, com reivindicações endêmicas, críticas sociais, representações que estejam ligadas àquela sociedade e as demarcações territoriais entre os vários grupos se encontram num mesmo espaço. Tudo isso, de fato, remete ao local.

Na mesma linha de raciocínio de Maffesoli, Nelson Brissac aponta que os grafites produzidos pelos grupos contemporâneos se definem como

uma operação de reconquista do território urbano, movido contra as regulamentações administrativas e a urbanização excludente do capital. São manobras de guerrilha urbana: avançam a noite para recuar durante o dia, desviam de obstáculos para penetrar por outras frestas, reinventam constantemente novas economias e táticas de ocupação. Seus ataques consistem em sitiar e invadir espaços, cortar as vias de comunicação e estabelecer linhas de fuga. (BRISSAC, 2004, p. 426).

Os grupos, portanto, possuem estreita relação com sua base territorial, e o grafite é uma das expressões que materializam esse vínculo afetivo e sentimento de pertencimento a um território. Ao se expressar, o grupo delimita seu

território e, assim, confirma sua existência³².

Aqui fica evidente a disputa pelo território que envolve a manifestação grafiteira e a ajuda mútua entre os seus membros, que contribuem para o mosaico de tribos urbanas. Geralmente, ao contrário da pichação (assinatura individual), o grafite demanda um determinado número de pessoas para que sua ação seja construída de forma mais rápida e, ao mesmo tempo, funcione como um mecanismo de identidade coletiva na luta cotidiana por expressar livremente suas manifestações num determinado espaço.

Como elemento que reflete os tempos contemporâneos, o grafite carrega uma outra marca dos tempos atuais: a efemeridade. Se, como foi falado, não vivemos mais numa sociedade prospectiva que sonha um futuro ideal, mas numa sociedade que se desenrola num eterno presente, no aqui e agora, o grafite espelha esse efêmero e suas manifestações presente, no aqui e agora, isto é, uma manifestação dinâmica e ativa como a sociedade, sempre em constante mutação. É uma forma de linguagem fluída, espontânea, que acaba por sintetizar as modificações das cidades, pois ela mesma se modifica junto com o espaço público, ajudando a revelar a história e o comportamento da sociedade.

Ao contrário de outros meios de expressão que se baseavam na sua durabilidade e estabilidade, passando pela fragmentação das formas, pela mistura de elementos. Por muitas vezes ocupar espaços ilegais e a céu aberto, sua permanência duradoura no espaço torna-se problemática como instrumento de análise mais aprofundado, pois muitas vezes os desenhos nos muros são substituídos por outros, apagados pelos órgãos públicos ou responsáveis pela propriedade ou pelas intempéries climáticas.

³² A diferença de Maffesoli para outros autores é o de que, enquanto alguns pensadores (como Jean Baudrillard e Zygmunt Bauman) apontam os tempos atuais como uma fase de hiperindividualização e fragmentação do social sob o reino das imagens e dos objetos que controlam a sociedade de consumo, enfraquecendo o poder de decisão dos mecanismos públicos, Maffesoli percebe estes elementos como novas formas de coesão social, laços simbólicos forjando estilos de comunicabilidade

4. Instituições museais e galerias de arte

Nesta seção, abordaremos a questão do poder das instituições de cultura, entendidos aqui como os centros culturais e museus e do poder mercadológico que as galerias de arte exercem na produção e conceituação da arte contemporânea.

Antes de qualquer coisa, tentaremos definir o que é "museu". Esta instituição possui muitas conceituações e definições, mas não há um conceito único e fechado dos mesmos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) define como museu "uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição"³³. Existem ainda definições parecidas sobre museus do antigo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Comitê Internacional de Museus (ICOM), que adicionam o patrimônio imaterial nessa definição. Nota-se uma preocupação em manter o status de que os museus são os lugares onde a cultura - agora imaterial também - se desenvolve e deve ser apreciada.

Dentro da conceituação feita pelo IBRAM, destaco o seguinte item: "II – a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar à ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer"³⁴. Esta diretriz ou característica - como é posta pelo próprio IBRAM - mostra uma mudança no sentido e importância dada aos museus. Dentre algumas novas experiências como, por exemplo, o Museu de Favelas (MUF), o Museu da Maré e o Segundo Museu Aberto de Arte Urbana (MAAU) que ocupam as pilastras de um viaduto no bairro

de Santana em São Paulo.

Este último exemplo foi pensado pelos grafiteiros Binho Ribeiro e Chivitz, que realizaram a curadoria dos mesmos. No projeto, além das obras nas pilastras dos viadutos, há uma nova iluminação para o espaço, assim como uma ciclovia e um corredor verde. A proposta de revitalização foi feita aos moradores do local que apoiaram o movimento, visto que o espaço público estava abandonado. Binho diz em entrevista a um programa da Rede Globo que "Este projeto tem uma característica mais urbanista e social. Não buscamos só grandes artistas, mas também os jovens que estão buscando espaço". Nota-se que os idealizadores deste "museu à céu aberto" pensaram nessa "possibilidade de construção identitária" prevista pelo DEMU, pois buscam a participação e integração da população local com o museu.

As cidades passam a possibilitar outras formas discursivas que contrariam a imagem oficial da mesma. O grafite atua como uma dessas ferramentas discursivas que conta diversas histórias não oficiais, nos termos de Vattimo. De acordo com Peixoto (2013), esses fenômenos sensoriais, principalmente visuais, são capazes de adquirir um valor emblemático e de gerar significados sociais, fundadora de novas sociabilidades e sentimentos identitários.

Muitos museus ditos tradicionais ainda têm problemas com essa mudança e no provimento de experiências, o que causa um congelamento das instituições museais e o afastamento de grande parte do público, que não se vê representado ou quisto por eles. Porém, Lipovetsky (2011) observa à comercialização cada vez maior da cultura, "acabando com certas dicotomias como alta e baixa cultura, a arte e o comercial, o espírito e o divertimento"(p.25). A arte agora é comercial, constitui um mercado que movimenta bilhões de dólares por ano e é consumida de maneira semelhante a *um fast-food*, ou seja, consumida como qualquer outro produto mais comum. A aura, entendida aqui nos dizeres de Benjamin sobre a autenticidade e unicidade, que existia em torno da obra de arte dá lugar a experiência turística, outro grande mercado na sociedade do hipermercado.

O turismo cultural, nos dias de hoje assume uma grande parcela no mercado. Porém, o

³³ Retirado de

<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002168/216865por.pdf> acesso em 17/02/2014.

³⁴ Retirado de <http://www.museus.gov.br/museu/> acessado em 17/02/2014.

atrativo não pode ser mais apenas dado por um único sentido. Normalmente, os museus e galerias provem somente uma "degustação visual". Alguns dos novos museus e das instituições culturais tentam ser mais sinestésicas, ou seja, trabalhar com mais de um sentido, como a introdução de áudio e aromas em exposições. Porém, nota-se um aumento no chamado "turismo de experiência". Os espaços devem prover uma situação única, que necessite da participação do visitante, antes tido como mero espectador.

Sendo assim, surge um potencial muito grande e lucrativo ao se "abandonar" as instituições para percorrer as cidades atrás de suas obras de arte. Notamos por conta disso locais onde o grafite se institucionaliza, ou seja, recebe fomento, liberação e divulgação. A região onde foi construído o estádio "Itaquerão" terá em seu entorno "o maior corredor de grafite a céu aberto da América Latina". O projeto da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo teve um custo de R\$1,7 milhões. Para a confecção do mesmo houve uma seleção feita por alguns curadores, a maioria grafiteiros, e há restrições no que tange as obras. Todos os artistas selecionados eram remunerados pelo trabalho. Porém, uma série de elementos não pôde ser incorporada apesar dos mesmos curadores afirmarem que todos serão livres para criar e seguir seu estilo.

Na contramão deste fomento aos grafites, há outro tipo de grafite que por conveniência chamamos de "marginal". Este é mais próximo às origens do grafite hip-hop que possui uma vertente crítica mais forte e mantém seu caráter transgressor. Esta modalidade dialoga com a cidade da mesma forma que o institucional, mas normalmente não é reprimida e nem se pede autorização. Além disso, dialoga mais com as pichações e outras manifestações que normalmente são apagadas quando são confeccionados os grandes murais institucionalizados e fomentados.

Outro ponto de destaque é o de que os grafites, como já exposto anteriormente, podem revitalizar áreas abandonadas e ser reconhecidos como uma arte urbana capaz de transformações sociais e ferramentas para a identificação dos sujeitos com os locais em que moram. Este museu - longe dos moldes das instituições tradicionais - encontra respaldo nas

caracterizações feitas pelo IPHAN.

Podemos verificar que os museus e as instituições de cultura exercem forte influência na formação de imaginários sociais e na legitimação da arte. Além disso, algumas instituições são mantenedoras desses valores enquanto outras são formadoras. As instituições museais, devem se mostrar atentas às novas produções contemporâneas e incorporá-las para que continuem com sua importância e papel de local consagrado, no que tange a legitimação da arte.

5. Conclusão

Esse trabalho foi uma breve tentativa de explicação sobre as transformações e os abalos ocorridos no universo cultural do período pós-guerra e como os grafites seria uma expressão por excelência desse período denominado por muitos autores de peso como "pós-moderno". A outrora divisão fixa entre alta e baixa cultura cede espaço para uma cultura disseminada globalmente pelo mercado cultural. Contudo, embora essa difusão procure produzir aspectos de padronização e homogeneidade, é possível extrair elementos particularistas. E os grafites simbolizam essa difusão global no fazer, mas ao mesmo tempo produzindo discursos e narrativas locais. Num mundo em que a qualidade da arte e das relações sociais está baseada menos na perenidade e na totalidade do que numa presentificação e intensas mudanças, o grafite emerge como uma fonte de expressão desse momento, pois efêmera e relativa aos pequenos grupos locais (ou então a indivíduos).

Desse modo, esse é um instrumento para reequilibrar a balança e os debates sobre o que é cultura, o que é patrimônio, o que é arte e de dar voz a uma série de manifestações que ocorrem longe de nossas instituições culturais. Apesar de ter sido englobado por um mercado de arte que visa apenas o lucro e pelos museus e galerias de arte, que ainda querem definir o que é ou deixa de ser belo, artístico ou cultural, ainda acredito que o *graffiti* seja uma manifestação com um cunho marginal e que diversos e inúmeros artistas continuarão sem o devido reconhecimento, sendo relegados à categoria de "artistas populares". A intenção não foi fazer uma discussão teórica acerca das diversas formas do grafite contemporâneo,

nem de suas diferenças e semelhanças com outras manifestações de arte urbana – exce- tuando-se a pichação – que utilizam os sprays e as paredes como suporte, assim como as- pectos formais e técnicos — compreendemos neste trabalho que o *graffiti* é uma ferramen- ta de formação identitária que se utiliza dos espaços públicos para manifestar uma série de sentimentos de pertencimento dos indiví- duos.

Referências bibliográficas:

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A cultura-mundo: respos- ta a uma sociedade desorientada**. São Pau- lo, Companhia das letras, 2011.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós- moderna**. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olym- pio, 2011.

OLHARES SOBRE A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO RIO DE JANEIRO

Imira Fonseca de Azevedo
Mestranda
Programa de Pós-graduação EICOS
UFRJ/ Brasil
imirafonseca@gmail.com

Leila Sanches de Almeida
Professora
UFRJ
Programa de Pós-graduação EICOS
UFRJ/ Brasil
leilasanches@ufrj.br

Resumo: Atualmente, a inclusão escolar é tema de reflexão no meio acadêmico. Este processo tem gerado discussões sobre os siste- mas educacionais brasileiros, especialmente no que diz respeito aos procedimentos de avaliação escolar. Falar sobre inclusão e avalia- ção escolar leva a que se fale sobre mediação escolar. Assim, este estudo, baseado na teoria de González Rey, teve como objetivo conhecer a atuação de mediadores em escolas do Rio de Janeiro. O estudo foi desenvolvido em três escolas particulares. A análise de conteúdo sobre as 16 entrevistas mostrou que a media- ção é uma atividade importante para a inclu-

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 3ª Ed. Rio de Janei- ro: Forense Universitária, 1975.

PEIXOTO, P. A cidade performativa na era da economia das experiências. In: Carlos Fortu- na, Lucia M. M. Bógus, Maria Amélia Jundu- rian Corá e José Simões de Almeida Junior (Orgs.). **Cidade e Espetáculo - A cena teatral luso-brasileira contemporânea**. 1 ed. São Paulo: EDUC, 2013, v. , p. 141-151.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'água, 1992.

VATTIMO, Gianni. **O Fim da Modernidade: nihilismo e hermenêutica na cultura pós- moderna**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

são de crianças. O mediador é considerado a pessoa que faz uma ponte entre o aluno e o conteúdo escolar, é quem ajuda esse aluno a se desenvolver. Os mediadores relataram ter boa afinidade com as crianças, mas aponta- ram dificuldades com as famílias e as equipes pedagógicas na realização do seu trabalho.

Palavras-chave: inclusão, mediação escolar, mediadores, subjetividade.

Abstract: Inclusion in education is currently being discussed on the academic environ- ment. This process left scholars to reflect on Brazilian educational systems, especially the procedures of school evaluation. Speaking about inclusion and school evaluation leads us to speak about school mediation. Thus, the purpose of this study, based on Gonzalez Rey's theory, was to investigate the activities developed by paraeducators at Rio de Janeiro' schools. The study was carried on three priva- te schools. The content analysis of the 16 in- terviews showed that school mediation is a very important activity in inclusive settings. The paraeducator is the person who gets the contents to be transmitted to the student. He aids the student to get better performance at school. In general, the paraeducators related to establish a close rapport with the students. However, sometimes they did not act accord- ing the way that parents or education team

says that it should be done.

Key words: inclusion, school mediator, paraeducators, subjectivity.

Introdução

A década de 1990 foi marcada por reuniões internacionais que advogaram pelo acesso obrigatório de toda a população à educação. Nestas reuniões, foram formuladas duas declarações que influenciaram as práticas educacionais em diversos países, inclusive o Brasil. São elas: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), firmada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Segundo esta declaração, as escolas regulares devem acomodar todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais (Roriz, Amorim, & Rossetti-Ferreira, 2005).

Assim, as escolas do mundo inteiro iniciaram o processo de inclusão dos alunos que frequentavam as classes especiais para as classes regulares. Este processo tem gerado muitas reflexões sobre os sistemas educacionais brasileiros, principalmente em relação aos modelos pedagógicos vigentes, aos procedimentos de avaliação, a adequação das escolas, entre outros (Freitas, 2008). Dentre algumas alternativas implantadas pelas escolas e responsáveis dos alunos, surgiu a figura do mediador escolar. Segundo Mousinho e colaboradoras (2010), o mediador escolar começou a atuar de forma mais frequente no Brasil em 2000. Geralmente, essa função é exercida por profissionais diversos das áreas de Educação e Saúde.

Embora seja uma atividade que vem se tornando mais frequente ao longo desses 14 anos, há poucos estudos que apontam para o alcance das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos mediadores escolares e para as novas relações que se estabelecem na presença dessa pessoa na sala de aula. Uma vez que grande parte das crianças acompanhadas por mediadores escolares são crianças com transtornos globais do desenvolvimento e com deficiências, investigações sobre o papel e as atividades do mediador escolar são de extrema importância, inclusive para que se possa conhecer indicadores das estratégias de

aprendizagem dessas crianças.

Assim, este estudo teve como objetivo principal, a partir da Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey, conhecer a atuação de mediadores em escolas particulares do município do Rio de Janeiro. Especificamente, visou conhecer a figura do mediador escolar e suas atividades.

A Subjetividade por González Rey

Fernando González Rey desenvolveu a sua teoria da Subjetividade com o objetivo de compreender como se caracteriza a relação dialética estabelecida entre o indivíduo e a sociedade (Gomes, & Souza, 2012). É uma teoria que está marcada por um movimento social que pretendia desenvolver uma psicologia menos individualizada e mais comprometida com as práticas sociais nos países da América Latina na década de 1980 (González Rey, 2003).

Baseado na psicologia de Vigotsky, González Rey (2003) afirma que a compreensão do sujeito não pode estar baseada em argumentos deterministas, como as explicações que partem da biologia, ou que entende o sujeito como um ser formado apenas por seu aspecto cognitivo ou, ainda, como um ser resultante de pulsões.

Assim, toda sua teoria contempla a dialética entre o sujeito e o mundo, com interações entre a subjetividade individual e subjetividade social. González Rey conceitua a subjetividade enquanto um “sistema de significações e sentidos subjetivos em que se organiza a vida psíquica do sujeito e da sociedade” (González Rey, 2002, p. viii). Portanto, a subjetividade não pode ser vista como uma realidade intrapsíquica. Ela é um sistema aberto que se constitui nos processos sociais.

González Rey considera que a subjetividade individual e a social são interatuantes e integrantes de um processo complexo de produção de sentidos.

A subjetividade individual é marcada pela organização que integra o funcionamento psicológico de um sujeito concreto (Tacca; González Rey, 2008) e se constitui em espaços sociais historicamente construídos (González Rey, 2003). Enquanto que a subjetividade social resulta da produção de sentidos que ca-

racteriza todos os cenários da vida social e que sustenta os espaços sociais (González Rey, 2003).

Uma das formas de expressão da subjetividade social é o discurso. Ele está organizado em diversos sentidos subjetivos que auxiliam na compreensão da realidade social (González Rey, 2003).

Assim, ao se colocar em foco a questão da inclusão escolar é necessário ter em consideração que a subjetividade social da escola é composta por muito mais elementos do que as interações geradas dentro da escola (González Rey, 2003). Como espaço de subjetividade social, o discurso sobre a escola é influenciado e reconstruído pelas subjetividades individuais de alunos, professores, pais de alunos, mediadores, que por sua vez, constituem suas próprias subjetividades com aspectos de outros ambientes e espaços sociais. Além disso, esses indivíduos apresentam sentidos diferentes para as experiências de inclusão.

Breves considerações sobre Educação especial

Ao longo da história da humanidade, existiram diferentes formas de se lidar com pessoas que eram designadas como “diferentes” ou “anormais”.

O percurso histórico da escolarização dos indivíduos considerados deficientes começou na época em que eles eram submetidos à internação em grandes instituições. A internação atendia ao desejo social de isolamento do anormal em defesa da proteção da sociedade normal (Mendes, 2006). Foi somente no século XVI que alguns profissionais, principalmente médicos e pedagogos, que atuavam nas instituições totais, passaram a acreditar na possibilidade de que tais pessoas pudessem aprender.

Com o passar dos anos, diante de mudanças geradas por lutas sociais a favor dos deficientes e por condições econômicas e políticas, a situação das pessoas com deficiência sofreu alterações. Foi conquistado o direito pelo não isolamento total em instituições. Com isso, elas passavam o dia nas instituições, porém voltavam para suas casas à noite (Omote, 2008).

No final do século XIX, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram implementadas classes es-

peciais, vinculadas a escolas públicas, para que alunos com deficiência pudessem estudar (Mendes, 2006). Contudo, a formalização das classes especiais só ocorreu após a Constituição de 1946, que reconhecia a educação como um direito universal (Pletsch, 2009).

Na metade final da década de 1960 e durante toda a década de 1970, os questionamentos e a pressão social em favor dos direitos das pessoas com deficiência fizeram emergir o movimento denominado Integração Escolar (Machado, 2005). Seu lema era que a interação entre alunos com deficiência e sem deficiência é proveitosa para ambos os grupos. Nesse período, os achados de pesquisas educacionais também se constituíram como fatores que impulsionavam para uma mudança nas práticas.

Entretanto, enquanto na teoria se pensava em participação ampla na sociedade, as práticas integradoras ainda se constituíam, em sua maioria, como segregadoras. Apesar de se aceitar o direito de convivência dos deficientes, permanecia a idéia de que eles precisavam ser preparados para isso (Mendes, 2006). Essa preparação, na verdade, acabava por manter a segregação porque era baseada somente nos avanços conseguidos pelo aluno. Isto é, cabia aos alunos de classes e escolas especiais toda a responsabilidade pelo seu progresso, para ser considerado apto a participar da sociedade (Glat, Pletsch, & Fontes, 2007).

Tendo em vista a manutenção das desigualdades que ainda contemplavam os deficientes, principalmente no campo da educação, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o movimento da Inclusão ganhou força nos Estados Unidos e, pela grande influência política desse país, alcançou o mundo (Mendes, 2006). Como marcos desse movimento temos as declarações elaboradas nas convenções de Jomtien e Salamanca, supra citadas.

A principal diferença entre o movimento de Integração e o de Inclusão é a ênfase dada ao processo de aprender: o foco não está mais na deficiência do aluno, ele não é mais o responsável pela sua inserção. Agora, olha-se para o ambiente, principalmente para a escola. Cabe investigar as características que falharam, ou não, na promoção da aprendizagem (Glat, Fernandes, & 2005).

A educação inclusiva almeja que todos possam aprender, participar na sala de aula e não somente ocupar um lugar na classe (Sanches, & Teodoro, 2006). A educação precisa ser apropriada, respeitando as capacidades e necessidades de cada aluno, assim como deve levar em consideração as características do ambiente onde as crianças se encontram (Brandão, & Ferreira, 2013).

Nessa nova proposta de educação, as antigas classes e escolas especiais são transformadas em centros especializados e salas de recursos, que não podem substituir o ensino regular, mas aparecem como locais apropriados para o atendimento de apoio especializado (Alves, & Barbosa, 2006).

A Mediação escolar

A mediação escolar é desenvolvida em diversos países, principalmente nos Estados Unidos, onde os profissionais atendem pelo nome de “teacher aide”, “paraeducator”, entre outros (Mousinho *et al.*, 2010).

O mediador escolar existe no EUA há mais de 40 anos. O primeiro grande programa de recrutamento de mediadores aconteceu no final da década de 1960, para auxiliar os professores com as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem (White, 2004).

Diferentemente da realidade estadunidense, não há no Brasil uma legislação que regula a função de mediador escolar. Está em tramitação no Senado um projeto de lei relacionado à mediação que tem por objetivo “assegurar a presença de um cuidador na escola, quando necessário, ao educando com deficiência”. Entretanto, não há menção do nome “mediador” no documento. Também não há uma descrição clara das funções que devem ser realizadas pelo cuidador. Assim, a começar pelo nome, este cargo parece estar mais vinculado ao cuidado físico da criança do que ao desenvolvimento cognitivo e pedagógico da mesma.

Uma vez que esse projeto de lei não define claramente a mediação escolar, adotamos a conceituação realizada por Mousinho *et al.* (2010). Para as autoras, o mediador escolar é “o intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e na linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógi-

cas na escola” (Mousinho *et al.*, 2010, p. 95).

Segundo as autoras, o mediador escolar pode atuar com crianças e adolescentes com dificuldades motoras, com dificuldades de concentração e impulsividade, dificuldades de leitura, dificuldades comportamentais e dificuldades na comunicação e interação. Percebe-se, assim, que o mediador escolar tem um campo de atuação muito maior que o das deficiências (deficiência visual, auditiva, intelectual, física e múltipla).

No município do Rio de Janeiro, encontramos o trabalho do mediador escolar tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. Nas escolas particulares, essa figura é chamada de mediador escolar (Mousinho *et al.*, 2010) ou de facilitador (Carvalho, 2008). Geralmente, os mediadores que atuam nas escolas particulares são profissionais ou estudantes das áreas de saúde e educação (Mousinho *et al.*, 2010), principalmente pedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos. Já na escola pública, além do agente de apoio à educação já mencionado, essa função corresponde ao professor itinerante e/ou mediador-estagiário.

O ensino itinerante foi implementado na cidade do Rio de Janeiro em 1996. É um serviço de assessoria às escolas regulares que possuem alunos com necessidades educativas especiais nas turmas regulares. O professor itinerante acompanha os alunos e professores dentro da sala de aula. Além disso, pode prestar assessoria à direção e outras equipes da escola (Secretaria Municipal de Educação, 1999).

Outra figura encontrada nas salas de aula das escolas municipais é o mediador-estagiário (Cunha, Glat, Silva, & Siqueira, 2012). Estes mediadores são alunos de cursos de graduação de faculdades públicas e privadas que estão conveniadas com a prefeitura do município do Rio de Janeiro. A capacitação para esses estagiários consiste, em média, em duas aulas teóricas por semestre, durante o período de atuação na escola. Cunha, Glat, Silva, & Siqueira (2012) apontam que os estagiários desempenham função semelhante ao professor itinerante. Quando chegam às escolas, na maioria das vezes, não têm experiência, nem sabem qual é a necessidade educacional especial da criança que acompanharão. Diferentemente do professor itinerante, que trabalha com várias crianças ao mesmo tempo em dias

alternados, o mediador-estagiário cumpre toda a sua carga horária com a mesma criança.

Repercussões do trabalho do mediador escolar

Ao longo do tempo de atuação dos mediadores escolares nos Estados Unidos, muitas pesquisas foram realizadas para investigar os efeitos desse trabalho e como os mediadores se sentem ao desenvolver suas atividades. Em contrapartida, no Brasil, poucos são os estudos que abordam esse tema.

No que se refere ao relacionamento entre mediadores e professores e a equipe de direção das escolas, muitos mediadores estadunidenses afirmaram se sentir desvalorizados. Eles alegam que, apesar de estarem interagindo com mais proximidade da criança, não são solicitados a emitir opiniões em reuniões e conselhos de classe sobre as crianças (Fisher, & Pleasants, 2012; Riggs, & Mueller, 2001).

Um estudo brasileiro conduzido por Carvalho (2008) obteve um dado semelhante. As mediadoras entrevistadas afirmaram que encontravam dificuldades no relacionamento com os professores regulares das classes. Isso se verificava também quando uma mediadora trabalhava em outro turno como professora, na mesma escola. Neste caso, quando desempenhava a função de professora, era tratada normalmente pelos colegas. No outro turno, ao atuar como mediadora, percebia diferenças no tratamento. Inclusive, não era requisitada a dar a sua opinião sobre a criança que acompanhava.

Um outro achado a ser destacado das pesquisas estadunidenses é o excesso de responsabilidade que os mediadores atribuem a si mesmos. Mediadores entrevistados por Levine, Marks e Schrader (1999), afirmaram, entre outras coisas, ser responsáveis pelo processo de aceitação do aluno pelo professor regente. Deste modo, acreditavam que deviam manter a criança calma para não perturbar a sala de aula. Quando não conseguiam, sentiam-se frustrados e estressados. Eles consideravam que lhes cabia controlar o comportamento do aluno porque julgavam que o professor regular não tinha influência nesse comportamento. Quando perguntados sobre a consulta ao

professor para desenvolver as atividades com a criança, os mediadores afirmaram que só recorriam aos professores em última instância, quando realmente não sabiam o que fazer. Além disso, eles se posicionaram como um elo na escola. Por sua proximidade com a criança, eles deviam congrega as diferentes solicitações da família, de professores e de os outros profissionais envolvidos. Por fim, cabe destacar neste estudo de Levine, Marks e Schrader (1999) uma queixa dos mediadores. Eles relataram que muitas escolas onde atuavam não entendiam o propósito da inclusão e tratavam o aluno incluído com descrédito, afirmando que ele deveria estar em uma classe especial.

No Brasil, em um estudo que elaborou um programa para ensinar professores e mediadores a utilizar recursos de Comunicação Alternativa e Informática Acessível, desenvolvido em duas escolas municipais do Rio de Janeiro, Nunes et al. (2013) perceberam que as mediadoras que foram convidadas a participar da pesquisa se envolveram muito mais com as atividades do que as professoras das turmas. As professoras alegavam não ter tempo para participar das reuniões e não alteravam em nada suas práticas pedagógicas enquanto que as mediadoras, após a intervenção, passaram a buscar maior participação da turma na aprendizagem do aluno que acompanhavam, elaboraram estratégias próprias para melhorar suas ações pedagógicas e utilizaram os recursos apresentados pelas pesquisadoras para incentivar e ajudar na produção de textos orais e escritos dos alunos.

Alguns trabalhos (Giancreco, & Broer, 2005; Cunha, Glat, Silva, & Siqueira, 2012) apontam que o mediador escolar cumpre um papel paliativo no processo de inclusão escolar. Os mediadores surgiram nos Estados Unidos para suprir a carência de professores na educação especial e se mantém atuantes até os dias de hoje, sem que o problema da carência de professores fosse sanado, mesmo após quatro décadas. No Brasil, acentua-se a gravidade do problema, uma vez que sequer existe legislação a esse respeito. Não há nada que oriente a prática do mediador.

Com isso, tanto em nosso território quanto em outros países, pessoas com pouca capacitação e experiência estão se tornando os res-

ponsáveis, quase que exclusivos, pelo processo de aprendizagem de crianças que muito necessitam de auxílio e intervenção (Fisher; Pleasants, 2012; Giancrego, & Broer, 2005). A falta de embasamento teórico e prático propicia que os mediadores acabem se tornando apenas “cuidadores” das crianças, ou seja, evitando que elas atrapalhem a aula. O foco no controle do comportamento impede que os mediadores se voltem para sua tarefa real: facilitar o processo de aprendizagem do aluno, assim como a sua socialização com a turma (Cunha, Glat, Silva, & Siqueira, 2012).

Essa dificuldade com o manejo na sala de aula, especialmente com o professor, tem revelado outro aspecto negativo da presença do mediador na sala de aula: promove um distanciamento entre o professor regular e o aluno assistido pelo mediador (Carvalho, 2008; Giancrego, & Broer, 2005; Fisher, & Pleasants, 2012; Levine, Marks, & Schrader, 1999; Daniels, & McBride, 2001; Nunes et al., 2013). Mesmo quando os professores demonstram ter preocupação com o aluno com necessidades educacionais especiais, a presença do mediador lhes suscita um pensamento de que aquela criança já está recebendo atenção suficiente, logo, ele pode se dedicar às outras crianças (Netto, 2012).

Metodologia

O presente estudo adotou a metodologia qualitativa. Minayo e Sanches (1993) concebem a abordagem qualitativa como a mais apropriada para estudos desenvolvidos no âmbito da subjetividade e seus processos, na medida em que ela facilita a compreensão das relações humanas e dos significados produzidos nessas interações.

González Rey (2002) destaca, ainda, o que considera uma primazia da pesquisa qualitativa: seu processo de investigação não pressupõe a existência de uma única realidade. Pelo contrário, entende que a interação entre pesquisador e participante da pesquisa faz emergir diferentes pontos de vistas que compreendem múltiplas realidades. E é para essa complexidade da produção de sentidos que a pesquisa qualitativa se volta.

Contexto do estudo e participantes

Este estudo de campo foi desenvolvido em

três escolas particulares, localizadas em diferentes zonas do município do Rio de Janeiro: zona norte, sul e oeste.

A escola representante da zona norte é uma escola católica, dirigida por freiras. Nesta escola, participaram da pesquisa a mediadora Fernanda, a diretora pedagógica Ruth, a professora Paula e a mãe Beatriz.

Na escola da zona sul, participaram duas mães de alunos com necessidades educacionais especiais (Ana e Cintia), duas mediadoras (Roberta e Gabriela) e uma supervisora de inclusão de uma escola (Valéria).

Na escola da zona oeste contamos com a participação do diretor do estabelecimento (Tadeu), da supervisora pedagógica (Barbara), da professora (Maria), da mediadora (Camila) e da mãe do aluno (Denise).

Por fim, também fizeram parte do estudo duas ex-mediadoras, Aline e Manuela.

Procedimentos e instrumento

O projeto deste estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para o processo de seleção dos participantes, utilizou-se a técnica da “bola de neve”, que possibilita o acesso a possíveis participantes pela indicação de um ou dois informantes iniciais (Bernard, 2006).

Realizou-se, em um primeiro momento, um contato com a diretora da escola da zona norte. Em seguida, foi feito contato com os participantes por ela indicados, e assim sucessivamente. Uma vez que o sujeito demonstrasse interesse em participar do estudo, lhe era informado o objetivo da pesquisa e agendada uma entrevista.

As entrevistas realizadas foram integralmente transcritas e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Todos os participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e discussão

Mais do que conhecer exatamente as funções do mediador, coloca-se como ponto fundamental para a compreensão do processo de mediação, a necessidade de se saber o que a escola pratica como inclusão.

O conceito de inclusão se revelou muito complexo. Ele é composto por diversos fatores, que assumem diferentes níveis de importância para cada participante, além de, algumas vezes, ter se modificado em dados momentos da entrevista. Todo trabalho desenvolvido pelo mediador e pela escola mostrou-se relacionado ao sentido individualmente atribuído à inclusão.

Tal como apontado por Glat, Plestch e Fontes (2007), as atividades desenvolvidas com as crianças com N.E.E. (necessidades educacionais especiais) e o limite de atuação dos mediadores em algumas escolas revelam que ainda existem traços da política de integração escolar que se misturam, nas práticas desses profissionais, com as metas de inclusão. Glat, Plestch e Fontes (2007) consideram ser esta a realidade de muitas escolas brasileiras que, apesar de privilegiarem o discurso de aceitação da diversidade, na prática, não reorganizam o sistema escolar para atender a esses alunos, deixando-lhes, muitas vezes, deslocados em sala de aula ou sob a responsabilidade do mediador.

Alguns relatos de Roberta e Gabriela, mediadoras da escola da zona sul, ilustraram bem essa situação. Roberta afirmou que muitas escolas não estão preparadas para receber os alunos de inclusão. Ainda que preguem esse discurso, na prática, a criança vira apenas uma expectadora do que está sendo feito em sala de aula, principalmente quando não pode ter um mediador ao seu lado.

A situação vivida por Gabriela exemplifica a fala de Roberta. Ela considera seu trabalho limitado. Disse que não pode fazer nenhum tipo de adaptação para Milton, assim como não pode participar de nenhuma reunião sobre o menino. Vê-se, nesses casos, a impossibilidade de se considerar que haja inclusão. Ao contrário, a criança está apenas dentro de sala, mas não pode participar de nada. Outro exemplo que demonstra que as escolas não necessariamente transformam o discurso de inclusão em ação, foi dado pela ex-mediadora Aline. Ela contou que, muitas vezes, quando iniciava uma mediação, encontrava as crianças deitadas em um canto da sala e era advertida pelas professoras a não acordá-las. Tais práticas remetem aos processos de inclusão excludente. Isto é, aparentemente, a inclusão é

realizada porque a criança está na sala regular, mas ela não é respeitada em suas particularidades e, pior, é tomada como um perigo, uma grande ameaça.

Outros entrevistados, ao falarem sobre a atuação do mediador, também relataram que, frequentemente, ele se torna o único responsável pela criança que acompanha. Assume, assim, todo o dever pelo desenvolvimento daquele aluno.

Gabriela (mediadora) e Manuela (ex-mediadora) exemplificaram situações dessa ordem, em que a inclusão não ocorria. Por muitas vezes, elas perceberam que os professores se afastavam dos alunos, não os consideravam da turma porque essas crianças contavam com mediadores. Assim, não preparavam a tarefa para a criança, não tentavam fazê-la participar das atividades em grupo. Todas as atividades de aprendizado eram delegadas aos mediadores.

Essa também é a realidade de uma parcela de mediadores nos EUA, segundo Levine, Marks e Schrader (1999). Muitos dos entrevistados em sua pesquisa assumiam o dever que lhes era imposto: realizarem, sozinhos, a inclusão das crianças. Foi visto que eles acreditavam que comportamentos infantis desagradáveis, que poderiam atrapalhar a aula, deveriam ser por eles controlados.

No presente estudo, consideramos que quando Manuela e Aline, ex-mediadoras, disseram que a “mediação tem prazo de validade”, estavam apontando para situações como as relatadas nessa pesquisa norte americana.

Outra questão que cabe ser destacada das entrevistas realizadas diz respeito ao excesso de responsabilidade do mediador. Viu-se que isto pode repercutir no comportamento do professor, levando-lhe a se distanciar do aluno mediado. Fernanda, Gabriela, mediadoras, e Aline e Manuela, ex-mediadoras, contaram terem experienciado esta situação. Relataram que a maioria das professoras não faziam as tarefas para as crianças que acompanhavam, assim como não explicavam para os demais alunos o que estava acontecendo com aquela criança. Manuela falou ainda que, por muitas vezes, ao usar algum objeto que não era permitido em sala de aula com seu mediando (computador ou celular), as demais crianças a interpelavam sobre o uso daquele recurso. Era

ela quem precisava lhes explicar o motivo de sua ação.

Nunes e colaboradoras (2013) perceberam posturas parecidas com as professoras participantes de seu estudo. Conforme previamente mencionado, no estudo que desenvolveram, somente as mediadoras compareceram aos encontros propostos para a coleta de dados, ocasião que aproveitavam para colocar em prática o que haviam aprendido. Quanto às professoras, embora concordassem que as atividades poderiam ajudar no seu trabalho, argumentavam que não tinham tempo para participar desses encontros. As autoras compreenderam esta postura das professoras como um modo de expressão de que elas se situavam principalmente como expectadoras do que estava sendo feito em sala de aula pelas mediadoras. Não se achavam responsáveis por aqueles alunos, em consequência, não faziam atividades para os mesmos.

Outro fator digno de destaque no processo mediação-inclusão, que surgiu nas escolas participantes do estudo, foi a avaliação escolar. Em todas as instituições, o processo de avaliação é acompanhado de perto pela direção e pela supervisão pedagógica.

Nas escolas de Ruth (zona norte) e Valéria (zona sul), a adaptação das provas a ser aplicada nos alunos que contam com mediadores é feita em conjunto pelas professoras e mediadores.

Na escola de Maria (zona oeste), a equipe para adaptação da prova também contou com a presença da psicopedagoga do menino. Na ocasião da entrevista, era a primeira vez que Maria estava adaptando a prova de Bernardo. As escolas definem o procedimento a ser adotado. Nas escolas das zonas sul e norte, as profissionais relataram que os encontros com as mediadoras aconteciam nos corredores quase todos os dias, enquanto que as reuniões agendadas eram mais espaçadas. Já na escola da zona oeste, o procedimento era diferente. Desde a entrada da criança na escola, reuniões semanais eram realizadas com a mediadora, a professora, a supervisora pedagógica e a equipe de apoio técnico. Segundo a supervisora pedagógica da escola, Bárbara, tudo o que era decidido nessas reuniões era anotado em uma ficha de acompanhamento da criança denominada de Anedotário. Ruth e Valé-

ria, respectivamente diretoras das escolas da zona norte e sul, não mencionaram esse tipo de registro em seus estabelecimentos.

Em nenhuma escola existe um trabalho conjunto com todos os mediadores. Questionadas sobre o motivo, Ruth (diretora, zona norte), Valéria (supervisora de inclusão, zona sul) e Bárbara (supervisora pedagógica, zona oeste) consideraram que uma reunião com esse propósito não é conveniente. Os motivos alegados foram: tratam-se de crianças com problemas distintos; as crianças são acompanhadas por profissionais diferentes; e o fato de que muitas vezes, é necessário que se parta de princípios diversos para as orientações sobre a atuação dos mediadores. Já Tadeu (diretor da escola da zona oeste) se surpreendeu com a questão colocada e, um pouco perplexo, afirmou não saber porque não havia uma reunião desse tipo da escola, já que o colégio conta com infraestrutura para tal. Percebeu, ainda, que esta reunião poderia facilitar o trabalho dos mediadores no que compete ao conhecimento das regras e da política pedagógica da escola.

Outro dado relevante é o fato de, em todas as instituições, serem realizadas reuniões com os profissionais que atendem as crianças fora da escola: psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros. Essas reuniões são marcadas conforme a solicitação dos profissionais ou quando a escola quer modificar alguma atividade. A importância dessas reuniões nos é dada, por exemplo, pela fala de Ruth, diretora da escola da zona norte. Ela contou que as orientações dos profissionais são sempre levadas em consideração ao se elaborar as avaliações dos alunos.

Contudo, a participação das mediadoras nessas reuniões não é unânime. Conforme conta Gabriela (mediadora, zona sul), nem ela, nem a mãe de Milton, podem participar das reuniões entre os profissionais do colégio e os demais profissionais que atendem o menino.

Em função do relatado, como pode ser previsto, o relacionamento das mediadoras com os profissionais que atendem as crianças fora da escola nem sempre é marcado por experiências positivas. Aline, ex-mediadora, lembra que, por diversas vezes, precisou brigar com esses profissionais porque discordava das avaliações que os mesmos faziam das crianças

que ela acompanhava. Contou, inclusive, que uma vez, por decisão unilateral de uma médica, ela foi afastada da mediação de uma criança.

Roberta (mediadora, zona sul) nem sempre também concorda com a postura desses profissionais. Ela afirma que, algumas vezes, já presenciou inverdades de terapeutas e médicos sobre o comportamento da criança durante uma consulta. Ela entende que esses comportamentos se devam, em grande parte, da necessidade do terapeuta manter aquela criança como cliente. Segundo ela, entre os pais, a comparação de profissionais é muito grande e, quando um diz que determinado terapeuta faz algo melhor, os responsáveis logo trocam de profissional.

Além das dificuldades com a equipe pedagógica e os professores, Ruth (diretora), Paula (professora), Fernanda e Roberta (mediadoras) e ainda Aline (ex-mediadora) chamam atenção para os problemas no relacionamento com os responsáveis das crianças. Elas contaram que muitos responsáveis não conseguem reconhecer e aceitar as limitações de seus filhos, dificultando o trabalho da escola e das mediadoras. Ruth falou que, muitas vezes, os pais não acreditam quando ela cita comportamentos inapropriados da criança que poderiam estar relacionados com algum transtorno cognitivo ou de comportamento. Já Fernanda, Roberta e Aline chamaram a atenção para o fato dos responsáveis não conhecerem o trabalho do mediador cobrando-lhes, portanto, resultados inalcançáveis com as crianças, tal como notas máximas em todas as provas. Além do quê, muitos não colaboram com o processo de aprendizagem em casa, deixando de fazer a tarefa de casa com os filhos.

No que se refere ao trabalho do mediador propriamente dito, não houve um consenso nas falas das mediadoras. Roberta (zona sul) foi a única que considerou que as atividades que ocorrem fora do horário de aula (passeios ou festas) não devem ser realizadas pelo mediador. Para ela, os responsáveis devem acompanhar as crianças nestas atividades, já que isto favoreceria um maior entendimento pelo responsável das dificuldades do filho, além de não expor a criança aos demais responsáveis.

A questão da exposição da criança acompa-

nhada por um mediador está presente em um dos estudos de Carvalho (2008). Ela questiona se a permanência constante de uma pessoa “de fora da sala” ao lado da criança não poderia ser mais um fator de exclusão. Para ela, as demais crianças podem acreditar que o aluno de inclusão é tão “prejudicado” que precisa de outra professora para auxiliá-lo, enquanto os demais, não necessitam.

No entanto, esta não foi a posição das mediadoras e ex-mediadoras que entrevistamos. Aline, inclusive, relatou uma situação em que, após a professora explicar para a classe a função da mediadora e as dificuldades da criança acompanhada, todas as crianças se dispuseram a cooperar.

Vimos que há profissionais de distintas áreas trabalhando como mediadores. Deste modo, não há um consenso quanto a formação esperada para um mediador. As mediadoras em atividade consideram que os cursos de graduação de Psicologia e Pedagogia são os mais apropriados. Esta ideia também é compartilhada por Valéria (supervisora) e Denise (mãe). Elas afirmam, inclusive, que o mais apropriado seria uma pessoa formada em pedagogia com pós graduação em psicopedagogia. Seu principal argumento é a dificuldade que mediadores formados em outras áreas podem apresentar para adaptarem o material didático. É interessante que não houve menção à área de fonoaudiologia para a mediação, apesar das duas ex-mediadoras participantes terem sido as primeiras mediadoras de muitas escolas do Rio de Janeiro. Além disso, Pelosi e Nunes (2009) mostram que no ano de 1998 grande parte dos professores itinerantes, que têm função similar aos mediadores, eram fonoaudiólogos.

Quanto ao tempo de atuação do mediador com uma mesma criança, nossos entrevistados mostraram opiniões variadas. Aline (ex-mediadora) e Fernanda (mediadora) concordam que não existe um prazo para a mediadora ficar com a mesma criança. Aline justifica sua opinião pela dificuldade em se estabelecer um vínculo satisfatório com a criança para a realização de um bom trabalho. As demais mediadoras divergiam quanto a três, quatro anos ou o período de um segmento escolar. Entretanto, acima de tudo, elas consideravam fundamental que o vínculo não deixasse de

ser profissional, para não gerar muita dependência da criança pelo mediador ou para não dificultar a possibilidade de experimentarem outras formas de lidar com a criança, quando necessário.

Acreditamos que essas diferenças na implementação do trabalho e, principalmente, na qualificação profissional das mediadoras expliquem a demanda de boa parte dos participantes pela regulamentação da profissão, com a discriminação das atividades a serem desenvolvidas, o valor correspondente a tal atividade e a formação do profissional. Roberta (mediadora) diz que uma legislação específica ajudaria no oferecimento de um serviço de melhor qualidade. Na sua visão, muitos mediadores são pessoas pouco preparadas para lidar com crianças em processo de inclusão porque ainda estão na graduação ou se formaram em cursos que não necessariamente abrangem essa questão. French (2003) também tem um posicionamento similar no contexto norteamericano. Para ela autora, falta para muitos mediadores estadunidenses um preparo adequado para lidarem com as crianças de N.E.E. É necessário que tenham conhecimento teórico e prático, especialmente sobre estratégias de aprendizagem.

De fato, todas as mediadoras participantes de nosso estudo relataram que, em seus primeiros trabalhos como mediadoras, sentiram muita dificuldade em organizar e implementá-los. Não sabiam como agir com as crianças e demais pessoas envolvidas (pais, professores, diretores, entre outros), nem como realizar as adaptações necessárias dos materiais e atividades.

Considerações Finais

Os discursos de mediadoras e ex-mediadoras, de mães, de professoras e de diretores sobre a mediação escolar e o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais mostrou que a mediação escolar ainda está longe de ser uma atividade plenamente estabelecida nas escolas do Rio de Janeiro. É pouco conhecida em muitas instituições, mesmo após uma década de realização desse trabalho. Ao longo desse percurso, muitas dificuldades surgiram como a limitação da atividade do mediador, a desresponsabilização do professor sobre o aprendizado do alu-

no mediado e a falta de adequação da rotina escolar para receber mais uma pessoa em sala de aula.

Esses problemas são agravados pela falta de regulamentação do trabalho do mediador, conforme relatado pela maioria dos participantes deste estudo. A inexistência de uma legislação que descreva os direitos trabalhistas, as atividades e os deveres desse profissional implica em descompromissos. Por parte de alguns poucos mediadores, há o encerramento de seu acompanhamento com a criança antes do final do período letivo. Por parte de algumas escolas, vê-se a falta de um suporte adequado ao trabalho a ser desenvolvido, ou até mesmo a recusa pela presença do mediador na escola.

Contudo, mesmo com todas as dificuldades inerentes a essa atividade, é unânime a opinião de que a presença do mediador é muito importante para favorecer, ou até mesmo viabilizar, a inclusão. Todos avaliaram positivamente o trabalho do mediador, quando realizado com compromisso e responsabilidade, e destacaram o conseqüente desenvolvimento da criança assistida.

As mediadoras, especialmente, ao falarem de seu trabalho, também o reconheceram como fonte de crescimento individual. Disseram que o fato de lidarem com crianças que continuam felizes e lutando para melhorar, à despeito de suas muitas limitações e dificuldades, lhes fez refletir sobre aspectos de suas próprias vidas. Aline e Manuela, ex-mediadoras, afirmaram inclusive que qualquer pessoa que pretende trabalhar com crianças com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais, independente de sua formação acadêmica, deveria atuar como mediadora por um tempo, para conhecer mais sobre o dia-a-dia dessas crianças.

Mas o trabalho em mediação escolar, como qualquer outra atividade profissional, também tem seu ônus. Quase todas as mediadoras afirmaram que o processo de inclusão é muito desgastante e, por isso, não pensavam em desempenhar essa atividade para sempre. Muitas vezes, conforme relato de Aline, a mediação precede uma posterior atuação clínica em consultório particular por profissionais formados em psicologia, fonoaudiologia, entre outras áreas, que buscam melhor remunera-

ção e uma posição mais valorizada na sociedade.

Por fim, cabe explicitar que os sentidos produzidos nos discursos sobre mediação escolar foram constituídos também em função de significados, normas e valores relacionados às instituições escolares, às escolas particulares. Portanto, é fundamental que outras pesquisas sejam realizadas com o objetivo de se conhecer o processo de mediação escolar em instituições escolares públicas, que contam com outros dispositivos de inclusão, como os professores itinerantes e as salas especiais. Onde o profissional que desenvolve a atividade de mediação é custeado pelo governo e a organização da estrutura escolar é regulada por órgãos públicos, como as Secretarias de Educação.

Referências Bibliográficas

- Alves, D. O. & Barbosa, K. A. M. (2006) Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar. Em B. W. Roth (Org.). *Experiências educacionais inclusivas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bernard, H. R. (2006). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approach*. (4th ed.). Lanham: AltaMira Press.
- Carvalho, R. E. (2008). Cartografia do trabalho docente na e para a educação inclusiva. *Revista@mbienteeducação*, 1(2), 21-30.
- Cunha, N., Glat, R., Silva, S., & Siqueira, C. (2012). O perfil e a formação do estagiário mediador para suporte da educação inclusiva. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Educação Especial, R.J., Brasil.
- Fisher, M. & Pleasants, S. L. (2012). Roles, responsibilities and concerns of paraeducators: findings from a statewide survey. *Remedial & Special Education*, 33(5), 287-297. First published on February 7, 2011.
- Freitas, N. K. (2008). Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, 16(60), 323-336.
- French, N.K. (2003). Paraeducators in special education programs. *Focus on exceptional children*, 36,(2).
- Giangureco, M. F. & Broer, S. M. (2005). Questionable Utilization of Paraprofessionals in Inclusive Schools: Are We Addressing Symptoms or Causes? *Focus on autism and other developmental disabilities*, 20(1), 10-26.
- Glat, R. & Fernandes, E. M. (2005). Da educação segregada à educação inclusiva. *Revista Inclusão*, 1(1), 35-39.
- Glat, R., Pletsch, M. D., & Fontes, R. S. (2007). Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista Educação*, 32,(2).
- Gomes, C. & Souza, V. L. T. (2002). Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação de professores. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 32(3), 588-603.
- González- Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson.
- González –Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Levine, M., Marks, S. U., & Schrader, C. (1999). Paraeducator experiences in inclusive settings: helping, hovering, or holding their own? *Exceptional Children*, 65(3). Recuperado em 25 de março, 2013, de <http://www.freepatentsonline.com/article/Exceptional-Children/54271787.html>.
- Machado, K. S.(2005) *A prática da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classe regular: um estudo de caso com abordagem etnográfica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, R.J.
- Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 387-406.
- Minayo, M. C. S. (2000). O Desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco.
- Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Mousinho, R., Schmid, E., Mesquita, F., Pereira, J., Mendes, L., Sholl, R., & Nóbrega, V. (2010). Mediação escolar e inclusão:

- revisão, dicas e reflexões. *Revista Psicopedagogia*, 27 (82), 92-108.
- Netto, M. M. F. C. A. (2012). Comunicação alternativa favorecendo a aprendizagem de crianças com autismo, Asperger e Angelman: formação continuada de profissionais de educação e saúde. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, R.J.
- Nunes, L. R. et al. (2013) A prática pedagógica de mediadoras de alunos com deficiência física e dificuldades na comunicação em escolas do Rio de Janeiro. Em R. Glat, & M.D. Pletsch (Orgs.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Pelosi, M. B. & Nunes, L. R. O. P. (2009). Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 15(1), 141-154.
- Omote, S. (2008). Diversidade, educação e sociedade inclusiva. Em A. A. Oliveira, S. Omote, R. M. Giroto (Orgs.). *Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial*. São Paulo: Cultura Acadêmica e Marília: Fundepe.
- Riggs, C. G. & Mueller, P. H. (2001). Employment and utilization of paraeducators in inclusive settings. *The Journal of Special Education*, 35(54), 54-62.
- Roriz, T. M. S., Amorim, K. S., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2005). Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais. *Psicologia USP*, 16(3), 167-194.
- Secretaria Municipal de Educação. (1999). *Educação Especial*. Rio de Janeiro.
- Tacca, M. C. V. R. & González-Rey, F. L.(2008). Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28(1), 138-161.
- UNESCO. (1990). *Declaração mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien. Recuperado em 30 de maio, 2013, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Recuperado em 30 de maio, 2013, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>
- White, R. (2004). The recruitment of paraeducators into the special education profession - a review of progress, select evaluation outcomes, and new initiatives. *Remedial and special education*, 25(4), 214-218.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: RASTROS E PISTAS PARA UMA CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS

Mariana de Castro Moreira
 Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 IBMR / AVM Faculdade Integrada
 Brasil
mari.moreira@oi.com.br

Resumo: Este trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas. Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública. Embora se possam encontrar consensos capazes de reunir estas experiências, propomos privilegiar o trânsito entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias. Lançamos um olhar especial para o campo dos projetos sociais como territórios de ação que dão materialidade às assim chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e nos valem da experiência da OSC Espaço Compartilharte. Neste artigo, buscamos retomar algumas das estratégias de produção de conhecimento utilizadas, a partir dos desafios e possibilidades geradas pela Teoria Ator-Rede (TAR) no campo da pesquisa em Psicologia.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil; Brasil; Cartografia; Controvérsias; Teoria Ator-Rede

Abstract: This research focuses on the role of civil society in strengthening democracy in Brazil in recent decades. Normally, in such practices, we usually find different actions coming from people, groups and organizations from the private sector, which get together in order to thrive on the public sector cause. Although there is a consensus in putting all these experiences together, we suggest that all the highlighting goes towards the transfers across borders, heterogeneities and controversies. We cast a special look at the field of social projects such as the action territories that render materiality to the so-called Civil

Society Organizations (CSOs) and we follow the experiences of CSOs *Espaço Compartilharte*. In this article, we have tried to incorporate some of the strategies used in knowledge production based on the challenges and opportunities created by the Actor-Network Theory (ART) in the area of psychology research.

Keywords: Civil Society Organizations; Brazil; Mapping; Controversies; Actor-Network Theory.

Hoje, no Brasil, transcorridas quase três décadas da promulgação da Constituição Federal, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia, acompanhando sobretudo as formas de participação da sociedade civil neste processo. Encontramos, atualmente, movimentos contraditórios: por um lado, a democracia parece ser vivida como algo consolidado, garantido. Chega-se a vivê-la, naturalmente, apagando a história de sua construção. Por outro, vive-se um tempo que parece nos dizer que nada está pronto ou acabado e que a vivência democrática é processo cotidiano de conquista.

Nesta abordagem assumimos que problematizar a participação da sociedade civil na consolidação da democracia implica em uma construção. Sociedade civil, participação e democracia não estão dadas nem como realidades nem como objetos de investigação. Importante ressaltar que trabalhamos com uma perspectiva segunda a qual não há objeto dado ou realidade “lá fora” a ser conhecida ou interpretada. Ao contrário, os objetos são construídos nas perguntas que fazemos. Assim, buscamos acompanhar algumas das múltiplas configurações nas formas de ações coletivas civis na vida pública, no Brasil, nos últimos anos.

Este trabalho tem como foco a problematização sobre a atuação da sociedade civil no fortalecimento da democracia, no Brasil, nas últimas décadas, concentrando-se, sobretudo nas chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC), ressaltando as transformações e controvérsias vividas atualmente.

Movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, institutos, fundações, terceiro setor: terminologias diversas que apontam práticas múltiplas e referenciais dis-

tintos, sinalizando o necessário reconhecimento da complexidade deste campo. A abordagem proposta não se dá em direção ao consenso, mas no desafio de transitar entre fronteiras, heterogeneidades e controvérsias.

Em comum, encontramos nestas práticas, a ação de pessoas, grupos e organizações que se mobilizam, na esfera privada, em torno da causa pública e que têm o princípio democrático como projeto político que norteia as bases da convivência em sociedade.

Um olhar sobre as manifestações

Em 2013, surgiram, no Brasil, manifestações que reuniram multidões de pessoas. Uma primeira bandeira aglutinava a insatisfação dos manifestantes frente ao aumento das passagens dos transportes. Com ela, abriu-se a discussão sobre a mobilidade nas cidades como um direito universal frente à ausência de planejamento das metrópoles brasileiras.

Seguindo uma tendência que começou em diversos países, em 2011³⁵, as manifestações que começaram em 2013, no Brasil, trouxeram reivindicações locais, tornando presente as principais demandas de cada cidade ou região, mas ao mesmo tempo, ganharam escala e ares de solidariedade entre as diferentes nações (CARNEIRO, 2012: 7).

Frente a estes movimentos, certo tom de perplexidade torna-se comum entre aqueles que participam e aqueles que assistem às passeatas e ocupações. Parece faltar repertório analítico ou argumentação que dê sustentação e nos ajude a compreender o ineditismo destes acontecimentos.

Embora lutas e manifestações sociais façam parte da história do Brasil, muito antes de nos tornarmos um país independente (GOHN, 2011), há elementos novos nestes episódios recentes. Resguardando o caráter polissêmico

e longe de desejar alcançar uma tradução que homogeneíze o que temos vivido, é possível ressaltar algumas novidades nestas manifestações: em primeiro lugar, não há uma liderança que possa ser identificada ou bandeira unificada de lutas e reivindicações. A pulverização de bandeiras fala do quão complexas são as tramas da sociedade atual.

A Internet coloca-se como mais um ponto peculiar: a articulação via redes e mídias sociais reconfiguram modos de compartilhar a indignação, de mobilizar e participar da vida pública (CASTELLS, 2013). ADORNO (2013) questiona se estaríamos vivendo o sonho da ágora grega realizado: um espaço onde todos participam e todos falam. Quem media?

Completamos uma década de um governo nascido de uma tradição histórica e política de esquerda. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder torna mais complexa a discussão. Reconhecemos os avanços nas políticas sociais e a diminuição da desigualdade social. Por outro lado, o compromisso socialista com a igualdade de oportunidades implicaria também na construção de relações mais horizontalizadas, na justiça social, no combate à corrupção, na radicalização da democracia. Além disso, a priorização do desenvolvimentismo e do consumo, aliado às políticas sociais de transferência de renda, tem mudado a configuração da sociedade. Para alguns, caberia questionar porque as manifestações surgem em um momento em que tantos chegam à classe média.

Mas, se por um lado, muitas famílias estão saindo da faixa da pobreza, por outro, cabe perguntar quais espaços estas pessoas passam a ocupar neste novo cenário. Vivemos, hoje, os paradoxos advindos da emergência da chamada *nova classe média* que, empoderada economicamente, vê-se ainda desprovida do acesso a políticas e serviços públicos básicos.

Ao lado da imagem de um país em *pleno desenvolvimento*, está um Brasil multifacetado: a nação escolhida para sediar a Copa e as Olimpíadas; o país que sobreviveu à crise econômica de 2008; o lugar onde os pobres ascenderam é o mesmo que não tem médicos ou hospitais públicos equipados adequadamente; onde o crescimento da violência e da mortalidade entre os jovens e sobretudo entre negros/pardos é crescente; onde professores e

³⁵ Referência aos “movimentos sociais transnacionais”: Revolução egípcia, Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Occupy Wall Street, etc. Estas manifestações agregam mobilizações frente à crise econômica, social e política vivida sobretudo a partir de 2008, e colocam-se como contraponto a governos ditatoriais, denunciando uma crise frente aos espaços tradicionais de representação. A pulverização de bandeiras e de lideranças associa-se à ampla utilização das ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais como estratégias de mobilização. (CASTELLS, 2012; HARVEY, 2012).

escolas veem-se despossuídos de seu papel de formação de cidadãos.

O combate à corrupção também desponta como importante bandeira nas manifestações. Com ela, ressalta-se a desconfiança da população em relação às formas e espaços institucionalizados da democracia representativa. Com frequência, afirma-se que as manifestações são apartidárias e que prescindiríamos de partidos políticos. A frase “*você não me representa*”, presente nas ruas e redes sociais, pode ser ouvida como um apelo para multiplicar vozes e interlocutores. Passou a ser comum dizer que precisamos “*ouvir a voz das ruas*”.

Neste debate, certos autores (GOHN, 2013) têm apontado que não se trata de uma crise financeira, mas moral e ética que abarcaria a própria legitimidade do Estado, incapaz para abrir-se ao diálogo e à participação da sociedade civil na vida pública.

Revisitam-se ambivalências: *ser de esquerda ou de direita, manifestante, cidadão ou vândalo*. Frequentemente, as manifestações têm terminado com episódios de extrema violência. Após ações pacíficas, bancos, lojas e prédios públicos são depredados por alguns grupos. A polícia reage de forma violenta, com prisões, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. *A força policial passa a ocupar o lugar de mediação entre Estado e sociedade*.

A grande mídia mantém uma tendência histórica de criminalização dos movimentos sociais, deslegitimando as manifestações, formando certa opinião pública, de modo rápido, sem aprofundamento. Priorizam-se imagens de violência e depredação levando a crer que tudo que está na rua é vandalismo.

Ao lado das grandes notícias, proliferam as mídias alternativas e redes sociais como estratégias de mobilização e informação paralela. Busca-se multiplicar vozes, num sentido polifônico.

Seria a violência uma nova estratégia de participação e mobilização? Quais seriam os limites da convivência democrática? A violência seria o que surge para ocupar os espaços vazios? Quais espaços? Quem ou o que deveria ocupá-los?

As repercussões são *heterogêneas* e reforçam a *complexidade* do debate. *O que nos mobiliza? O que nos deixa indignados? O que pode-*

mos dizer a partir do que temos visto nas ruas e manifestações?

Das ruas à organização da sociedade civil

Com este breve painel, reunimos perguntas que possibilitam acompanhar algumas das múltiplas configurações nas formas de ações coletivas civis na vida pública, no Brasil, recentemente.

Importante ressaltar a *atualidade e complexidade* deste objeto de investigação, ressaltando os desafios da análise sobre realidades que se fazem ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-las.

Importante assinalar nosso reconhecimento sobre as diferenças existentes entre *movimentos sociais* e *organizações sociais* pelas próprias peculiaridades de cada um. As *manifestações* podem ser entendidas como estratégias de mobilização utilizadas tanto pelos movimentos quanto pelas OSC.

O próprio *conceito de sociedade civil* é bastante controverso, divergindo de acordo com abordagens distintas. Buscamos transitar entre esta multiplicidade de entendimentos e práticas, aproximando-nos da abordagem da noção de *sociedade civil como campo de experimentações e aprendizagens sociopolíticas diversas no exercício da cidadania*.

É importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. (...)Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006: 110).

A ideia de “sociedade civil” torna-se constante, sobretudo a partir dos anos 70, mobilizado pela ação de pessoas e organizações contra a ditadura militar e a favor da democratização. As OSC são mais institucionalizadas, e surgiram apoiar movimentos sociais.

SCHERER-WARREN (2006) apresenta uma tipificação das diferentes matizes de OSC. Em primeiro lugar, estaria o *associativismo local* como *expressão local ou comunitária da sociedade civil organizada* reunindo “as associa-

ções civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor” (Scherer-Warren, 2006: 110).

Um segundo nível concentraria as formas de articulação interorganizacionais que atuam na mediação entre sociedade civil e Estado. Estão aí reunidos *“os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local”* (Scherer-Warren, 2006: 111).

No terceiro nível, SCHERER-WARREN localiza as *mobilizações na esfera pública*: organizações em rede, de maior abrangência ou caráter contingencial.

Nesse terceiro nível, observa-se que as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (Scherer-Warren, 2006: 112).

No quarto nível estariam os *apoios financeiros*: agências governamentais, não-governamentais, nacionais e internacionais, além de contribuições individuais.

O resultado seria denominado *rede de movimento social*, assim sintetizado por SCHERER-WARREN (2006: 113):

Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimen-

to, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Um olhar histórico aponta como os movimentos sociais colocam-se como instituintes ao gerarem forças de resistência e produção de novos sentidos (PEREIRA, 2007), impelindo à abertura ao novo. Realizam diagnósticos sobre a realidade social ao mesmo tempo em que são propositivos e geram sentimento de pertencimento social (GOHN, 2011).

GOHN (2011: 335) sinaliza que os movimentos sociais são

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (...) Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Assim, olhar as ruas e manifestações recentes ajuda a problematizar os desafios para a consolidação da democracia.

Organizações da sociedade civil, participação e democracia

A leitura que temos feito do que estamos vivendo vai ao encontro de diversos autores da atualidade (SANTOS, 2006; SCHERER-WARREN, GOHN, ADORNO, 2013) e fala de certo esgotamento das formas institucionalizadas de participação e ação coletiva de tal modo que se impõe a necessidade de repensarmos e recriarmos os modos de convivência e participação democrática.

Inspirados nas palavras do escritor português, insistimos na possibilidade de problematizar a vivência da democracia. SARAMAGO (2006: 36) adverte:

Deixemos de considerar a democracia como um dado adquirido, definido de uma vez e para sempre intocável. Num mundo que se habituou

a discutir tudo, uma coisa só não se discute, precisamente a democracia. Melífluo e monacal, como era seu estilo, Salazar, o ditador que governou este pobre país durante mais de quarenta anos, pontificava: “Não discutimos Deus, não discutimos a Pátria, não discutimos a Família”. Hoje discutimos Deus, discutimos a Pátria e só não discutimos a Família porque ela já anda a discutir-se a si própria. Mas não discutimos a democracia, isso não. Pois eu digo: discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos enquanto é tempo, se não descobirmos a maneira de a reinventar, sim, de a reinventar, não será só a democracia que se perderá, perder-se-á também a esperança de ver um dia dignamente respeitados os direitos humanos neste infeliz planeta. E esse seria o grande fracasso da nossa época, o sinal de traição que marcaria para sempre o rosto da humanidade que agora somos. Não tenhamos ilusões. Sem democracia não haverá direitos humanos, sem direitos humanos não haverá democracia.

As décadas de 70 e 80 geraram fértil terreno de experimentação, contribuindo para impulsionar e fortalecer a sociedade civil como importante ator na construção de um entendimento ampliado sobre o espaço público. À época, a participação colocava-se como alternativa e meio de efetivação dos princípios democráticos, sendo por intermédio dela que todos poderiam escrever uma nova história e ser-fazer política. A Constituição de 88 legitimou a organização da sociedade civil em associações e sua participação nas Políticas Públicas.

Uma abordagem histórica possibilita perceber o *caldo de mobilização social* gerado com a “*entrada de novos personagens em cena*” (SADER, 1988), quando diversos movimentos sociais e OSC participam, de novas formas, da vida pública.

A luta contra a ditadura militar produziu formas instituintes de se fazer política, numa tentativa de transformar um regime de governo, mas sobretudo de construir um projeto de sociedade que ampliasse as possibilidades de convivência.

Dentre estes movimentos sociais, ressaltam-se as OSC como atores primordiais na luta pela garantia de direitos básicos, inscrevendo o país em uma perspectiva de participação, aqui entendida como

um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova (GOHN, 2008: 30).

Importante salientar o longo processo de lutas para que a perspectiva da garantia de direitos e participação da sociedade se tornassem bases da gestão democrática. A participação não pode ser entendida como simples concessão estatal. Destacamos a intensa militância de pessoas, organizações e movimentos sociais que atuaram, denunciando contradições e abusos do Estado, reivindicando espaços para participar na construção de realidades menos desiguais.

Ocorre que

embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares. (NOGUEIRA, 2011: 25)

Se no aparelho estatal percebemos a fragmentação das ações sociais, igualmente nos movimentos sociais, encontraremos a pulverização de práticas e bandeiras, denotando ausência de uma plataforma político-social unificada no país. Assim, historicamente, a atuação do Estado e da sociedade civil vem se dando de forma autônoma e sua relação tem sido pautada por embates e conflitos.

De todo modo, progressivamente, a participação, a garantia de direitos e a democratização passaram a pautar a agenda destas OSC. Como assinala SCHERER-WARREN (1999: 49), “*de maneira geral, com o fim dos regimes militares a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações das ONGs dos países latino-americanos*” e complementa:

No Brasil, muitas conquistas sociais da nova Constituição foram obtidas graças à pressão e apoio das ONGs e movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no

controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando sua relação com o poder político, passando a atuar para a descentralização do poder e para uma crescente participação da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1999: 49).

O sociólogo Betinho corrobora esta argumentação situando que

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham. (SOUZA, 2005, s/p.)

Olhar os anos 80 e os dias de hoje nos ajuda a (re)conhecer que o mundo mudou. À época, OSC eram espaços de acolhimento de sonhos, utopias e lutas. Hoje, os discursos se transformaram: há um movimento de criminalização destas iniciativas, associando-as a escândalos que envolvem corrupção, política partidária e desvio de recursos públicos, de tal modo que a própria legitimidade deste trabalho é colocada em xeque.

O dossiê sobre “*A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil*”, lançado pelo PAD (Processo de Articulação e Diálogo formado por agências ecumênicas internacionais e nacionais, 2011) situa:

A luta dos movimentos sociais tem incorporado grandes conquistas nos últimos vinte anos, entre elas a derrota da ditadura militar e a elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1980) e mais recentemente a Lei Maria da Penha (2006), que veio engrossar a luta pelos direitos das mulheres contra a violência e discriminação. Também temos uma intensa luta pela reforma agrária e urbana, visando a distribuição das riquezas que, no Brasil, são extremamente concentradas. A atuação e busca por transformações de nossa sociedade ferem o interesse de grandes empresas, do latifúndio e de setores conservadores da sociedade que desejam manter as estruturas desiguais e discriminatórias, fruto de mais de 500 anos de exploração de índios, negros, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, sugando do Brasil e da América Latina suas riquezas. É por força da ação desses setores conservadores que há, in-

felizmente, um intenso processo de criminalização de nossas lideranças e deslegitimação de nossas ações, de nossa luta.

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) vem liderando as discussões da “*Plataforma por um novo marco regulatório para as OSC*”, destacando a importância histórica destas entidades no processo de participação social e democratização brasileira.

De fato, a luta da Abong é por um marco legal que regule, legitime e reconheça o trabalho de entidades sem fins lucrativos e o seu acesso a fundos públicos. Assim a Associação sustenta a bandeira da transparência e fortalece a participação da sociedade civil, pressuposto básico para a consolidação da democracia. (ABONG, 2011).

Diversas OSC têm defendido uma atuação não no sentido de substituir o papel do Estado, mas de fortalecê-lo e complementá-lo, exercendo o controle social.

É um equívoco acreditar que as ONGs querem ocupar o lugar ou substituir o papel do estado, quando em verdade o que se deseja é um Estado democrático forte e a gestão de políticas públicas inclusivas que promovam a cidadania e os direitos humanos. (BASILIA, 2011)

Experiências demonstram que a atuação local e descentralizada destas organizações possibilitam certa informalidade, agilidade e capilaridade muitas vezes não alcançada pela atuação estatal.

Nos anos 70, as fronteiras entre sociedade civil, Estado e iniciativa privada eram mais claramente delimitadas. Hoje, frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores participam do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas por territórios, poder, públicos, financiamento. Mesclam-se novas identidades e configurações híbridas.

No início do séc. XXI, acompanhando a crise econômica mundial, muitas OSC vivem transformações, quando a *sustentabilidade financeira* acaba comprometendo a *sustentabilidade política* de projetos sociais.

A mais recente pesquisa sobre Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, no Brasil (IBGE, IPEA, GIFE, 2012) demonstra um decréscimo no número de associações: entre 2006 e 2010, elas cresceram em torno de

8,8%, número significativamente menor quando comparado aos 22,6% do período anterior (2002-2005).

Nos últimos anos, inúmeras organizações vêm encerrando suas atividades, corroborando para o que um entrevistado em nossa pesquisa afirma:

ONG é capital social, né, ONG é riqueza de um país, ONGs são pessoas se associando por uma causa pública (...) foram pessoas que se uniram para lidar com questões públicas, questões de bem comum, então é uma riqueza que a gente desenvolveu e que na crise estrutural de financiamento que a gente tem hoje, está ameaçada. As pessoas falam do risco para a democracia na política quando tem corrupção, mas ninguém tá falando no risco pra democracia que é a gente não ter mecanismos estabelecidos de financiamento e ter um monte de onguizinha quebrando por aí (A.S., jornalista e antropólogo, diretor de OSC, 2012).

Decorridas quase três décadas desta recente história de democratização, parece-nos pertinente questionar como temos caminhado rumo à consolidação da democracia, quais novas questões se colocam, quem são os atores deste cenário sociopolítico, como podemos reconstruir espaços de participação e ação política capazes de acolher nossa utopia e, em última análise, qual é nossa utopia hoje.

Referências bibliográficas

ABONG. *As ONGs e a radicalização da democracia participativa no Brasil*. 2011. Disponível em

<http://www.abong.org.br/informes.php?id=4512>

ADORNO, S. *A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. UFBA, 2013.

BASILIA, C. *ONGs pra que?* Disponível em <http://carllosbem.bIHYPERLINK>

"<http://carllosbem.blogspot.com/2011/02/ongs-pra-que.html>"ogspot.com/2011/02/ongs-pra-que.html, 2011.

CARNEIRO, H.S. Rebeliões e ocupações de 2011. In HARVEY, D. et. Al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. SP: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CASTELLS, M.. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. RJ: Zahar, 2013.

GOHN, M.G.. *O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. SP: Cortez, 2008.

_____. *Ações coletivas na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol 46, N. 1, p. 10-17, janeiro/abril 2010.

_____. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 47 maio-ago. ANPED, 2011.

HARVEY, D. et. Al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. SP: Boitempo: Carta Maior, 2012.

IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2005* disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ecomonomHYPERLINK>

"<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ecomomia/fasfil/2005/ia/fasfil/2005/> 2011.

MOREIRA, M.C. "O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?" Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia. Tese de doutorado. UFRJ, 2014.

NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática*. SP: Cortez, 2011.

PAD. *Dossiê A repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil*. 2011.

PEREIRA, W.C.C. *Movimento institucionalista: principais abordagens*. RJ: Revista PsiUERJ, 2007.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. RJ: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. SP: Cortez, 2006.

SARAMAGO, J. *El nombre y la cosa*. México: FCE, ITESM, 2006.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. SP: Editora Hucitec, 1999.

Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr 2006.

PADRÕES DE CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE A POPULAÇÃO DE RUA

Thiago Guimarães Grangeiro
Psicólogo, especialista em Drogadependência,
implementação de políticas, tratamento e
prevenção
Prefeitura Municipal de Resende-RJ
Secretaria Municipal de Assistência Social e
Direitos Humanos
Centro de Referência Especializado para
População em Situação de Rua – Centro POP
email:thiago.grangeiro@ibest.com.br

Resumo: Muitos autores reconhecem a importância do álcool nas estratégias de adaptação da população em situação de rua. Entretanto, estudos consolidados revelam os prejuízos associados ao consumo abusivo de álcool. Este estudo tem por objetivo investigar as relações existentes entre o consumo de álcool e as pessoas em situação de rua e promover debate sobre sua importância no contexto dessa população e os prejuízos associados a esse consumo. Entende-se que assim como o uso abusivo de álcool pode ser fator determinante no processo de ida para as ruas também pode ser determinante na permanência e na queda da qualidade de vida dessa população. Fatalmente, acredita-se que uso de álcool entre essa população também tenha essencial função na adaptação e superação das adversidades da vida em situação de rua. Dessa forma, identificamos como propor ações de intervenção junto a esta população requer atenção às especificidades desse público.

Palavras-chave: População em situação de rua; álcool; dependência química.

Abstract: Many authors recognize the importance of alcohol in homeless people adaptation strategies. However, consolidated studies reveal losses associated to excessive consumption of alcohol. This study aims to investigate the relationship between alcohol consumption and homeless people and promote debate about its importance in the

context of this population and the losses associated to that consumption. It is understood that as the abuse of alcohol can be a determining factor in the process of going to the streets can also be decisive in their permanence and in decrease of this population quality of life. Inevitably, it is believed that alcohol use among this population also has essential role in adapting and overcoming the adversities of life on the streets. Thus, we identify to propose actions for intervention with this population requires attention to the specifics of that public.

Keywords: Homeless people; alcohol; drug addiction.

Introdução

O álcool, personagem corriqueiro das cenas urbanas da sociedade brasileira, é uma ferramenta importante para a população de rua. O aguardente de cana, a cachaça, ou “pinga” na sua apresentação popular circula fácil e constantemente nos circuitos da rua, mediando relações entre pessoas e com a realidade que os cerca constituindo-se como importante ferramenta na adaptação desse público. Paradoxalmente e fatalmente, o uso ou abuso de álcool também se apresenta como adversidade e entrave na vida daqueles que fazem da rua o seu local de moradia.

Dessa forma, pretende-se aqui investigar as relações existentes entre o consumo de álcool e a população em situação de rua, considerando seus padrões de uso, sobretudo aquele considerado abusivo. Objetivamos também analisar as atuais propostas existentes de intervenção junto a esta população na esfera do poder público. Por fim, veremos como é complexa a relação entre a população em situação de rua e o abuso de álcool e esta requer alternativas que considerem essa complexidade e atentas às especificidades da população em situação de rua.

Pessoas em Situação de Rua

No último Censo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foram identificadas 31.922 pessoas em 71 cidades do país vivendo em situação de rua (Brasil, 2008). Este número somado a pesquisas de outras cidades levam a uma estimativa de que existam, atualmente, aproxi-

madamente 50.000 pessoas em situação de rua no Brasil.

Baseados no estudo feito por Eriedna Santos Barbosa sobre as políticas públicas destinadas à mencionada população (de 1888 a 2005), que parte da abolição da escravidão e perpassa por diversas conjunturas históricas até desembocar na Nova República (a partir de 1985), o Fórum Regional de População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (2009) aponta três traços claramente recorrentes no perfil das pessoas em situação de rua: a *heterogeneidade* dos grupos que constituem a chamada população em situação de rua com destaque o grupo das pessoas com problemas de saúde física e/ou mental; a *origem*, na sua absoluta maioria, nas camadas populares; a *precariedade* extrema das condições de vida.

Um traço apontado como decisivo e que decorre daqueles fatores é a seqüência de rupturas de vínculos imprescindíveis ao homem (família/laços afetivos, trabalho, cultura) na construção de sua identidade. Segue-se daí uma grave situação de risco e vulnerabilidade. A partir desse quadro o Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro (2009) define, em documento que antecede a construção da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, que este público é composto de “pessoas provenientes, em sua maioria, dos segmentos populares, que, vivendo em situação de extrema exclusão social e vulnerabilidade, fizeram da rua sua casa, nela desenvolvendo suas relações e nela provendo - de diversas maneiras – o seu sustento”

De acordo com o Censo supracitado a população em situação de rua é predominantemente masculina (82%) e mais da metade (53,0%) das pessoas em situação de rua adultas entrevistadas se encontra em faixas etárias entre 25 e 44 anos. A renda da população em situação de rua é baixa, a maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, dado importante para nosso estudo conforme revelaremos mais tarde.

A maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%) e um grupo menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou instituições similares, outros (8,3%) costumam alternar, ora dormindo na

rua, ora dormindo em albergues. Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua (43,9%) apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade - dado também importante para fins da nossa pesquisa.

Destacamos ainda que 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. A maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor.

A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Esses últimos dados fecham o retrato de desfiliação, liminaridade e exclusão em que vive a população em situação de rua.

Abuso de Álcool

De acordo com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas da Universidade Federal de São Paulo (CEBRID) o álcool é uma das poucas drogas psicótropas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos pelos quais ele é encarado de forma diferenciada, quando comparado com as demais drogas (SENAD, 2010).

Ainda de acordo com o CEBRID, apesar de sua ampla aceitação social, o consumo de bebidas alcoólicas, quando excessivo, passa a ser um problema. Além dos inúmeros acidentes de trânsito e da violência associada a episódios de embriaguez, o consumo de álcool a longo prazo, dependendo da dose, frequência e circunstâncias, pode provocar um quadro de dependência conhecido como alcoolismo. Dessa forma, o consumo inadequado do álcool é um importante problema de saúde pública, especialmente nas sociedades ocidentais, acarretando altos custos para a sociedade e en-

volvendo questões médicas, psicológicas, profissionais e familiares. (SENAD, 2010)

O conceito, a percepção humana e o julgamento moral sobre o consumo de drogas evoluíram constantemente e muito se basearam na relação humana com o álcool, por ser ele a droga de uso mais difundida antiga. Os aspectos relacionados à saúde só foram mais estudados e discutidos nos últimos dois séculos, predominando, antes disso, explicações religiosas e (ou) morais dos usuários, vistos como pessoas possuídas por espíritos malignos, com desvio de caráter ou sem 'força de vontade' para não sucumbirem ao 'vício'. O conceito atual, o de dependência, transcende o modelo moral, que considerava beber excessivamente falha de caráter, como dito anteriormente, e até mesmo o modelo de doença "alcoholismo", um diagnóstico apenas por categoria, ou seja, em que só se pode variar entre ser ou não portador da doença, sem permitir graduações de gravidade dos quadros; no qual a perda do controle, a presença de sintomas de tolerância e abstinência determinam o indivíduo como sendo ou não dependente de álcool. A validação do conceito de Síndrome de Dependência do Álcool permitiu que os sistemas classificatórios atuais como o CID-10 e DSM-IV operacionalizassem o conceito psicopatológico da dependência, ao utilizar critérios práticos e confiáveis que possibilitem um bom diagnóstico, etapa primeira antes de qualquer abordagem. (Duarte & Morihisa, 2010)

Padrões de consumo de álcool e outras drogas

Frequentemente observamos a sociedade dar o mesmo tratamento para diferentes padrões de consumo de substâncias e dessa forma é importante esclarecer a diferença entre uso, abuso e dependência conforme esclarece Duarte & Morihisa (2010).

Define-se como uso de drogas a auto-administração de qualquer quantidade de substância psicoativa. Por sua vez, abuso de drogas: pode ser entendido como um padrão de uso que aumenta o risco de consequências prejudiciais para o usuário. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), o termo *uso nocivo* é aquele que resulta em dano físico ou mental, enquanto no Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), "abuso" engloba também consequências sociais.

A transição de um beber moderado para um beber problemático normalmente ocorre de forma lenta levando em geral vários anos. Alguns sinais da dependência do álcool são: desenvolvimento da tolerância³⁶; aumento da importância do álcool na vida da pessoa; percepção do "grande desejo" de beber e da falta de controle sobre o uso; síndrome de abstinência³⁷ e aumento da ingestão de álcool para aliviar essa síndrome.

Os indivíduos dependentes do álcool podem desenvolver várias doenças. As mais frequentes são as relacionadas ao fígado como esteatose hepática, hepatite alcoólica e cirrose. Também são frequentes problemas do aparelho digestivo como gastrite, síndrome de má absorção e pancreatite e do sistema cardiovascular como hipertensão e problemas cardíacos. Existem, também, casos de polineurite alcoólica, caracterizada por dor, formigamento e câibras nos membros inferiores. (SENAD, 2010)

Os transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de álcool (F10) são classificados como transtornos decorrentes do uso de substância psicoativa no CID-10 (F10-F19).

³⁶Segundo o Glossário de Álcool e Outras Drogas da Organização Mundial de Saúde (OMS) o fenômeno da *tolerância* é um termo utilizado pela medicina para definir "uma diminuição de resposta a uma dose de determinada substância que ocorre com o uso continuado da mesma. No consumidor freqüente ou de grandes quantidades de bebidas alcoólicas (ou de outras drogas), por exemplo, são necessárias doses mais elevadas de álcool para alcançar os efeitos originalmente produzidos por doses mais baixas. Tanto fatores psicológicos como psicossociais podem contribuir para o desenvolvimento da tolerância, que pode ser física, comportamental ou psicológica". (SENAD, 2010, p.120-121)

³⁷A síndrome de abstinência pode ser definida como um grupo de sintomas de configuração e gravidade variáveis que ocorrem após a cessação ou redução do uso de uma substância psicoativa que vinha sendo usada repetidamente e geralmente após um longo período e/ou em altas doses. A síndrome pode ser acompanhada por sinais de alterações fisiológicas. A síndrome de abstinência de álcool é caracterizada por tremores, sudorese, ansiedade, agitação, depressão, náusea e mal estar. Pode complicar-se por convulsões e progredir para um *delirium tremens* que, além da acentuação dos sinais e sintomas anteriormente referidos, se caracteriza por tremores generalizados, agitação intensa e desorientação no tempo e no espaço. (SENAD, 2010)

População em situação de rua e o Álcool

Podemos identificar dois contextos em que o álcool aparece na vida da população em situação de rua a primeira antecedendo à ida para as ruas e a segunda na manutenção desta situação.

Álcool, violência intrafamiliar, prejuízo social e a ida para as ruas.

De acordo com o I Censo Nacional de População Adulta em Situação de Rua (Brasil, 2009), como citamos anteriormente, os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); em segundo lugar surge o desemprego (29,8%) e por último as desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%) e que 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro sendo difícil precisar qual. Nesse contexto podemos observar que o abuso de álcool e (ou) outras substâncias exerce papel importante na ruptura de vínculos familiares e comunitários e consequentemente na ida para as ruas.

De acordo com Silveira (2010) sabe-se que o consumo abusivo de álcool é um importante facilitador de situações de violência, aumentando o risco de um indivíduo vir a cometer ou ser vítima de comportamentos violentos.

No Brasil, dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) apontaram que 52% dos casos de violência doméstica estavam ligados ao consumo de álcool pelo agressor.

No Caderno do Ministério da Saúde “Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço” o abuso de álcool aparece como fator de risco para a incidência de/da violência intrafamiliar: “Um importante fator desencadeante dos atos violentos é o abuso de álcool e/ou outras drogas. Na medida em que, pela ação no sistema nervoso central, estas substâncias tendem a inibir a censura, a pessoa passa a assumir condutas socialmente reprováveis.” (Brasil, 2002, p.65).

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), o termo “uso nocivo” é aquele que resulta em dano físico ou mental, enquanto no Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais (DSM), “abuso” engloba também consequências sociais. Consequências sociais estas que podem ser encontradas no próprio DSM como: “1) uso recorrente, resultando em fracasso em cumprir obrigações importantes relativas a seu papel no trabalho, na escola ou em casa; 2) uso recorrente em situações nas quais isto representa perigo físico; 3) problemas legais recorrentes relacionados à substância; 4) uso continuado, apesar de problemas sociais ou interpessoais persistentes ou recorrentes causados ou exacerbados pelos efeitos da substância”. Dessa forma não é difícil visualizar o impacto deste quadro sobre o contexto familiar gerando e potencializado tensões entre seus membros.

Contudo, aponta Silveira (2010), o álcool não é a causa única e direta da violência. Outros fatores devem ser considerados, como por exemplo, os contextos sociais e culturais de cada situação e os demais fatores de risco.

Segundo Silva (2006), são comumente enumeradas várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como a ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc. São elencados também fatores biográficos abuso de álcool e outras drogas, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc. Além de desastres de massa e/ou naturais, menos comuns, enchentes, incêndios, terremoto, etc. Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua. (SILVA apud Brasil, 2008)

Álcool e a população em situação de rua: permanência

Considerando-se as razões apontadas como motivo para ida para as ruas pelos entrevistados no Censo, há uma que não aparece expressivamente nos relatos, mas que merece ser destacada por estar intimamente relacionada com as outras: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)

do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a escolha pessoal pela rua como opção de moradia apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Esta escolha está muitas vezes relacionada a uma noção, ainda que vaga, de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não somente a saída de casa, mas também as razões de permanência na rua. Após vivenciar a situação de “liberdade” que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor. (Brasil, 2009). O psicólogo Walter Varanda, Doutor em Saúde Pública pela FSP/USP e o professor Rubens de Camargo Ferreira Adorno nos oferecem rico material sobre a população em situação de rua e sua relação com o álcool sob o qual vale a pena conhecer e nos debruçar.

Uma distinção importante que Varanda & Adorno (2004) levantam é a entre a população que dorme nas ruas e aquela que utiliza os albergues. A população que dorme nas ruas é conhecida por ter uma maior concentração de alcoolistas crônicos, que fazem uso da bebida alcoólica mais freqüentemente. Este grupo permanece mais tempo ocioso e possui menor disposição para programas coletivos orientados institucionalmente. O percentual de alcoolistas nos albergues depende do rigor de cada uma dessas instituições.

Ainda de acordo com Varanda (2009) o uso da bebida cumpre um papel que também poderia ser atribuído a outras drogas. A livre circulação e o preço mais acessível torna a pinga ou “barrigudinha”³⁸ um recurso mais fácil diante de demandas físicas, emocionais e so-

ciais. As pessoas que ficam na “maloca”³⁹, geralmente têm uma garrafa guardada sob o colchão ou dentro de sacolas. Sabe-se que estas bebidas não oferecem boa qualidade, mas são muito mais baratas. Raramente observamos o uso de bebidas de marca entre a população de rua.

Os usuários de álcool relatam que, ao contrário de outras drogas, a bebida, por seu baixo custo, não justifica furtos, é muito barata e pode ser encontrada em qualquer lugar. Bastam alguns centavos para a “intera” de uma garrafa que pode ser compartilhada por um grupo de várias pessoas. Outra forma de obtenção de bebida, drogas ou algum dinheiro, é o comércio ou troca pelo sexo, mais comum em usuárias de crack, que circulam pelas ruas, mas não necessariamente moram nas ruas, mas também encontramos esse fenômeno com usuárias de álcool que vivem em situação de rua.

Varanda (2009) ainda faz observações interessantes sobre as formas de uso verificadas no contexto da rua que indicam sua funcionalidade, principalmente quando comparadas com outras práticas similares às observadas em outros contextos de sociabilidade. Por exemplo, a “intera” pode equivaler ao “rachar a conta” das rodas de bar entre amigos como é comum entre a classe trabalhadora urbana nos finais de expediente ou nos encontros de fim de semana. Nesse sentido partilhar as despesas predispõe cada pessoa a uma vincular-se com o grupo, que pode ser traduzida pela lealdade e cumplicidade entre seus componentes. As “malocas” apresentam uma grande circulação de pessoas e é comum se observar o uso de garrafas maiores, de até 2 litros. O movimento impõe uma necessidade de guardar as garrafas diante da presença de pessoas não aceitas pelo grupo, ou simplesmente para que o dono da bebida tenha uma reserva para a noite ou para os momentos de partilha com o grupo mais reduzido, os mais “chegados”. O acesso à bebida nessas “rodas”, onde o sujeito passa, indica o seu grau de aceitação nestes grupos, o que proporcionar-

³⁸ Cachaça vendida em embalagens de 500 ml que, por seu formato arredondado, se assemelham a pequenos barris e custam entre R\$ 2,00 e R\$ 2,50 e podem ser facilmente encontradas em bares, supermercados e comércios locais.

³⁹ Termo utilizado pela população em situação de rua para designar espaço ocupado por um ou mais moradores de rua relativamente protegido da chuva e da intervenção de agentes públicos.

lhe a sensação de reconhecimento.

Essas rodas de pinga são animadas com conversas, músicas, piadas, notícias e entre pessoas mais íntimas também encontramos momentos de lamentações, reflexões, desabafos, sendo este um espaço de sociabilidade e troca, indispensável para aqueles que não contam com muitas alternativas de interação social e afetiva. Quando uma pessoa serve a outra, o gesto de dar e o de receber se destaca como expressão simbólica da interação estabelecida. A formalidade do gesto também pode estar associada aos locais e situações onde as pessoas estão mais expostas à observação de transeuntes. É comum ouvir que beber em grupo em bares e festas proporciona contato com aspectos genuínos de si e do outro de forma não conseguida por outras vias. Assim, na rua, isso não é diferente, os grupos de bebedores substituem, de maneira explicitamente referida por muitos deles, as relações familiares perdidas e preenche, desta forma, a lacuna deixada pela dificuldade de constituírem novas famílias. (Varanda, 2009)

Encarando por um ponto de vista mais generalizado, o costume de beber pode tornar-se um problema quando deixa de ocorrer apenas nos encontros sociais e passa a ocorrer também em casa, no trabalho, onde os controles externos não o atingem. Quando já existe pressão de parentes ou amigos para controlar o uso, usuários mais dependentes costumam beber às escondidas, mantendo a bebida sempre disponível por perto. “Na rua, onde o privado e o público se mesclam, os rituais de uso coletivo se descaracterizam em algumas situações, na medida em que o acesso permanente à bebida na maloca inibe a adoção de critérios quanto à forma de beber.” (Varanda, 2009, p.119)

Muitos usuários de bebidas alcoólicas relatam que as utilizam como “desbloqueadores” da censura e não raro manifestam comportamentos violentos que revelam tensões internas anteriores ao uso. Noutros casos a “recaída” no uso do álcool ocorre quando o indivíduo experimenta um nível de tensão emocional, recorrendo-se a ele como um relaxante.

A bebida é conhecida culturalmente por “afrouxar” o moralismo e estimular a libido, na rua, a bebida ajuda a ignorar o desconforto, a

sujeira e facilita a proximidade de outras pessoas, a possibilidade de contrair doenças ou para compensar a dificuldade de escolher o parceiro/parceira. Um entrevistado diz: “quando a gente bebe fica mais fácil pegar mulher (...) quando tá bêbado dorme com qualquer maloqueira (...) até com homem tem gente que vai” (Varanda & Adorno, 2004). Este último relato destaca uma situação que não é rara entre pessoas em situação de rua, a ocorrência de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo sem que isso faça parte de uma condição permanente de orientação sexual homossexual, e a bebida possui papel importante em tornar esse fenômeno uma possibilidade.

De acordo com Junia Quiroga e Marina Novo (2009) a vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação ao homem, que as obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos. O grau de exposição das mulheres que vivem nas ruas não permite que elas possam ora dizer sim, e ora dizer não a parceiros sexuais na rua, na mesma medida em que isso acontece entre a população domiciliada. Algumas delas não conseguem se defender quando são forçadas ao ato sexual, outras usam a bebida ou assumem comportamentos bastante agressivos para se defenderem e enfrentar os homens que insistem em ter relações sexuais, entretanto, o uso da bebida pode deixá-las ainda mais vulneráveis. (Varanda & Adorno, 2004)

Por fim, Varanda (2009) nos alerta para a o equívoco em reduzir o problema apenas à esfera individual, bem como o limitar ao seu círculo de relações familiares ou comunitárias. O discurso que culpa as pessoas pela situação de degradação em que se encontram extrapola as relações institucionais e encontra eco no senso comum, que por sua vez, é alimentado pelas referências midiáticas e justificativas oficiais das lacunas das políticas públicas. Na esfera da individualidade o recurso químico se associa às relações de subalternidade e limitações de escalada socioeconômica deixando o sujeito às voltas consigo mesmo com a autoimagem estigmatizada de menos valia. Nesse contexto, o indivíduo promove o alívio do sofrimento físico e psíquico, a mediação

das relações sociais por meio da ingestão de bebida alcoólica que adquire uma finalidade específica nas estratégias de sobrevivência na rua como moeda de troca para a obtenção de favores e reconhecimento. Importante destacar também que, mesmo quando o uso é anterior à situação de rua, acredita-se que a degradação e destituição viciam as relações institucionais estabelecidas, uma vez que a pessoa é colocada no lugar da carência, da impossibilidade, da incapacidade, do não merecimento e, de maneira geral, de dependência. Esta situação está fundamentalmente ligada ao consumo desregrado e danoso de álcool e outras drogas, cronificando a relação entre o sujeito e estas substâncias. O descarte introjetado pelo próprio sujeito o destitui de seu papel social, como no caso de A., que ao sair do albergue pela manhã, dizia sair andando pela cidade, “sem rumo”. Uma das alternativas é a dissociação da realidade que o cerca, sob a indução de bebidas. “Estar sem rumo” é mais do que um recurso de linguagem ou alusão à situação momentânea de não ter onde ficar. Pode ser estendido ao posicionamento do indivíduo em relação a projetos de vida possíveis (Varanda & Adorno, 2004).

Tratamos aqui como a expansão de si, induzida pelo uso de álcool pode se restringir a sensações: de ser maior, mais forte, mais amável, mais poderoso, mais sociável, ou, simplesmente, mais alegre. Procuramos demonstrar até aqui como o álcool silenciosamente abrange muitas esferas da realidade daqueles que moram nas ruas sem que estes se deem conta de sua importância ou mesmo como reproduzem, com o auxílio do álcool, sistemas e dinâmicas sociais da vida “fora das ruas” ou dita, “normal”. Nesse sentido, o álcool atua, não somente como fator facilitador da ida para as ruas, mas também como fator essencial para sua permanência. Adiante, veremos como a sociedade brasileira se articula por meio das políticas públicas para enfrentar a problemática da população em situação de rua e do abuso de álcool e outras drogas.

Políticas públicas para população em situação de rua: higienização, paternalismo e inclusão social

O Fórum Permanente de População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro em documento que propõe uma Rede de Atendimento para a População em Situação de Rua (2009) faz um resgate histórico das respostas da sociedade civil e governos a esta problemática esquematizando-as da seguinte maneira: *respostas higienizadoras*, *respostas a necessidades imediatas* e *respostas de inclusão social*.

Nas *respostas higienizadoras*, o pensamento predominante é que essas pessoas devem sair dos espaços públicos, pois contribuem com a desordem urbana. Transformam os espaços públicos em privados, acabam por produzir uma impressão desagradável, intimidam os pedestres e precisam ser “ressocializados”.

Naquelas denominadas *respostas a necessidades imediatas*, o pensamento determinante é que: diante da fome, providenciar comida; do frio, um agasalho; do relento, o pernoite sob um teto.

Por fim, nas *respostas de inclusão social* o pensamento predominante é que trata-se de resgatar a pessoa na sua totalidade, ou seja, criar processos que deem condições de resgate com vistas à cidadania. Justifica-se essa intervenção na ideia de que o estrago nessas vidas vai além da alimentação, da roupa, do pernoite. Os procedimentos são desenvolvimento de metodologias socioeducativas que, criando vínculos e respeitando o protagonismo e autonomia dessas pessoas, contribuam para a participação efetiva na sociedade.

Este grupo conclui que, se o ponto central nos processos de exclusão vividos pelos/as moradores/as de rua é a ruptura de vínculos, essenciais em nossa existência, quaisquer ações e propostas de atendimento dirigidas a essa população que não reconstruam gradativamente o que se quebrou, se arriscam a ficar na superfície.

Nessa perspectiva, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) inicia o processo de construção da Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua como fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), coordenado pelo MDS. A Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua é resultado das lutas e reivindicações de setores organizados da sociedade civil, que historicamente

exigem a responsabilidade pública no atendimento a essa parcela da população, até então abandonada pelas políticas públicas reconhecendo a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas para pessoas em situação de rua.

Dessa forma a Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua como uma política que visa à inclusão social pressupõe o acesso a bens e recursos da sociedade por meio de políticas sociais parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem o acesso integral aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros. O acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua visam o restabelecimento de redes familiares e comunitárias.

Garantir a inclusão social das pessoas em situação de rua por meio da oferta de programas, projetos, benefícios e serviços de atendimento a essa população, por todos os entes federados é o objetivo desta política.

Políticas de saúde para usuários de álcool e outras drogas

Tanto no âmbito da Constituição Federal e no Sistema Único de Saúde (SUS), é garantido aos usuários dos serviços de saúde mental – e, conseqüentemente, aos que sofrem por causa de transtornos decorrentes do consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas – a universalidade de acesso e direito à saúde. A descentralização do modelo de atendimento é uma das diretrizes determinando a estruturação de serviços mais próximos do convívio social de seus usuários. Dessa forma, pretende-se configurar redes de cuidado mais atentas às desigualdades existentes, ajustando as ações às necessidades da população de forma mais democrática.

Impossível deixar de destacar a Lei nº. 10.216, de 6 de abril de 2001 “Lei Paulo Delgado”, marco histórico e legal da Reforma Psiquiátrica brasileira, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A lei ainda reafirma os princípios e diretrizes do SUS, prevendo a garantia aos usuários de serviços de saúde mental, incluindo as pessoas que sofrem por

transtornos decorrentes do consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, da universalidade do direito à assistência, bem como à sua integralidade. Nesta lei, observa-se o alinhamento com o SUS no que diz respeito à descentralização do modelo de atendimento, a partir da estruturação de serviços mais próximos do convívio social das pessoas o que também demonstra a clara ruptura com o modelo manicomial de isolamento. Em 2003, foi lançado o documento intitulado “A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas”, no qual se observa a importância da superação do atraso da responsabilidade do SUS nesse campo, com o compromisso de prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras substâncias psicoativas (Brasil, 2003). “Este documento pode ser considerado um marco político que rompe com as propostas reducionistas e focadas na abstinência ao conceber o consumo de drogas na sociedade como um fenômeno complexo que não pode ser objeto apenas das intervenções psiquiátricas e jurídicas, e exige a construção de respostas intersetoriais e a participação da sociedade” (Flach apud Correia, 2010, p.62)

Tal política propõe a criação de uma rede de atenção integral a usuários de álcool e outras substâncias psicoativas no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da intersetorialidade, contemplando ações de prevenção, promoção e proteção à saúde. Nesta rede a implantação de Centros de Atenção Psicossocial voltados ao atendimento de usuários de álcool e outras drogas (CAPSad), além dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) não-especializados são instrumentos chave na execução dessa política. Nesta publicação, as diretrizes da política do Ministério da Saúde para essa área, foram elaboradas em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e da reforma psiquiátrica brasileira e dentro da lógica da redução de danos.

Nesse percurso, destaque-se a “Política Nacional sobre Drogas”, realinhada e aprovada em 23 de maio de 2005 pelo então Conselho Nacional Antidrogas. Tal política apresenta orientações e diretrizes sobre: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução dos danos sociais e à saúde; redução da oferta; e estudos, pesquisas e

avaliações. De acordo com o próprio texto do documento, tal política orienta-se pelo princípio da responsabilidade compartilhada, o que significa dizer que deve haver cooperação e articulação entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos, reafirmando a necessidade de descentralização das ações sobre substâncias psicoativas no Brasil (Brasil, 2005). Importante fazermos um destaque para as estratégias de redução de danos que aparece nesse último documento com maior destaque, protagonizando o conjunto de estratégias de atenção em saúde para usuários de álcool e outras drogas. De acordo com a Política Nacional sobre Drogas (2005) as estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada, visando à redução dos riscos, das consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade. A Política destaca ainda que a importância de que a redução de danos não seja confundida como incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção. A Política Nacional sobre o Álcool destaca que devemos considerar como conceito de redução de danos, o conjunto estratégico de medidas de saúde pública voltadas para minimizar os riscos à saúde e à vida, decorrentes do consumo de álcool (Brasil, 2007). Ainda que tal documento tenha por objetivo inserir medidas específicas referentes à redução da demanda de álcool por populações vulneráveis, não há nenhuma medida específica direcionada à população em situação de rua. Nesse sentido, podemos destacar um instrumento mais recente: o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, que tem como um de seus objetivos, estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua.

De acordo com Varanda & Adorno (2004) um grande número de pessoas que vive nas ruas, raramente procura o serviço de saúde, enquanto suporta a presença dos sintomas de

doenças, recorrendo à rede ambulatorial em último caso, com a acumulação de vários problemas de saúde, realidade esta que também pode ser verificada no I Censo Nacional de População Adulta em Situação de Rua. Muitas pessoas só se submetem a tratamentos de saúde quando são conduzidas pelos serviços de “resgate” ou por meio de instituições de assistência, portanto encontram dificuldades em recorrer a eles espontaneamente e ou ainda pela reincidência de doenças mal tratadas, como tem acontecido com casos de tuberculose. A familiaridade com as doenças que vão se instalando e se agravando lentamente em decorrência da debilidade física e da perda da imunidade, se estende também às doenças sexualmente transmissíveis ou adquiridas através da convivência com outras pessoas doentes. (Varanda & Adorno, 2004)

A necessidade de vincularmos o tema população de rua à saúde pública evidencia-se, não somente devido às precárias condições de saúde em que estas pessoas vivem, mas no tocante à articulação de políticas públicas integradoras das populações vulneráveis tendo em vista os princípios da universalização, equidade e integralidade, preconizados pelo SUS. A universalização da saúde apresenta o desafio de intervir na realidade tal como ela está constituída. A população de rua faz parte do cenário urbano e requer intervenções que considerem a história dessa população e as diferentes formas de sobrevivências ali desenvolvidas. Estabelecer políticas públicas universais, como o SUS, considerando o princípio de equidade, significa estabelecer procedimentos, formas de atendimento e diagnóstico flexíveis que considerem inclusive a atenção fora dos ambulatórios ou em meio aberto estendendo o serviço de saúde a essa população.

Considerações finais

Observamos como a população em situação de rua utiliza o álcool não somente como recurso para o alívio do sofrimento físico e psíquico, mas também como o álcool faz uma mediação das relações sociais no cotidiano da rua. Nesse contexto a bebida alcóolica adquire uma finalidade específica nas estratégias de sobrevivência na rua como moeda de troca

para a obtenção de favores e reconhecimento. Importante destacar também que, mesmo quando o uso é anterior à situação de rua, acredita-se que a degradação e destituição viciam as relações institucionais estabelecidas, uma vez que a pessoa é colocada no lugar da carência, da impossibilidade, da incapacidade a até do não merecimento e, de maneira geral, de dependência. Esta situação esta fundamentalmente ligada ao consumo desregrado e danoso de álcool e outras drogas, cronificando a relação entre o sujeito e estas substâncias. Nesse processo, o descarte introjetado pelo próprio sujeito o destitui de seu papel social.

A questão ética que surge quando lançamos um olhar atento aos significados do consumo desregrado às relações sociais da população em situação de rua é sobre autonomia de cada um para lidar com os seus desejos e suas carências. Embora reconheçamos que mesmo estas podem decorrentes dos mecanismos de articulação da sociedade compreender o sujeito que vive em situação de rua, significa também entender a lógica existente nas relações sociais da modernidade. Nesse contexto, para quem trabalha na perspectiva da inclusão social dessa população é difícil enxergar a linha que separa o desejo do descarte e o respeito à autonomia da negligência.

No que tange as políticas públicas destinadas a esta população, observamos um caminhar lento na consolidação dos espaços, ações e estratégias de atendimento a esta população. O SUS apesar de trazer como princípios equidade e universalização não contempla esta população ora pela sua estrutura e lógica territorial ora pela ação despreparada dos seus agentes. No âmbito da Assistência Social, esta historicamente de alguma forma acolhe esta população e protagoniza essa luta na esfera pública, embora a sistematização de ações e estratégias tecnicamente desenhadas para esta população sejam muito recentes. Entretanto, já podemos observar o nascimento de estratégias que consideram a população em situação de rua em suas especificidades com propostas de atenção especializada que extrapolam as lógicas ambulatoriais e apostam em intervenções in loco, que não aguardam a chegada sazonal dessa população em suas repartições. Observamos o nascimento de

propostas que valorizam o acolhimento, a aproximação gradativa, o estabelecimento de vínculos e o respeito pela dignidade da pessoa em situação de rua como pessoa humana, sujeito de direitos civis políticos e sociais.

Referências bibliográficas

- Brasil, Casa Civil. (1990) *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília-DF.
- Brasil, Casa Civil. (2001). *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília-DF.
- Brasil, Casa Civil. (2007). *Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007 - Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências*. Brasília-DF.
- Brasil, Casa Civil. (2010). *Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010 - Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências*. Brasília-DF.
- Brasil, CONAD. (2005). *Resolução nº 03/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de Outubro de 2005 – Institui a Política Nacional Sobre Drogas*. Brasília-DF.
- Brasil, MDS. (2009). *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília-DF.
- Brasil, MDS-SAGI & Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. (2008) *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/su/mario_executivo_pop_rua.pdf
- Brasil, SENAD. (2007). *I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira*. Brasília-DF. Disponível em: www.obid.senad.gov.br.
- Brasil, SENAD & CEBRID. (2010). *Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas*. Brasília-DF. Disponível em:

- www.obid.senad.gov.br.
- Brasil, SENAD & OMS. (2010). *Glossário de Álcool e Drogas*. Brasília-DF: 2ª Edição.
- Brasil, MDS-SAGI. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – Síntese dos Resultados. In BRASIL, MDS. (2009). *Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF.
- Brasil, MS. (2002). *Violência Intrafamiliar: Orientações para prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica nº 8, Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131*. Brasília-DF.
- Correia, L. C. Marco legal e institucional sobre substâncias psicoativas no Brasil: conhecer para cuidar. In Brasil, SENAD & FILHO, A. N. (Org.) & Valério, A. L. R. (Org.). (2010). *Módulo para Capacitação dos Profissionais do Projeto Consultório de Rua*. Salvador-BA.
- Duarte, C. E. & Morihisa, R. S. Experimentação, uso, abuso e dependência de drogas In Brasil, SENAD. (2010). *Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação*
- Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. (2009). *Bases para uma política pública de inclusão social da população adulta em situação de rua no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. (2009). *População adulta em situação de rua no Rio de Janeiro: Proposta para uma nova rede de atendimento*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação.
- Quiroga, J. & Novo, M. Elas da Rua: População em Situação de Rua e a Questão de Gênero. In Brasil, MDS. (2009) *Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF.
- Monteiro, L. F. & Monteiro, A. M. C. Clínica de rua: Pressupostos teóricos-clínicos para uma intervenção no âmbito do consultório de rua. In Brasil, SENAD-Secretaria Nacional Sobre Drogas e CETAD. (2010). *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua*. Salvador-BA.
- Silveira, C. M. Padrões de consumo do álcool na população brasileira In Brasil, SENAD. (2010). *Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias*. Brasília-DF: 2ª Edição.
- Silveira, F. Enxengando o invisível: Desafio metodológicos de uma (Re)construção do olhar. In Brasil, MDS-SAGI. (2009). *Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília-DF.
- Varanda, W. & Adorno, R. C. F. Descartáveis urbanos: Discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. (2004). *Saúde e Sociedade* v.13, n.1, p.56-69.
- Varanda, W. (2009). *Liminaridade, bebidas alcólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua*. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-18032011-164414/pt-br.php>

Programa EICOS, Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
cecilams@gmail.com

PRÁTICAS MEDITATIVAS, POLÍTICAS DA COGNIÇÃO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA VIDA URBANA CONTEMPORÂNEA: PODE O SILÊNCIO SER UM ATO REVOLUCIONÁRIO?

Bruno Prudente
Mestrando em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
Programa EICOS, Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
brunoprudente@gmail.com

Cecília de Mello e Souza
Professora doutora

Resumo: As práticas meditativas caracterizam-se pelo treinamento da atenção em seus distintos modos de funcionamento, envolvendo a observação sustentada de fenômenos no campo de consciência. São diversas suas finalidades, distintas em virtude do contexto sociocultural: entre as tradições filosófico-religiosas onde têm origem, busca-se o aperfeiçoamento espiritual, enquanto nas versões modernas, laicas e cientificamente fundamentadas, trata-se de promover saúde ou desen-

volver habilidades pessoais. Neste trabalho, realizado a partir de revisão bibliográfica, apresenta-se uma análise crítica, psicossocial, das implicações sociopolíticas de diferentes modos de compreensão e utilização da meditação na contemporaneidade. Apontamos aí duas tendências divergentes, correspondendo a distintas políticas da cognição: uma vertente utilitarista, enfatizando a solução de problemas pontuais, ainda bastante consonante a ideais e valores hegemônicos, e uma via mais crítica, favorecendo a problematização e reinvenção de formas instituídas de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Meditação, políticas da cognição, produção de subjetividades, contemporaneidade

Abstract: Meditative practices are characterized by the training of the attention in its different modes of functioning, involving the sustained observation of phenomena in the field of consciousness. Their purposes are diverse, distinct due to the socio-cultural context: in the philosophical and religious traditions in which they are originated, one seek spiritual improvement, while in modern, secular, science-based versions, it have more to do with promoting health and developing personal skills. In this work, realized through literature review, we present a critical analysis, psychosocial, of the socio-political implications of different ways of understanding and uses of meditation in contemporary times. We point two divergent trends, corresponding to different cognitive policies: a utilitarian one, emphasizing the solution of specific problems, still quite consonant to the hegemonic ideals and values, and a more critical way, favoring the questioning and reinvention of established forms of being in the world.

Key words: Meditation, cognitive policies, subjectivity production, contemporary times

Introdução

Práticas meditativas vem sendo empregadas há milênios por distintas tradições nas sociedades orientais, como o Yoga, Budismo, Vedanta e Taoísmo. No ocidente, ganham importância sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, a princípio através de estudiosos de religiões, e com crescente dis-

seminação a partir do advento da contracultura. As pesquisas científicas são recentes, e multiplicam-se nas últimas décadas. Com reconhecimento crescente de benefícios do hábito de meditar, especialmente na saúde e no desenvolvimento psicológico, observa-se também um processo de laicização, com a criação de versões adaptadas, cientificamente fundamentadas e desvinculadas de conotações religiosas. Na psicologia, este interesse reflete-se sobretudo nas vertentes cognitivista e neuropsicológica, com trabalhos mais raros em psicologia social, destacando-se aí intervenções em contextos específicos, como escolas, universidade, empresas e instituições penitenciárias.

O que propomos com este trabalho é compreender uma análise crítica, psicossocial, das tendências hegemônicas e suas possíveis alternativas no contexto das pesquisas e aplicações das práticas meditativas na contemporaneidade. Iniciando por uma breve recapitulação histórica e enfatizando aí a pluralidade de formas de meditação, suas raízes culturais e suas metas específicas, passamos em seguida a uma revisão da literatura científica recente sobre o tema, apontando seus principais eixos de estudo e resultados obtidos, discutindo aí o que entendemos serem ambas suas contribuições e limitações, a fim de evidenciar assim alguns desafios atuais para este campo. Por fim, seguimos por um dos caminhos que se abrem a partir desta revisão crítica, e discutimos como as práticas de meditação e suas diferentes formas de apropriação podem ser analisadas em termos de suas implicações sociopolíticas, considerando os processos de produção de subjetividade implicados no hábito de meditar e apontando como tais implicações podem ser relacionadas a distintas políticas da cognição.

Da antiguidade oriental à contemporaneidade global: breve história da meditação

A palavra meditação, no contexto em que a utilizamos aqui, refere-se inicialmente a uma variedade de práticas de contemplação originadas em tradições espirituais de diversas sociedades e culturas, assumindo especial importância no continente asiático. As primeiras referências conhecidas são antigas, encontradas na Índia em registros pictográficos datan-

do de cerca de 1500 antes do início do calendário cristão, e de forma escrita nos chamados *Upanisad*, capítulos especiais dos *Vedas*, reconhecidos como os textos mais importantes no vasto sistema que veio a ser conhecido como Hinduísmo. Por outro lado, há também indícios de que, na China, formas talvez tão antigas de meditação se desenvolveram no contexto de tradições nativas, anteriores à codificação do Taoísmo (MURPHY ET AL, 1997).

Ao longo dos milênios, técnicas meditativas vem sendo empregadas em diversas tradições, como o Budismo, Vedanta, Yoga, e Taoísmo (GOLEMAN, 1997). Em cada uma, a meditação se constitui como uma das práticas mais importantes. Não raro, é entendida como condição estrita para alcançar as metas propostas, que via de regra se referem, em última instância, à conquista de um estado de consciência radicalmente novo, que seria caracterizado pela transcendência das ilusões e condições restritivas a que normalmente estamos submetidos, o que no ocidente chamaríamos *iluminação* – e em termos nativos se chamaria por exemplo de *moksha* (hinduísmo), *nirvana* (budismo indiano), ou *satori* (zen).

No ocidente, a difusão da meditação se deu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, através de círculos de estudiosos espiritualistas na Europa e nos Estados Unidos. O *World Parliament of Religions*, realizado em 1883 em Chicago, figura como um primeiro grande marco, permitindo pela primeira vez que se recebesse, em solo americano, ensinamentos asiáticos vindos dos próprios asiáticos. A partir daí, diversos mestres foram convidados excursionar pelo país, o que pouco depois levaria à formação dos primeiros ashrams (templos hindus) ocidentais (MURPHY ET AL, 1997).

Inicialmente, então, foi em grande parte no campo de estudos de religiões que a meditação, ainda percebida como uma prática intrinsecamente cultivada no âmbito religioso, recebeu maior atenção por parte de intelectuais e acadêmicos (GOLEMAN, 1997). Com o tempo, este interesse passou a se disseminar também entre estudiosos em outras áreas, como filósofos, historiadores, psicólogos e psicoterapeutas. Em fins da primeira metade

do século XX, diversos trabalhos conjuntos começaram a ser desenvolvidos entre estes pesquisadores e mestres representantes de tradições asiáticas, resultando por exemplo, pela primeira vez na história, em livros e artigos escritos em colaboração entre swamis e cientistas. Este encontro e trabalho conjunto entre ocidente e oriente foi sem dúvida – e vem sendo ainda – um bom exemplo do que, em termos de epistemologia e filosofia da ciência, podemos chamar de diálogo interparadigmático (VASCONCELOS, 2002).

A partir de fins dos anos 60 observa-se um outro grande marco, formado na complementariedade de dois fenômenos: o advento da contracultura, tomando corpo com os jovens da primeira geração após a segunda guerra mundial; e por outro lado a vinda de muitos mestres espirituais – como swamis de diversas linhagens do Yoga, lamas tibetanos, monges zen-budistas do Japão, sacerdotes taoístas – que migraram da Ásia para o ocidente, em grande parte em consequência das crescentes tensões políticas naquele continente, geradas com a expansão do comunismo chinês (MURPHY ET AL, 1997). Estes dois fatores, bem casados entre si, confluíram para o início de um segundo grande capítulo na história da meditação no ocidente, caracterizado por uma grande popularização dos ensinamentos vindos de sociedades orientais, abraçados por uma juventude sedenta de novas idéias e práticas, alternativas aos modos de vida cultivados na América do Norte e Europa, incluindo os de espiritualidade (WATTS, 2002).

Um terceiro marco desta trajetória se dá a partir do crescimento do interesse científico. Por décadas século XX adentro o estudo mais acadêmico ficou restrito quase completamente às áreas menos “duras”, tais como a filosofia, a psicologia, as ciências das religiões. Isso é compreensível, considerando a dificuldade de comunicação entre culturas tão distintas quanto a da ciência moderna positivista e das tradições orientais, separadas por uma fronteira epistemológica significativa. Por isso, especialmente relevante vem sendo o trabalho em ciência experimental, cuja abordagem metodológica é hegemônica na produção de conhecimento no campo acadêmico. A partir da década de 60 observamos um crescimento dos estudos, formulados para observar

objetivamente os efeitos da meditação sobre o funcionamento psicofísico. Neste contexto, o desenvolvimento tecnológico é especialmente relevante, à medida em que novos equipamentos e métodos de pesquisa passam a integrar o arsenal metodológico das ciências biológicas e psicológicas, em suas vertentes laboratoriais.

Uma das consequências da disseminação da meditação é sua desvinculação do contexto tradicional e espiritual. A adaptação é inédita, pois ainda que não raro as tradições assumam uma conotação mais filosófica do que propriamente religiosa e a meditação seja uma prática mais psicológica que ritualística, a dimensão transcendental não só nunca esteve ausente como sempre foi a mais essencial. Nas últimas décadas, no entanto, multiplicam-se as versões laicas da prática (RATO, 2011). A partir de um reconhecimento científico crescente quanto aos benefícios de se meditar, diferentes técnicas vem sendo adotadas em hospitais, clínicas de psicoterapia, spas, escolas e empresas, ou praticadas mais independentemente por indivíduos não comprometidos com nenhuma religião ou tradição espiritual. Neste movimento, vemos a adaptação de práticas ancestrais, reformuladas em métodos e objetivos, com a criação de novos programas, institutos de pesquisa e ensino, cursos e certificações, manuais e até patentes – bons exemplos da ocidentalização da meditação.

Pesquisa científica sobre meditação: uma análise crítica

A pesquisa sobre meditação vem se realizando já há alguns milênios. Sidarta Gautama, Sankara, Dogen e tantos outros mestres podem não ser reconhecidos como cientistas, mas é evidente que seus estudos exploratórios, através da auto-pesquisa e da comunicação íntima com outros estudiosos, foram de grande relevância para o conhecimento sobre práticas meditativas. O interesse científico, no entanto, é relativamente recente, e vem crescendo de modo significativo nas últimas décadas, junto com a popularidade das tradições orientais e suas técnicas, assim como das adaptações ocidentais das mesmas. Uma revisão panorâmica da literatura já revela que a produção se divide sobretudo em três grandes

vertentes: as Ciências da Saúde, sobretudo a biomedicina e suas muitas ramificações, interessadas nos efeitos e possíveis benefícios das práticas meditativas, sobretudo na prevenção e tratamento de doenças diversas; as Neurociências, para as quais técnicas envolvendo modificações voluntárias da consciência representam interessantes oportunidades de investigação do funcionamento cerebral; e a Psicologia, mais comumente na pesquisa acerca de processos cognitivos e comportamento inter-pessoal. Em consonância com esta primeira observação, nota-se que as abordagens utilizadas são predominantemente experimentalistas, com foco nos aspectos quantitativos, com estudos conduzidos em contexto laboratorial. Os indicadores tendem a ser bastante específicos e bem delimitados, interessando aí investigar, por exemplo, o padrão de ondas cerebrais, os efeitos na prevenção de uma doença específica, na aquisição e maturação de certas habilidades psicológicas, ou o impacto em índices de bem-estar. Como veremos, esta é uma abordagem que vem oferecendo muitas contribuições importantes, mas que apresenta também suas limitações.

Contornos de um campo: principais eixos de estudo e suas contribuições

O interesse científico inicial na meditação se concentrou em grande parte nos processos psicofisiológicos envolvidos durante as práticas em si. Até hoje este é um dos campos com maior número de estudos, e que vem alcançando avanços significativos, graças inclusive ao progresso tecnológico, que possibilita o uso de novas e mais precisas técnicas de investigação dos processos fisiológicos, incluindo o funcionamento do cérebro. Um dos pioneiros neste trabalho, Herbert-Benson, que começou a estudar técnicas de meditação ainda na década de 60 nos Estados Unidos, observou inicialmente a diminuição das taxas metabólicas como uma característica comum à distintas práticas, o que remete a um estado de descanso profundo ao nível do corpo (WALLACE & BENSON, 1972). Isto se correlaciona a uma diminuição do ritmo de ondas cerebrais, no entanto um achado importante foi o de que este ritmo mais lento não implica em um cérebro menos produtivo, como po-

deria se supor inicialmente. Pelo contrário, o que se observa, combinando-se técnicas de observação mais direta da atividade neurofisiológica, por um lado, e testes comportamentais e relatos dos próprios sujeitos, por outro, é um estado no qual o cérebro se encontra em descanso, por assim dizer, mas ao mesmo tempo a mente não está ociosa, e sim tranquila, na verdade até mesmo mais alerta e atenta do que o normal (IMMORDINO-YANG ET AL, 2012).

Outro importante eixo de estudos se desenvolve no campo da saúde. Diversos estudos de orientação biomédica investigam o potencial das práticas de meditação para auxiliar na prevenção e no tratamento de doenças específicas. De fato, a discussão em torno dos benefícios à saúde foi uma das primeiras a surgir quando a meditação começou a receber atenção por parte da comunidade científica, e já os resultados iniciais, na medida em que se mostraram favoráveis, possibilitaram incentivos valiosos em termos de recursos de financiamento, impulsionando a realização de novas pesquisas (MURPHY ET AL, 1997). Efeitos positivos vem sendo documentados, por exemplo, na prevenção e tratamento nos casos de doenças cardiovasculares, que constituem a primeira causa de mortes no mundo, e cuja relação com transtornos de estresse e ansiedade é já bastante evidente. Caso semelhante é o das doenças do aparelho respiratório, nas quais se destaca o papel da reeducação da respiração, empregado em diversas modalidades de meditação (VYAS & DIKSHIT, 2002). Também no tratamento de certos tipos de câncer há resultados que se mostram promissores, trazendo novos dados para o estudo dos possíveis aspectos psicossomáticos de diversos casos de neoplasia (GROSSMAN ET AL, 2004). Um outro dos principais benefícios, apontados em pesquisas de diferentes tipos de prática, e que se traduz em uma melhora geral da saúde, é o fortalecimento do sistema imunológico dos praticantes (FANG ET AL, 2010). Resultados positivos são apontados também em diversos quadros de dor, aguda ou crônica, que são presentes na maioria dos processos de adoecimento (GRANT & RAINVILLE, 2009; PERLMAN ET AL, 2010). Por outro lado, com um olhar que não é necessariamente tanto para a prevenção ou tratamento de

algum transtorno em especial, se multiplicam pesquisas no que se refere a qualidade de vida, valendo-se de conceitos como o de satisfação pessoal, auto-estima e resiliência, que podem ser estudados através de estudos psicológicos, com menos exames laboratoriais e mais relatos dos próprios sujeitos, com auxílio de instrumentos como questionários e escalas validadas de bem-estar subjetivo (BROWN & RYAN, 2003).

Mais especificamente em termos de saúde mental, por outro lado, encontramos também estudos interessantes sobre os usos de diferentes formas de meditação no contexto de alguns dos quadros patológicos mais bem discutidos por psicólogos e psiquiatras. O maior número de publicações vem de estudos sobre o estresse (GROSSMAN ET AL, 2004), sobre transtornos de ansiedade e em casos de depressão (LEITE ET AL, 2010). Há também uma literatura relevante e mais específica para casos de drogadicções, incluindo aí o alcoolismo e o tabagismo (MARLATT ET AL, 2004). A discussão a respeito dos usos da meditação em psicoterapia, aliás, vem se mostrando especialmente frutífera (PEREZ-DE-ALBENIZ & HOLMES, 2000; WALSH & SHAPIRO, 2006); diversos profissionais da área clínica, dentre os quais se destacam os que trabalham na vertente da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), vem se valendo de adaptações de práticas meditativas no programa de tratamento de seus pacientes. A presença de tais práticas é também crescente no contexto da atenção básica em saúde, sendo já uma parte importante da rotina de muitos hospitais (SANTOS ET AL, 2012), a partir da uma perspectiva mais integrativa em medicina. Por outro lado, com um olhar que não é necessariamente tanto para a prevenção ou tratamento de algum transtorno em especial, se multiplicam pesquisas no que se refere a indicadores importantes de qualidade de vida, valendo-se de conceitos como o de satisfação pessoal, auto-estima e resiliência, que podem ser investigados através de estudos psicológicos, utilizando menos exames laboratoriais e mais relatos dos próprios sujeitos, com auxílio de instrumentos como questionários e escalas validadas de bem-estar subjetivo (BROWN & RYAN, 2003).

Já para além da área da saúde, embora essas

fronteiras sejam permeáveis, há diversos estudos que se concentram nos efeitos sobre as faculdades psíquicas, buscando observar se e quanto meditar pode ajudar no desenvolvimento de certas habilidades, de ordem perceptiva, cognitiva e interpessoal. A maior parte da produção neste sentido destaca os efeitos sobre a atenção, destacando-se a concentração, ou atenção focalizada e sustentada por determinados períodos de tempo (BREF-CZYNSKI-LEWIS ET AL, 2007; JHA ET AL, 2007; LUTZ ET AL, 2008; MACLEAN, 2010; TANG ET AL, 2007). Também a memória (WAGSTAFF ET AL, 2004) e capacidade de raciocínio (ZEIDAN ET AL, 2010) vem sendo estudadas, com resultados positivos a princípio, o que chega a ser curioso à primeira vista, na medida em que na meditação, em qualquer de suas modalidades, tenta-se precisamente sair um pouco do modo de consciência no qual nos encontramos a maior parte do tempo, no qual se enfatizam a memória e o pensamento. Dentre as habilidades psicológicas, no entanto, algumas são mais complexas, e conseqüentemente mais difíceis de serem avaliadas, mas ao dar atenção a elas a pesquisa científica pode ser especialmente promissora, na medida em que se aproxima das experiências tais como vivenciadas pelos indivíduos cotidianamente, não apenas num contexto de laboratório. Exemplo interessante neste sentido é o da chamada capacidade introspectiva, que se refere à consciência do que está acontecendo na própria mente a cada momento, de perceber nuances do processo do pensamento, assim como mudanças sutis a nível emocional, ou no que concerne às sensações (NIELSEN, 2006). Outro exemplo advém da noção de auto-regulação emocional, que consistiria na capacidade de perceber, identificar e regular as suas próprias emoções, procurando criar e manter estados mentais mais saudáveis e mais agradáveis (NIELSEN, 2006; KEMENY, 2012). Benefícios significativos vem sendo apontados também quanto às habilidades interpessoais (HUTCHERSON, 2008; FREDRICKSON, 2008).

Uma outra abordagem proeminente é a de orientação psicossocial. Diversos pesquisadores vem investigando se e como ensinar meditação em certos ambientes e contextos sociais pode afetar o que acontece aí. Para

citar os principais, vemos estudos em instituições policiais e na forças armadas (REES, 2011), em população carcerárias nas prisões (HIMELSTEIN, 2011), entre atletas profissionais (GARDNER & MOORE, 2012), em escolas e universidades (RATO, 2010), com profissionais de saúde que trabalham em hospitais (SANTOS, 2012) e em ambientes corporativos (DERHOVANESIAN, 2013; HO, 2011).

Práticas simples, implicações complexas: desafios atuais na pesquisa do tema

Após algumas décadas de pesquisa sobre práticas meditativas, olhando em retrospectiva podemos ver claramente uma tendência experimentalista e utilitarista que se impõe como abordagem hegemônica da meditação. A produção científica, concentrada em áreas como as ciências da saúde, neurociência e psicologia cognitiva, focaliza nos aspectos objetivos e quantitativos, no que é mensurável e observável em laboratório, por meio de indicadores específicos e bem delimitados, considerando sobretudo os efeitos das práticas sobre o funcionamento psicofisiológico. Por um lado, devemos reconhecer que importantes contribuições vem sendo trazidas, ajudando a compreender questões que de fato só podem ser investigadas mais minuciosamente por este tipo de abordagem, mais “dura” por assim dizer. No entanto, não podemos deixar de notar certos limites deste viés, que se apresentam como desafios para os pesquisadores interessados no tema das práticas de meditação em sua complexidade, em especial para aqueles nas ciências humanas.

Em primeiro lugar, é algo que impressiona – embora não surpreenda – o modo como as abordagens hegemônicas dão pouca ou nenhuma atenção à experiência subjetiva em si. Fato no mínimo curioso, considerando que estamos falando sobre meditação, e portanto sobre práticas de introspecção, nas quais o que mais importa é aquilo que acontece na intimidade de nossa própria consciência. Sabemos cada vez mais sobre o que acontece no cérebro, ou como meditar pode afetar os índices de bem-estar, mas importa investigar melhor o que isso de fato significa da perspectiva do indivíduo em si mesmo. Esta é na verdade uma lacuna histórica na trajetória da

ciência. A subjetividade, a perspectiva da primeira pessoa, sempre foi marginalizada. Uma abordagem mais qualitativa, portanto, através de novas pesquisas que valorizem os aspectos subjetivos da experiência, é de especial relevância.

Um outro desafio que destacamos é relativo ao contexto em que os sujeitos vivem enquanto se dedicam a meditar. O problema que se coloca, aqui, é de como essa experiência com a meditação afeta ou é afetada pelo cenário social e ambiental. Trata-se portanto do desafio de situar a subjetividade no tempo e no espaço, a fim de evitar, como aponta Souza, cair em uma armadilha clássica da história da Psicologia, ao abordar “uma natureza humana abstrata, despersonalizada, invariável, indiferente à cultura, à sociedade, ao contexto e ao significado” (SOUZA, 2003). De fato, quando se trata de pessoas que meditam em grandes centros urbanos, em meio a todos os atravessamentos que se fazem presentes nas metrópoles contemporâneas, de ordem política, econômica, cultural, ambiental, tecnológica, é de se esperar que não seja a mesma experiência de um monge que viva em um recluso monastério em alguma floresta da Índia, com outra dinâmica psicossocial. Assim, para investigar a experiência individual sem reduzi-la de forma simplista ao dissociar suas múltiplas dimensões, é preciso um olhar mais profundo ao contexto.

Outro apontamento, bastante relacionado aos dois primeiros, refere-se ao desafio da interdisciplinaridade, que se traduz no imperativo de melhor articulação entre os diferentes estudos. Há estudos mais fisiológicos que mostram uma melhora no sistema imunológico, enquanto outros apontam uma maior capacidade de introspecção e de auto-regulação emocional, e outros ainda que trazem evidências de como meditar pode favorecer uma atitude de mais flexibilidade e criatividade diante das diferentes situações da vida. No entanto, a partir de uma perspectiva de complexidade, pela qual se reconhece a interdependência entre os fenômenos e se busca superar velhas dicotomias como mente-corpo ou individual-social, estes resultados não podem ser isolados e estudados separadamente. Como bem defende Morin, na contracorrente de uma tradição analítica que fragmenta a

realidade e engendra conhecimentos compartimentados por meios de uma ênfase nos especialismos, vem se tornando clara a necessidade de se ir além dos limites disciplinares, orientando a produção de conhecimento a partir de uma colaboração interdisciplinar (MORIN, 2007).

Além disso, apontamos ainda para a possibilidade – ou até mesmo a necessidade – de se olhar com mais atenção o fato de que a meditação, em suas diferentes modalidades, vem sendo estudada não só há algumas décadas, mas há milênios. As práticas meditativas, como vimos, são fundamentais para muitos dos principais sistemas filosóficos asiáticos, que se caracterizam por uma abordagem pragmática e de auto-pesquisa; concomitantemente, são práticas que se fundamentam em teorias complexas, visões de mundo e de ser humano que se revelam, sob um olhar mais profundo, como autênticas preciosidades no tesouro do conhecimento humano. E no entanto, os estudos científicos recentes, sobretudo os trabalhos empíricos de metodologia experimentalista, mas também grande parte dos trabalhos de pesquisa de campo, tendem a não considerar mais detidamente esse fato, se esquivando aí de um diálogo que poderia ser bastante produtivo e nos ajudar a compreender diversas questões que emergem da pesquisa do tema, assim como a levantar outras. Evidencia-se aí o que nos estudos pós-coloniais se entende por um colonialismo cultural, que se manifesta mais precisamente em sua dimensão epistemológica, através de uma visão ainda demasiado positivista do conhecimento, na qual as filosofias não ocidentais são tratadas de forma extremamente reducionista. Superar esta tendência requer uma compreensão mais acurada da diversidade de modelos teórico-metodológicos engendrados na história do conhecimento, paradigmas que não necessariamente se situam em uma progressão linear do mais arcaico e limitado para o mais sofisticado e abrangente. Neste sentido, é especialmente útil o conceito de diálogo inter-paradigmático (VASCONCELOS, 2002). Relacionado a todas estas tendências, evidencia-se um tipo de utilitarismo, um viés eminentemente instrumental na abordagem da meditação, seja em pesquisas ou propostas de aplicações. Em grande parte da literatura é

clara uma ênfase nos efeitos, nos resultados específicos passíveis de serem alcançados, muito mais que no processo em si, no caminho trilhado, seus obstáculos e seus aprendizados. Assim, por uma visão das práticas meditativas que as coloca enquanto simples técnicas a serem aplicadas para objetivos pré-determinados, pode se perder muito da complexidade e riqueza da experiência, em seus tantos atravessamentos em termos subjetivos e contextuais.

Faces do silêncio: meditação e políticas da cognição

Um caminho pouco trilhado até o momento, e que se abre em meio a tantos outros a partir desta análise dos desafios atuais na pesquisa científica sobre meditação, é o que se orienta por um questionamento das implicações das práticas meditativas em termos sociopolíticos. Ou seja, trata-se de indagar como e quanto a adoção de tais práticas por indivíduos e grupos pode vir a favorecer mudanças na configuração do tecido social, em seus múltiplos atravessamentos. Colocar esta questão significa, em última instância, perguntar-se pelo papel da subjetividade em meio ao contexto mais amplo em se desenvolve, lançando um olhar mais especificamente aos modos pelos quais se podem dar os processos de subjetivação, destacando aí um dos mais simples, intrigantes e pouco estudados: o silêncio, e mais precisamente o silêncio disciplinadamente treinado a fim de ampliar a consciência de si e desenvolver potenciais latentes, por meio destas práticas de contemplação agrupadas sob o nome de meditação.

Partimos, assim, da tese básica de que tais práticas, na medida em que envolvem o treinamento de habilidades psicológicas e sobretudo da atenção em seus distintos modos de funcionamento, possibilitam a emergência de novas experiências, em especial no que se refere à introspecção, à percepção que uma pessoa tem de si mesma e dos fenômenos que se apresentam em seu campo de consciência. Além disso, reconhecemos que o desenvolvimento do hábito de meditar é delineado por aprendizados sobre a prática e idéias a ela relacionadas, atravessado pelos sentidos e significados atribuídos por cada praticante, assim como contextualizado em termos de

interação social com determinados indivíduos e grupos e situado em certos ambientes, constituindo aí um processo complexo, que se dá em uma rede sociotécnica composta de diferentes atores, fatos e artefatos. Com isso em mente, podemos entender que tais práticas envolvem todo um processo de subjetivação, de produção de subjetividades – o que também significa dizer que trata-se de um aprendizado que se dá em um sentido que está para além da mera aquisição de saberes, implicando mudanças de atitude e de visão de si e do mundo.

Como explica Rolnik, os processos de subjetivação se realizam por múltiplos vetores, articulando dinamicamente fluxos de ordem cultural, política, econômica, tecnológica, ambiental – família, educação e escola, trabalho e mercado, religião, mídia e meios de entretenimento são apenas alguns dos componentes que atuam aí como protagonistas. Em última instância trata-se aqui do próprio vir a ser dos sujeitos, compreendendo aí a subjetividade por uma perspectiva ampliada, reconhecida como necessariamente processual e contextualmente implicada (ROLNIK, 1997). Na análise deste processo, deste devir que é ao mesmo tempo pessoal e social, um devir concomitante do eu e do mundo, uma abordagem possível e especialmente desejável a uma ciência que se reconhece também como protagonista no drama do mundo e portanto socialmente responsável, é se orientar por uma investigação das implicações dos diferentes vetores de subjetivação em termos sociopolíticos. Isto é, considerar como os diversos meios pelos quais a subjetividade se produz e se reproduz podem vir a implicar estas ou aquelas transformações na composição do tecido social, em sua dinâmica de forças, seus contrastes, seus conflitos – e considerar, mais especialmente, como se afeta aí a questão histórica da justiça, da distribuição de custos e benefícios, da garantia da liberdade com responsabilidade, da participação social em seus direitos e deveres. Neste sentido, especialmente útil pode ser o conceito de políticas da cognição. Como aponta Kastrup, expandindo a concepção de cognição para além da cabeça dos sujeitos e enraizando-a no plano dinâmico e historicamente constituído de vetores sociais e ambientais

que nos atravessam, as formas de compreensão do processo cognitivo, que é aquele do conhecer, podem remeter à mera representação, por um lado, ou à invenção. Isto é, o ato de conhecer é entendido como reconhecimento, no qual os sujeitos recebem e interpretam informações, ou como processo criativo, em que de fato se produzem sujeitos e objetos. No primeiro caso, trata-se de solucionar problemas que são colocados pelo meio, enquanto no segundo interessa justamente a criação de problemas, no sentido de contrastes com o já conhecido, de novos modos de conceber o mundo. Esta distinção, por sua vez, corresponde à implicações sociopolíticas bastante diferentes, em que varia significativamente a relevância que a subjetividade assumiria na constituição e transformação das sociedades, sendo mais passiva ou mais pró-ativa dependendo da perspectiva, seja colocada como câmera diante de um mundo dado que se dá a conhecer e ao qual se adapta, ou vista como uma dimensão fundamental e indissociável do processo constante de produção do mundo (KASTRUP, 1999). Incorporando então este conceito no rol de instrumentos teóricos para trabalhar com nosso tema, então, e nos orientando por uma análise crítica, psicossocial, podemos compreender a meditação e suas aplicações contemporâneas pela correspondência com duas grandes vertentes em termos de políticas da cognição – e de suas implicações quantos aos processos de subjetivação, devidamente situados no contexto histórico mais amplo.

Uma primeira possibilidade seria pela via da solução de problemas pontuais. Seja para tratar ou prevenir um fato percebido como indesejado, como se tratara-se de consertar algo que não funciona bem ou antes disso se certificar de que siga funcionando, a meditação é apropriada como técnica eminentemente profilática e terapêutica. É este o caso por exemplo nas aplicações em hospitais, para auxílio no tratamento de quadros patológicos diversos, no contexto das chamadas práticas complementares em saúde. Outro exemplo está na educação, com formas laicas de meditação sendo ensinadas aos alunos em algumas escolas, a princípio como alternativa para a prevenção ou solução de problemas de comportamento e desempenho escolar.

Longe de menosprezar estas formas de utilização da meditação, reconhecemos que podem trazer aí contribuições importantes. No campo da saúde, já constitui um avanço significativo possibilitar uma alternativa ao tratamento exclusivo com medicamentos e outros recursos médicos convencionais, dando aos pacientes a chance de desenvolver um pouco mais de autonomia e pró-atividade no cuidado consigo (DEMARZO, 2008). Na educação, por outro lado, ensinar a meditar em uma escola, ainda que sem um contexto de maiores questionamentos quanto ao modelo educacional hegemônico, em seus atravessamentos históricos, já é um passo em direção à uma educação mais preocupada com a dimensão subjetiva e afetiva na formação do ser humano (RATO, 2001). No entanto, o que enfatizamos aqui é que estes usos da meditação, ainda que sejam bem vindos considerando as contribuições específicas que podem trazer, constituem ainda um nível mais superficial de apropriação das práticas meditativas, aquém de seus potenciais mais elevados em termos de implicações para a transformação pessoal e social. Vê-se aí, de fato, a presença distintiva de uma racionalidade instrumental, com as práticas de meditação compradas como técnicas para objetivos específicos, bastante de acordo ainda com ideais e valores hegemônicos. Em termos de implicações políticas, oferece-se assim uma melhor adaptação do indivíduo à vida em sociedade, mas sem um posicionamento mais crítico quanto aos modos de viver e conviver já instituídos.

Por outro lado, a experiência com práticas meditativas pode vir a se delinear por uma via de problematização, mais que de simples solução de problemas pré-colocados. Considerando todo o processo de aprendizagem e transformação pessoal que pode estar implicado no ato de meditar, tal experiência pode ser entendida em termos de uma produção de novas subjetividades, para além da reprodução de formas normatizadas de ser e estar no mundo. Trataria-se, aí, do que Guatarri chama de singularização, remetendo à uma diferenciação criativa que engendra alternativas, possibilidades não determinadas previamente, que tornam cada indivíduo singular, que fazem de cada ser humano um ser realmente único. Muito mais que por um sim-

ples acréscimo de novas normas e estruturas, que se somariam à uma personalidade pré-existente e com lacunas a serem completadas, esta singularização passa, em grande parte, por uma via de desconstrução, envolvendo a problematização de formas de atuação e interação com os outros *eus* no palco do mundo (GUATTARRI, 1992). Isto, por sua vez, depende da irrupção de fissuras nas estruturas demasiado solidificadas das narrativas que norteiam a atuação – há de se ousar rupturas nas redes de significação, cadeias semióticas compartilhadas socialmente e “interiorizadas” como normas de compreensão, posto que é somente pelas brechas aí criadas que alguma nova luz pode vir a passar.

No caso da meditação, há um detalhe que torna todo o processo especialmente interessante: trata-se aí de um processo analítico e crítico, sim, porém não pelo viés da razão e intelectualização como tantas vezes se exorta nos discursos filosóficos e científicos, e sim por meio do silêncio, e precisamente do espaço que com ele se cria em meios a todos os conceitos e construtos mentais (GOLEMAN, 1988). Uma teoria básica compartilhada pelas mais diversas tradições de meditação é de que é precisamente este espaço que permite ampliar e refinar a percepção de si, trazendo à tona padrões pelos quais funcionamos – e que em grande medida constituem-se por processos inconscientes e automatizados, que reproduzem modos instituídos de pensar, sentir e agir, na encenação de enredos e papéis socialmente e culturalmente condicionados (GOLDSTEIN & KORNFIELD, 1987). Ou seja, trata-se menos de razão e mais de intuição, no sentido filosófico do termo, referindo-se a uma compreensão mais imediata da realidade, uma forma de cognição mais próxima da percepção, que se realiza sem tanta centralização por parte do ego – e que por isso mesmo permite iluminar aspectos da personalidade que, por uma atenção mais seletiva ancorada na identidade habitualmente concebida, baseada na auto-imagem e suas miragens, normalmente não seriam percebidos. A experiência com as práticas meditativas, assim, em seu sentido mais profundo, implica em uma abertura para o novo, revelando uma criatividade até então ignorada e possibilitando a re-invenção de si, na irrupção de novas

formas existir no mundo e com os outros. Pelo treinamento da atenção, direcionada conscientemente à própria subjetividade, e assim com o refinamento progressivo desta tão atrofiada capacidade introspectiva, aqueles que se dedicam a meditar, muito longe de estarem se refugiando em si mesmos e se esquecendo do mundo a fim de relaxar um pouco, podem estar indo justo de encontro ao mundo que habita em si, para encará-lo de frente e eventualmente transformá-lo, de “dentro” para “fora” – e quem poderia chamar de mero clichê o dito de que para mudar o mundo devemos *ser* a mudança que almejamos ver?

Conclusão

No silêncio, são melhor percebidas as narrativas que nos direcionam e movem, e que, enquanto não notadas, afiguram-se como correntes, cadeias semióticas reforçadas cotidianamente na interação social e com o ambiente do viver-e-conviver. Para os que têm como território existencial o contexto urbano e metropolitano, centro complexo onde convergem e se fazem sentir mais nítidos os contrastes e conflitos de tantos atravessamentos a nível político, econômico, tecnológico, cultural, este é um desafio especialmente significativo. Intervenções no sentido de promover o conhecimento de práticas meditativas, portanto, podem auxiliar – e de fato já vem auxiliando – em processos de subjetivação e singularização, com implicações a nível social, concatenando-se às múltiplas revoluções moleculares em curso, pequenas transformações que se integram e se fortalecem, fazendo emergir novas configurações no tecido social. Meditar, assim, pode ser também um ato político.

Bibliografia

- Brefczynski-Lewis, J. A. (2007). Neural correlates of attentional expertise in long-term meditation practitioners. *Proc Natl Acad Sci U S A*, 104(27): 11483–11488.
- Brown, K. W., & Ryan, R. M. (2003). The benefits of being present: mindfulness and its role in psychological well-being. *Journal of personality and social psychology*, 84(4), 822.
- Danucalov, M. A. D., & Simões, R. S. (2009). *Neurofisiologia da meditação*. São Paulo:

Phorte Editora.

- Demarzo, M. M. P., Andreoni, S., Sanches, N., Perez, S., Fortes, S., & Garcia-Campayo, J. (2008). Mindfulness-based stress reduction (MBSR) in perceived stress and quality of life: an open, uncontrolled study in a Brazilian healthy sample. *Health promotion*, 14(9), 1071-2.
- Der Hovanesian, M. (2003). Zen and the art of corporate productivity. More companies are battling employee stress with meditation. *Business Week*, 3843, 56.
- Fang, C. Y., Reibel, D. K., Longacre, M. L., Rosenzweig, S., Campbell, D. E., & Douglas, S. D. (2010). Enhanced psychosocial well-being following participation in a mindfulness-based stress reduction program is associated with increased natural killer cell activity. *The Journal of Alternative and Complementary Medicine*, 16(5), 531-538.
- Fredrickson, B. L., Cohn, M. A., Coffey, K. A., Pek, J., & Finkel, S. M. (2008). Open hearts build lives: positive emotions, induced through loving-kindness meditation, build consequential personal resources. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 95(5), p. 1045(18).
- Gardner, F. L., & Moore, Z. E. (2012). Mindfulness and acceptance models in sport psychology: A decade of basic and applied scientific advancements. *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, 53(4), 309.
- Goldstein, J., & Kornfield, J. (1987). *Seeking the heart of wisdom*. Shambhala Publications.
- Goleman, D. A. (1988). *A mente meditativa: as diferentes experiências meditativas no oriente e no ocidente*. São Paulo: Editora Ática.
- Grant, J. A., & Rainville, P. (2009). Pain sensitivity and analgesic effects of mindful states in Zen meditators: a cross-sectional study. *Psychosomatic Medicine*, 71(1), 106-114.
- Grossman, P., Niemann, L., Schmidt, S., Walach, H (2004). Mindfulness-based stress reduction and health benefits: A meta-analysis. *Journal of Psychosomatic Research*, 57, 35-43.
- Himmelstein, S. (2011). Meditation research: The state of the art in correctional settings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(4), 646-661.
- Ho, L. A. (2011). Meditation, learning, organizational innovation and performance. *Industrial Management & Data Systems*, 111(1), 113-131.
- Hutcherson, C. A. (2008). Loving-kindness meditation increases social connectedness. *Emotion* (Washington, D.C.), Vol. 8(5), p. 720-4.
- Immordino-Yang, M. H., Christodoulou, J. A., & Singh, V. (2012). Rest Is Not Idleness: Implications of the Brain's Default Mode for Human Development and Education. Em *Perspectives on Psychological Science*, 7(4), 352-364.
- Jha A.P. (2007) Mindfulness training modifies subsystems of attention. *Cogn Affect Behav Neurosci*. 7(2):109-119.
- Kemeny, M. E. et al. (2012). Contemplative/emotion training reduces negative emotional behavior and promotes prosocial responses. *Emotion* (Washington, D.C.), Vol.12 (2), p. 338-50.
- Kozasa, E. (2006). A prática da meditação aplicada ao contexto da saúde. *Saúde coletiva*, v. 10 (3), 63-66.
- Leite, J. R. et al. (2010). Effect of progressive self-focus meditation on attention, anxiety, and depression scores. *Perceptual and Motor Skills*, Vol.110(3), p.840(9).
- Loyola, V. T. (2012). Efeitos psicossociais da meditação: um estudo exploratório qualitativo com meditadores experientes. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Vol.7(1).
- Lutz, A., Slagter, H. A., Dunne, J. D. Davidson, R. J. (2008). Attention regulation and monitoring in meditation. *Trends in Cognitive Sciences*, Vol.12(4), pp.163-169.
- MacLean, K. (2010). Intensive meditation training improves perceptual discrimination and sustained attention. *Psychological science*, vol. 21, p. 829 -39.
- Marlatt, G. A., Witkiewitz, K., Dillworth, T. M., Bowen, S. W., Parks, G. A., Macpherson, L. M., ... & Crutcher, R. (2004). Vipassana meditation as a treatment for alcohol and drug use disorders. *Mindfulness and acceptance: Expanding the cognitive-behavioral tradition*, 261-287.
- Menezes, C. B., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Por que meditar? A experiência subjetiva da prática de meditação. *Psicologia em Estudo*,

- Vol.14, p.565-573.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*.
- Murphy, M., Donovan, S., & Taylor, E. (1997). The physical and psychological effects of meditation: a review of contemporary research. *Institute of Noetic Sciences*.
- Nielsen, L., & Kaszniak, A. W. (2006). Awareness of subtle emotional feelings: A comparison of long-term meditators and nonmeditators. *Emotion*, Vol. 6(3), p. 392-405.
- Perez-De-Albeniz, A. & Holmes, J. (2000). Meditation: concepts, effects and uses in therapy. *International Journal of Psychotherapy*, 5 (1): 49–59.
- Perlman, D. M, Salomons, T. V., Davidson, R. J., & Lutz, A. (2010). Differential effects on pain intensity and unpleasantness of two meditation practices. *Emotion* (Washington, D.C.), Vol. 10(1), p. 65-71.
- Rato, C. (2011). *Meditação Laica Educacional para uma Educação Emocional: Formação de Professores*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Rees, B. (2011). Overview of outcome data of potential meditation training for soldier resilience. *Military medicine*, 176(11), 1232-1242.
- Rolnik, S. (1997). Uma insólita viagem à subjetividade. *Cultura e subjetividade*. Campinas, SP: Papyrus.
- Santos, T. M. et al. (2012) Contribuição da meditação para a saúde mental dos usuários de serviços públicos de São Paulo. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Vol.7(1).
- Sedlmeier, P. et al. (2012) The Psychological Effects of Meditation: A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, Vol.138(6), p.1139-1171.
- Souza, C. D. M. (2003). O conceito de cultura e a metodologia etnográfica: Fundamentos para uma Psicologia Cultural. IN: NETO, D'ávila M. I e PEDRO, Rosa MLR (org.), *Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social*. Rio de Janeiro: Mauad: Bapera editora,(Coleção EICOS).
- Tang, Y. Y., Ma, Y., Wang, J., Fan, Y., Feng, S., Lu, Q., ... & Posner, M. I. (2007). Short-term meditation training improves attention and self-regulation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104(43), 17152-17156.
- Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar. epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes.
- Vyas, R., & Dikshit, N. (2002). Effect of meditation on respiratory system, cardiovascular system and lipid profile. *Indian journal of physiology and pharmacology*, 46(4), 487-491.
- Wagstaff, G. F., Brunas-Wagstaff, J., Cole, J., Knapton, L., Winterbottom, J., Crean, V., & Wheatcroft, J. (2004). Facilitating memory with hypnosis, focused meditation, and eye closure. *International journal of clinical and experimental hypnosis*, 52(4), 434-455.
- Wallace, R. K., & Benson, H. (1972). *The physiology of meditation*. Scientific American.
- Walsh, R. & Shapiro, S. L. (2006). The meeting of meditative disciplines and western psychology: A mutually enriching dialogue. *American Psychologist (American Psychological Association)*, 61 (3), 227–239.
- Watts, A. W. (2002). *Filosofias da Ásia*. Rio de Janeiro: Fissus.
- Zeidan, F., Johnson, S. K., Diamond, B. J., David, Z., & Goolkasian, P. (2010). Mindfulness meditation improves cognition: Evidence of brief mental training. *Consciousness and cognition*, 19(2), 597-605.

AGENTES PÚBLICOS NA GESTÃO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DOS ESTRANHOS

Cledione Jacinto de Freitas
Mestrando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis
Universidade Estadual Paulista
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
cladionefreitas@hotmail.com

José Sterza Justo
Professor Livre Docente pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis
Universidade Estadual Paulista
sterzajusto@yahoo.com.br

Trecheiros e embates com a cidade e seus agentes encarregados de gerir a entrada e permanência dos estranhos.

Resumo

Este trabalho é um relato de uma pesquisa de mestrado intitulada “*Os indesejáveis: os agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua*” que consistiu em analisar os modos de atuação dos agentes públicos sobre as pessoas em situação de rua e trecheiros de uma cidade média do interior paulista, localizada num importante corredor de circulação de trecheiros. A pesquisa foi realizada segundo o referencial da Etnografia em Psicologia com a técnica de observação participante, com duração de oito meses e centrou-se na atuação dos agentes que trabalhavam na Secretaria Municipal de Assistência Social, responsáveis pela gestão dos nômades do município. Dessa forma, nesse trabalho, nosso interesse é descrever e analisar o processo de gestão da mobilidade das pessoas em situação de rua e trecheiros conduzido por agentes públicos do município e seus desdobramentos principalmente no que concerne à entrada e permanência dos estranhos.

Palavras-chave: Trecheiros, pessoas em situação de rua, agentes públicos, cidade, mobilidade.

Abstract

This work is an account of a Master thesis entitled “The undesirable: public officials and the management of roamers mobility and people on the streets” that was to analyze the modes of action of public officials about the people on the streets and roamers of an average city in the interior, located in an important roamers circulation corridor. The research was conducted under the framework of Ethnography in Psychology with the participant observation technique, lasting eight months and focused on the actions of officers working in the Municipal Social Welfare, responsible for managing the city's nomads. Thus, in this paper, our interest is to describe and analyze the mobility management process of the people in the streets and roamers led by municipal public officials and their consequences mainly concerning the entry and residence of strangers.

Key-word: Roamers, people on the streets, public officials, city, mobility.

Introdução

O texto a seguir procura trazer a experiência de pesquisa com agentes públicos que lidavam cotidianamente com pessoas em situação de rua e trecheiros em uma cidade de médio porte do interior paulista, particularmente no tocante à gestão dos fluxos de nômades que entravam e permaneciam no município.

Ao discorrer sobre o olhar e ação dos agentes públicos sobre as pessoas em situação de rua e trecheiros não podemos desconsiderar que estes não são sujeitos passivos que apenas sofrem a ação dos agentes públicos e cidadãos, mas sim, que também atuam de maneira ativa, utilizando-se de estratégias para continuarem seu trajeto.

Tais estratégias consistem na busca de garantia para seus modos de vida e, dentre elas, podemos citar o acaque, ou a arte de abordagem dos cidadãos para a obtenção de dinheiro; a ocupação de espaços públicos e construções como locais de paragem, socialização e pernoite; a adequação de seus discursos aos dos agentes públicos ou profissionais que os atendem para conseguirem utilizar os serviços ofertados, tal como dizerem que estão à procura de emprego para obter passe rodoviário.

O tratamento dado a “pessoas em situação de rua”, “moradores de rua” ou “trecheiros” muda de uma cidade a outra e depende bastante das políticas municipais, porém, o traço de rejeição e indesejabilidade da presença desses personagens urbanos é praticamente inevitável, embora possa ser sutil ou racionalizado como uma forma indigna de vida que precisa ser modificada.

Quando os trecheiros começam a frequentar o centro e/ou a rodoviária de maneira mais assídua, pedindo dinheiro aos transeuntes, até a polícia pode ser acionada, como ocorre em algumas cidades, para deslocá-los ou convencê-los a procurar emprego ou irem para outra cidade. No caso da cidade estudada a ação policial era desejada e efetiva, sendo solicitada pelo poder público.

Quando a ação policial não é suficiente pode ser acionada outra instância para solucionar o problema - no caso o Ministério Público - que, por sua vez, solicita à Secretaria Municipal de Assistência Social para providenciar as “medidas cabíveis” para que trecheiros aban-

donem o município ou que encontrem um lugar para as pessoas em situação de rua.

Isso quando, à revelia de qualquer lei, não se adota práticas de agressão e violência para expulsar tais indesejáveis, como já ocorreu em muitos casos amplamente noticiados pela imprensa.

A opção em focalizar os agentes públicos se deve ao poder conferido a eles na execução das políticas públicas destinadas a essa população. As pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos, mesmo participando ativamente da luta pelos lugares e espaços, não possuem os instrumentais dos agentes que contam com um arsenal de métodos, técnicas, normas, políticas, discursos, para legitimarem suas práticas, bem como para proporem novas formas de abordagens e atuação.

Os estranhos, a cidade e a utilização dos espaços

A gestão dos lugares e espaços norteou as ações dos agentes públicos da cidade pesquisada. Tais agentes agiam no sentido de deslocar ou inserir os nômades e errantes em locais determinados por eles como sendo os mais adequados para permanecerem, a saber, a família, um hotel social, hospitais psiquiátricos, clínicas de recuperação, trabalho, além de uma residência fixa ou a colocação em trânsito, no caso dos trecheiros.

Os agentes públicos do município, curiosamente, não buscavam colocar os trecheiros dentro dos desígnios da sedentarização. Não procuravam, em momento algum, alternativas de sedentarizá-los. Agiam apenas no sentido de promover o trânsito permanente. O retorno à família, ao trabalho e à residência era acionado apenas para as pessoas em situação de rua. Em suma, a sedentarização era somente para aqueles naturais da própria cidade ou que possuíam familiares nela residentes.

Os espaços geográficos, as praças, eram fonte de constante monitoramento pelos agentes públicos. Procuravam, invariavelmente, restringir ao máximo a paragem das pessoas em situação de rua e trecheiros nesses espaços vistos como produtores de sujeira, tanto a ambiental quanto a cognitiva e subjetiva.

Os agentes públicos, nessa busca incessante de modulação, restrição e constrição dos espaços, não levavam em consideração a

relação dos nômades e errantes com esses espaços. Não admitiam a criação de territórios subjetivos outros ou a produção relações de pertencimento das pessoas em situação de rua com as praças ou locais públicos. Como bem pontua Pelbart (2003, p.125), “Não se trata de ‘terras’ geográficas, mas de territórios sensíveis e afetivos, espaços de solidariedade, novos mapas de pertencimento e filiação translocais.”.

O percurso dos nômades e errantes realizados pelas ruas, praças, becos, avenidas, paisagens da cidade adquire significado bem diverso dos cidadãos e dos agentes públicos. Eles experimentam esses trajetos e passagens como possibilidades de deslocamento para garantir comida, vestuário, abrigo, afeto, sociabilidade mais do que como vivências de trajetos enquanto ligação entre dois pontos; enquanto um caminho para chegar a um destino, tão buscado pelos cidadãos e agentes públicos.

Outro fato a se considerar na experiência dos nômades e errantes com o espaço está relacionado com a técnica, ou melhor, com a pouca utilização de toda a parafernália de recursos e instrumentos que a técnica contemporânea disponibiliza para o homem, tais como meios de transporte e de comunicação, senhas de acesso a determinados locais, dentre outros. Utilizam meios considerados mais “arcaicos” como a comunicação e socialização sem mediação de instrumentos tecnológicos, assim como improvisam artesanalmente abrigos, higiene pessoal, alimentação e outras providências cotidianas necessárias à sobrevivência.

Essa relação mais direta com as coisas e menos intermediada pela tecnologia, própria da maneira de viver dos nômades e errantes, produz um efeito de fratura nos ideários modernistas da vida instrumentalizada pela ciência e tecnologia, que permeia os modos de vida contemporâneos, que gera também uma artificialização da vida e um distanciamento cada vez maior da pátria como bem postula Jimenez (1996) ao considerar esse movimento contemporâneo dos sem pátria, dos quais nos tornamos, pois

A pátria mais interior, a natureza, da qual procedemos e à qual inevitavelmente haveremos de voltar, fica mais distante do que nunca do nosso alcance. Se as culturas humanas instau-

ram sempre diversas formas de intercomunicação com o entorno natural onde se desenvolvem, a planetarização da técnica deu curso a um processo de nivelção e exploração sem limites dos diversos ecossistemas do globo. Todos são reduzidos a um mesmo processo de *artificialidade*. O espesso bosque da técnica cresce nas cidades e no campo, tornando cada vez mais profunda a ruptura do homem moderno com a natureza. (Jimenez, 1996, p.142-143).

Os errantes e nômades com seus modos de vida, podem, ao contrário dos cidadãos, estar no movimento de retorno às suas pátrias, cognitivas, afetivas, territoriais e subjetivas, produzindo outra relação com o meio, ou como diz Jimenez, com o entorno natural que o cerca, numa relação direta com o que a natureza produz. O mais interessante é que a experiência desses nômades e errantes é, sobretudo, corporal e vivencial. Talvez, por esse motivo, os pés são tidos como um dos maiores símbolos que os caracterizam.

Esse retorno ou utilização dos espaços públicos como espaços de reconhecimento e pertencimento está cada vez mais inacessível, servindo apenas como passagem, como espaço de trânsito, onde não é mais desejável a paragem, convivência e socialidade.

Os espaços públicos estão se tornando apenas um instrumento, uma paisagem tecnicizada a serviço da vida burocratizada, regulada e da mobilidade incessante. Nesse interim, os agentes públicos que atuam com e sobre as pessoas em situação de rua e trecheiros acabam por reafirmar esse ideário modernizador-tecnificante ao aceitar apenas a passagem deles por tais espaços.

A regulação dos espaços se dá de duas maneiras complementares. Para as pessoas em situação de rua prevalece a restrição de acesso a espaços públicos e de permanência em construções abandonadas, além de encaminhamentos em instituição fechadas. Para os trecheiros prevalece a política de colocação em trânsito constante por meio de concessão de passes de ônibus para a cidade mais próxima.

A política de colocação do trecheiro em trânsito constante se coaduna com as postulações de Augé (2012) sobre os “não lugares”. Neles o sujeito vivência um espaço não identitário em detrimento dos lugares – que são eminen-

temente identitários. Pela estratégia da circulação ininterrupta, se destina aos trecheiros e demais errantes os não lugares, o que pode contribuir para que esses espaços de trânsito se tornem espaços identitários para eles.

A busca da regulação dos espaços cidadãos, expressa a continuidade da fronteira na contemporaneidade, como postula Augé (2010) ao afirmar que as fronteiras jamais se desfazem, elas apenas se redesenham, adquirindo novo formato, tornando-se mais moldável, maleável, estando presente de maneira mais contundente nos espaços abertos. Nesse sentido, os agentes públicos criam e expandem fronteiras nos espaços e locais utilizados pelos nômades e errantes.

O expansionismo das fronteiras pelos agentes públicos e cidadãos geram consequências para as pessoas em situação de rua e trecheiros como a constrição ou modulação dos espaços e a criação de corredores de trânsito ou lugares específicos para sua caminhada e permanência.

Estratégias para edificação de fronteiras nos espaços urbanos

Uma das estratégias utilizadas na cidade pesquisada foi a criação de um abaixo assinado, por iniciativa de moradores das proximidades de duas praças municipais de maior movimento de nômades e errantes, para solicitar providências das autoridades locais, como prefeitura, polícia civil e militar e promotoria do município no sentido de resgatar a “lei da vadiagem” e utilizá-la para retirar à força as pessoas em situação de rua que insistiam em permanecer nas praças.

Como esse mecanismo não pôde ser utilizado, a estratégia consistiu em acionar a promotoria que se reuniu com a equipe do CREAS que trabalha com pessoas em situação de rua para buscar essa retirada por meio de convencimento e, conseqüentemente, acalmar os moradores próximos a essas praças.

Como o abaixo assinado não surtiu efeito, a estratégia passou a ser a de reinserir, nas atividades do CREAS e da UAM, a ronda noturna às segundas, quartas e sextas feiras. No mês de dezembro, com a abertura do comércio no período noturno, as rondas passaram a ser realizadas diariamente em dois períodos.

As rondas consistiam em recolher e levar as

peessoas em situação de rua ou trecheiros a um hotel conveniado com a prefeitura, denominado de “hotel social”. No entanto, para ir ao hotel as pessoas em situação de rua não poderiam ingerir bebida alcoólica. No entanto, usuários desse serviço queixavam-se de que, no hotel, havia mais drogas para se usar do que nas praças onde dormiam.

O fato foi corroborado pela equipe que trabalhava com pessoas em situação de rua do município. Mesmo com drogas disponíveis no hotel as equipes do CREAS e da UAM continuavam a encaminhar as pessoas em situação de rua e trecheiros até o momento em que o hotel passou a recusar hospedá-los.

Concomitante aos encaminhamentos para o hotel social a prefeitura buscava criar outras instituições para abrigá-los. Dentre as instituições possíveis se destacavam o Centro Pop e a Casa de Passagem. Como o Centro Pop dependia de vários fatores, inclusive de dados demográficos e estimativas de pessoas em situação de rua no município, dentre outros, o prefeito, juntamente com a secretária municipal de assistência social, envidou esforços para a abertura da Casa de Passagem em um espaço onde há alguns anos funcionou um Centro de Triagem do Migrante (CETREM). Essa casa acabou sendo criada e saudada pelo Grupo de Trabalho voltado para as pessoas em situação de rua como uma medida muito bem-vinda.

Outra estratégia utilizada para a retirada das pessoas das praças ou para dificultar sua permanência em determinados locais foi a implantação da Atividade Delegada que consiste na presença de policiamento ostensivo. No caso da cidade em questão foram escolhidos os locais de maior circulação de pessoas ou que eram tidos como locais de risco de violência, a saber, a estação rodoviária, um parque e o cemitério municipal.

Como a concentração de pessoas em situação de rua havia aumentado significativamente após o mês de outubro, a prefeitura solicitou a inclusão das praças de maior concentração de pessoas em situação de rua na atividade delegada, mas com o detalhe de que a polícia poderia retirá-los com o uso da força sob a alegação de perturbação do sossego público.

Há outros mecanismos utilizados para a retirada das pessoas das praças e das ruas e,

dentre eles, podemos destacar, a busca incessante de internação daqueles que são considerados com acometidos por sofrimento psíquico ou que fazem uso de álcool ou outras drogas.

Para as pessoas em sofrimento psíquico que “não tinham família” a tentativa era a de interná-las em hospitais psiquiátricos de alguma cidade próxima e em uma modalidade denominada de “internação moradia” [internação sem data de alta] na qual o interno permanece por tempo indeterminado, geralmente por anos.

Para as pessoas que faziam uso de álcool e outras drogas eram utilizados duas estratégias: internação em comunidade terapêutica e internação compulsória – a internação compulsória era vista pelo Grupo de Trabalho como a estratégia mais importante, visto que o Grupo se mostrava convencido de que os usuários de drogas precisavam de tratamento a qualquer custo.

Acrescente-se a esses mecanismos outros dois, também importantes para a retirada das pessoas das praças e das ruas. Um deles consistia na tentativa de fazê-las retornar à família e o outro na tentativa de arranjar algum emprego fixo. No entanto, essas tentativas não surtiram muito efeito visto que as pessoas em situação de rua não retornaram para suas famílias e nem permaneceram nos empregos indicados pelos profissionais da assistência social.

Para as pessoas que vieram de outras cidades e estavam em situação de rua a estratégia consistia em buscar mecanismos para retorná-las à cidade de origem, utilizando principalmente passes de viagem concedidos na UAM.

A política adotada pelo município e corroborada pelo Grupo de Trabalho foi a de manter na cidade, de alguma forma, pessoas que eram “naturais” do município e enviar para outras localidades aquelas – trecheiros – que não possuíam enraizamentos locais.

Os trecheiros que se insubordinavam ou que estavam embriagados eram objetos de tratamentos ríspidos, chegando, às vezes, a sofrer violência física da polícia. A violência sofrida pelos trecheiros não se restringia apenas à ação da polícia, se estendendo também para a ação de profissionais que trabalham na rodoviária e na UAM.

Para dissuadir a permanência nas praças ou nas ruas, a prefeitura, por meio da secretaria de assistência social, da equipe que trabalhava com população de rua e do Grupo de Trabalho deflagrou uma campanha contra a esmola. Foram distribuídos amplamente panfletos e afixados cartazes alertando que a esmola era uma forma de perpetuar vícios e dependências indevidos.

Outras medidas de caráter dissuasivo e punitivo foram tomadas: não concessão de benefícios sociais para as pessoas que não estivessem em processo de retorno à vida sedentária – morando em uma residência e com emprego; recolhimento e queima de pertences das pessoas em situação de rua; impedimento do uso de espaços públicos para dormir.

A colocação dos nômades e errantes em trânsito, pelos agentes públicos, os forçava a habitarem, invariavelmente, os não lugares (AUGÉ, 2012). Essa medida era sempre acionada quando algum deles tentava escapar dessa lógica, procurando transformar um não-lugar (impessoal, não identitário, tecnicado) em lugar antropológico e sedentarizado.

Para tal fim os mecanismos descritos por Virilio (1996) como dromocontrole, dromopolítica, dromopoder, são de fundamental importância para compreender esse processo, pois toda a ação dos agentes públicos e também dos cidadãos consistiam em modular, regular a trajetividade e a velocidade dos nômades e errantes, produzidas nos campos cognitivo, afetivo, geográfico e social. Para isso o controle dos espaços abertos, como pontua Deleuze (2008), característico da ascensão da Sociedade de Controle, se tornou de importância primordial visto que esses espaços são utilizados cada vez mais pelos cidadãos, mas apenas para passagem.

Tais políticas de monitoramento e gestão da mobilidade urbana espalham seus tentáculos em direções antes inimaginadas, chegando mais rápido e mais eficaz aos rincões dos nômades e errantes e aumentando seu poder de captura.

Mas os agentes públicos e cidadãos não abdicaram das estratégias que a Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2009) já consagrou, como a disciplina dos corpos nos espaços fechados. A internação psiquiátrica, utilizada em alguns

casos, era a mostra maior dessa estratégia disciplinar utilizada contra pessoas em situação de rua.

Essa disciplina dos corpos passava também pela higiene e assepsia dos nômades e errantes. Mesmo na rua era desejável estivessem limpos, não só fisionomicamente, mas livres de vícios, de odores, de profanações e de estratégias de escape. O higienismo propagado com o iluminismo e com a ascensão da cidade moderna, como aponta Sennett (2001), e se estendendo pelos séculos seguintes com a preponderância do discurso e da ação médica como se verifica em Costa (2004), persiste de maneira contundente na contemporaneidade.

A busca por um espaço e um lugar para os nômades e errantes pelos agentes públicos estava perpassada pelo desejo de retorno à sedentarização, elegendo como instituições ideais a família, o trabalho/emprego e a residência, todas já abandonadas pelas pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos. Mesmo assim, os agentes públicos se afeerravam a essas instituições como tábua de salvação, não aventando outras possibilidades.

Nesse sentido, considerar os modos de vida errante e nômade, como possibilidades legítimas de vida, era algo impensável. A convicção inquestionável era a de que uma vida digna pressupõe a convivência familiar, o trabalho e emprego fixos, uma residência, enfim, uma vida sedentária.

Essa sedentarização estava tão impregnada nos agentes públicos que, até mesmo quando se dispuseram a ouvir os desejos dos nômades e errantes, não aceitaram, ou desconsideraram totalmente os desejos de não sedentarização. Continuaram mantendo a velha e tradicional postura de possuidores do conhecimento das melhores maneiras de viver e se relacionar, tentando, em vão, inculcar esse ideário, o que gerou grande frustração e resignação, além do desejo de normatizar e normalizar esses desvios, mesmo que impositivamente.

Essas práticas e desejos não eram exclusividade dos agentes públicos que lidavam diretamente com as pessoas em situação de rua. Perpassavam outros agentes públicos, bem como se ramificavam para cidadãos que en-

travam em contato ou eram afetados pela presença dos nômades e errantes.

Nesse interim, podemos conjecturar que a cidade não consegue lidar com os “desvios”, ou fissuras, como pontua Augé (2010), produzidos por alguns atores que fazem parte do tecido social que rompem ou desestabilizam o pacto social, buscando novas formas de viver e experienciar a cidade. Nesse sentido, Augé (2010), traz uma asseveração importante sobre esse movimento ao dizer que,

O que está em jogo, no final das contas, e que testemunham tanto os descompassos observados no espaço urbano quanto as fissuras do tecido social e as disfunções da cidade, é uma mudança de escala da atividade humana e um descentramento dos lugares onde ela acontece (Augé, 2010, p.37-38).

Como a cidade é o lócus das práticas, vivências, experiências, ações, desejos, dos cidadãos e dos nômades e errantes urbanos, a questão do espaço e do lugar se torna cada vez mais candente. Espaços urbanos se tornam desejados, disputados, controlados e distribuídos desigualmente. Por isso mesmo ainda ecoa uma pergunta, sem resposta, disparada, certa vez, por um errante urbano: qual o espaço e o lugar disponível para nós, aonde podemos ficar?

Considerações finais

Gerir o fluxo de pessoas em situação de rua e trecheiros tornou-se uma forte e importante estratégia adotada pelo município, focalizado por essa pesquisa, para dar conta das perambulações desses nômades cidadãos que possuíam algumas rotas pré-determinadas para deslocamento e permanência dentro da urbe. A gestão do fluxo também contribuía significativamente para limitar o contato dos cidadãos com os nômades, já que os espaços não poderiam ser compartilhados e nem disputados. Caso não houvesse outra possibilidade de harmonização do uso dos espaços, havia a gestão dos horários de permanência e deslocamento dos nômades, para limitar ao máximo o contato e consequente interação.

Mas essa gestão não se fazia sem confrontos e resistências já que os nômades com frequência desestabilizavam as normas e rotinas dos agentes e conseguiam estabelecer contatos com os cidadãos e também permanecer em

locais e horários diferentes daqueles que lhes eram reservados.

Para dar conta desses escapes, os agentes públicos e o município utilizaram todo seu arsenal de instituições, normas, instrumentos, estratégias descritas no corpo de trabalho, pois se conseguissem gerir a velocidade dos fluxos e as rotas disponíveis conseguiriam manter o *apartheid* entre cidadãos e nômades e ostentar a limpeza da urbe, física, afetiva, psíquica e social.

Dessa forma, a luta pelos espaços disponíveis e disponibilizados tornou-se a tônica dos embates entre pessoas em situação de rua e trecheiros com os agentes públicos e cidadãos na urbe. Para os nômades/errantes, encontrar um lugar para ficar e permanecer era uma questão de sobrevivência e garantia da indispensável socialidade e sentimentos de apropriação e pertencimento aos lugares, principalmente, os públicos, tão caros ao município, por isso mesmo, regulado.

Esse embate foi uma das grandes problemáticas encontradas pela pesquisa e possibilitou outro olhar sobre a temática e, também, uma nova maneira de se encarar a dinâmica da cidade e de seus agentes no tratamento dispensado às pessoas em situação de rua e trecheiros. Fundamentalmente o que estava em jogo era a disputa pelos espaços urbanos públicos nos quais não cabiam os nômades que insistem em vier nas ruas, praças, becos, viadutos, prédios abandonados e demais espaços que, mesmo desabitados ou pouco frequentados, estão vedados a eles.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL; UNESP, 2010.
- AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-SP: Papirus, 2012.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre a sociedade de controle. In. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 219-226.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- JIMÉNEZ, J. Sem pátria: os vínculos de pertinência no mundo de hoje – família, país, nação. In. SHNITMAN, Dora Fried (org.).

Novos paradigmas, cultura e subjetividade.
Porto Alegre: Ates Médicas, 1996, p.138-151.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica.* São Paulo: Iluminuras, 2003.

VIRILIO, P. *Velocidade e Política.* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO E MOVIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO: DAS SOMBRAS DA RUA AO MUNDO CIBERNÉTICO

Juliana Teixeira de Freitas da Silva⁴⁰
Graduanda em Psicologia
Universidade Federal Fluminense
jutfreitas.uff@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho pretende se aproximar da temática da prostituição, fazendo um recorte que comporta territórios mais fluidos e virtuais: a prostituição “cibernética”. Tem como objetivo traçar algumas linhas de fluxos e cortes entre as diferentes formas de prostituição, pensando as noções de território, virtual e higienização. Ao dar visibilidade a essa temática, acreditamos ir contra os movimentos de higienização – que são cada vez mais sutis.

Palavras-chave: Prostituição. Territórios. Higienização. Internet. Visibilidade.

Prostitution territory and social hygiene movements*: from street shadows to the cyber world.

Abstract:

The present research intends to approach prostitution through a perspective that comprehends more fluid and virtual territories: the cyber prostitution. It aims at defining flux lines and cuts between the different forms of prostitution, considering the notions of territory, virtual and "hygienization". By bringing this theme to light, we believe to oppose the social hygiene movements - which are increasingly subtle.

Key words: Prostitution; Territory; Hygiene movements; Internet; Visibility.

⁴⁰ Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Vasconcelos Carvalho/
Depto. de Psicologia/ UFF

Introdução

Nosso trabalho trata da prostituição em Niterói – RJ como um processo narrativo a ser descoberto, e não como objeto a ser interpretado. Aqui articularemos alguns conceitos - como a noção de territorialidade, dispositivo de sexualidade, biopoder e virtual - com o intuito de traçar algumas linhas de fluxos e cortes, e apresentar questões sobre seus efeitos. A prostituição é tida para o senso comum como a profissão mais antiga do mundo. Não há fundamento histórico ou antropológico para esta afirmação, porém, é inegável o longo percurso que o sexo apresenta nas narrativas humanas, inclusive como “moeda de troca”. Ao naturalizar a prostituição retiramos dela qualquer possibilidade de questionamento e invenção. A prostituição como categoria conceitual precisa ser contextualizada no tempo e espaço, uma vez que existem muitas formas da mesma. Estas nunca são estáticas.

Propomos pensar a prostituição com um recorte bem definido: contemporânea, urbana, e, no caso, feminina. Sendo mais específicos, o recorte que fazemos delimita uma prostituição distinta da que consideramos “tradicional” (prostituição que ocuparia as ruas, os bares, as termas...). Aproximamos-nos de uma prostituição de territórios mais fluidos e virtuais: aquela que tem como meio de contato entre o cliente e a prostituta a internet, fazendo uso de alguns sites específicos. Questionamos as linhas de proximidade e distanciamento entre essas duas formas de prostituição – que não são dicotômicas. Mas que constituem diferentes planos de fluxos e cortes, tomam múltiplos sentidos.

Ao pensarmos a prostituição como constituindo os espaços urbanos (ocupando de fato as ruas) podemos perceber claramente que os interesses por essa prática resumiram-se a preocupação com a moralidade pública e a definição de códigos de conduta (RAGO, 2008). Não se visava a erradicação da prostituição, que era tida como necessidade social. Ao contrário, as mulheres foram isoladas em zonas bem delimitadas, como certas ruas das cidades ou arredores (CARVALHO, 2000). As legislações existiam não para melhorar as condições de vida das prostitutas ou protegê-las, mas apenas para manter a ordem social, obter benefícios para o governo e enquadrá-la

aos moldes do relacionamento conjugal monogâmico.

Percebemos uma invisibilidade social da prostituta, não há estatísticas e existe um número reduzido de produção acadêmica sobre o tema que vá além de uma visão higienista ou preocupada, exclusivamente, com questões de saúde (pública e individual). Aqui, encontra-se a importância do presente trabalho: o número inexpressivo de produções acadêmicas que coloquem a questão da prostituição de forma crítica, indo além da produção higienista e da preocupação com medidas de saúde. Percebemos a existência de dois olhares dicotômicos sobre a temática: um que assenta a prostituta como vítima de um sistema ou de uma vida miserável, e outro que aponta a prostituta como uma mulher patologizada, viciada em sexo ou que sofreu abuso sexual na infância.⁴¹ Apontamos também uma carência de estudos da prostituição de “classe média alta” e suas particularidades; esta está desvinculada da prostituição de rua, da prostituição infantil ou do tráfico de mulheres. Com o advento da internet um novo mundo dentro do universo da prostituição se insere. Este apresenta outros territórios e novos processos de territorialização e desterritorialização.

A proposta desse trabalho é questionar os processos de visibilidade e invisibilidade social que compomos. Qual luz é dada, hoje, à figura da prostituta? O advento da internet modifica ou modula essa visibilidade? Propomos dar uma visibilidade outra a figura da prostituta sem estigmatizá-la, patologizá-la ou vitimizá-la; mas colocando-a como ativa no processo de construção do seu modo de vida. Propomos explicitar a positividade por trás da prostituição como categoria de trabalho singular, mas nem por isso “menor” ou menosprezável. Consideramos, portanto, que essa visibilidade pode ser um caminho para uma melhor “aceitação” da categoria prostituta, melhoria de suas condições de trabalho e diminuição da exploração sexual.

⁴¹ No caso de abuso sexual, a prostituta é comumente colocada tanto no papel de vítima como possuidora de uma patologia traumática, em virtude do evento de abuso.

1. Prostituição: do que falamos?

O lugar de produtor, senhor e agente sempre pertenceu aos homens. À mulher ficou relegado o papel diminuído de consumidora, objeto e quando muito, positivada, na posição de mãe e reprodutora. Participava do universo apenas como ornamento, um acompanhante ou auxiliar, em posição sempre secundária e subordinada (RAGO, 2008). Na divisão sexual do mundo, aos homens foi conferido o espaço público, e às mulheres designado o espaço privado. Separando as demandas da reprodução e da produção, a família foi forjada como espaço feminino por excelência.

Com a medicalização do corpo social, todos os registros da existência, individual ou coletiva, são atravessados por estratégias de medicalização. Nesse contexto, a família transforma-se em espaço fundamental para o processo de medicalização e campo de atuação do biopoder. A governabilidade feminina se dava pela maternidade. Este era o papel único do sexo permitido às mulheres: a reprodução. Oferecer à figura feminina o poder de governabilidade do espaço privado implicava em inseri-la nos processos de medicalização social, na medida em que nela seria esboçada e programada a constituição renovada da população (BIRMAN, 2001).

Para dar conta dessa periculosidade e garantir a boa reprodução, a mulher torna-se objeto de vigilância e controle social. Surge uma verdadeira galeria de mulheres perigosas, classificadas e avaliadas pelo discurso médico de acordo com seu desvio moral. Ali se encontrava a prostituição, o infanticídio, a ninfomaníaca e a histeria - todas formas de recusa da maternidade. A “mulher da vida” representava o perigo da independência, da liberdade e do poder. Ela é para o imaginário social livre, descontrolada e irracional.

A diferenciação entre prostitutas e “mulheres direitas” é antiga – data de 2000 a.c. (CARVALHO, 2000) – e está relacionada a um processo histórico. Ou seja, essa diferenciação trata de conceitos construídos e marcados pelo seu tempo e espaço. De acordo com Rago (2008), a profissional do sexo na atualidade é um conceito “construído no século XIX, a partir de uma referência médico-policial” e que, portanto, “não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comer-

cialização sexual feminina em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos”.

A prostituição Moderna - por assim dizer - constitui-se como fenômeno urbano, característico de uma sociedade mercantil, monogâmica, que valoriza a família nuclear, a virgindade e o papel reprodutivo da mulher - na figura de mãe e de santa (GERSHON, 2014) e implica assumir positivamente o erotismo como forma de vida e, conseqüentemente, recusar a existência familiar e maternal. Não há margem para a inclusão, pois a estratégia é simples e dicotômica. É preciso escolher entre ser mãe ou ser puta, entre ser digna ou não, entre ocupar o lar ou as ruas. As mulheres que se desviassem do sagrado caminho da maternidade seriam ativamente culpadas, moralmente diminuídas ou mesmo criminalizadas (BIRMAN, 2001). Seria sempre a mulher a grande culpada pela desagregação da família e desestruturação da sociedade no imaginário social.

Apesar de estar sempre sobre um fundo de negatividade, e constituir-se como preço muito alto a ser pago pelas mulheres que assumissem uma posição de rebeldia, a prostituição - não se pode esquecer - possuía (e possui) uma funcionalidade social muito bem definida. É preciso sempre lembrar que a prostituição foi caracterizada como um “mal necessário”, por definir um *locus* preciso e bem circunscrito para o exercício do erotismo masculino: ali os homens poderiam satisfazer seus desejos sem colocar em risco o campo sagrado da família burguesa.

Para manter este local circunscrito, a prostituição teria que ser muito bem regulada pelo Estado, por instrumentos da nascente medicina social (século XVIII). Não se queria colocar em risco a demanda de reprodução na família e as exigências maiores de produção da qualidade de vida da população, formuladas então pelo biopoder⁴². Assim sendo, os lugares de prostituição foram configurados como territórios amaldiçoados e proibidos no imaginário

coletivo, representando sempre a desordem, a presença do mal e a ameaça de morte. De acordo com Joel Birman (2001, p.72-73), “enquanto marcas autorizadas de desordem, no próprio contexto da ordem, a exclusão desses espaços ritualizava, na arquitetura urbana, a oposição entre erotismo e reprodução da espécie, assim como entre desejo e amor familiar”. A prostituição torna-se objeto de vigilância por intermédio da polícia médica e da higiene social. Ela está marcada pelo biopoder.

Há a invenção de um duplo “mãe-puta”, que marca o corpo e a existência da mulher, diminuindo-a em uma dicotomia e ambigüidade: se exclui outras opções e modos de vida; exclui-se o entre. O corpo da mulher foi esquadrinhado, territórios foram delimitados (a família ou a zona), uma lógica binária foi instaurada: o permitido e o proibido, o sagrado e o profano, a família e o erotismo. “Ora, foi a partir da gestão da imagem da mulher prostituta que a construção da mulher mãe, digna e honrada pôde ser firmada no interior da lógica do aceitável, do permitido, do exemplo a ser seguido” (COUTO, s/d, p.16). Como contrapartida há a marginalização e estigmatização da mulher prostituída.

Qual o problema desta postura dicotomizante? Esta postura reduz a experiência à causalísticas externas, subtrai o erótico e a força da mulher, limitando-a ao sacrifício (quase religioso) - independente do lugar ocupado, seja como mãe, seja como puta, seja como miserável ou doente -, e se detêm a uma perspectiva normativa e romantizada.

Questionamos: não poderia a mulher ocupar outros lugares que não apenas estes? Não ocuparia, de fato, a mulher outros papeis? Existiria este duplo, ou não seria ele uma produção social que serve a certos interesses? Como tornar possíveis outras formas de subjetivação da figura feminina além da “puta” e da santa?

Afinal, de fato, a mulher não ocupa (e nunca ocupou) apenas esses dois lugares sociais excludentes. Ela é “filha, mãe, avó e puta”. O que buscamos - e acreditamos - é a singularidade. Portanto, não há neste trabalho um debruçar-se sobre um objeto na tentativa de transformá-lo em objeto natural e invariante (dito universal). Pretendemos dar visibilidade

⁴² Termo empregado por Michel Foucault para se referir a nova dinâmica de poder que surge com a Modernidade, mais indireta, sutil e eficaz. O corpo passa a ser controlado através da regulação dos nascimentos, da longevidade, da mortalidade e da saúde.

as positivities e potências, compreendendo o percurso histórico e o meio social inserido. Atentamos para o fato de que o que “incomodaria”, portanto, não é a prostituição “em si” ou qualquer definição que esta possa apresentar, mas sua relação com a urbanidade. Talvez, assim possamos responder: *o que coloca as prostitutas nessa posição fixa à margem do social, culpabilizada e vitimizada?*

2. Olhares e corpos: é preciso ver, para escolhermos o corpo que pretendemos construir

Através de que olhares podemos enxergar a prostituição? Primeiramente, por um olhar médico, que a transforma em doença: a prostituição é, então, observada, definida, classificada e, portanto normatizada pelo saber médico. Surgem termos como a “mulher anormal”, a “delinquente nata”, a “debilidade psíquica”, que juntamente com a afirmação do “sexo frágil” e da “vocação sagrada para a maternidade”, firmam uma matriz biológica para a retirada da mulher do mercado de trabalho, do mundo social e da esfera sexual ativa: “a mulher normal não sente atração especial pelo relacionamento sexual, devendo para tanto ser despertada pelo homem” (RAGO, 2008, p.158). Ao estabelecer os limites entre o normal e o patológico – no caso, no campo da sexualidade – o discurso médico sobre a prostituição inclui um projeto maior: a normatização higi nica do corpo – em sentido físico, moral e social (BARBARÁ & NUNES, 2007).

O olhar sobre o corpo que se prostitui está marcado por uma política pública higienista, que ao reconhecer a impossibilidade de se eliminar o comércio sexual, propõe o controle da sífilis (século XIX) e a conscientização dos jovens por meio da educação sexual com a finalidade de evitar as doenç as venéreas. Na década de 80 - com a AIDS - a prostituição volta a ser pauta das políticas públicas. Observamos que ainda na atualidade as políticas e trabalhos sobre prostituição tratam, em grande maioria, da relação da prostituição com as Doenç as Sexualmente Transmissíveis e o uso de drogas. O papel do Estado frente   prostituição consiste na repressão penal, na regulamentação (como mal necessário) e na abstenção quanto   questão de moralidade.

“Os governos regulam a indústria do sexo, sobretudo, em função de seus interesses e, neste caso, a partir de quatro pontos: a renda nacional, a política de imigração, a ocupação (neo)colonial e a saúde pública” (PHETERSON, 2009).

H  outros olhares duros: o criminalizador. A prostituição, mesmo que não considerada crime, está relacionada à vadiagem,   mendicância,   desordem moral e social, ao alcoolismo e ao uso de outras drogas. A forma como a mesma foi e é tratada pelos órgãos de poder público se d  de forma arbitrária, “variando segundo as interpretações pessoais e as diretrizes adotadas pelas autoridades judiciais e policiais em cada caso” (BARBARÁ & NUNES, 2007). Não há regulamentação da prática de prostituição no Brasil, porém, é considerado crime o favorecimento da mesma (art. 228 do Código Penal Brasileiro), manter casa ou local de prostituição (art. 229), e tirar proveito da prostituição de terceiro - o chamado rufianismo ou cafetinagem (art. 230).

A partir da obra de Rago, podemos apontar que a prostituição cumpriu o papel de organizar as relações sexuais em um espaço delimitado na cidade, além de ser um alicerce para a constituição familiar, uma vez que funcionava como descarga para as energias masculinas. Estas não são negatividade da prostituição. São, ao contrário, funções positivas da prostituição ao longo da história. Diz-se aqui positiva no sentido de produção, e não de julgamento moral do certo ou errado.

Mas há ainda uma expressão outra de positividade na prostituição, expressa pelos excessos e fugas permitidos por esse espaço e categoria. Constitui-se na medida em que a prostituição   vista como o condutor de intensidades e produtor de novos agenciamentos coletivos dos fluxos desejanter. É justamente sobre esta expressão que pretendemos baixar nossos olhos.

3. Conceito de território

Como explicitado, a prostituição pode ser vista como uma “máquina de prazeres” na medida em que toda uma indústria e comércios especializados são desenvolvidos em torno da mesma: “várias micro instituições haviam nascido para sustentar a prostituição: caf s-concertos, cabar s, pensões...” (RAGO,

2008, p.86). Para que essa rede de prostituição exista é preciso que ela se organize como tal e constitua um território. Afinal, o ser humano é a priori um animal territorial (TRINDADE, 2007).

Mas o que seria, afinal, território? Encontraremos uma noção de território em sentido mais amplo que o usual, ultrapassando as definições geográficas, etológicas e etnológicas. Alarcon et al. (2013) propõe três dimensões do território, compondo o que chamaram de “território vivo”:

- 1- como espaço físico, constituído por ruas, casas, escolas, empresas, entre outros;
- 2- como dimensão simbólica, expressa por aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos, etc;
- 3- como dimensão existencial, que diz respeito aos modos pelos quais o território ganha sentido a partir de cada história pessoal (p.2).

Seria - em outras palavras - “o espaço, o tempo, a matéria com que se “produz subjetividades”. Segundo Guattari o território é justamente esse algo que organiza os seres vivos, delimitando-os e articulando-os uns aos outros e aos fluxos energéticos. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI e ROLNIK, 1999, p. 323).

Como se pode perceber, na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari encontramos uma noção de território que não é tão-somente estático e espacial; este é constituído principalmente pelo movimento; articulado em rede, formado por parcelas descontínuas, sendo mais bem compreendido pelas palavras processo e dinâmica, como nos lembra Guattari em *Micropolíticas do desejo* (2013):

- Não obstante, o território tem a possibilidade de se desterritorializar, ou seja, abrir-se para novos territórios ou mesmo sair de seu curso de forma que nada mais consiga ser habitado, podendo ser provocada sua destruição. Os seres humanos sempre efetuam processos de desterritorialização, de forma que seus territórios primitivos sempre se desfazem (TRINDADE, 2007, p.94-95).

O processo de desterritorialização pode se apresentar de duas formas: absoluto (sem constituir uma nova forma, compondo inces-

santemente linhas abstratas ou de fuga) ou relativo (mudar de forma, assumindo uma nova dureza e delimitação). Territorializar e desterritorializar nos leva à reterritorialização: “tentativa de recomposição de um território que sofreu uma desterritorialização” (TRINDADE, 2007, p. 95). Não há aqui nenhum juízo de valor que coloque qualquer desses processos como superior uns aos outros, ou organizados em uma cadeia evolutiva. São, ao contrário, movimentos circulares, sobrepostos, emaranhados: “não se sabe previamente o que vai funcionar como linha de quebra, muito menos se algum segmento virá barrá-la (DELEUZE e PARNET, 1998).” (TRINDADE, 2007, p.96)

Sendo assim, o território que constitui a rede de prostituição tida como tradicional (que ocupa as ruas, boates e casas de prostituição) não é o mesmo desta outra prostituição que se produz em meio a virtualidade da internet; mas é, ainda assim, um território, composto por diferentes elementos heterogêneos e em constante movimento. “Os sujeitos e os territórios são portanto inseparáveis” (ALARCON et al., 2013, p. 2).

O conceito de território torna-se, destarte, importante para apreender não apenas as redes de prostituição, mas principalmente as novas configurações da prostituição na contemporaneidade, inseridas em contexto cibernético. Com a internet ocorre uma descentralização de oferta e procura dos serviços sexuais para um único e difuso ponto. A prostituição mediada pela internet é tida e qualificada, comumente, como sendo “superior” às outras. Esse fato talvez se dê justamente por ela ter sido removida dos olhos públicos, e visível apenas para aqueles que a procuram.

Apontamos a reterritorialidade criada pelo modelo cibernético de prostituição e suas inventividades. Indo contra a exploração sexual, nos limitaremos a analisar dispositivos que se diferenciam da lógica do agenciamento e do rufianismo, dando margem à autonomia de trabalho. Indagamo-nos sobre sua emergência, observamos as transformações, perguntamos por seus efeitos.

4 . A internet: novas formas de manejo

A filósofa Donna Haraway, em seu texto “*Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*” (1995), indaga-nos: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”, uma vez que a “visão é sempre uma questão de poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização”. É preciso ver mais, ver além. Ver o que é invisível e banalmente invisibilizado no cotidiano. É preciso aprender a olhar: arrancar nossos próprios olhos e inventar novos.

Sabemos todos que a prostituição existe. Porém, muitas vezes, andamos pelas ruas sem conseguir localizar e enxergar onde ela se encontra. A invisibilidade pode ser justificada pela falta de hábito ou por não querer ver, mas é claramente uma construção histórica-social: o processo de urbanização conta com a higienização dos espaços públicos (territórios geográficos e subjetivos). Ao buscarmos, ativamente, por prostitutas, onde encontrá-las? Primeiramente há ruas e zonas delimitadas nas cidades em que se desenrola a rede de prostituição. Em segundo, há as casas (termas, boates, casas de massagem... cada qual com sua especialidade) ou bares - locais proibidos pela legislação brasileira, porém existem aos montes e sua existência é de conhecimento público.

Mas a prostituição feminina de classe média não se dá mais nos locais e pelos meios “tradicionais”, como classificados e papéis em orelhões. As meninas a que nos referimos não estão nas ruas “batendo ponto”, ou trabalhando em alguma casa, ou ligadas a um café. São, em maioria, independentes e donas do seu próprio negócio - exatamente ao gosto do “empreendedorismo” hoje tão em voga.

Percebemos um constante movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (que não é esquematizável). Tal movimento não marca um contínuo, mas sim a ininterrupta produção de novos sentidos: reinventa-se. Ao constatarmos o novo podemos apostar na mudança: em ativamente produzir novas marcas na história, fabricar outros corpos – talvez, não tão ao gosto do empreendedorismo -, mais autônomos e potentes.

Dizem que vivemos a maior revolução das

comunicações, perdendo talvez apenas para a invenção da imprensa. Com a consolidação do mundo virtual e a ampliação de sua acessibilidade os tradicionais veículos de mídia perderam lugar e muitos “fecham as portas”, dando lugar a versões digitais.

Conseqüentemente, o mesmo fenômeno se dá com a publicidade on-line, que só aumenta seu faturamento. A publicidade na internet modifica a relação do anunciante com o leitor. Ela alcança um número maior de pessoas, modifica o período em que são expostas a propaganda e a quantidade de propaganda veiculada neste mesmo período. Pode-se perceber o crescente número de classificados on-line dispostos nos mais diferentes servidores

A internet, claramente, produziu alterações no consumo – de informações e produtos – e nas formas de interações sociais, de forma geral e especificamente no que diz respeito ao erotismo e ao sexo. Transforma-se o conteúdo vinculado. Transforma-se o imaginário social sobre a temática. Alexandre Eustáquio Teixeira (2009) acredita que “essas transformações podem ser atribuídas, em parte, às características de funcionamento e utilização da rede, tais como a descentralização na produção e edição das informações (o que dificultaria o controle sobre o seu conteúdo) e o anonimato de seus usuários”.

A prostituição enquanto atividade econômica não é impassível às mudanças do mundo, e assim como outros mercados, se apropria das novidades e tendências, ampliando-se ao nicho cibernético. Paralelamente as ruas, boates e bares (dita prostituição tradicional) a prostituição ocupa outros territórios, como sites específicos na internet.

Hoje o principal meio de divulgação de serviços sexuais é através de sites especializados na internet, que consideramos aqui como classificados virtuais. Além do anonimato - imprescindível e desejado nesse mercado específico -, esses sites permitem que os clientes vejam fotos e vídeos das garotas de programa desejadas, o que dá mais veracidade ao anúncio. Além disso, são divulgadas descrições detalhadas sobre as meninas e alguns comentários de clientes.

É este dispositivo – classificados on-line – que pretendemos analisar. *O que há de inventivo nessa forma de prostituição dita cibernética?*

5. Fluxos e cortes: prostituição tradicional e prostituição cibernética

Foram analisados três sites usados na cidade de Niterói – RJ. Os mesmos consideram-se apenas como prestadores de serviço de divulgação de anúncios de acompanhantes, contendo informações de contato (telefone, e-mail e/ou site), dados pessoais e fotos (e vídeos). As informações postadas nos anúncios são de inteira responsabilidade das garotas, assim como os trâmites e acertos de cada programa, tais como valores, locais, dias e horários. Não é cobrada nenhuma taxa ou comissão pelos negócios realizados entre as acompanhantes e os clientes. Estes dispositivos deixam claro que são exclusivamente um “veículo de comunicação entre pessoas, e não tem nenhum vínculo com seus anunciantes que são, também, responsáveis únicos pelas informações contidas em seus respectivos anúncios bem como pela garantia de que são maiores de idade”. Portanto, não se caracterizam como agências e não se responsabilizam pelo conteúdo veiculado. Funcionam, assim, como classificados on-line.

Apesar dos sites não se responsabilizarem pelo conteúdo veiculado ou pelo programa negociado eles são responsáveis pela qualidade do serviço que oferecem ao cliente, gerenciando os anúncios. A prostituição, como qualquer outra coisa na vida, possui regras e normas que regulam seu funcionamento. As negociações feitas entre administradores dos sites, prostitutas e clientes deixam-nos perceber os graus de organização do negócio.

Os sites criam certos artifícios. Apresentam benefícios à anunciante e ao cliente: como a possibilidade de anúncio de várias fotos (até 15 por garota) em alta qualidade e apresentação de um perfil contendo frase pessoal, exibição de características físicas (idade, altura, peso) e contatos (*e-mail*, telefones, site e *blog*). Alguns sites apresentam diferenciais, como blogs, contos eróticos em áudio narrados pelas garotas, entrevistas semanais, vídeo do *youtube*.

Falemos sobre as diferenças entre os sites e as outras formas de prostituição. O trabalho para agência é parecido com o do site. Possibilita maior segurança, menos investimentos, esforço e exposição – pois no site é preciso expor minimamente o rosto ou não se consegue

muitos clientes, pensam que a foto é *fake*. Porém, o agenciador recebe em torno de 30 a 50% do programa.

A terma, por exemplo, oferece toda a estrutura e segurança para a profissional: não há nenhum risco estando lá dentro. Anunciar pelo site é duvidoso: o número de programas não é constante, varia muito. Porém, apesar de ser uma incógnita um dia vale pelo outro: financeiramente o rendimento de uma semana “se virando sozinha” é quase proporcional a um mês de trabalho em uma terma.

Há também uma diferença no perfil da acompanhante. Na boate é preciso abordar o cliente, seduzi-lo, se expor. Como existe uma circulação muito grande de pessoas, as chances de cruzar com algum conhecido ou parente são muito maiores. Além disso, o prive dispensa passar o dia todo em pé, de biquíni e salto 15 e proporciona uma flexibilidade de horário. Em uma casa noturna se trabalha de segunda a segunda com apenas uma folga no meio da semana (quando localizada no Centro do Rio de Janeiro trabalha-se apenas de segunda a sexta e folga-se o final de semana).

A maioria das pessoas que tem acesso à internet utilizam-na diariamente. Mas provavelmente nunca abriram um site com anúncios de prostitutas. Eles são invisíveis aos olhos, quando não há um interesse especial em se procurar por eles. Mesmo quando a pesquisa sobre a prostituição ocorre, ela costuma se restringir ao campo teórico. Mas uma vez que desvelamos os sites, entramos em contato com um mundo que antes não existia, um mundo invisível que torna-se, então, palpável. Mas este véu não está colocado ao acaso. O que desconhecemos não é fruto de simples e natural ignorância. Há um interesse em se manter as coisas dessa forma: invisibilizar. A internet, em hipótese, tornaria esse trabalho mais sutil: ela não esconde, ela mostra apenas para quem procura.

A prostituição que elucidamos - dita “cibernética” - apresenta uma nova positividade: é cada vez mais invisível aos olhos de quem não quer vê-la. O que o mundo considera como maldito não desaparece, apenas some de nossas vistas. Como agenciar os novos dispositivos e modos de vida que se consti-

tuem com as revoluções tecnológicas, utilizando-os como potencializadores e não como máquinas de invisibilidade? Fiquemos com as perguntas.

6. Movimentos de higienização

O território do qual falamos, mais do que um espaço geográfico, engloba relações sociais, econômicas e outras, articuladas de forma imbricada. A rua, e mais especificamente os centros das cidades, marcam a possibilidade do imprevisto, os múltiplos corpos e fluxos. Recebe, portanto, a classificação de local perigoso, habitado pela escória da sociedade: o vício, as drogas, o sujo, o mal. A prostituição não poderia estar fora dela - uma vez que se caracteriza como perigo para a sociedade e para a moral da mulher digna. Com a Modernidade a rua torna-se um espaço controlado. A população solta e vadia representava uma ameaça, precisando, portanto, ser esquadrihada e docilizada. A higienização no Brasil começa a partir do século XIX; período marcado pela urbanização e avanço da industrialização (SILVA, 2014).

O projeto de revitalização desses territórios marca uma política de higienização, um corte de fluxos e desejos. Essa limpeza urbana se repete e se atualiza nos dias de hoje. Podemos trazer, como exemplo, os projetos de revitalização do centro de Niterói:

O Centro da cidade de Niterói precisa resgatar o prestígio perdido ao longo das últimas décadas. Para melhorar a qualidade de vida de moradores, comerciantes e frequentadores da área, a Prefeitura de Niterói está desenvolvendo o projeto de Revitalização da Área central. (NITERÓI PREFEITURA, 2014).

O biopoder instaurado não se investe apenas nos corpos, mas se espalha por todo o corpo social, pelas ruas das cidades: o espaço público é desinfetado.

7. Breves considerações finais

A perspectiva que adotamos para pensar a prostituição compreende (ou ao menos se propõe a compreender) as múltiplas relações mantidas ativa e afetivamente dos sujeitos com o espaço e o tempo, remetendo ao domínio simbólico e geográfico. Assim, existir é estar presente no mundo, e nessa presença, criá-lo e ser criado. A prostituição não seria

uma escolha neutra. Não há aqui grandes tristezas ou grandes alegrias, mas uma prática, que comporta em si alegrias e tristezas das mais variadas.

De acordo com essa perspectiva, ser garota de programa não seria tão ruim quanto se imagina, nem tão bom quanto se glamouriza em fantasias eróticas. Como tudo na vida, tem seu lado positivo e seu lado negativo, por mais clichê que soe a frase. Para cada mulher, individualmente, a prática da prostituição é a expressão de uma técnica peculiar de viver e de interagir com a cidade. Técnica que implica o corpo e o uso do corpo, a configurar uma presença única e plural, mas sempre uma presença. Esta presença está diretamente relacionada com o território e com a constituição de uma coletividade.

Repetimos: a prostituição é dinâmica. Sublinhamos o fato de que por estar inserida no mercado se apropria do contexto para adaptar-se, se reinventa. Este é o caso da internet e os classificados on-line como dispositivo de contato entre prostitutas e clientes, que se resignificam no encontro com o virtual.

Fiquemos um momento com Pierre Lévy. Para o autor, a virtualização não se realiza, como imaginávamos, apenas dentro das máquinas computacionais, mas sim num processo de questionamento e problematização dos meios. O Virtual existe. O fato do virtual não pertencer a nenhum lugar material e específico, não impede a sua existência. E mais que isso, ele produz efeitos. O ciberespaço autoriza uma comunicação em grande escala, o que é um avanço em termos de coletividade. No virtual, os limites de espaço são transpostos, e o compartilhamento pode ser quase completo e imediato.

“Certamente nunca antes as mudanças das técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas e desestabilizantes. (...)”, não podemos discordar de Pierre Lévy (1996), e nos atentarmos para o fato de que as mudanças advindas dessa nova forma de comunicação virtual não se restringem aos meios de comunicação, mas produzem novas formas de subjetividade, transformando a economia, a cultura, a vida. Indagamos, destarte, em que esta prostituição virtual se distancia daquela dita tradicional? Não é, em si, boa nem má. Mas o que produz?

Como uma primeira resposta apontamos para o fato de um grande ganho dos anúncios virtuais é proporcionarem maior discricção para anunciantes e clientes. Esta positividade tem alguns efeitos: atualiza, de forma mais eficiente – por assim dizer –, a lógica do “mal necessário”. O que o mundo considera como maldito não desaparece, apenas some de nossas vistas.

Colaboraria, então, a internet para uma nova forma de higienização uma vez que as prostitutas agora se escondem na rede virtual? Mantem-se a invisibilidade? Onde estão as sombras agora que construímos ruas largas e limpas?

A prostituição não é dada, é construída e institucionalizada. O que foi proposto é uma desconstrução como maneira de se constituir planos comuns. Desconstruir não é destruir, anular todas as diferenças e heterogeneidades, formando um contínuo conceitual. Puxamos as linhas, as duras, as flexíveis, as de fuga, que compõem o território da prostituição – os territórios da prostituição (LOURO, 2013). Inventamos novos sentidos, produzimos. Não como construção de um novo ideal a ser seguido – seguimos inconclusos e incompletos.

Referências bibliográficas:

ALARCON, S.; LANCETTI, A.; RAMÔA, M.; PETUCO & D & PEKELMAN, R. (2013) **Território, território existencial e cartografia**. In: Ministério da Saúde. Formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) para agentes comunitários de saúde e auxiliares/técnicos em enfermagem da Atenção Básica, p.71-74.

BARBARÁ, A M. & NUNES, P. P. (2007) **Direitos Humanos e Prostituição Feminina**. Rio de Janeiro: UNFPA/ONU. Disponível em <www.achegas.net/numero/41/anna_marina_e_patricia_41.pdf> Acesso em: 26 fevereiro 2012.

BIRMAN, J. (2001) **Gramáticas do erotismo: A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, S. (2000) **As virtudes do pecado: narrativas de mulheres a « fazer a vida no centro da Cidade »**. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.

COUTO, V. R. **A cidade e as mariposas: a formação do imaginário social em torno da prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1969-1989)**. Disponível em:

<<http://www.cnpq.br/documents/10157/9180548c-a5b0-4bc0-a14a-10792905a322>> Acesso em 06 de novembro de 2014

FOUCAULT, M. (1998) **História da sexualidade**, Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GERSHON, P. **Profissionais do sexo: da invisibilidade ao reconhecimento**. Sociologia Jurídica: Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-2/168-profissionais-do-sexo-da-invisibilidade-ao-reconhecimento>>; Acessado em 20 de janeiro de 2014.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (2013) **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Petrópolis.

HARAWAY, D.(1995). **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial** [orig. Tthe science question in feminism, *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988]. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-42.

LÉVY, P. (1996). **O QUE É O VIRTUAL?** São Paulo: Editora 34.

LOURO, G. L. (2013) **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica.

MATEST, A. P. V. (2013). **Análise da atividade: criações em trottoir estrelando as noivinhas do Parque Moscoso**. Dissertação [mestrado]. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

NITERÓI PREFEITURA. **Requalificação do Centro de Niterói**. Acessado em 28 de setembro de 2014: <http://centro.niteroi.rj.gov.br/>

PHETERSON, G. (2009) **Prostituição II**. In: Hirata, H. et al. (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP.

RAGO, M. (2008) **Os Prazeres da Noite**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

SILVA, F. F. L.(2014) **O que não cabe nas ruas de uma cidade? Entre narrativas maiores e resistências brincantes**. [Mestrado] Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TEIXEIRA, A. E. (2009) **Discursos e representações sobre os territórios de “pegação” em Belo Horizonte**, In: Díaz-Benítez, María Elvira (orgs) - **Prazeres Dissidentes**. Rio de

Trabalhos completos do VIII Encontro Regional Rio de Janeiro da ABRAPSO
O psicólogo social na cidade: ações territoriais, lutas políticas e subjetividade

Janeiro: Garamond.

TRINDADE, T. F. (2007). **A criação em dois momentos**: diálogos entre Freud e Deleuze e Guattari. 2007. 167 f. Dissertação (Mestre em Psicologia)- Núcleo de estudos da subjetividade, Universidade Federal Fluminense, Niterói.